



PSICOLOGIA

UMA PROFISSÃO DE MUITAS
E DIFERENTES MULHERES



Conselho
Federal de
Psicologia

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA

PSICOLOGIA: UMA PROFISSÃO DE MUITAS E DIFERENTES MULHERES

Organizadora

Louise A.Lhullier

Conselho Editorial

Clara Goldman

Cristina Silva

Marcos Ribeiro Ferreira

Marcus Vinícius Oliveira

Marilda Castelar

Marisa Sanábria

Roseli Goffman

Brasília, Setembro/2013
1ª Edição

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Disponível também em: www.cfp.org.br

1ª edição – 2013

Projeto Gráfico e Diagramação – Pablo Emílio de Mattos
Revisão – Conselho Federal de Psicologia

Coordenação Geral/ CFP
Yvone Magalhães Duarte

Coordenação de Comunicação Social
Fernanda de Araújo Mendes
André Almeida (Editoração)

Equipe Técnica

Gabriela Rossetto Demeneck – Analista Técnica – Divisão de Referências Técnicas

Natasha Ramos Reis da Fonseca – Chefe de Divisão – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

Cibele Cristina Tavares de Oliveira – Analista Técnica - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

Preparação de texto
Eveline Bouteiller

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL
Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília-DF
(61) 2109-0107 /E-mail: ascom@cfp.org.br / www.cfp.org.br
Impresso no Brasil – Dezembro de 2013

Catálogo na publicação
Fundação Biblioteca Nacional
Biblioteca Miguel Cervantes
Fundação Biblioteca Nacional

Plenário responsável pela publicação

Conselho Federal de Psicologia
XV Plenário – Gestão 2011-2013

DIRETORIA

Aluizio Lopes de Brito – Presidente
Humberto Cota Verona – Presidente Licenciado
Monalisa Nascimento dos Santos Barros – Tesoureira
Deise Maria do Nascimento – Secretária

CONSELHEIRAS EFETIVAS

Ana Luiza de Souza Castro
Secretária Região Sul

Clara Goldman Ribemboim
Secretária Região Nordeste

Flávia Cristina Silveira Lemos
Secretária Região Norte

Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro
Secretária Região Centro-Oeste

Marilene Proença Rebello de Souza
Secretária Região Sudeste

CONSELHEIROS SUPLENTE

Celso Francisco Tondin
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Marilda Castelar
Roseli Goffman
Sandra Maria Francisco de Amorim
Tânia Suely Azevedo Brasileiro

PSICÓLOGAS CONVIDADAS

Angela Maria Pires Caniato
Márcia Mansur Saadallah

Conselho Federal de Psicologia
PSICOLOGIA: UMA PROFISSÃO DE MUITAS E DIFERENTES MULHERES / Conselho
Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013.

250p.

ISBN: **978-85-89208-64-2**

1. Psicólogas 2. Mulher 3. Trabalho

APRESENTAÇÃO

Reconhecer que a Psicologia brasileira é composta por uma maioria de mulheres (89%) passa também por reconhecer a sua diversidade. Esta foi uma das pautas prioritárias do CFP na gestão 2011-2013. Nessa perspectiva, a investigação de como o feminino pode influenciar no exercício profissional nos leva à necessidade da compreensão de como as psicólogas vivem, o que pensam e como atuam.

Apesquisa “Efeitos do feminino no exercício da Psicologia no Brasil” realizou-se em duas etapas, uma de viés mais quantitativo, lançada em maio de 2013 na publicação “Quem é a psicóloga brasileira?”; e agora apresentamos a outra, de abordagem qualitativa: “Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres”.

Vale lembrar que o CFP desde 1988 investiga o perfil da categoria, e teve como marco inicial a pesquisa que originou a publicação “Quem é o Psicólogo brasileiro?”, com sua terceira edição publicada em 2001, além de outras pesquisas quantitativas sobre o perfil dos profissionais de Psicologia que originaram relatórios publicados em 2001 e 2004.

Na presente publicação, apresentamos uma produção que se propõe a dar conta de uma dimensão subjetiva da profissão perpassando as questões sobre o feminino dentro da categoria. Ela possibilita um avanço nas práticas profissionais a partir da reflexão sobre as questões de gênero, além da oportunidade de produzir debates sobre a Psicologia no Brasil na atualidade. Não há como se voltar para o cuidado de outras (os) sem que haja uma rigorosa contemplação de si, que inclua uma crítica sócio-histórica e uma profunda análise contextual de nossa inserção na sociedade. Podemos libertar e podemos oprimir, na medida em que aquilo que está em questão é a autonomia e o conceito de liberdade que subsidia nossas práticas.

Após 50 anos da profissão de Psicologia regulamentada no país, torna-se imprescindível refletir de forma crítica sobre as dimensões subjetivas que caracterizam as muitas e diferentes mulheres que compõem essa categoria e que conquistam cada vez mais seu espaço na sociedade.

Passar pelos capítulos desse livro é entrar em contato com dúvidas, ideologias, preconceitos, alienações, e ver de perto o quanto ainda temos que construir em conjunto com a sociedade

e o movimento de mulheres brasileiras:

- *Promover a autonomia das mulheres, reduzir as disparidades sexistas no mundo do trabalho e consolidar a presença proporcional de mulheres nos espaços de poder e de decisão;*
- *Fomentar políticas públicas que reformulem a divisão sexual do trabalho, visando superar a desigualdade do uso do tempo destinado pelas mulheres às tarefas domésticas.*
- *No campo da violência de gênero e raça, garantir políticas de enfrentamento às violências contra todas as mulheres e a qualidade do atendimento integral às vítimas de violências;*
- *Avançar na luta dos direitos sexuais e reprodutivos, com livre exercício da sexualidade, planejamento reprodutivo, na integralidade da atenção à mulher no atendimento humanizado ao pré-natal, parto, puerpério e ao abortamento.*

Dessa forma, entendemos esta publicação como um dispositivo de luta, e agradecemos em nome das que integraram esta pesquisa como participantes, como equipe de trabalho, como autoras, a todas as psicólogas brasileiras que no trabalho de cada dia interferem decisivamente na transformação social.

Temos a expectativa de que novas pesquisas sejam realizadas, visando o surgimento de concepções teóricas e críticas para o avanço da Psicologia como ciência e profissão e que contribuam para a superação das desigualdades.

Brasília, 12 de dezembro de 2013.
Aluizio Lopes de Brito
Presidente do Conselho Federal de Psicologia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A PESQUISA, SEUS ANTECEDENTES E A PROPOSTA QUE A ORIENTOU	11
A DIFERENÇA SEXUAL INFLACIONADA E O IMPERATIVO DO FEMININO EM PSICOLOGIA	21
GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA	51
AS PSICÓLOGAS E AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: LIMITES E TRÂNSITOS ENTRE SER E ESTAR PSICÓLOGA DENTRO E FORA DE CASA	77
AS PSICÓLOGAS E A HOMOSSEXUALIDADE: NOÇÕES, PRINCÍPIOS E EXERCÍCIO PROFISSIONAL	121
RACIONALIDADES EM PSICOLOGIA: ARTICULAÇÕES ENTRE FEMININO E CUIDADO	149
SOBRE MULHERES, PSICOLOGIA, PROFISSÃO E A INSISTENTE AUSÊNCIA DAS QUESTÕES RACIAIS	173
INVISIBILIDADES: AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO POTÊNCIA DE VARIAÇÃO NAS PRÁTICAS EM PSICOLOGIA	201
ESCUTANDO MULHERES, INTERROGANDO O FEMININO: A PSICANÁLISE ALÉM DO ÉDIPO COM FREUD E LACAN	223
SOBRE AS AUTORAS	267

INTRODUÇÃO: A PESQUISA, SEUS ANTECEDENTES E A PROPOSTA QUE A ORIENTOU

Louise Amaral Lhullier

Rita Flores Müller

Bruna Camillo Bonassi

Geni Daniela Nuñez Longhini

No primeiro semestre de 2012, o Conselho Federal de Psicologia conduziu uma pesquisa quantitativa sobre psicólogas e psicólogos brasileiras/os. Na sequência, publicou uma coletânea de textos que focalizaram especificamente as psicólogas (LHULLIER, 2012).

Aquela pesquisa confirmou, em primeiro lugar, a hegemonia das mulheres no universo de profissionais da Psicologia, em uma proporção que permanece praticamente estável em relação a pesquisas anteriores realizadas nas últimas décadas. Esse resultado, embora não tenha sido uma surpresa, sublinhou a importância de estudos que deem visibilidade a essas mulheres, seu trabalho, sua vida e, principalmente, que coloquem em debate as repercussões de seu fazer como psicólogas e do próprio fato de falarem a partir desse lugar, marcado por uma suposição de saber sobre a dimensão subjetiva da experiência humana e pelo poder que daí decorre.

O estudo qualitativo cujos resultados deram origem a esta coletânea, por sua vez, possibilitou contemplar a diversidade de uma profissão de muitas e diferentes mulheres¹ e, além disso, avançar na análise dos possíveis efeitos dessa hegemonia sobre o exercício da Psicologia no Brasil. Para caminhar nessa direção, compartilhamos o planejamento do trabalho de campo, a análise dos resultados e a autoria desta publicação com pesquisadoras de cinco diferentes universidades brasileiras, situadas nas cinco regiões do Brasil e cujas perspectivas teóricas também comportam diferenças.

Os dados da pesquisa qualitativa foram coletados entre novembro e dezembro de 2012, quando foram realizados 18 encontros presenciais com psicólogas, entre grupos (cinco a dez participantes), minigrupos (três ou quatro participantes) e entrevistas (um ou dois participantes), cada um deles realizado na capital de um estado diferente (ver quadro 1), na sede do respectivo Conselho Regional de Psicologia ou em outro espaço, caso aquele não estivesse disponível.

Todos os encontros foram coordenados pela mesma moderadora

¹Cf. Campanha realizada em 2011 pelo CFP disponível em <http://mulher.pol.org.br>

e seguiram um guia que contemplava quatro grandes eixos (Anexo 1). Preocupamo-nos em não fazer desse guia algo que “engessasse” a conversa, pois nos interessava, sobretudo, colher depoimentos tão espontâneos quanto possível e saber, além disso, entre as pautas avaliadas como importantes para a Psicologia brasileira, quais despertariam o interesse das participantes da pesquisa.

Cidades	Grupo/minigrupo
Belo Horizonte	Grupo
Rio de Janeiro	Grupo
Campo Grande	Grupo
Brasília	Grupo
Florianópolis	Grupo
Porto Alegre	Grupo
Curitiba	Grupo
Maceió	Grupo
Natal	Grupo
Fortaleza	Grupo
Manaus	Grupo
São Paulo	Minigrupo
Goiânia	Minigrupo
Cuiabá	Minigrupo
Aracaju	Minigrupo
Recife	Minigrupo
Belém	Minigrupo
Salvador	Entrevista

Quadro 1 – Distribuição dos grupos, minigrupos e entrevista pelas capitais de 18 estados brasileiros

O tempo de duração dos encontros foi de duas horas e meia a três horas. O recrutamento das participantes foi realizado de forma aleatória, a partir de um banco de dados do qual constavam todas as psicólogas cadastradas no CFP das cidades onde se realizaram os grupos. Foram convidadas e confirmaram participação, em média, quatorze psicólogas em cada cidade. Com base na experiência acumulada com esse tipo de trabalho, prevíamos o comparecimento de algo entre oito e doze por grupo, pois, em geral, há imprevistos e desistências de última hora. No entanto, para nossa surpresa, o comparecimento foi muito irregular: entre duas e dez participantes, daí o fato de termos trabalhado com grupos, minigrupos e uma entrevista, já que nossa prioridade foi não perder nenhuma presença, ou seja, ouvir todas as psicólogas que se dispuseram a participar da pesquisa e compareceram aos encontros.

Desde o início, tínhamos clareza de que visávamos a diversidade dos ditos sobre os temas de interesse da pesquisa, o que foi favorecido, a nosso ver, pela aleatoriedade do recrutamento e pela realização dos grupos em diferentes estados. Portanto, entendemos como importante para a análise tanto aquilo que se repetiu quanto aquilo que foi exceção nas falas das psicólogas; tanto aquilo que foi presentificado nas discussões quanto o que esteve ausente. Foi nessa perspectiva, absolutamente qualitativa, que trabalharam as pesquisadoras que contribuem para esta coletânea com suas análises.

No entanto, é preciso deixar claro que o trabalho concretizado neste livro não tem a pretensão de desenhar um “retrato da psicóloga brasileira”, ou sequer de contemplar toda a diversidade da composição deste universo. Aliás, a perspectiva de análise que poderia levar a alguma representação baseada naquilo que há em comum entre as mulheres que compõem esse universo tenderia a anular ou a minimizar a diversidade que a pesquisa revelou, que valorizamos e que queremos destacar nesta publicação.

A metodologia adotada visou justamente contemplar as diferenças tanto quanto possível, sem preocupação com a representatividade. Em outras palavras, o critério de escolha das falas aqui analisadas não levou em consideração o número de mulheres que falaram a partir de um dado discurso. Escolhemos, isso sim, os ditos que circulam entre essas mulheres, atinentes à constituição das subjetividades e dos laços sociais, pelo debate que sugerem, pela reflexão que podem provocar sobre o exercício da profissão.

Da mesma forma que a pesquisa contemplou essa diversidade

de mulheres/psicólogas, os textos que a ela se referem também refletem esse cuidado, na medida em que foram produzidos por distintos campos epistemológicos, cujo ponto de convergência é a problematização das relações entre Psicologia, mulher e feminino.

Nas discussões em grupo e na entrevista, ouviu-se dizer mais de uma vez que a palavra de uma psicóloga tem peso, produz efeitos, para além do âmbito profissional, atingindo a vida familiar e as relações sociais em geral. Reconhecendo que há aí alguma verdade sobre o lugar de suposto saber e, conseqüentemente, de poder que a Psicologia confere a quem fala em seu nome, julgamos importante explorar, com esta pesquisa, esses dizeres das psicólogas no que concerne a temas da contemporaneidade. Afinal, elas necessariamente se defrontam com as questões próprias de seu tempo em seu cotidiano profissional e pessoal, seja qual for seu campo de atuação.

Quisemos saber o que elas dizem quando são convocadas a falar sobre essas questões – e elas tinham muito a dizer, inclusive reconhecendo e valorizando o encontro pontual da pesquisa como uma prática necessária e propondo que ela se tornasse contínua, como um espaço de diálogo entre as colegas de profissão. Em muitos desses encontros, havia o desejo de continuar falando em outro momento, apesar do esgotamento próprio da participação em um grupo que suscitava tantas reflexões e posicionamentos – indo do exercício da profissão ao exercício da própria subjetividade – cada qual a seu modo, sem dúvida, mas reunidas no que o coletivo propiciou de singular, salvaguardadas as marcações culturais de cada região/estado.

O critério que usamos para estabelecer a relevância das questões de que tratamos aqui contempla, de um lado, as preocupações reveladas nas falas das psicólogas; de outro, nossa própria preocupação como pesquisadoras com o seu silêncio em torno de questões que afetam diretamente a prática da Psicologia. Dessa forma, algumas delas abordadas nos capítulos que seguem já estavam presentes quando discutimos os resultados da pesquisa quantitativa e concebemos a atual.

Outras foram emergindo a partir do trabalho de campo, e as formas de lançar as perguntas buscaram acompanhar o movimento próprio de cada grupo, ou seja, no desafio de não considerar o *a priori* como signo comum dos ditos, buscamos esmiuçar (sempre que possível) os conceitos centrais para a pesquisa a partir do significante-mestre *feminino* e *seus efeitos*. Cada grupo, viagem a viagem, produziu

seus saberes a respeito do que o guia formulado oferecia. E mais: como cada mulher pode ali se posicionar naquele encontro que se propunha único para uma variedade imensa de intensidades que a pesquisa suscitava.

Dessa forma, a presente coletânea espera visibilizar o produto desses diferentes encontros e fazê-los reverberar em várias outras vozes. Acreditamos que muito ainda pode ser dito a partir da polifonia contida neste livro, tanto do ponto de vista empírico quanto das diferentes leituras que sobre o trabalho de campo incidiram.

No capítulo *A diferença sexual inflacionada e o imperativo do feminino em Psicologia*, foram discutidas as incidências de ideais regulatórios potencializados pela diferença sexual e pelo imperativo do feminino nos enunciados analisados. O “feminino” narrado pelas mulheres é inflacionado pelas diferenças descritas entre os homens e as mulheres, mas raramente entre mulheres e mulheres/homens e homens. Em relação ao que estamos chamando de imperativo do feminino, destacou-se a imbricada relação que se desloca do mito do amor materno ao desejo naturalizado de filhos como potência do feminino para o questionamento da maternidade como projeto compulsório. Também evidencia arranjos entre público, privado e exercício da profissão calcados na essencialização da “mulher” e da “psicóloga”, o que acaba reforçando a territorialização das profissões/carreiras em Psicologia a partir de divisões binárias marcadas pela diferença sexual tal qual foi analisada.

Ante todas as questões suscitadas pela pesquisa, consideramos essencial incluir o capítulo *Gênero e sexualidade na formação e prática profissional em Psicologia*, que coloca em foco mais especificamente o papel das questões atinentes a gênero e sexualidade nessa formação, destacando a questão da laicidade do Estado como um guia da discussão sobre esses temas. A pesquisa sugere que as discussões sobre gênero e sexualidade ainda são incipientes na formação em Psicologia. Embora tenha sido possível observar uma pluralidade de perspectivas em relação a esses conceitos, não pareceu que um aprofundamento da questão fosse possível, o que aponta para a necessidade de se pautar essas questões nos cursos de graduação, visto que, para além do interesse de pesquisa no campo, essas temáticas atravessam nossa prática em qualquer área de atuação.

A pesquisa qualitativa apontou ainda a necessidade de problematizar a relação das psicólogas com as novas configurações familiares, pois o modelo hegemônico se mostrou, na maior parte

do tempo, identificado a um ideal de normalidade, enquanto as novas configurações apareceram pouco ou foram olhadas com suspeita, como possíveis fontes de “problemas psicológicos”. O capítulo intitulado *As psicólogas e as configurações familiares: limites e trânsitos entre ser e estar psicóloga dentro e fora de casa*, discute as formas de haver-se com o público e o privado, a divisão de tarefas entre homens e mulheres e suas qualificações, que foram temas marcantes, a partir dos quais foi possível perceber alguns dos sentidos que as entrevistadas atribuem aos conceitos de masculino e feminino. Ainda neste capítulo foi abordada a questão da violência que, quando apareceu, esteve referida à violência contra a mulher e a criança, áreas que a Psicologia tem reconhecido como de sua competência.

As questões de gênero, em geral, e da homossexualidade, em particular, ganharam importância durante o trabalho de campo, por meio das falas de psicólogas que revelaram que o preconceito e a falta de sustentação teórica na abordagem desses temas ainda estão muito presentes na Psicologia. O capítulo *As psicólogas e a homossexualidade: noções, princípios e exercício profissional* interroga quais noções e princípios relacionados à homossexualidade norteiam o exercício profissional das psicólogas entrevistadas, quais pressupostos balizam suas compreensões sobre gênero e sexualidade, como também, indaga em que medida suas concepções religiosas interferem na prática profissional. Nessa perspectiva, ao abordar uma temática tão atual, trata, sobretudo, de oferecer elementos para a problematização e o delineamento dos “pontos de tensão e de paradoxos que possibilitem a construção de um espaço produtivo direcionado à superação das desigualdades de gênero e de orientação sexual”.

A análise da questão do cuidado como uma característica feminina e da profissão – de que trata o capítulo *Racionalidades em Psicologia: articulações entre feminino e cuidado* – sobressaiu a partir do trabalho de campo. Foi quase um consenso entre as psicólogas que ouvimos na pesquisa que o cuidado é uma marca da sua profissão, algo que a define e que estaria em suas supostas raízes. No entanto, as implicações políticas desse cuidado e dos arranjos que o tornam possível não foram problematizadas pelas participantes da pesquisa. Nesse capítulo, as pesquisadoras mostram o quanto essa associação contingente é amplamente disseminada, ocupando o lugar de um saber sobre a profissão e sobre o feminino. Além disso, amplia as

possibilidades de reflexão sobre as possíveis implicações desse saber e de seus efeitos, não apenas sobre a prática profissional, mas também sobre o estatuto dessa prática e da teoria que deveria sustentá-la.

Algumas “invisibilidades”, ou seja, temas que não surgiram espontaneamente ou não despertaram interesse nas diversas discussões e entrevistas – ou, ainda, que surgiram apenas pontualmente – instigaram a escrita de vários capítulos. A questão racial – que na pesquisa qualitativa somente emergiu nas discussões das quais participaram mulheres negras – mereceu um capítulo inteiro. *Sobre mulheres, Psicologia, profissão e a insistente ausência das questões raciais* visa analisar essa ausência, menos pelo desafio de refletir acerca de ausências ou invisibilidades, e mais pelo momento privilegiado de poder analisar como caminham as questões raciais no campo profissional da Psicologia, articulada às questões de gênero em um momento histórico de conquistas importantes em prol da igualdade racial no Brasil. Estariam tais mudanças impactando a Psicologia?

O tema das políticas públicas e do (des)encontro entre política e Psicologia foi outra invisibilidade marcante e aparece em diversos capítulos, além de ser objeto de uma análise específica no capítulo *Invisibilidades: as políticas públicas como potência de variação nas práticas em Psicologia*. Considerando o grande contingente de psicólogas que trabalham no setor público – conta-se seu número em dezenas de milhares – pareceu-nos mais que oportuno marcar a invisibilidade dessas temáticas, neste momento em que a Psicologia é convocada a falar sobre o feminino e seus efeitos no exercício da profissão. Reafirma-se, portanto, a indissociabilidade entre as práticas psicológicas e as questões políticas.

Nos dois últimos capítulos – *Freud: pertinências e impertinências sobre a mulher e o feminino* e *O feminino na psicanálise: além do Édipo com Freud e Lacan* – a própria relação entre os termos mulher e feminino é problematizada. Na medida em que 48% das psicólogas ouvidas na pesquisa quantitativa realizada pelo CFP em 2012 indicaram como principal autor de referência de sua prática profissional um ou uma psicanalista, entendemos que uma exploração do tema a partir do olhar da Psicanálise não poderia ficar ausente desta coletânea. Além disso, considerando que a constituição da subjetividade é uma questão central para a Psicologia, que a sexualidade está totalmente implicada nesse processo e que foi a partir da invenção freudiana que isso se evidenciou, perguntamo-nos quais as referências que

encontraríamos a essa herança, ao escutarmos as falas das psicólogas sobre mulher e feminino nos diversos encontros propiciados pela pesquisa.

Esses dois capítulos correspondem a duas perspectivas de leitura das contribuições da Psicanálise ao tema que elegemos. O primeiro deles reflete uma visão relativizada a partir da crítica feminista à teorização de Freud sobre a diferença sexual e o feminino. O segundo aponta as contribuições da concepção lacaniana sobre a sexualização a esse debate, a partir do Édipo freudiano e de sua transcendência ao longo do ensino de Jacques Lacan. Dessa forma, valorizamos o contraditório como provocação ao debate em torno de questões que estão longe de respostas satisfatórias. Se no campo dos direitos não temos dúvidas quanto à necessidade de garantir a igualdade política aos cidadãos, seja qual for seu sexo (biológico) ou sua orientação sexual (sua modalidade de gozo), no campo da teoria que busca dar conta do real da sexualidade as dúvidas são o que mais temos.

Portanto, valemo-nos do que afirmou Pontalis (1994) e que compartilhamos, sobre a potência e a originalidade do texto freudiano que se sustenta, justamente, no fato de não ter sucumbido à tentação de se erigir como um sistema, mantendo-se como uma obra aberta e inacabada, e no que sugeriu Foucault (1983), em elogio a Freud, sobre a abertura do texto freudiano para uma possibilidade ilimitada de discursos – “um texto transdiscursivo” –, para explorar mais de uma possibilidade de leitura das contribuições da Psicanálise para a reflexão sobre mulher-feminino e feminino-mulher.

Finalmente, uma observação sobre o tema do trabalho e seu valor, consubstanciado na renda que proporciona às praticantes da Psicologia e que foi um tema recorrente nas discussões e entrevista. Frequentemente relacionado à necessidade de trabalhar em uma atividade fora da profissão para complementar a renda, ou em alguma área dentro da própria Psicologia que seja mais rentável em relação à sua preferência, ou, ainda, ao fato de contar com a renda do/a companheiro/a ou dos pais para suprir aquilo que a Psicologia não lhes proporciona, as vozes das que se disseram satisfeitas com o que ganham na profissão foram poucas ante as que falaram da insuficiência dessa renda. Essas questões foram abordadas anteriormente, pelos/as pesquisadores/as que analisaram a pesquisa quantitativa (Lhullier & Roslindo, 2013; Müller & Longhini, 2013; Bonassi & Müller, 2013; Diogo & Coutinho, 2013; Yamamoto, Oliveira & Costa, 2013). Nesta coletânea elas não são objeto de tratamento

específico, mas entendemos que merecem ser retomadas em outra publicação, na medida em que constituem uma dimensão importantíssima da experiência de viver a Psicologia como profissão.

Aliás, para concluir, é importante ressaltar que este livro não esgota as questões que as duas pesquisas aqui mencionadas suscitaram. É muito provável – e desejável – que a riqueza do material disponível inspire outras publicações, tanto dos/das autores/as atuais como de outros/as pesquisadores/as. Essa é tanto a nossa intenção quanto a nossa expectativa: que estejamos apenas abrindo o debate sobre os efeitos e as implicações da maciça presença das mulheres na Psicologia brasileira.

REFERÊNCIAS

BONASSI, B. C.; MÜLLER, R. F. A feminização da profissão e a presença das mulheres na Psicologia. In: LHULLIER, L. A. (Org.). **Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. p. 91-106.

DIOGO, M. F.; COUTINHO, M. C. Ser psicóloga no Brasil: entre o exercício profissional e a realização de atividades domésticas e de cuidado não remuneradas. In: LHULLIER, L. A. (Org.). **Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. p. 107-128.

LHULLIER, L. A.; ROSLINDO, J. J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: LHULLIER, L. A. (Org.). **Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. p. 27-62.

MÜLLER, R. F.; LONGHINI, G. N. Trabalho feminino, trabalho masculino: desdobramentos da divisão sexual do trabalho. In: LHULLIER, L. A. (Org.). **Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. p. 63-90.

PONTALIS, J. B. L'inachèvement. **Nouvelle Revue de Psychanalyse**. Paris: Gallimard, n. 50, 1994.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. D.; COSTA, A. L. F. As psicólogas e as mutações no mundo do trabalho. In: LHULLIER, L. A. (Org.). **Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. p. 129-148.

A DIFERENÇA SEXUAL INFLACIONADA E O IMPERATIVO DO FEMININO EM PSICOLOGIA

Maria Juracy Filgueiras Toneli
Rita Flores Müller

INTRODUÇÃO

Não se nasce mulher, torna-se mulher. Esse é um dos enunciados mais citados e debatidos do livro *O segundo sexo*, escrito em 1949, pela filósofa francesa Simone de Beauvoir (1967). Afirmiação categórica, bandeira de luta por direitos, estopim para numerosos debates e reflexões no meio acadêmico, nos movimentos e nas produções feministas, essa afirmação foi usada como um modo *outro* de escapar da naturalização inscrita na essencialização do *ser mulher*, inserindo-a num contexto de análise amplificado que levasse em consideração as condições históricas, sociais e culturais de produção de determinados discursos – “porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história” (SCOTT, 1995, p. 89). Sem perder de vista a assertiva da historiadora norte-americana Joan Scott acerca da historicidade das palavras, perguntamos: quais regimes de verdade atuam na produção da feminização da Psicologia, essa que a estatística valida e os enunciados dão vida?

Dada a repercussão da publicação de Beauvoir até os dias atuais, podemos afirmar que se trata de um *acontecimento* – como a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento de sua produção – no sentido do filósofo francês Michel Foucault (2009); ou ainda que se trata do “berço do feminismo contemporâneo”, segundo a saudosa psicanalista brasileira Márcia Arán (2006). No Brasil, *O segundo sexo* foi publicado em dois volumes. O primeiro, *Fatos e mitos*, é uma reflexão sobre justamente mitos e fatos que condicionam a situação da mulher na sociedade. No segundo, *A experiência vivida*, Beauvoir analisa a condição feminina nas esferas sexual, psicológica, social e política. Para este capítulo que não se propõe exaustivo, entendemos que essa pode ser uma boa inspiração para nosso *início de conversa*.

Da mulher como signo de uma alteridade *menor* à derrocada do projeto de sujeição dessa a uma experiência transcendental, o “Outro é o lugar no qual se pretende fixar a mulher, na imanência, como uma facticidade, isto é, como um objeto” (BEAUVOIR, 1949, p. 31). Para

a filósofa Maria Luisa Femenias (2003), Beauvoir precisou descrever fenomenologicamente a situação real das mulheres para, em seguida, desmontar o que a cultura lhes impõe, apelando para a “natureza” de seu sexo (BEAUVOIR, 1949, p. 20). Teóricas feministas de diversas correntes e gerações se basearam em Beauvoir, seja para apoiá-la seja para criticá-la. De efeitos contestadores e *barulhentos* na moral sexual civilizada da época, o que estava em pauta na agenda sociopolítica a partir dessa emblemática obra foi a necessidade de refletir sobre a história das mulheres, questionando-se os usos e desusos (e abusos) das palavras “mulher” e “feminino”.

Iniciar este capítulo com essas reflexões permite-nos exatamente assinalar o lugar do qual partimos e, portanto, nos posicionarmos ainda que provisoriamente. O denominador comum seria, portanto, o compromisso em não nos amalgamarmos à “natureza” das coisas, mas à contingência de seus modos de produção discursiva que constituem sujeitos e modos de subjetivação².

A possibilidade de que histórias possam ser (re)contadas constitui-se em poder ler as *mesmas* coisas de outras maneiras, parafraseando a historiadora norte-americana Joan Scott (2002) e recuperando, neste sentido, o potencial eminentemente criador do mesmo que se apresenta *outro*. Aliando essa questão em Scott à proposta por Judith Butler (1998), em *Fundamentos Contingentes*, pode-se pensar que a pesquisa com as psicólogas brasileiras exigiu um constante comprometimento, não apenas com os próprios objetivos do projeto, mas também com os fundamentos epistemológicos sobre os quais se estruturou essa iniciativa no campo da Psicologia, aliada aos estudos de gênero (em sua pluralidade teórico-metodológica). Isso implicou o constante submetimento das noções de gênero e seus efeitos substancializantes de corpo e sexo à ação das próprias

²Conceito utilizado segundo Michel Foucault (1997). A subjetividade, ou seja, a constituição do sujeito, implica processo de subjetivação. Conforme Foucault (1997), a subjetivação se constitui como um processo contínuo, estabelecido de acordo com a configuração sócio-histórica em que se situam os sujeitos. Os processos de subjetivação aparecem e se desenvolvem historicamente como práticas de si que vigoram dentro de práticas discursivas e de poder, testemunhadas pela descontinuidade de suas formas históricas. Por fim, os modos de subjetivação consistiriam em “ferramentas para fabricação” e envolvem modos historicamente peculiares de se fazer a experiência do si (FOUCAULT, 1997). Já a subjetividade consistiria em uma forma, expressão da nossa relação com as coisas através da história, a qual é simultaneamente desfeita por processos de subjetivação.

estruturas de significação que sustentam as verdades produzidas sob o crivo do empírico, nosso corpus de trabalho. Importante se faz não negligenciar nossa própria implicação na/pela pesquisa, todas nós também mulheres afetadas pelas contingências por meio das quais somos produzidas e produzimos a Psicologia no Brasil.

Apresentando o arquivo

Quando questionadas sobre a maciça predominância de mulheres na Psicologia – 89%, segundo última pesquisa de perfil realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012) – as participantes dos grupos focais elaboraram suas hipóteses. Por que somos tantas? – foi a pergunta-chave para que tecessem suas respostas:

Eu penso que isso é uma coisa bastante cultural porque não só na área da Psicologia como na área da educação também. Se pensar, a grande maioria são professoras, isso sempre muito identificado com a figura materna, a questão da maternagem. [...] Antigamente era o magistério, o normal que formava professoras, e praticamente era restrito às mulheres. (Grupo de Brasília)

Eu acho que as diferenças são muito reais, né... Muito visíveis no cotidiano, nas escolhas, por isso, eu creio que isso influencia e interfere nas decisões de uma escolha profissional. (Grupo de Belo Horizonte)

A outra coisa que eu tenho me dado conta recentemente, é que eu acho que esse é um desserviço para a Psicologia, essa quantidade de mulheres, porque acaba sendo dado um enfoque nesse trabalho por ser subjetivo, predominantemente feminino. (Grupo de São Paulo)

No momento final de realização dos grupos, a pergunta inverteu-se sobre sua própria lógica, ao ser lançada no movimento imaginário e hipotético de refletir sobre como seria uma Psicologia composta de 89% de homens. Momento este em que o cenário se inverte radicalmente, em que a presença de uns (homens) denota a ausência de determinados valores em outros (mulheres). Cinde-se um campo representacional de uma mesma profissão entre ser feminina e masculina, com diferentes gradações identitárias entre o *ser homem* e o *ser mulher*:

Eu acho que eles dariam um cunho pragmatista, a questão do honorário seria uma questão mais claramente discutida e imposta, talvez juntar o Conselho e todas essas questões. Eu acho que o homem tem uma efetividade maior quando se trata de uma profissão, ele é mais agressivo, tem um caráter, uma agressividade que eu acho que é mais masculina que feminina. [...] porque os homens são mais competitivos, eles brigam mais. (Grupo de São Paulo)

Provavelmente a Psicologia ia ser um pouquinho mais reconhecida do que é hoje. (Grupo de Brasília)

[A Psicologia] seria menos humanista. (Grupo de Brasília)

As duas questões do roteiro nos colocam de entrada no limite da análise discursiva do gênero, que “pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura” (BUTLER, 2003, p. 28). Lidar com a polaridade inicial das perguntas foi interessante na medida em que as próprias fronteiras analíticas – ora mulheres, ora homens, ora feminino, ora masculino – se constituíram como lugares privilegiados de análise dos grupos focais, no incessante ato interpretativo que confere outras (não necessariamente *novas*) possibilidades de existência do gênero no interior da própria engrenagem que produz a coerência de seu movimento.

Em outras palavras, não foi preciso mover-se em relação à dicotomia da pergunta, mas permanecer no interior dessa para proceder à análise do *corpus* de trabalho. Fez parte da escrita não escapar do “processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras, precisamente pela produção de efeitos substancializantes” (BUTLER, 2003, p. 209). Invocar os 89% como o pêndulo que tende ora lá, ora cá, significa incluir, de saída, a existência dos 11% como princípio de exterioridade (FOUCAULT, 2010, p. 53) do discurso – sua maioria excluída. Os enunciados sobre os homens em Psicologia produzem as fronteiras do que há de mais interiorizado/ internalizado nas retóricas acerca do *mulherio* em Psicologia. São as reflexões que incidem sobre os 11% que potencializam a força da aproximação entre mulheres, feminino e Psicologia, desmontando a lógica da maioria absoluta. “Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos

em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (FOUCAULT, 2010, p. 53). Em certo sentido, a Psicologia narrada é eminentemente feminina – pois é de um imperativo que se trata – à revelia de seus sujeitos serem homens ou mulheres. *“Provavelmente esses 10% de homens, eles devem ter lado feminino”* (Grupo focal do Rio de Janeiro). Um feminino *a priori* concebido, familiar a todas as mulheres.

Nosso disparador de análise foi justamente o montante de enunciados produzidos a partir daquelas perguntas, em que os enunciados efetivamente pronunciados homogeneizaram-se ao fazer reverberar as sedimentações históricas de sua formação (FOUCAULT, 2010), alinhavados ao rol de outras profissões igualmente constituídas por mulheres no deslizamento incessante entre *elas* e o feminino.

“Tem a ver com o perfil da psicóloga. Por isso a gente vê psicóloga, enfermeira, professora do ensino fundamental das crianças, cuidado é uma atividade feminina” (Grupo de Natal).

A maioria das profissões de cuidado é relacionada a mulheres: enfermagem, nutricionista. A grande maioria é mulher, tem uma questão cultural de que os primeiros cursos, odontologia, medicina, que as mulheres não tinham acesso ao estudo, então já são profissões mais antigas, em que os homens eram quem tinham esse direito de estudar, de ir para a universidade, as mulheres não. (Grupo de Recife).

Eu acho que não se pode esquecer do histórico que nos levou a ser essa maioria. Eu acho assim, que a gente pode até ter mais sensibilidade, mas eu acho que a gente foi treinada ao longo da história, a mulher, o feminino foi treinado, nos foi ofertado esse lugar. (Grupo de Maceió).

Numa espécie de *déjà vu*, é o eterno retorno do mesmo que irrompe na analítica da diferença sexual ocidental, sob as aberturas e fechamentos do analisador “gênero”. Daí a importância do *déjà vu* como o empuxo que a própria memória imprime na escrita do capítulo, como metáfora do já dito/vivido na temporalidade que constitui essa espécie de arquivo da Psicologia do feminino (FOUCAULT, 2009).

Mas, de que memória se trata?

É nos embates entre natureza e cultura que se constituem corpos familiares à Psicologia e sua historicidade, corpos domesticados pela tradição de uma profissão feminina. Toda a produção no contemporâneo que a pesquisa qualitativa com as psicólogas brasileiras visibiliza traz as marcas de um passado recente e nos lança para um futuro próximo, em que as grades de entendimento do gênero aos pares turvam os olhares sobre o mundo atual. Ou seja, os enunciados aqui destacados dão a ver os regimes que garantem suas condições de possibilidade justamente nas aparições e regularidades do turvamento do olhar.

Por aparições e regularidades entendemos o que se repete como o *nós* – ideal comum que aproxima as mulheres – nos diversos jogos de verdade aqui em jogo:

“Acho que tem muito a ver com a questão social do cuidado, tem a questão do status, mas acho que, por esse histórico, é considerada uma profissão feminina” (Grupo de Recife).

“A questão do arquétipo do feminino, a mulher tem a questão do cuidado, da maternagem, é nacional, é nosso, é cultural, mas existe um arquétipo maior também” (Grupo de Recife).

Um dos desafios de nossa leitura é identificar, nos fenômenos de recorrência, possíveis linhas de descontinuidade que oxigenem a análise proposta. A análise do discurso tecida encontrou em Michel Foucault instrumentos importantes para não tomar a palavra pela palavra, mas considerar que cada ato de enunciação evidencia a produção de uma verdade histórica e de seu campo de possibilidades. São os objetos de análise que se configuram nesse exercício instrumental: a Psicologia, as mulheres, os homens, mas também o feminino e o masculino. Essa problematização consiste na desconstrução ou desnaturalização das formas cristalizadas e instituídas, apontando para o caráter contingente que marca a constituição de cada um dos objetos.

Salvaguardado na materialidade das transcrições dos grupos focais – da voz ao texto, o *corpus* nos abre à possibilidade de o considerarmos um *arquivo*, no sentido foucaultiano do termo. O arquivo é:

A lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. É o que, na

própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de seu funcionamento. (FOUCAULT, 2009, p. 147).

Trabalhado a partir das condições de produção dos ditos, o arquivo os restitui em seu caráter de acontecimento mediante um gesto analítico-descritivo de manejo dos enunciados dispersos. Em nossa empreitada metodológica, acompanhamos as três decisões apresentadas por Foucault (2010) em relação à análise do discurso empreendida, quais sejam, “interrogar a nossa vontade de verdade; restituir ao discurso o seu caráter de acontecimento; finalmente, abandonar a soberania do significante” (FOUCAULT, 2010). O arquivo faz com que as coisas ditas mantenham-se, segundo regras específicas, no corpo enunciativo cuja existência e materialidade se concretizam no acontecer – e o que acontece são as incidências de ideais regulatórios potencializados pela diferença sexual e pelo imperativo do feminino, conforme discorreremos a seguir.

A diferença sexual inflacionada e o imperativo do feminino na Psicologia

A maioria dos meus colegas psicólogos tem características femininas, mas tem outros que nem tanto. Eu acho que eles pegam um outro viés, mais objetivo, mais racional. (Grupo focal do Rio de Janeiro).

O mundo está se abrindo para um campo de sensibilidade que não é mais exclusividade nossa, do feminino. É claro que a tendência de cuidar é incrivelmente nossa, sempre foi, mas para outros campos de sensibilidade acho que deixou de ser exclusividade do feminino. (Grupo de Fortaleza)

Nessa seção, propomos analisar o que estamos chamando de inflação da diferença entre homens e mulheres. Levando a significação dessa diferença à exaustão, encontramos o corolário do paradigma da diferença sexual conhecido desde o final do século XVIII – dois sexos, distintos e diferenciados. Não há muitos indícios de que as participantes dos grupos focais consigam se separar da ficção reguladora que (as) descrevem como inerente do “feminino”. Esse feminino narrado pelas mulheres é inflacionado pelas diferenças

descritas entre os homens e as mulheres, mas raramente entre mulheres e mulheres/ homens e homens. No sentido foucaultiano, encontramos no manejo do arquivo uma série binária de enunciados recorrentes (FOUCAULT, 2010) e alguns achados como irrupções da e na recorrência – aqueles que *destoam* do nós concordante.

O discurso sobre a diferença sexual é um acontecimento bastante recente na história do Ocidente (BIRMAN, 2001). Forjados no final do século XVIII e início do século XIX – o masculino e o feminino se contrapuseram ao discurso de sexo único cuja referência era o sexo masculino, o modelo da tradição ocidental desde a Antiguidade (LAQUEUR, 1992; BIRMAN, 2001). No paradigma do monismo sexual, o sexo era necessariamente masculino, um imperativo inquestionável na definição do que era o *segundo* sexo – à imagem e semelhança (invertida e interna) do corpo do homem, figurava a mulher. Entre o excesso e a falta dos humores e calores vitais, esse modelo unívoco foi substituído pelo modelo do dimorfismo sexual.

Tal qual a diferença sexual, a ideia de que todos os seres humanos são iguais em seus direitos sociais é relativamente recente no pensamento ocidental, remontando ao século XVIII. Dois sexos estáveis e opostos, iguais perante a Lei (LAQUEUR, 2001). A ideologia de igualdade da Revolução Francesa foi determinante para essas mudanças. No clamor por “igualdade, liberdade e fraternidade”, as mulheres deixaram de ser um homem atrofiado para ganhar um sexo e uma corporeidade própria (VILLELA, ARILHA, 2003). Se os seres humanos passaram a ser declarados iguais, era necessário buscar na natureza a base para a desigualdade. Com seus elementos anatômicos e fisiológicos, a biologia marcou as concepções de homem e mulher conhecidas como verdade dos corpos até os dias atuais.

O paradigma da diferença sexual é herdeiro de uma leitura naturalista da diversidade sexual, ou seja, algo de ordem estritamente biológica que marcou o espaço social de uma inserção funcional de homens e mulheres de acordo com suas finalidades biológicas. O discurso da ciência viria finalmente legitimar a hierarquia entre os sexos fundada no registro biológico da natureza (BIRMAN, 2001). Para o psicanalista Joel Birman (2001), a hierarquia do modelo de sexo único não foi sem consequências, pois “convivemos de maneira naturalizada com o modelo da diferença sexual há duzentos anos pelo menos e, assim, perdemos de vista sua relatividade histórica” (BIRMAN, 2001, p. 34). Recuperamos ainda o compromisso empreendido por Márcia Arán, ao afirmar que “a historicidade do sexual não é apenas uma

questão ética e política mas, sobretudo, uma questão teórica que não pode ser ignorada” (ARÁN, 2006, p. 42).

Essa breve explanação cumpre a função de demarcar nosso compromisso com o horizonte histórico de análise no qual a problemática deste capítulo está inserida. A reflexão da Psicologia como uma profissão eminentemente feminina não pode se furtar a esse horizonte, pois quando pronunciamos a palavra *feminino* é de uma dada herança histórica que se trata das condições de possibilidade de sua enunciação no social e de suas amarras ao que entendemos por sexo e por gênero.

Provavelmente, nos pronunciamentos do “feminino” já não nos surge a representação deste como o contramodelo do sexo único masculino, nem tampouco a situamos na morfologia corporal dos humores conforme a filosofia de Aristóteles e Galeno. No entanto, o que se conserva imaginariamente do paradigma anterior no paradigma moderno de diferença sexual? Os *fantasmas* da atividade e da passividade, do dentro e do fora, do interno e do externo, do frio e do quente, do perfeito e do imperfeito, da luminosidade e da obscuridade, do sensível e da razão – ainda perduram no imaginário social? Nossa hipótese é a de que estamos invariavelmente marcados por esses sítios fantasmáticos ainda que seja sob a forma de arquivamento, no sentido de Jacques Derrida (2001).

Foi no exercício da diferenciação sexual binária que encontramos as pistas da inscrição fantasmática presente no arquivo. Uma das primeiras clivagens foi percebida na distribuição em áreas do conhecimento:

“Os amigos que eu tenho que são psicólogos, com certeza eles têm um lado feminino muito forte, mas tem outros que nem tanto, eu acho que eles pegam um outro viés, mais objetivo, mais racional” (Grupo de Natal).

Ou ainda:

“É um papel secular né, há séculos o homem está nessa área dos limites, da norma e tudo mais, enquanto a mulher vai para a área mais fluida” (Grupo de Natal).

“Culturalmente o pensamento masculino vem nessa área mais exata” (Grupo de Natal).

“Nos cursos que eu já fiz, se você vai fazer um curso de

especialização em terapia cognitiva tem mais homens porque eu acho que como eles são mais diretivos, eles são menos humanistas, eles procuram essas áreas, vai para o esporte, vai para a cognitiva, aí você vai ver mais homens” (Grupo de Brasília).

Há outras clivagens no interior do próprio gênero como instituição reguladora, em que determinado imperativo do feminino suprassensível aliado à mulher emergiu da matriz de inteligibilidade: *“ele se identifica também com o feminino, tem muitos homossexuais tanto como enfermeiros como psicólogos”* (Grupo de Natal).

A força do que se inscreve como verdade dada produz afirmações compartilhadas nos grupos. Na maioria das vezes em que se acionam os termos “masculino” e “feminino”, supõe-se um entendimento naturalizado daquilo que está sendo dito: *“se eu pensar a questão do gênero é diferente do que se escreve no psiquismo do ser homem e ser mulher. E até porque em alguns momentos eu tenho que ter uma posição muito mais identificada com o masculino, dependendo da posição”* (Grupo de Brasília). Em outras palavras, são os dois sexos, distintos e diferenciados, que se refratam nas enunciações destacadas, corolário do paradigma da diferença sexual que conhecemos desde o final do século XVIII:

O homem tem menos, tem mais dificuldade de ver essas expressões, tem graus, tem uma variaçãozinha, mas é uma característica do cérebro feminino e acho que a Psicologia nos chama a essa sensibilidade ao Outro, perceber o Outro além daquilo que ele quer mostrar, ou que ele até tem condições de mostrar de forma verbal, declarada. E aí eu acredito que isso encaixa nessa aptidão feminina. (Grupo de Recife)

Mas é isso que eu estou falando, quando eu falo nisso, não quero dizer que só o homem tem características masculinas e só a mulher femininas, as pessoas têm variações, graus, então há homens sensíveis e mulheres mais masculinas, nem falando de sexualidade, mas da forma de lidar com o mundo, existe também. Existe uma variação, mas eu estou falando do que chama de início, talvez esse componente que está na mulher, a princípio mais do que no homem, mas pode estar no homem também, seja o que chama para ir para a formação. (Grupo de Recife)

O que significa dizer que a Psicologia se masculiniza ao adentrar outras áreas de atuação, aproximando-se de um *fazer ciência*? Parece que mais do que homem e mulher, o binarismo do masculino e do feminino transversaliza essas falas. São os sítios fantasmáticos a que nos referimos, descortinando-se os postulados radicais do paradigma de sexo único ainda vigente no paradigma da diferença sexual, correlato da modernidade.

Eu vejo assim, não me parece estranho essa prevalência feminina no curso porque o nosso curso até pouco tempo era muito ligado às questões do feminino; era pedagogia, era filosofia, ciências humanas. E hoje a Psicologia se faz e busca ser ciência, e de certa forma ela se masculiniza no sentido do termo de um fazer mais pontual, de um fazer empresas e não só aquele que era de ficar atenta à criança, aquilo da maternagem. (Grupo de Porto Alegre)

Porque querendo ou não ainda é classificada como uma profissão mais delicada, que você tem que ter todo o jeito feminino para ouvir, porque quando fala Psicologia eles não pensam que a Psicologia tem várias opções de atuação. Eles acham que você vai trabalhar atendendo e ouvindo pessoas. (Grupo de Belém)

O movimento imposto pelo discurso analisado é caleidoscópico na combinação de cores que definem as possibilidades de seus matizes. Apesar do aparente contraste, a materialidade pré-concebida do *homem* e da *mulher* (os universais) subsume-se ao binarismo do masculino e do feminino – ponto de chegada das lógicas enunciadas. Numa espécie de cartela de cores simbólica – da qual as participantes se valem para pintar o mundo que veem – o que se observa na tela descrita é um em contraposição/dependência radical ao outro. De diferença em diferença e, com alguma abertura para as mudanças, as linhas paralelas definem o movimento da série binomial *em relação* ao masculino e ao feminino *aplicado*.

A mulher, eu acho que ela é mais sensível a esse tema, acho que muito mais do que o homem, não que o homem seja, mas na grande maioria das vezes, a mulher é mais sensível para tentar entender o ser humano, para tentar captar mais a sensibilidade

do outro. Não que o homem não seja. Claro que hoje em dia o homem está tendo uma abertura muito grande em relação a outros espaços que geralmente eram da mulher. Eu acho que deve aplicar também em relação ao feminino e ao masculino. (Grupo de Aracaju)

Acho que está estigmatizado, não é? À mulher está a questão de ser intuitiva, de ser subjetiva. Igual na Engenharia tem mais homens, que é uma questão mais diretiva. Então é uma questão cultural também, um pensamento cultural. (Grupo de Campo Grande)

Eu concordo, eu acho que o gênero masculino está muito ligado ao racional, e o gênero feminino está muito ligado ao emocional, ao sentimento. Eu acredito nessa possibilidade. Na minha turma teve oito homens. (Grupo de Campo Grande)

Os fantasmas a que nos referimos anteriormente adquirem forma e conteúdo nesses enunciados: entre o exato e o subjetivo, o racional e o sensível, a valoração de práticas impressas em um corpo sexuado – homem ou mulher. Como fenômenos de recorrência, encontramos a divisão da Psicologia em saberes e fazeres a partir de determinado "status – os homens se atraem por profissões onde têm um ganho e status" (Grupo de Goiânia).

Há algo de territorialização das profissões/carreiras pelo binarismo de gênero (extra-carreira e inter-carreira):

Eu sei porque é algo que eu ouço falar na universidade, alguns professores traziam isso que talvez tenham tantas mulheres na instituição por conta disso, que o homem já está mais para a área das exatas e a mulher para a área das humanas, isso também é uma incógnita. (Grupo de Florianópolis)

Parece que tem crescido a abertura dos homens para a sensibilidade, para o acolhimento. Ser psicoterapeuta, ser psicólogo de uma forma geral, por que que os homens estão mais na organizacional? Porque lá tem começo, meio e fim, é mais objetiva, mais relacional... a clínica é mais subjetiva, não tem um roteiro, principalmente dentro de uma abordagem dialógica, fenomenológica, ela exige esse estar... então eu creio que a natureza feminina, ela é mais receptiva, então eu

acredito que existe essa diferença de percepção, a percepção para o homem é diferente da concepção da mulher, então eu creio que isso direciona para outras áreas. (Grupo de Fortaleza)

Endereçar perguntas aos enunciados significa manter o compromisso de desconstrução dos regimes de verdade acomodados nos discursos. Destaca-se o diálogo fecundo de Jacques Derrida com Elisabeth Roudinesco (2004), no sentido de analisar como operam as oposições binárias, revertendo e deslocando sua construção hierárquica para desacomodar da obviedade os efeitos da estruturação no social. Para os autores, “desconstruir é de certo modo resistir à tirania do Um, do logos, da metafísica (ocidental) na própria língua em que é enunciada, com a ajuda do próprio material deslocado, movido com fins de reconstruções cambiantes” (p. 410).

Derrida (1995) em *A escritura e a diferença* denominou de lógica da suplementaridade aquela que nos permite repensar os pares de oposição, seja para evitar que se neutralizem as oposições binárias com a simples negação das diferenças entre os polos duais, seja para evitar acomodar-se na lógica identitária que estabiliza o movimento de produção das diferenças através da formação de dicotomias. Ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico. Essa reflexão é importante, pois quando afirmamos o caráter eminentemente feminino da Psicologia, o que permanece de fora – e “de” – dentro desse enunciado histórico?

A aproximação compulsória ao feminino como modelo hegemônico em Psicologia é posta em relevo quando se coloca em xeque o par heterossexualidade-homossexualidade na presença de homens nos bancos universitários: “o mais interessante era que dos seis homens na minha turma de Psicologia, um era bissexual e os outros eram heterossexuais, não tinha nenhum homossexual, o que também era uma coisa considerada fora do normal”.

Ou ainda: “ele [o homem] se identifica também com o feminino, são homens que fogem àquela coisa dura, tradicional, de amargura do homem, àquela coisa forte” (Grupo de Campo Grande). Como se não fosse possível descolar subjetividades de uma certa matriz de inteligibilidade de outra hegemonia – a heterossexual, é sempre como efeito de uma norma que se questiona a presença majoritária de mulheres em relação à minoritária presença de homens no exercício da Psicologia. Como age a norma? Fagocitando os homens no familiar feminino, cooptando-os

como a presença que marca o signo de uma diferença ou de uma semelhança, respectivamente:

A nossa turma era considerada diferente por ter tantos homens, eu acho que isso tem um pouco a ver com uma construção social, isso de que a mulher historicamente ia para algumas profissões e o homem para outras. Não por acaso se formou a profissão do cuidado, que é uma função materna, uma função da mulher, uma função que é historicamente atribuída à mulher. (Grupo de Florianópolis)

[...] porque eu acredito que realmente para exercer essa profissão as características do feminino são essenciais nessa questão do acolher, do cuidar, do ir ver na curva, é muito ligado ao feminino mesmo, então acredito que seja coerente, pertinente, ter uma maior quantidade de feminino. (Grupo do Rio de Janeiro)

Como categoria de análise histórica (Scott, 1995), pode-se questionar como o próprio gênero “naturaliza-se”, ancorando-se na legitimidade dos saberes biológicos que diferenciam homens e mulheres (“O homem é mais racional, e a mulher é mais emocional” – Grupo de Brasília). Nos termos de Michel Foucault (1998), trata-se de acompanhar as incidências do ideal regulatório do sexo no campo empírico analisado. Porém, se conforme Judith Butler (2003) os atributos de gênero são performativos, produzindo inclusive a ilusão de uma identidade pré-existente, a postulação de um “verdadeiro sexo” ou de uma “verdade sobre o gênero” revela-se antes uma ficção reguladora.

Eu acho que gênero é uma questão de análise social, é uma questão mais social...vamos supor assim, eu acho que a gente tem algo pré-determinado que é a questão de macho ou fêmea, feminino e masculino, mas quem vai ensinar a ser homem ou mulher é a sociedade, menina usa rosa, menino azul, menina chora, menino não chora, né...Então eu acho que gênero é cultural. (Grupo de Campo Grande)

Nesse sentido, o tornar-se mulher de Beauvoir poderia parecer mais atual do que nunca (um recurso à experiência vivida pelas e das mulheres no que as unifica e silencia como nós-mulheres). O sujeito cognoscente que se ajeita ao discurso do “é social” não abre mão do “é”/sou na constituição de um enredo coerente e sintético deste nós-mulher.

Gênero e seu regime de luzes

O analisador “gênero” como um “regime de luzes” (DELEUZE, 1990) encontra inspiração não apenas em Gilles Deleuze, mas principalmente em Michel Foucault (1985, p. 244) como um “conjunto decididamente heterogêneo”. Em outras palavras, os enunciados acerca de mulheres na Psicologia têm um “gênero” como uma rede discursiva que produz os sujeitos referências de sua inteligibilidade, na plasticidade de suas formas e no desdobramento complexo da rede que os une (FOUCAULT, 1998, p. 35). Ao afirmar o “gênero da Psicologia” gostaríamos de visibilizar um determinado jogo de posições enunciativas no corpus analisado.

Em *O que é um dispositivo*, Gilles Deleuze (1990) considera o dispositivo como um conceito operatório – “uma espécie de novelo ou meada” (DELEUZE, 1990) alicerçado nos três grandes eixos que se referem às três dimensões que Foucault distingue sucessivamente. A produção de saber ou a constituição de uma rede de discursos; o poder, eixo esse que indicaria as formas pelas quais, dentro do dispositivo, é possível determinar as relações e disposições estratégicas entre seus elementos e, por fim, a produção de sujeitos.

Como dispositivo de análise, “gênero” refrata-se e assume, ele próprio, diferentes posições na dispersão dos elementos discursivos que o constituem. Por isso a função do “gênero entre aspas” como dispositivo iluminador tem, entre outros, o potencial de repetição na produção de uma “origem da origem” (DERRIDA, 1991) da chamada feminização da Psicologia, interpelado por diferentes nomes nessa maquinaria de fazer ver e fazer falar acerca de mulheres e da própria Psicologia. Qual a origem para todo o questionamento acerca da maior presença de mulheres? A História.

Um dos primeiros lampejos percebidos foi a recorrência à história da Psicologia como uma entre outras profissões femininas ligadas à regência da maternagem, do doméstico e do cuidado – funções exercidas pelas mulheres na cartilha biopolítica tradicional, ainda que com rasgos visíveis pelas mudanças sociais nesse beabá. Podemos afirmar que, de modo geral, a sensação de não estranhamento pela presença de 89% de mulheres na Psicologia é um indicativo interessante – justamente pela continuidade e força de um enunciado que atua na potência de seu próprio automatismo.

“Não me parece estranha essa prevalência feminina no curso

porque o nosso curso, até pouco tempo, era muito ligado às questões do feminino; era pedagogia, era filosofia, ciências humanas. (Grupo de Porto Alegre)”

“Eu penso que isso é uma coisa bastante cultural porque não só na área da Psicologia como na área da educação também. Se pensar, a grande maioria são professoras, isso sempre muito identificado com a figura materna, a questão da maternagem. (Grupo de Brasília)”

“Eu vejo muito por esse lado do cuidar. Então eu acho que a mulher que foi para a educação e depois para a Psicologia veio no caminho.” (Grupo de Brasília)

O empuxo da memória insiste. Neste momento, o gênero como dispositivo iluminador adquire nuance biopolítica. Sabemos que da emancipação feminina do poder patriarcal e da colonização da mulher pelos poderes/saberes da Medicina e da Pedagogia (COSTA, 1999), uma linha de continuidade incidiu na importância da mulher-mãe higiênica como modelo normativo de condutas, do plano doméstico à articulação do privado com o público. Essa é uma das ficções reguladoras que continua a produzir suas narrativas, à revelia da hibridização dos modos de subjetivação contemporâneos. A função de empuxo se mantém, pois é do mesmo que outras narrativas são produzidas acerca da maciça presença de mulheres nos cursos de formação em Psicologia. Voltemos aos fenômenos de recorrência (FOUCAULT, 2010) a partir do sugestivo “ao longo da história...” ou o “antigamente”:

O homem está vindo agora, mas ao longo da história essa maternagem, em qualquer área da Psicologia, até na empresa, as pessoas quando sentam para conversar com a gente, claro que estamos numa posição de Recursos Humanos, mas esperam o quê? Uma escuta. (Grupo de Porto Alegre)

Antigamente era uma profissão só da mulher. Então a gente vê muitos homens se destacando em profissões que antigamente eram meramente femininas. (Grupo de Brasília)

Há uma compreensão igualmente híbrida na recorrência que se pauta pela história da Psicologia como ciência e profissão

e pela história de vida das mulheres: “eu acredito que a mulher, pensando na questão de gênero, ela tem o dom mais de paciência na escuta dentro da clínica” (Grupo de Aracaju). As formas de nominar são plásticas, embora sofram com o engessamento de uma dada Psicologia ligada a uma figura de mulher inscrita no registro da sensibilidade e disponibilidade para o outro.

“Eu acredito que tem a ver muito com as características das mulheres em prestar uma solidariedade, de estar preocupada com o outro, eu acho que sente bastante (Grupo de Aracaju).”

“Eu acho que a sensibilidade é como se fosse algo muito feminino. Claro que isso hoje também está mudando, a gente está vendo que estão entrando os homens na profissão (Grupo de Natal).”

Seja pela ação da herança sócio-histórica, sociocultural, da educação ou da cultura, a matemática “psi” não varia na formulação de suas equações nem na descrição de seus sujeitos – embora sobre essa afirmação possa recair a questão – mas não estamos falando de mulheres? “É histórico, digamos assim, na nossa educação, na nossa construção, na nossa subjetividade, quem é que olha para as necessidades de outro?” (Grupo de Porto Alegre). A resposta a essa pergunta apresentou um engessamento interessante. É disso que estamos falando quando destacamos a pouca ou nenhuma variabilidade da “equação” – PSICOLOGIA, uma profissão de mulheres com determinadas características em comum.

O performativo da linguagem declara e sustenta a assertiva do que ele próprio enuncia, ao trazer à tona discursos sedimentados da historiografia até o século XX – a profissionalização feminina iniciada no final do século XIX se deu relacionada à tradicional posição das mulheres na sociedade, ligadas ao cuidar, ao educar e ao servir, seja caucionada pelo instinto materno, seja pautada por uma vocação ou um dom do feminino. “Eu acho que é por isso que a Psicologia é um curso para mulher, que o pessoal fala assim: ‘ah, é como o magistério’ (Grupo de Goiânia).” Ou ainda: “eu acho que é uma coisa do papel da mulher na sociedade hoje, de uma forma geral, não só da mulher psicóloga, porque ela teve que assumir atribuições novas e não deixou as antigas (Grupo focal)”. Daí a força do enunciado a seguir:

Eu acho que tem a ver com essa posição mesmo, a mulher por

mais que avançou, por mais que tenha entrado no mercado de trabalho, nós temos essa coisa do que acolhe, que escuta. Não que os homens não saibam fazer isso, mas tem esse algo que é cultural mesmo. (Grupo de Salvador)

No palco de nossas análises, essa é uma das cenas que o gênero como dispositivo dá a ver no apagar das luzes de um conhecido enredo sócio-histórico – o do patriarcado e suas inscrições (as antigas atribuições). Talvez uma pergunta interessante seja aquela que procura iluminar a mesma cena de outra forma: “Por que será que [os homens] são tão poucos [na Psicologia]? (Grupo de Goiânia)”. “Muitos de nós hoje continuamos repetindo isso, temos uma maioria mulher enquanto psicólogas, mas será que de fato estamos nos empoderando dentro desse espaço? (Grupo de Florianópolis).” O que significa manter a linguagem masculinista mesmo quando a maioria das que falam são mulheres?

Mais do que produzir sujeitos, gênero se mostra extracorpo homem ou mulher. Recuperando a definição de Joan Scott em entrevista à Revista Estudos Feministas, “quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais” (GROSSI, HEILBORN, RIAL, 1998, p. 2). Desalojar o conceito de gênero do corpo sexuado é nos manter fidedignas à proposta desse como regime de luzes, que não apenas ilumina a naturalização das ideias acerca dos objetos de nossas análises, mas principalmente obscurece o caráter estrutural das matrizes macrossociais que sustentam o mundo binário e hierárquico.

Eu acho que também está relacionado com a questão do machismo. É uma profissão de mulher, quando tem homens, dizem “boiola”. Quando é homem a gente já diz – Esse é, já foi ou será. O que eu ouvia na faculdade quando a gente sentava para discutir era que realmente era uma profissão de mulher, e que homem não ia muito nessa direção não. Então assim, é uma coisa cultural, mas machista também. (Grupo de Porto Alegre)

Que estejamos finalmente problematizando o gênero como aparato constituinte da Psicologia – ciência e profissão – eis o efeito mais contundente do que afirmamos acima, dos traços do gênero, conforme afirmado a seguir: “fiquei pensando ao mesmo tempo, a engenharia tem muito mais homens, e aí não tem nada a ver

com sensibilidade, nada a ver com cuidado, mas de matemática, de raciocínio, a cultura, os traços de gênero” (Grupo de Brasília).

Joan Scott é uma historiadora norte-americana amplamente conhecida no Brasil pelo seu clássico artigo “Gênero: uma categoria de análise histórica (1991)”. Embora esse artigo seja exaustivamente citado em diversos estudos realizados no Brasil, principalmente um de seus enunciados conceituais mais conhecidos, o de que o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1991, p. 86), um anterior do mesmo artigo talvez esteja mais especificamente referido à reflexão presente. Segundo a autora, “gênero é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (SCOTT, 1991, p. 74).

Gênero é uma categoria de análise histórica que incide sobre os campos político e epistemológico nos quais esse alçou sua importância. Foi um veículo fundamental na busca de legitimidade acadêmica, por parte dos estudos feministas nos anos 1980 (SCOTT, 1991, p. 82). A historiadora reflete sobre a utilização do termo gender e nas “grandes generalizações que fazem este conceito perder sua ressonância histórica”, principalmente quando se cristaliza homem e mulher numa relação conhecida de antemão, ou quando se esvazia seu uso sob a rubrica “estudo sobre mulheres”. Propomos, portanto, seu entendimento conforme Scott (1995) e Butler (2003), no sentido de aparato discursivo das relações que constituem os modos de produção e reprodução simbólico-cultural. Daí o mote desta seção ser, justamente, como em uma profissão de mulheres a questão de gênero não é/foi problematizada?

A maquinaria discursiva do tornar-se mulher no feminino

Mas o feminino tem uma preponderância sim, e pelo que eu vi das minhas amigas todas nós fomos conduzidas para esse lugar de acolhedora, e uma pessoa que está ali pronta para escutar e era sempre a menina que ouvia todas as meninas no colégio, porque é muito difícil você ver esse tipo de característica em homem. Não que ele tenha nascido assim, mas a vida prepara a gente para isso. É um lugar muito maternal. (Grupo de Salvador)

Judith Butler é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense que ficou bastante conhecida no Brasil após a publicação de seu livro *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*, traduzido e lançado em 2003 pela Editora Civilização Brasileira com o título *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*.

O que nos interessa destacar aqui é a divisão estabelecida entre sexo e gênero proposta por Butler. Embora não recorrente no manejo do arquivo, essa divisão funcionou como uma espécie de pilar fundacional da política feminista e das críticas de Butler às políticas identitárias, ao partir da concepção de que o sexo seria da ordem do *natural* e o gênero do *socialmente construído*. Foi o modo de enunciação do par sexo-gênero que se destacou nos enunciados, em que houve uma primazia do social em detrimento do biológico e seus nomes: “é a questão cultural que vem sendo passada de gerações” (Grupo de Aracaju). Esse seria um dos efeitos do aparato de produção do próprio gênero que transforma o social em expoente máximo do natural. Conforme Butler:

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 2003, p. 25)

Eu percebo muito a questão cultural-gênero. (Grupo de Campo Grande)

Discutir essa dualidade foi o ponto de partida para o questionamento do conceito de mulheres como sujeito por excelência do feminismo. Em uma analogia breve, cabe-nos questionar sobre a constituição das mulheres como sujeito da Psicologia, e em como essas irrompem nos discursos que as sustentam ou as mantêm afixadas em tal posicionamento histórico, sendo recorrentemente positivadas em relação direta aos homens. Uma das perguntas é como seria produzir(em)-se mulher (es) fora desta matriz de pensamento.

A mulher, eu acho que ela é mais sensível a esse tema, acho muito mais do que o homem, não que o homem seja, mas a grande maioria, a mulher é mais sensível pra tentar entender o ser humano, para tentar captar mais a sensibilidade do outro. Não que o homem não seja. Claro que hoje em dia o homem está tendo uma abertura muito grande em relação a outros espaços que geralmente eram da mulher. Eu acho que deve aplicar também em relação ao feminino e ao masculino.
(Grupo de Aracaju)

Nesses termos, o gênero e seu potencial performativo não são a expressão de uma essência interna, de um ser mulher inelutável, nem mesmo um simples artefato de uma construção social. Para cada afirmação que encerra o sujeito no crivo de uma essencialização, promovida pela conjugação do *eu sou*, caberia um questionamento – a instauração de uma dúvida: “o homem é mais objetivo, ele pensa mais, trabalha mais com objetivos” (Grupo de Aracaju). O homem é? A mulher é? O que se diz dos predicados subsequentes ao ser dos sujeitos? Como afirma Butler (1997, p. 36): “o nome carrega dentro de si mesmo o movimento de uma história que o aprisiona”. Como liberar estas conjugações do eu a outras amarrações predicativas?

O sujeito gendrado pode ser entendido como o efeito de repetições constitutivas que impõem efeitos substancializantes. “O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, [...] seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero” (BUTLER, 2003, p. 48, grifos da tradução utilizada). Um desses efeitos é a produção de uma dada verdade sobre o sexo que encontrou em diferentes momentos históricos, condições plurais de produção sobre seu objeto – lembremo-nos do paradigma do sexo único.

Ao enfatizar que os termos homem e mulher ganham um

significado problemático justamente como termos relacionais (BUTLER, 2003, p. 9), sua crítica refere-se ao fato de que “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes, porque o ‘feminino’ já não parece mais uma noção estável” (BUTLER, 2003, p. 18). Seja nos termos de uma perda de referenciais identitários, de desestabilização ou desterritorialização, a proposta de Butler é justamente uma “genealogia política das ontologias do gênero” (PORCHAT, 2007, p. 125).

Segundo Márcia Arán e Carlos Augusto Peixoto Júnior (2007, p. 133), “Butler considera que as regulações de gênero não são apenas mais um exemplo das formas de regulamentação de um poder mais extenso, mas constituem uma modalidade de regulação específica que tem efeitos constitutivos sobre a subjetividade”. Portanto, o que se permite entrever a partir desses autores é que, na esteira de Foucault, Butler situa “gênero” numa dimensão política e produtiva do poder, sendo o próprio gênero um poder que, ao recorrer à Natureza dos corpos, produz os efeitos ontológicos de suas verdades, o sexo anterior ao gênero, o pré-discursivo anterior ao corpo – numa espécie de *efeito dominó* com efeitos de verdade para os sujeitos. No trecho abaixo, é significativo o efeito de uma verdade entre a Psicologia e as mulheres – em um trocadilho proposital do “foram feitos uma para a outra”:

*Eu acredito que tenha muito a ver com educação, eu nem sei se seria aqui no Nordeste, eu acho que no Brasil inteiro, em todos os lugares que eu vou tem muito mais mulheres do que homens e tem muito mais a ideia de que **a Psicologia é feita para as mulheres, ou que as mulheres são feitas para a Psicologia.*** (Grupo de Aracaju)

No entanto, o nó que se apresenta é justamente a primazia do feminino que imprime em homens e mulheres seus códigos de legitimidade. Quais as possibilidades de configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura ao problematizarmos a Psicologia e sua constituição histórica marcada por mulheres? O que se repete sob as insígnias de “feminino” e o que se abre à possibilidade de uma repetição diferencial? (DELEUZE, 2006). Poucas foram as insurgências às normativas do feminino como imperativo. Destacamos a crítica à universalização encontrada como um verdadeiro *achado* do arquivo:

Eu me incomodo um pouco com essa universalização do homem, da mulher, inclusive com essa questão que tu trazes aí. Me interessaria saber de que classe social são essas psicólogas, raça dessas psicólogas, eu já imagino, eu já tenho uma ideia. Só por aí a gente já tem uma discussão enorme pra fazer. (Grupo de Porto Alegre)

Quantas vezes mais o arquivo comportará a insistência na sensibilidade, no acolhimento, na escuta da mulher em contraposição à objetividade e dureza do homem? Como escapar destes destinos do culturalmente constituído, acomodado em um corpo que parece não oferecer resistências ao que lhes oferecem como seu? Na inelutável presença de uma diferença, assistimos à retórica da alteridade de diferentes formas: *“eu acho que tem uma sensibilidade diferente, eles [homens] são diferentes, não sei se é deles, da natureza deles, ou da profissão em si. Mas que existe uma diferença existe, eu percebo isso”* (Grupo de Florianópolis). *“Acho que essa coisa do biológico também amarra a gente um pouco (Grupo de Goiânia).”* Novamente, frisamos o efeito subliminar de uma linguagem masculinista que insiste nos enunciados. Índice de uma herança patriarcal formatada como regra da Língua Portuguesa, ela se manteve praticamente inabalada da crítica ao próprio uso para se referir às mulheres psicólogas no masculino corrente e conhecido, ou *“essa coisa da linguagem”*:

Isso já foi até matéria de artigos, da revista Psicologia: Ciência e Profissão. Isso a gente vê desde a formação, os nossos formandos, a maioria são psicólogas mulheres, e também nossos colegas de curso são mulheres, então a gente vê que tem aí acho que tem tanto identificação do feminino, das características do feminino, essa coisa da linguagem, da escuta, do acolhimento, até do maternal que é de você acolher e tentar auxiliar o desenvolvimento dessa pessoa e também culturalmente que existem todas essas atitudes da mulher. (Grupo de Natal)

“A diferença sexual é o signo de uma longa história que conceitualizava a diferença como fato pejorativo ou falta” – a afirmação de Braidotti (1997, p. 139) é oportuna para localizarmos o ponto de ancoragem de uma análise supostamente às avessas. O imperativo do feminino não garante necessariamente o reconhecimento às mulheres da

profissão, embora reconheça a supremacia dessas a partir de um registro biopolítico calcado no corpo ensinado/educado das mulheres para o saber/fazer “psi” subjetivo, humanizado. “Eu não acredito em essência, mas a dita formação passada às mulheres (Grupo de Campo Grande).” “Eu acrescento mais, outra coisa, o feminino está contribuindo de uma forma muito radical, a prática da Medicina, fora dessa pequena amostra, os médicos eles estão cada vez mais buscando um outro olhar, uma outra forma mais feminina, mais humanizada...quando se fala em humanizar é ‘mulherizar’ (Grupo de Fortaleza).”

Nesse sentido, a tão falada *diferença sexual* é, antes de tudo, um analisador que aciona o binômio natureza/cultura no que esse condensa de performático: a metafísica do sujeito ocidental que convence ser aquilo que *mostra* ser – e o que se *mostra* é corpo. Em nossas análises, um corpo socialmente destinado a, treinado para – um corpo feminino. Do lado supostamente oposto da cena, fala-se de um corpo ao qual lhe falta algo – uma lacuna no registro do socialmente construído. Dito de outro modo, a noção ontológica de ser determinada identidade é uma ilusão necessária e contingente, porque supõe uma anterioridade da matéria, um sexo anterior ao gênero, um “ser” referido a uma anatomia. O que Butler (2003, p. 48) discute é que “o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é”.

Quando identificamos a primazia do cultural sobre o biológico, irrompe-se a ação da naturalização do paradigma do qual somos herdeiros. *“Eu acho que o biológico não interfere muito nisso não. É muito mais da questão sociocultural (Grupo de Aracaju).”* Ou ainda os deslizamentos entre homens e mulheres e seus repertórios subjetivos:

Eu também acho que é muito mais a questão sociocultural do que pela biológica, porque a gente vê que tem homens extremamente sensíveis, tem mulheres extremamente exatas, racionais, quando elas são (dedicadas) a ver datas, a questão de praticidade, elas conseguem ser extremamente melhores dos que os homens. (Grupo de Aracaju)

Ainda que caucionados pela (suposta) supremacia do cultural em oposição ao biológico, as mulheres, em relação aos homens

apresentam um elemento diferencial, singularizante e subversivo: a maternidade. Signo contemporâneo de uma ruptura com o aparato regulador que produziu durante séculos a mulher-mãe, entre as mulheres psicólogas a maternidade foi o veículo de um poder dizer *não no interior* do imperativo do feminino. Produzido como aquele que se diferencia do todo, a desidentificação de algumas mulheres foi o ponto alto de alguns grupos focais. É nesse momento que o biológico se funde de forma mais contundente com o social na sintomatologia dos corpos e sua natureza de mãe, de um corpo-mulher identificado ao feminino conforme constituído na cartilha biopolítica citada anteriormente. Quando questionadas em relação à existência de vantagens no ser mulher para o exercício da profissão, foi o biológico sob a roupagem do natural que ganhou consistência nos enunciados, e mais uma vez o nós-mulheres se impôs como ideal normativo de um corpo *naturalmente- socialmente* feminino:

Moderadora: *dá vantagens ser mulher psicóloga?*

Acho que sim. A vantagem de ser mulher, com algumas coisas que já foram ditas aqui, a nossa, é da nossa própria natureza de mãe, porque o homem não é mãe, nós somos mães. Então eu acho que nós temos um pouco disso aí. Então essa coisa do acolhimento, claro que também existem homens com essa característica, mas eu acho que a gente está à frente ainda.
(Grupo de Fortaleza)

Para acompanhar a ação desse imperativo na produção de subjetividades do sujeito além-materno na contemporaneidade, analisamos a imbricada relação que se desloca do mito do amor materno/desejo naturalizado de filhos como potência do feminino para o questionamento da maternidade como projeto compulsório. Na manutenção de uma política dos corpos, o imperativo da maternidade em seu potencial performativo visibiliza os projetos/ desejos das mulheres – e o que retorna do recalcado como ideologia maternalista (BADINTER, 2011) revitalizada no contemporâneo. Também evidencia arranjos entre público, privado e exercício da profissão calcados na essencialização da “mulher” e da “psicóloga”. *“Porque eu não posso falar que a mulher é psicóloga porque ela é afetiva, tem instinto maternal e tal, é uma construção cultural, então pode mudar, né* (Grupo de Campo Grande).”

Em primeiro lugar, é preciso destacar que os ideais acerca da “maternidade” tiveram seus sentidos marcados pelas incidências

da diferenciação sexual, concedendo-lhe uma ordem instintiva – “um imperativo inelutável para o ser da mulher” (BIRMAN, 2001, p. 51). Historicamente e a partir da ciência da época, o controle, o detalhamento e a minúcia de elementos do corpo feminino fizeram com que fossem promovidas condições de possibilidade concretas para instituir a maternidade como uma finalidade biológica (NUNES, 2000), fazendo com que o sujeito-mulher dialogasse e interagisse com o sujeito-mãe – o que marca de forma indelével a concepção de maternidade que perdurou durante o século XIX e que persiste equivocadamente na atualidade sob os vigores naturalista e ambientalista (BADINTER, 2011).

Pode ser preconceito meu, mas eu acredito que seja uma coisa muito nossa, da mulher mesmo. Essa coisa da gente oscilar um pouco com os hormônios, a gente tem a nossa TPM, sabe? Nossa intuição, nossa percepção, que é mais aguçada, eu acredito muito nisso, nessa energia diferente que nos foi dada e eu acredito que, nesse sentido, nós temos vantagens.
(Grupo de Fortaleza)

O ser mãe mesmo, de gerar um filho dentro da gente, esse sentimento de parir um filho, um homem nunca vai perceber, isso envolve muito mais a gente do que ao pai.
(Grupo de Goiânia)

Decorre daí a “pressão” exercida sobre a renúncia das mulheres ao desejo de ter filhos ao barrar o dito – Filhos? Melhor não tê-los – e ponto.

Eu não tenho filhos e, até o momento, não pretendo ter e sou muito cobrada em relação a isso. É...eu sou tia coruja, mas não sinto essa vocação, acho um brilho muito profundo, mas que não fez parte, realmente, não faz parte dos meus planos. Aí de novo, tudo que eu coloquei aqui, já estou percebendo as coisas mudando.

Moderadora: *Mas você sente alguma pressão...?*

*Eu sinto uma pressão, eu digo: gente! **Eu tenho que ser mãe para ser mulher? Não quero!** Pode ser que eu mude de ideia, as coisas mudam muito, e admito que eu possa mudar de ideia, mas pode ser que eu chegue lá aos 40, 45, até mais e dizer: não,*

realmente eu não tive. (Grupo de Fortaleza)

Eu acho que em Psicologia ainda é muito conservador, inclusive, as ideias, família, filhos. Sempre o discurso da família, filhos, e quando a gente não tem, né? Eu não tenho filhos, eu tive que fazer terapia e brigar com minha terapeuta, convencer ela de que é possível viver sem ter filhos, meu marido é negro, estranharam isso, então eu sempre tive um pouco de dificuldade com esse tipo de conservadorismo na Psicologia, e isso reflete na vida profissional também, de você ser aceita, de você ter uns espaços dentro da Psicologia. (Grupo de Campo Grande)

A matriz de inteligibilidade visibiliza enredos e linhas estratégicas de subjetivação. Concomitantemente, a partir dessa matriz referencial é possível problematizar a violência inerente à norma e seus efeitos substancializantes na produção dos sujeitos – nesse caso, na emergência de mulheres e homens na Psicologia, uma ficção reguladora – diga-se de passagem – que somente pode “querer dizer” ao se admitir que a promessa da emergência é fantasmática de saída. Portanto, uma das estratégias centrais de Butler (2003) é a contestação e suspensão de significados pré-estabelecidos, em favor do desmonte das relações de poder que lhes constituem.

Respondendo ao modo como tu perguntastes, como se percebe nesse feminino, respondendo ao que você perguntou eu digo: sim, eu me percebo nesse feminino, mas não faz... não sei se é a minha idade, ano que vem eu faço 30, mas não faz mais muito sentido para mim dizer que eu me percebo nesse feminino, porque eu já não vejo características femininas tão claras como é, por exemplo, para a concepção dos meus pais, ou características masculinas tão claras como é para eles, eu vejo a coisa mesmo muito fluindo. (Grupo de Fortaleza)

Foi somente com uma proposta de fluidez dos significados pré-concebidos do gênero e seu aparato regulador que encontramos este outro *achado* do arquivo, no enunciado que rompe com o poder regulador até então vigente em nossas análises.

Considerações finais

Quando questionada se acreditava na ideia de uma subjetividade feminina, Joan Scott afirmou:

Sim e não. Não com relação ao essencial. Não creio que exista uma essência das mulheres, uma subjetividade feminina ligada ao corpo, à natureza, à reprodução, à maternidade. Mas acho que existe uma subjetividade criada para as mulheres, em um contexto específico da história, da cultura, da política. (SCOTT apud GROSSI, HEILBORN, RIAL, 1998, p. 3)

Recuperando a contribuição de uma participante ao afirmar que *tem muito mais a ideia de que "a Psicologia é feita para as mulheres, ou que as mulheres são feitas para a Psicologia"* (Grupo de Aracaju), procuramos evidenciar ou "iluminar" em que momentos o *nós (mulheres)* se aproxima ou se distancia do *nós (psicólogas)*. Entendemos esse *nós* como o próprio efeito do imperativo do feminino e seus desdobramentos nos modos de subjetivação das mulheres ouvidas. Seja na inflação de uma diferença sexual que sutura a lacuna entre homens e mulheres na Psicologia, seja na forma como o "feminino" imprime suas marcas nos corpos gendrados (a Psicologia como corpo científico inclui-se aqui), o que se destacou no manejo do arquivo foram não apenas as recorrências – as mulheres e as insígnias do feminino, mas principalmente o que pode ser produzido como uma diferença – o eu-mulher se separando do nós-mulheres como experiência comum do feminino.

Referências

ARÁN, M. **O avesso do avesso: feminilidade e novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ARÁN, M.; PEIXOTO JÚNIOR, C. A. **Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler**. Cadernos Pagu, v. 28, jan-jun, 2007.

BADINTER, E. **O conflito. A mulher e a mãe**. Tradução de Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo: a feminilidade e suas formas de subjetivação em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRAIDOTTI, R. A política da diferença ontológica. In: BRENNAN, T. (org.). **Para além do falo: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

BUTLER, J. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo"**. Cadernos Pagu, v. 11, p. 11-42, 1998.

Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo. In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.

Diferença e repetição. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DERRIDA, J. **Limited Inc**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

ROUDINESCO, E. **De que amanhã... diálogos**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

FEMENÍAS, María Luisa. **Judith Butler. *Introducción a su lectura.*** Buenos Aires: Catálogos, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2009.

A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2010. (Leituras Filosóficas).

GROSSI, M.; HEILBORN, M. L.; RIAL, C. **Entrevista com Joan W. Scott.** *Revista Estudos Feministas*, v. 6, n. 1, 1998.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud.** Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1992.

NUNES, S. A. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995.

VILLELA, W.; ARILHA, M. Sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos. In: BERQUÓ, E. (Org.). **Sexo & vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA

*Maria Lúcia Chaves Lima
Anna Paula Uziel*

Introdução

Este trabalho tem como objetivo pensar sobre os atravessamentos dos estudos de gênero e sexualidade na formação em nossa área, discutindo concepções de gênero e sexualidade que circularam entre as profissionais de Psicologia entrevistadas, inspiradas pela vasta bibliografia sobre a temática da qual dispomos atualmente. Para tanto, foram analisadas as falas de psicólogas participantes de entrevistas, grupos e mini-grupos realizados em 16 cidades, contemplando as cinco regiões do Brasil. Verificou-se a presença tanto de discursos que naturalizam as concepções de homem e mulher, feminina e masculina, assim como de algumas críticas que punham em análise tais cristalizações.

Insistimos, com Sandra Azeredo (2010), que talvez uma das dificuldades em se tratar de gênero na formação em Psicologia seja a complexidade do conceito e seu caráter inter e pós-disciplinar, como ela nomeia, que tomaremos como transdisciplinar ao final do trabalho.

Este texto se propõe, portanto, a indagar as noções de gênero e sexualidade construídas ao longo dos grupos, a partir de uma perspectiva inter ou transdisciplinar ancorada em autores/as que discutem esses temas com uma perspectiva crítica e pós-estruturalista. Para desenvolver essa problematização, apresentamos inicialmente, assim como ao longo do texto, fragmentos que nos provocaram reflexão sobre a temática eleita. Essas falas são os disparadores para a discussão sobre gênero e sexualidade, dando o tom e as pistas das considerações por vir.

Concepções, binarismos e controvérsias

Dados do senso de 2010¹ mostram que o nível de escolaridade das mulheres tem se mantido mais alto nos últimos dez anos. Elas se mantêm mais tempo na escola, apesar de gravidezes na adolescência serem comuns, e têm diversificado suas escolhas profissionais, chegando hoje a ocupar 50% das vagas em cursos que tradicionalmente eram de procura dos homens.

Os cursos de Psicologia, ainda que recebam cada vez mais homens, muitos como segunda formação, inclusive, são de maciça presença de mulheres. Nas falas das participantes, temos pistas sobre por que as mulheres buscam o curso. Foi recorrente entre as psicólogas participantes da pesquisa, o entendimento do acolhimento, cuidado e escuta, elementos fundamentais da nossa profissão, como sendo eminentemente femininos e, resalte-se, atribuídos à mulher, sem críticas mais contundentes neste aspecto.

E, olhando na época que eu comecei, o homem ele não estava muito preparado para esse "ouvir". As profissões masculinas não eram profissões de parar para ouvir o outro. E eu acho que o homem está aprendendo que ele ouve sim, que ele tem essa capacidade. [Tal capacidade] está muito ligada ao materno, desse acolhimento e de ouvir, de receber o outro, parar para perceber qual é a necessidade do outro, acompanhar esse outro... Essas são visões muito femininas para aquela época quando a Psicologia chegou e eu acho que ainda são hoje.
(Grupo de Manaus)

A gente tem satisfação em ver o outro se desenvolver bem, melhorar, cuidar, dar uma atenção, acolher na dor.
(Grupo de Brasília)

E algumas ainda complementam dizendo que a escuta dos homens é mais "técnica", já que não possuem a vivência dessa prática, como cometam algumas participantes do grupo de Manaus (p. 10): "a mulher já tenta agir mais pelo lado emocional das coisas"; "o perfil da mulher é criar vínculos mais rápido com o paciente".

¹ Para maiores informações, ver site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

Percebe-se também uma mistura da área educativa mais ampla com a questão da maternidade, naturalizando a mulher à frente da nossa profissão:

Se pensar, a grande maioria são professoras, isso sempre muito identificado com a figura materna, a questão da maternagem.
(Grupo de Brasília)

Além da referência a esses atributos, outros aspectos evocam questões de gênero que, vistos de forma cristalizada e binária, embasam, segundo algumas delas, a escolha pela profissão.

Um professor, não sei se foi homem ou mulher, que foi fazer brincadeiras para ser simpático, mas não foi. [Disse] que Psicologia era um curso “espera marido”. (Grupo de Belo Horizonte)

Ao dizer que Psicologia é um “curso de espera marido”, aponta-se para certa desvalorização da profissão, sobretudo por conta da enorme incidência de mulheres no seu conjunto. Percebe-se também que outro aspecto corrobora a divisão entre os sexos relativa ao sustento da casa, que seria o complemento da escolha por uma “profissão de mulher”.

Eu acho assim, que ser psicóloga é uma continuidade de ser professor. Quem [trabalha no] no primário, no secundário? A mulher. Então, as que chegaram depois, quando abriram os cursos, foram para a Psicologia, e ficou uma profissão de mulher. Como é profissão de mulher, não é tão bem remunerada.
(Grupo de Porto Alegre)

Em muitos grupos, elas falaram que para exercer a profissão é preciso que alguém invista um tempo sem retorno financeiro, e, em geral, o marido é essa figura. Diferente do homem, segundo muitas entrevistadas, a mulher não precisa ser a responsável pelo sustento da casa, por isso pode ter uma profissão que complementa a renda familiar. Ao homem, provedor, cabe o sustento da casa e da família. No entanto, percebe-se também resistência a essa perspectiva, como apresentado no relato incomodado da participante abaixo:

Eu acho que nós por esse lado, por essa questão feminina e essa posição também, imprimimos na profissão uma coisa de ganho secundário, que não é um ganho prioritário de profissão, de se estabelecer. Porque eu também escuto muito assim, de que

a Psicologia não é rentável. E poucas pessoas eu escuto que desde o início vivem da sua profissão. Não sei se não é por essa condição de vai fazer um curso mais secundariamente, quando eu puder, eu vou trabalhar. Então, eu acho que essa condição feminina, do ponto de vista do reconhecimento da profissão, eu acho que às vezes atrapalha. (Grupo de Brasília)

Ao serem indagadas sobre os possíveis motivos de a Psicologia no Brasil ser composta 89% por mulheres, justificam:

Provavelmente esses 10% de homens, eles devem ter lado feminino, porque eu acredito que realmente para exercer essa profissão as características do feminino são essenciais, nessa questão do acolher, do cuidar é muito ligado ao feminino mesmo. Então, acredito que seja coerente, pertinente ter uma maior quantidade de feminino. (Grupo do Rio de Janeiro)

Percebe-se no relato acima, assim como em tantos outros, o reconhecimento de aspectos considerados femininos nos homens psicólogos, havendo, em alguns momentos, uma confusão conceitual entre características femininas, orientação sexual e escolha da profissão, como nos fragmentos abaixo:

Eu tenho que fechar com a colega: a maioria dos meus colegas psicólogos tem características femininas ou então pesa características mais objetivas. Concordo com ela. (Grupo do Rio de Janeiro)

Eu percebo que existe esse preconceito, e dos psicólogos alguns são homossexuais, então eles fazem essa ligação. (Grupo de Manaus)

Esse fenômeno de feminização apareceu também em pesquisa realizada em processos de adoção cujos requerentes eram homens gays. As psicólogas e assistentes sociais que emitiam pareceres favoráveis a esses candidatos a pais ressaltavam aspectos que julgavam femininos, importantes, na visão delas, já que as crianças não teriam mães: mais sensíveis, não gostavam de noitada, cuidavam de plantas etc. (UZIEL, 2007).

No entanto, é preciso notar que nos últimos anos, a produção acadêmica sobre as homossexualidades aponta a desvalorização dos

gays femininos. Berenice Bento (2011a) utiliza uma série de pesquisas que investigam as diferentes formas de viver a homossexualidade para analisar que o feminino não é algo habitado exclusivamente por mulheres, mas que, se localizado em homens, sendo eles heterossexuais ou homossexuais, é algo negativado, como expresso na usual comentário: *"eu não tenho nada contra os gays, mas eles têm que se comportar como homens"* (BENTO, 2011a, p. 99).

Como já dizia Joan Scott (1995, p. 12) em seu clássico texto sobre gênero como categoria de análise histórica: *"A ideia de masculinidade repousa sobre a repressão necessária de aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição do masculino e do feminino"*. Logo, os que não se encaixam no binarismo são vistos como anormais. E por falar em binarismos, vejamos alguns relatos das psicólogas sobre as diferenças entre homens e mulheres:

Acho que vem um pouco de tudo. Na cultura é muito forte a questão que seria uma área de acolhimento, saber ouvir... Tudo isso soa muito feminino ainda. Há que se saber ouvir, que tenha aquela postura de acolher... Então, não todos os homens, lógico, mas isso já soa meio que ruim aos ouvidos masculinos, né? É toda uma questão de estrutura cerebral também. (Grupo de Belém)

Se você comparar com as outras culturas, a nossa dá plena liberdade para a mulher justamente por esse lado masculino: de fazer escolhas, de casar e separar, de trocar de profissão. (Grupo do Rio de Janeiro)

Foram percebidos, nos vários grupos focais realizados, discursos que afirmam os fatores culturais na determinação das características de homens e mulheres: *"Eu não acredito em um aparato biológico que nos leva para esse comportamento de acolher. Eu acho que o homem tem a mesma sensibilidade, [...] tanto é que os homens também viram psicólogos e casais homoafetivos masculinos também são pais. Não é algo que a gente traga biologicamente"* (Grupo de Salvador). Entretanto, o aspecto preocupante foi a ainda forte associação entre sexualidade e gênero a fatores biológicos, como no relato acima descrito, no qual a participante de Belém se refere à *"estrutura cerebral"* para diferenciar homens e mulheres.

Porque na medida em que temos um corpo, temos uma configuração que é feminina, algumas de nós amamentam,

todas quase menstruam, não há a possibilidade de ocuparmos, como os homens, o mesmo lugar, sentadas na nossa função, no exercício da nossa função. Então apesar de nós fazermos esse exercício de nos deslocarmos entre o masculino e o feminino, algumas com mais possibilidades outras com menos, algumas predominantemente masculinas, inclusive, tem um elemento fundante no nosso ser, que tem a ver com nosso corpo. (Grupo de São Paulo)

Além dessa ênfase na estrutura corporal, percebe-se que as noções de identidade sexual, orientação sexual, identidade de gênero e até mesmo machismo, em vários momentos são confundidas:

[...] agora, se hoje perguntar pra um adolescente de 14, 15 anos, o que é ser machista eles não sabem, porque eles não sabem a identidade sexual. Topam menino, topam menina, eles não têm essa... Estão num outro momento. Então, não sei, a minha visão, está tudo voltando a ter um outro olhar das coisas. (Grupo de Florianópolis)

É preciso ressaltar que houve vozes discordantes a esses binarismos. No grupo de Natal, por exemplo, a fala sobre a diferença na forma de atuação entre homens e mulheres na clínica não fica cristalizada, sendo interpelado o discurso mais normativo.

É que a gente de repente tem que quebrar isso. Eu não posso só ficar reproduzindo uma coisa que já vem de séculos... De repente o papel da Psicologia é outro. É romper com esses estigmas. (Grupo de Natal)

Desse modo, coadunando com a fala da participante acima, de que é preciso fortalecer uma Psicologia comprometida com a tarefa de "romper com esses estigmas", apresentamos a seguir algumas problematizações sobre gênero e sexualidade que podem contribuir para uma perspectiva teórica e prática mais crítica e desafiadora, que leve em consideração o caráter híbrido das formas de viver.

CONCEPÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: ALGUNS DESAFIOS ATUAIS

Como observado nas falas apresentadas acima, as entrevistadas raramente se utilizam das lentes de gênero e sexualidade para aprofundamento teórico e profissional. É preciso levar em consideração que os cursos de formação em Psicologia no Brasil, em sua grande maioria, não abordam essas temáticas e, quando acontece, é de forma pontual e sem destaque. Assim, quando se espera que o/a profissional de Psicologia possa contribuir com olhares que coloquem em análise concepções tradicionais arraigadas em diversos campos das nossas vidas, ou essa leitura não acontece ou há apenas um ensaio, sem que o suporte teórico se apresente. Desse modo, as entrevistas nos fazem concordar com William Peres, quando diz:

Os modos como assimilamos os significados dados aos corpos e às sexualidades ainda estão muito influenciados pela visão essencialista-moralista, a qual naturaliza certos padrões de comportamentos como sendo da ordem da normalidade, desqualificando outros como sendo da ordem da doença, em interfaces com o crime e o pecado. (PERES, 2012, p. 41)

Nesse sentido, percebe-se que a discussão de gênero trazida pelo movimento feminista, principalmente a partir da década de 1960, ainda encontra resistências, mesmo em uma profissão como a Psicologia, marcadamente de mulheres e, em princípio, com elementos de questionamento em sua base. A noção de gênero veio opor-se a um determinismo anatômico nas relações entre os sexos e inserir o caráter cultural e socialmente construído das supostas “identidades sexuais” (SCOTT, 1995; LOURO, 1995). Portanto, essa noção provocou um importante deslocamento: não era mais a biologia que determinava as características consideradas femininas ou masculinas, mas a socialização vivenciada por homens e mulheres.

Como aponta Nogueira (2001, p. 140): “gênero passa a ser concebido, não como inato, mas como o resultado de forças sociais e culturais, aprendido por intermédio dos processos de modelagem e imitação”. Tal concepção aparece na fala de uma das participantes:

Eu acho que gênero é uma questão de análise social, é uma questão mais social... Vamos supor assim, eu acho que a

gente tem algo pré-determinado, que é a questão de macho ou fêmea, feminino e masculino, mas quem vai ensinar a ser homem ou mulher é a sociedade: menina usa rosa, menino azul, menina chora, menino não chora, né? Então eu acho que gênero é cultural. (Grupo de Campo Grande)

Apesar da significativa contribuição que essa forma de compreender as relações de gênero – como aprendida socialmente – trouxe para a discussão sobre dimensões biológicas, sociais e culturais do que homem e mulher experimentam ao longo de suas vidas, ela continua a reconhecer os conceitos convencionais do que é ser feminino e masculino. Na medida em que estabelece dois conjuntos de características, sendo um apropriado para os homens e outro para as mulheres, continua a definir gênero em termos de diferenças dicotômicas (NOGUEIRA, 2001). *“Eu acho o homem muito mais agressivo, muito mais violento do que a mulher. Não sei se tem a ver com a questão do contexto ou a questão cultural, a mulher tem de ser submissa e o homem o todo poderoso (Grupo de Aracajú).”*

Dirigindo críticas a essa perspectiva dualista, uma nova abordagem referente ao sistema sexo/gênero começa a ser delineada e vem se consolidando no Brasil nos últimos dez anos. Para Judith Butler (2003), por exemplo, gênero é radicalmente independente do sexo: a diferença entre sexo e gênero indica uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. Nesse sentido, a autora ratifica que o gênero não é um simples resultado do sexo e, portanto, *“não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois”* (BUTLER, 2003, p. 24).

O que se coloca em pauta para Butler (2003) é a desnaturalização da dicotomia que postula o sexo como natural e o gênero como cultural, uma vez que a autora afirma que a própria concepção de sexo é um efeito de construções culturais ao longo do tempo. Isso porque os atributos de gênero não são expressivos de alguma substância essencial do ser humano, mas, sim, performativos: *“o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”* (BUTLER, 2003, p. 59).

Reafirma-se, assim, nessa perspectiva, que gênero não é a expressão de uma *“identidade”* preexistente, mas, sim, como algo construído

performativamente. Com Butler (2003), podemos dizer que não há uma essência por trás das performances de gênero que lhes sejam expressões ou externalizações, posto que as próprias performances, porque institucionalizadas, produzem o efeito de parecer algo natural: “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente construída pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p. 48). Desse modo, pode-se afirmar que tampouco o sexo precede o gênero (BUTLER, 2000).

Tal construção performativa de gênero se inicia mesmo antes de um corpo nascer. Antes do nascimento, o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado, em um conjunto de expectativas estruturadas em redes complexas de pressuposições sobre comportamentos, interesses e subjetividades. Dizer o “sexo” do bebê (é menino ou menina?) não revela simplesmente o sexo da criança, mas o produz. É uma tecnologia de gênero, ou seja, um conjunto de instituições e técnicas que produzem masculinidade ou feminilidade condicionada ao órgão genital (PRECIADO, 2002).

“Na minha turma de Psicologia tinha quatro homens, mas realmente três eram homens e um era gay (Grupo de Cuiabá).” O que se percebe nessa fala, por exemplo, é uma confusão no que se refere ao entendimento sobre o sexo biológico (ser homem ou mulher) e à orientação sexual (homo, hetero ou bissexual). Se um homem é gay, ele deixa de ser homem? Ser homem está vinculado a amar mulheres?

Com essa fala, a entrevistada parece evocar o primeiro sistema taxonômico abordado por Peter Fry (1982), em que a categoria homem se remete aos indivíduos do sexo masculino que têm posição ativa nas relações, seja com homens, seja com mulheres, e os passivos misturariam anatomia masculina a gênero feminino, o que os tornaria híbridos. Assim, não reconhecidos como homens.

Masculinidade e feminilidade são produzidas por investimentos biopolíticos que vão desde a escolha de cores, brinquedos e roupas adequados para cada “sexo” até as expectativas sobre o futuro dessa criança, previsão de seus gostos, comportamentos, modos de ser. Desse modo, o corpo já nasce atravessado pela cultura, na qual o sexo é uma das normas pelas quais alguém simplesmente se torna viável, que qualifica um corpo para a vida inteligível. Como afirma Bento (2011b, p. 551): “a suposta descrição do sexo do feto funciona

como um batismo que permite ao corpo adentrar na categoria 'humanidade'".

Nesse sentido, qualquer expressão da sexualidade ou de identidade de gênero que subverta a ordem heteronormativa é vista como um erro, um desvio, como uma exceção perversa que confirma a regularidade da suposta natureza heterossexual humana. *"Tenho 2 filhos homens. Um dia conversando, em off, dentro do contrato do sigilo, perguntaram pra mim: e se seu filho aparecer com isso [homossexualidade]? Eu disse: a primeira coisa, eu vou assumir como um erro meu, de uma mãe e um filho (Grupo de Campo Grande)."*

Como já sinalizado, as concepções de gênero e sexualidade oriundas dos grupos focais não foram hegemônicas nem representam a totalidade, ou mesmo maioria, dos discursos das psicólogas sobre a questão. Os discursos foram polissêmicos, estando presentes desde perspectivas críticas, voltadas à diversidade sexual e direitos humanos, até posturas preconceituosas e moralistas. O destaque dado à segunda posição, bastante presente, se deve, como dito acima, à preocupação com a construção de uma Psicologia atenta aos direitos sexuais e reprodutivos, comprometida com a garantia dos direitos humanos e do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero.

Portanto, "é preciso estar atento e forte", afinal as concepções de gênero e sexualidade das/os profissionais de Psicologia têm implicações práticas diretas no exercício da profissão.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: IMPLICAÇÕES NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

No Brasil, desde 1928, há leis que estipulam a educação sexual nas escolas. Tal educação sexual, mesmo com teor higienista, enfrentou forte resistência por partes conservadoras da sociedade, especialmente da Igreja Católica (NARDI, 2008). Com efeito, o tema "educação sexual" nas escolas foi alvo de intensas discussões, enfrentando avanços e retrocessos.

Na década de 1970, o movimento feminista passou a reivindicar uma educação não sexista nas escolas para, assim, superar as desigualdades de gênero (LOURO, 2010). Porém, apesar de

produzirem algumas experiências pontuais, essa movimentação não resultou na incorporação das discussões de gênero e sexualidade nos documentos de política educacional (HENRIQUES et. al., 2007).

Somente a partir da segunda metade da década de 1980 o tema sexualidade foi abordado nos projetos pedagógicos. É importante reconhecer o advento da Aids como o acontecimento que impulsionou tais discussões. Vários organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, passaram a estimular projetos de educação sexual visando prevenir a infecção do HIV via relações sexuais. Outro foco de preocupação para o incentivo de uma “educação sexual” era a gravidez precoce ou indesejada. O que se realizava, portanto, era uma abordagem biologizante do corpo e do sexo, tendo como referência norteadora a ideia de risco, fosse de infecção ou de gravidez. Assim, embora se reconheça a inserção da temática na instituição escolar, raramente tem como ênfase o conhecimento do próprio corpo e o prazer.

Atualmente, a discussão sobre orientação sexual é abordada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como um dos “temas transversais”, ou seja, temas que não se inserem como disciplina autônoma, mas devem ser trabalhados de forma integrada, contínua e sistemática, incorporados às áreas já existentes ao longo de todos os ciclos de escolarização (PEREIRA; BAHIA, 2011). Porém, como aponta Helena Altmann (2001), a motivação principal do tema Orientação Sexual nos PCN continua sendo o crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco de infecção pelo HIV. Além disso, como apresentado na pesquisa de Eliana Quartiero (2009), na maioria das vezes não há a incorporação na prática escolar dos conteúdos e objetivos previstos nos PCN, pois as/os professoras/es não se sentem aptos a tratar assuntos relativos à sexualidade no âmbito escolar ou simplesmente ignoram os conteúdos dos PCN. De alguma forma, a abordagem do tema continua acontecendo nas aulas de ciências ou de biologia e não atravessam a formação como um todo.

O que se percebe, então, é um déficit nas discussões sobre gênero, sexualidade, diversidade sexual, direitos reprodutivos e direitos humanos nos ensinamentos fundamental e médio da educação formal. Diante desse cenário nada animador faz-se necessário refletir sobre as consequências dessas questões serem tão pouco abordadas na formação em Psicologia. Em que medida a Psicologia tem conseguido avançar nesse debate?

Temos constatado a permanência de visões petrificadas,

limitando-se aos diagnósticos das formas de vida que desviam da heterossexualidade ou naturalizando de tal forma gênero e sexualidade que essas questões são invisibilizadas e pouco transversais, repetindo o que acontece com a não transversalização dos PCN relativos a esse campo.

O que há na formação em Psicologia que investe em forças reativas, ou seja, forças que clamam pelo mesmo, pela conservação, pela naturalização de estereótipos no que se refere a gênero e sexualidade? Em contrapartida, o que há de forças ativas, forças que produzem uma vida criativa, não obediente, atenta aos devires? (FUGANTI, 2007).

Dinis (2012), a partir de uma pesquisa quantitativa realizada com 103 estudantes concluintes do curso de Psicologia, indaga sobre a inserção da discussão referente às diversidades sexuais e de gênero na formação das/os profissionais da área. Se analisada pelo âmbito quantitativo, a pesquisa mostra dados positivos em relação ao respeito às novas identidades sexuais e de gênero. Porém, analisando as justificativas às respostas dadas, percebe-se que parte dos resultados apontados como “politicamente corretos” entram em contradição com os argumentos utilizados para justificar as opções marcadas no questionário.

Para dar apenas um exemplo, quando perguntado se os pais, ao descobrirem que seu filho ou sua filha é homossexual, devem tentar convencê-lo (a) a mudar sua orientação sexual, 91% dizem que não, 5% dizem que sim, e 4% não responderam a questão. Entre as justificativas para não tentar convencer sobre a mudança de orientação sexual aparecem algumas respostas que indicam certa concepção determinista na construção das identidades sexuais: *“Não há mudança para a condição gay”*; *“Não, porque se já tomou essa decisão tão difícil é porque de fato já é homossexual”*; *“Não se muda isso, apenas se reprime, e a criança seria traumatizada”*. E para justificar o “sim”, há um apelo ao conceito de normalidade: *“Depende da situação. Considero a homossexualidade um desvio da sexualidade normal, porém, não a considero necessariamente nociva, no sentido de causar sofrimento ao indivíduo”* (DINIS, 2012, p. 68).

Portanto, o que se quer destacar é que as concepções de gênero e sexualidade que circulam entre as profissionais de Psicologia são alvo de preocupação, pois tais discursos têm implicações práticas no exercício da profissão. Para discutir essas implicações, vamos apresentar alguns exemplos nos quais o julgamento da/o profissional

de Psicologia no que se refere ao sistema sexo/gênero reverbera na vida das pessoas atendidas. Mais precisamente, vamos discutir situações provenientes de quatro campos de atuação da Psicologia: educação, saúde, justiça e clínica.

Como uma das questões centrais desse capítulo é falar da formação em Psicologia, começamos pela situação educacional: qual é o papel da/o psicóloga/o que atua no ambiente escolar no que se refere à diversidade sexual? É mais um/a agente para vigiar e dar subsídios para punição de sexualidades divergentes da heterossexual? É cúmplice da homofobia entranhada nos muros da escola ou faz resistência a ela? Identifica esse tipo de violência e busca formas coletivas para combatê-la?

Luis Antonio Baptista (1999) cunha a expressão “amoladores de faca” para falar de certos discursos que atuam como cúmplice da violência dirigida aos que são marginalizados na nossa sociedade, entre os quais aqueles que perturbam a sexualidade que se pretende hegemônica, ou seja, a sopa de letrinhas que inclui gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (FACCHINI, 2005).

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. (BAPTISTA, 1999, p. 46)

Psicólogas/os atuantes na área educacional também podem fazer parte desses/as amoladores/as de faca a que nos referimos, pois, embora não empunhem a faca que ataca e mata diversas pessoas LGBT, muitas vezes produzem a patologização desses modos de ser e são partícipes da homofobia escolar. E inúmeras são as atualizações desse exercício: ao não aceitar o nome social de travesti e transexuais, ao não permitir que um casal de garotas circule de mãos dadas no recreio (quando o mesmo ato é permitido para casais heterossexuais), ao dizer que a sexualidade é algo pertinente à vida privada, ao chamar os pais para uma reunião para expor o fato de um aluno gostar de brincar com bonecas etc.

Essas atitudes dizem que não há lugar para a diversidade sexual na escola, que esses/as estudantes são anormais, corpos abjetos (BUTLER, 2003) que devem ser identificados porque oferecem perigo e, portanto, podem ser alvo de violência. Tais práticas “são genocidas porque retiram da vida o sentido de experimentação e de criação coletiva. Retiram do ato de viver o caráter pleno de luta política e o da afirmação de modos singulares de existir” (BAPTISTA, 1999, p. 49). A autoridade do campo “psi” sobre a temática da sexualidade nos coloca em um lócus privilegiado de formação tanto de opinião como de suporte teórico e político para certas afirmações, por isso o cuidado com a formação nesses aspectos é tão fundamental.

Na saúde, o caso que trazemos para análise é o processo transexualizador. O Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM nº 1.707, de 18 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008), formalizou diretrizes técnicas e éticas para a atenção ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), em consonância aos critérios estipulados pelo Conselho Federal de Medicina¹. O Processo Transexualizador compreende um conjunto de técnicas envolvido no processo de transformação dos caracteres sexuais pelos quais passam pessoas transexuais. Refere-se ao estabelecimento de diretrizes para as ações necessárias à garantia do direito à saúde exclusivamente circunscrita ao trânsito de gênero (LIONÇO, 2009).

O acesso à cirurgia, porém, é condicionado ao diagnóstico de “transexualismo”. Esse diagnóstico é realizado a partir de uma série de exigências que o/a candidato/a à cirurgia deve obrigatoriamente se submeter. Os protocolos para o processo transexualizador envolvem, além da terapia hormonal, exames de rotina e teste de vida real, a submissão por um determinado tempo de terapia, assim como de testes de personalidade. Esse procedimento visa eliminar o diagnóstico de outros “transtornos de identidade” e para que a equipe responsável (médicos, psiquiatras, psicólogos etc.) não tenha dúvida de que se trata de um/a “verdadeiro/a transexual”.

De maneira geral, o que se percebe é que todos esses protocolos estão orientados por normas de gênero, de comportamentos e de desejos supostamente adequados para um gênero ou para o outro. Portanto, espera-se que uma pessoa que reivindica a cirurgia para

¹ O Conselho Federal de Medicina estabelece os critérios de viabilidade do procedimento de transgenitalização e demais intervenções sobre caracteres por meio da Resolução nº 1.652, de 2002.

se “transformar” em uma mulher, por exemplo, tenha os atributos considerados como femininos: delicada, desejar casar-se, ter filhos (adotados), cuidar da casa e do marido etc. Porém, tais “atributos” não passam de normas comportamentais consideradas socialmente como femininas, construções sociais forjadas coletivamente ao longo do tempo. Ou seja, não há nada essencialmente feminino, uma vez que o próprio conceito de “feminino” é uma invenção, como discutimos anteriormente. Convém salientar que esses estereótipos sobre os quais a Psicologia muitas vezes se vê trabalhando são conhecidos dos candidatos e candidatas ao processo, que estudam suas respostas imaginando o quê os/as avaliadores/as querem ouvir, correndo o risco, assim, de não priorizarem suas próprias demandas, sofrimentos, dúvidas...

Diante desse processo, perguntamo-nos novamente, qual é o papel da/o psicólogo nessa equipe de saúde? Ratificar os estereótipos de gênero ou abrir fissuras nessa patologização? Submeter-se aos ditames médicos ou afirmar a travestilidade e transexualidade como maneiras de viver, sem nenhuma associação com diagnósticos patologizantes? Evoca-se aqui o compromisso da/o psicóloga/o em construir práticas que rompam o caráter inquisitivo de descobrir se a pessoa é ou não um/a transexual verdadeiro/a e atentar para as diversas formas legítimas de viver. Se a Psicologia pode ocupar um lugar nesse processo transexualizador, que seja o de abrir espaço para que a pessoa, ali inscrita para obter o serviço, possa se sentir acolhida não apenas nas suas certezas, mas nas dúvidas, sofrimentos e buscas que um processo de transformação radical de vida pode vir a gerar.

Já no campo jurídico, destacamos aqui a requisição de adoção de crianças ou adolescentes por casais homossexuais. A concepção de gênero e sexualidade da/o psicóloga/a vai interferir necessariamente no parecer dado.

Como apresentado acima, os discursos sobre diversidade sexual foram polissêmicos: desde a afirmação plena da orientação sexual de cada um até discursos que consideram qualquer vivência diferente da heterossexual como um desvio moral. A questão do casamento igualitário é alvo de desconfianças e de intensos debates, mesmo após o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, realizado em 2011 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e da recente aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) da conversão em casamento, no dia 14 de maio de 2013, da resolução

que obriga todos os cartórios do país a celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo:

Há 40 anos eu já era professora e naquele tempo a família era papai, mamãe, os filhos, a vovó, o vovô... Hoje tem cada família mais esquisita do mundo: é dois papais, duas mães, três irmãos, irmãos aqui, papai ali. Eu fico preocupada com as próximas gerações, eu fico pensando nos meus netos, tenho duas netas, fico pensando no que vai acontecer na vida delas...
(Grupo de Goiânia)

Porém, o debate mais intenso a esse respeito é quando se coloca em discussão a adoção de crianças por casais homossexuais. Desde 2005, é possível, no Brasil, a adoção por casais do mesmo sexo, ainda que seja fruto de decisões pontuais, pela inexistência da figura jurídica que as decisões acima mencionadas criaram. Entretanto, mesmo nesse novo cenário, ainda há fortes restrições quanto à adoção de crianças. Na já citada pesquisa de Dinis (2012) com concluintes do curso de Psicologia, uma das perguntas mais polêmicas foi a questão da adoção de crianças por casais homossexuais. Sobre as justificativas apresentadas pelos/as participantes, o autor comenta:

Entre as respostas, 77% se colocam a favor, 17% se colocam contra; e 6% não responderam. Alguns dos argumentos, quando apresentados, giraram em torno da justificativa tradicional da necessidade de um pai biológico do gênero masculino e de uma mãe biológica do gênero feminino, que funcionariam como modelos da identidade sexual da criança, acrescidos de uma argumentação bastante apressada, apropriada dos discursos psicológicos [...]. Porém, mesmo entre os (as) que afirmam concordar com a adoção (77 %), há, às vezes, argumentos nos quais prevalece a ideia de um mal menor, expressa através de um "melhor que...": "Realmente penso que resolveria a questão social, pois é preferível do que viver na rua, por exemplo"; "Acredito que é melhor do que crianças órfãs não terem família"; "Melhor do que ficarem em casas de abrigos". (DINIS, 2012, p. 69)

Coadunando com tais concepções, o pedido de adoção por um homem solteiro provoca estranhamento e a suspeita quanto a sua orientação sexual, o que aumenta, e muito, a dúvida dos operadores do direito (entre eles, as/os psicólogos que atuam na área jurídica)

em conceder ou não a adoção do que quando comparado com adotantes heterossexuais (UZIEL, 2012). A dúvida quanto à adoção por pessoas que se declaram ou parecem ser homossexuais está centrada na possibilidade de a homossexualidade dos pais interferir no bem-estar da criança, seja pela suposta ameaça de abuso sexual, seja pela ideia de que haveria um desenvolvimento psicológico em risco, com essa configuração, ou ainda o temor de que a criança venha a ser homossexual, entendido como uma característica ruim para a pessoa. A mesma dúvida é apresentada por uma participante do grupo de Cuiabá:

Eu sou muito tranquila com relação a isso [casamento entre pessoas do mesmo sexo], não sei se é porque convivi muito com homossexuais na minha adolescência, tive amigos, sou muito tranquila. Agora, a questão da adoção é que eu fico mais em dúvida. De como a criança vai ser educada, de como vai acontecer tudo isso... Mas vai depender muito daquele casal. De como que eles vão lidar com isso, de como eles vão colocar isso para aquela criança.

Um último caso referente à diversidade sexual que queremos destacar neste capítulo é oriundo de um campo clínico-político. É de amplo conhecimento público o Projeto de Lei nº 234/11, do deputado João Campos (PSDB-GO), que pretendeu sustar a aplicação de dois dispositivos da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia. Tal resolução é um documento que estabelece normas de atuação para os/as psicólogos/as em relação à orientação sexual. Nele, afirma-se que a homossexualidade não é doença, nem distúrbio, nem perversão.

O projeto do deputado, já chamado de “cura gay”, quis suprimir o parágrafo único do artigo 3º e o artigo 4º da resolução do CFP, os quais proíbem a/o profissional, devidamente registrado no órgão de classe, de emitir opiniões públicas que reforcem os preconceitos sociais existentes contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, assim como de tratar a homossexualidade como um transtorno, oferecendo uma suposta cura para tal doença.

É importante esclarecer que a resolução do CFP não nega o possível sofrimento psíquico que a homossexualidade pode trazer a uma pessoa, uma vez que, como um aspecto da vida, o sujeito pode sofrer em decorrência de sua sexualidade, qualquer que seja seu exercício ou orientação. E não proíbe que se atendam lésbicas,

gays, bissexuais, travestis e transexuais. O problema é oferecer um tratamento, uma cura, para algo que não é doença. O sofrimento que costuma acometer algumas pessoas em função da homossexualidade é, sobretudo, efeito de uma sociedade que historicamente se mostra cruel e incapaz de lidar com formas de sexualidade não hegemônicas.

O debate na Câmara em 2012 nos fez descobrir que um número significativo de psicólogos e psicólogas ainda desconhecia a resolução, o que é um ponto de debate também neste campo. Convém lembrar que a entrada da Psicologia nesse debate foi provocada em função de psicólogos/as religiosos/as que pretendem o direito de misturar, em sua prática profissional, suas crenças religiosas.

Há vários anos a bancada religiosa do Congresso Nacional brasileiro está em franca luta contra qualquer campanha de garantia de cidadania LGBT. Entretanto, o que queremos sinalizar é a posição da Psicologia nesse debate. Retomar essa discussão indica o quanto a sociedade e, infelizmente, parte dos/as profissionais de Psicologia ainda veem a homossexualidade como uma doença, como um desvio moral que pode – e deve – ser adaptado, tratado e mesmo curado, como apresentado na fala a seguir:

Eu entendo a homossexualidade como um desvio do comportamento e ponto final. Toda a discussão que se cria, que se pode gerar, é para adequar esse desvio a um grupo [...]. Porque pra mim é fechado: você não vê na natureza trans, você vê macho e fêmea na natureza. Então eu enxergo isso muito fechado, pra mim é um desvio de comportamento.
(Grupo de Campo Grande)

Recorrer à biologia, como se lá naturalmente estivesse a resposta, é atitude comum. Esses argumentos parecem deixar de lado toda a discussão sobre o simbólico, que, no mínimo, nos distingue dos outros animais, pelo menos enquanto não tivermos conhecimento específico sobre isso.

Esse último caso coloca ainda à prova a laicidade do Estado brasileiro, prerrogativa que garante a separação entre a esfera pública e as religiões. É interessante destacar que o Estado brasileiro é formalmente laico desde 1891, momento da primeira Constituição Republicana. Porém, pode-se observar em vários momentos históricos a influência da Igreja Católica nas práticas estatais, como no caso da introdução, na Constituição de 1934, da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas no Brasil (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012).

Atualmente, especialmente a partir da década de 1980, percebe-se um aumento de parlamentares evangélicos no âmbito político no Brasil. Vários pastores e religiosos estão ocupando cargos políticos em diversos níveis (municipal, estadual e federal), trazendo consequências que se desdobram na agenda pública, como na defesa de posições contrárias a mudanças sugeridas por militantes de movimentos sociais em temas ditos polêmicos, tais como eutanásia, combate à homofobia, aborto, entre outros (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012).

Uma situação emblemática, além do projeto de lei já citado, foi a pressão que a bancada religiosa da Câmara dos Deputados Federais realizou para inviabilizar a distribuição do chamado *kit* anti-homofobia⁶. Trata-se de um material composto por cartilhas e vídeos sobre diversidade sexual e identidade de gênero a ser distribuído nas escolas públicas. De um lado, os opositores ao projeto alegam que o *kit* é uma propaganda que visa induzir alunos e alunas ao “homossexualismo”⁷. Do outro lado, os defensores afirmam que é um instrumento para combater o preconceito vinculado à orientação sexual ou identidade de gênero e assim, favorecer a permanência da população LGBT nas escolas. O Conselho Federal de Psicologia, entre tantas outras organizações, elaborou uma nota favorável à distribuição do *kit*, considerando-o um dispositivo qualificado e necessário para a diminuição do preconceito contra LGBT no ambiente escolar.

É impossível não comentar sobre outro caso de imposição de valores e moralidades religiosas ao conjunto da sociedade brasileira. Trata-se do Estatuto do Nascituro, projeto de lei nº. 478/2007, que visa proteger o nascituro, ou seja, um ser concebido e em gestação, mas que ainda não nasceu. Além de incentivar a vítima a concluir a gestação fruto de um estupro, o projeto prevê que a mãe estabeleça vínculo com o autor da violência. Nesse caso, identificado o autor, o mesmo será obrigado a pagar pensão alimentícia à criança. Caso não haja tal identificação e a mãe não tenha condições econômicas para cuidar da vida, da saúde e da educação da criança, “o Estado arcará com os custos respectivos”,

⁶ Informação disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-veitou-e2-80-98kit-gay-e2-80-99-errado>. Acesso em: 28/06/2013.

⁷ O sufixo “ismo” é usado desde o século XIX para qualificar os supostos “transtornos sexuais”. O movimento LGBT efetua uma troca nas terminologias “homossexualismo” para “homossexualidade”, desvinculando, assim, o caráter patológico presente no sufixo “ismo”.

concedendo, assim, o que foi apelidado de “bolsa estupro”⁸.

É instigante notar que, pela primeira vez na história, há uma mulher na presidência do Brasil e que, apesar disso, corre-se o risco de ser aprovado esse Estatuto do Nascituro, já aprovado, em junho de 2013, pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Para dizer o mínimo, esse Estatuto transforma a mulher vítima de violência sexual como a criminosa e posiciona a mulher de volta na condição de extremo controle social exercido pelos preceitos religiosos, na medida em que coloca os direitos do “nascituro” à frente dos da mulher (COSTA, 2013). A Psicologia, como uma profissão marcada por mulheres, tem um papel fundamental nessa discussão, em defesa dos direitos da mulher, do direito de poder decidir sobre seu corpo e de não correr o risco de ser incriminada por não querer gerar um ser produto de violência sexual.

Portanto, tal como a defesa de um Estado laico, defende-se também uma Psicologia laica. É vedado às/aos profissionais de Psicologia contribuir para a manutenção do preconceito, assim como de induzir a convicções religiosas, como preconiza os dois primeiros itens do artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo:

Art. 2º – Ao psicólogo é vedado:

a) Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;

b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais. (CFP, 2005)

A área organizacional ficou excluída de nosso debate. Talvez por nos interessar menos ou ainda por não termos relatos e experiências de discussão das temáticas de gênero e sexualidade nelas. Porém, é importante fazer uma ressalva: em vários grupos houve o comentário sobre a grande participação de homens nesse campo da Psicologia, notando tratar-se de uma área “mais engenharial”, mais objetiva, como disse uma das entrevistadas em Manaus:

As colegas já falaram, os psicólogos homens estão mais ligados à área organizacional de trabalhar com treinamento,

⁸ Informação disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/2018bolsa-estupro2019-e-risco-de-transformar-vitima-em-criminosa-1925.html>. Acesso em: 08/06/2013.

recrutamento, seleção, porque eles tendem a ir mais para a parte prática. (Grupo de Manaus)

Diante de tudo exposto, parece importante afirmar a necessidade de se direcionar um olhar atento e crítico para os modos de ser que agenciamos por meio de nossas práticas em Psicologia. Tais práticas são sempre atuações políticas, pois estão conectadas a determinadas formas de governar os modos de viver. Um desafio que está posto para a Psicologia é pensarmos através do gênero e da sexualidade, no sentido de pensar esses conceitos como dispositivos para pôr em análise a normatividade da própria Psicologia. Portanto, o que se defende aqui é que a Psicologia seja mobilizada cada vez mais por forças que potencializam a vida, investindo permanentemente na luta pela garantia dos direitos humanos.

Considerações finais

Embora a pesquisa não fosse especificamente sobre formação, as concepções pouco elaboradas sobre esses conceitos, nas falas das entrevistadas, fazem crer que gênero e sexualidade não foram eixos importantes na formação, tampouco servem de lentes para discutir algumas questões da Psicologia.

Um caleidoscópio de gênero e sexualidade não parece ter se apresentado para as entrevistadas, e não observamos hoje na graduação essa oferta. Em 2010, foi publicada uma coletânea sobre o ensino de gênero e sexualidade na Argentina, Chile, China, México e África do Sul (ORTIZ-ORTEGA; PECHENY, 2010). Talvez essa obra possa inspirar pesquisa semelhante no Brasil, no sentido de percorrer nosso país mapeando quem trabalha com essas questões na Psicologia, seja em sala de aula, seja com produção de trabalhos monográficos, de dissertações ou teses, visto que, nos periódicos, Mara Lago e Cristina Wolff (2012) já iniciaram a investigação.

Ao longo da leitura do material da pesquisa e inspiradas pela literatura que nos constitui, defendemos a necessidade de a formação em Psicologia abranger de forma crítica as discussões sobre a diversidade de modos de viver a sexualidade e o gênero. Se há forças que clamam por normalização nas práticas “psi”, faz-se necessário investir nas forças ativas, inventivas, atentas às potências da vida na formação de psicólogos e psicólogas. A partir do pensamento de

Guattari, podemos pensar em duas linhas de movimentos:

“(a) de reprodução dos modelos sociais estandardizados; ou (b) de reinvenção dos modos de produção. Os primeiros (de reprodução) podem ser relacionados aos movimentos morais, e os últimos (de reinvenção), aos movimentos éticos”. (PELLOSO, 2005, p. 117)

Gostaríamos de retomar uma questão posta no início, a partir das colocações de Azeredo (2010). Transitar pelos estudos de gênero e sexualidade pode significar atravessar fronteiras: do que concebemos como natural, daquilo que estava dado circunscrito a um corpo. Apostamos nesse percurso. Para isso, o apelo à transdisciplinaridade parece importante, visto que outras áreas, como as ciências sociais, possuem vasta produção no campo, e nossa atuação profissional, como tivemos oportunidade de discutir aqui, convoca e tensiona outros saberes. Kaveski (s/d, p. 2) vai dizer que “a transdisciplinaridade se apresenta em vários níveis de realidade, proporcionando a unidade do conhecimento, envolvendo o que está entre, através e além de qualquer disciplina”. A ideia de trânsito talvez nos auxilie a não amolar facas.

Referências

ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 575-585, 2º semestre. 2001.

AZEREDO, Sandra. Encrenca de Gênero nas Teorizações em Psicologia. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, p. 175-188. 2010.

BAPTISTA, Luis Antonio. A atriz, o padre e a psicanalista: os amoladores de faca. In: _____. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDFBA, 2011a.

_____. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2: 336, p. 549-559, maio-agosto. 2011b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 1.707/GM, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do SUS, o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de agosto de 2008.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOPES, GUACIRA LOURO (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio; SIMOES, Júlio Assis. *Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira*. **Cad. Pagu**, n. 28, pp. 65-99. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf. Acesso em: 12 de junho de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 001/99. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 5 de junho de 2013.

COSTA, Ana Maria. *E o Estado não é Laico?* Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/e-o-estado-nao-e-laico-9354.html>. Acesso em: 14 de junho 2013.

DINIS, Nilson Fernandes. *Discursos sobre homossexualidade e gênero em um curso de formação em Psicologia*. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 14, p. 62-75, 2012.

_____. *Homofobia e educação: quando a omissão também*

é signo de violência. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro. **Psicologia: uma (nova) introdução**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: _____. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

FRY, Peter. Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FUGANTI, Luiz. **Onde há potência o poder não cola**. Transcrição da palestra proferida durante o 1º CULPSI – Cultura & Psicologia (campus de Vitória da Conquista, Bahia), realizado entre os dias 2 e 4 de maio de 2007. Disponível em: http://www.luizfuganti.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=67:onde-ha-presenca-da-potencia-o-poder-nao-cola-&catid=35:ditos&Itemid=88. Acesso em: 4 de janeiro 2013.

HENRIQUES, Ricardo; BRANDT, Maria Elisa Almeida; JUNQUEIRA, Rogério Diniz; CHAMUSCA, Adelaide (orgs.). **Cadernos SECAD 4: Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

KAVESKI, Flávia Cavalcanti Gonçalves. **Concepções acerca da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: um estudo de caso**. Disponível em: http://cettrans.com.br/artigos/Flavia_Cavalcanti_Goncalves_Kaveski.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2013.

LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Masculinidades, diferenças, hegemonias. **Rev. Estud. Fem.**, v. 21, n. 1, p. 233-240. 2013.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009.

LOPES, Aureliano, UZIEL, Anna Paula, MOURA, Amanda Duarte, RIBEIRO, Anelisa Martins, LOUREIRO, Geisa de Oliveira e PIRES, Isabela Maciel. Gênero e sexualidade nas trilhas da formação. In: NÓRTE, Carlos Eduardo; MACIEIRA, Raiana Micas; FURTADO, Ana Lucia de Lemos (orgs.). **Formação: ética, política e subjetividades na Psicologia**. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia, p. 68-82, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.185-206, jul./dez.1995.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NARDI. Henrique Caetano. O estatuto da diferença sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa. **Psicologia & Sociedade**, n. 20, p. 12-23, 2008, edição especial.

NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do construcionismo social: a uma nova Psicologia do gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 112, p. 137-153, mar. 2001.

ORTIZ-ORTEGA, Adriana e PECHENY, Mario. **Enseñanza universitaria sobre género y sexualidades em Argentina, Chile, China, México e Sudáfrica**. Buenos Aires: Teseo, 2010.

PEREIRA, Graziela Raupp; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 51-71, jan./abr. 2011.

PELLOSO, Rodrigo Gelamo e FERRAZ, Maria da Graça Chamma. Ética e moral como modos de produção de subjetividade. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 28, n. 2, 2005.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contra-sexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Madri: Pensamiento Opera Prima, 2002.

QUARTIERO, Eliana. **A diversidade sexual na escola**: políticas públicas e produção de subjetividade. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRGS/Faculdade de Educação, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez. 1995.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. O melhor interesse da criança e o 'mal menor': quando os requerentes são gays. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XV, p. 1-16, 2012.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

AS PSICÓLOGAS E AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: LIMITES E TRÂNSITOS ENTRE SER E ESTAR PSICÓLOGA DENTRO E FORA DE CASA

*Anna Paula Uziel
Jimena de Garay Hernández
Luciana Fontes Vieira*

“Pensar é experimentar, é problematizar”
Deleuze (2008)

Tania Swain inicia seu texto “Identidade nômade” perguntando: “Que estamos fazendo de nós mesmos? Mas, finalmente, quem somos ‘nós’? Ou ainda, quem sou eu que partilha, constitui, integra ou recusa, desfaz, desloca este “nós”? (2002, p. 325).

Essas questões provocaram, nos parece, a escritura deste livro. Somos muitos, nós, entre as psicólogas, muitas vozes, muitas certezas, muitas dúvidas, muitos arranjos que se deslocam como num caleidoscópio e propõem novas formas e luzes. Longe de produzir opiniões comuns, este texto pretende instigar e ser instigado por aquilo que está cristalizado, pelos movimentos que conhecemos, colocando em análise o que tomamos como dado, bem como o que nos incomoda e alivia.

Família é uma palavra para ser pronunciada no plural. Cada vez mais, reconhece-se a diversidade das composições familiares e suas mobilidades. Os recasamentos, as famílias recompostas daí advindas, a adoção, a reprodução assistida e a reprodução tradicional, se é que podemos chamar assim, são formas de geração das famílias às quais pertencemos e das quais tratamos no nosso cotidiano, algumas consideradas novas, outras nem tanto.

Ao identificar, nos grupos focais realizados, temáticas relativas à família, nos deparamos com temas diversos. O que incluir e do que abrir mão foi um procedimento difícil.

Passeando pelos trabalhos que nos inspiram a discutir gênero e sexualidade, encontramos boas pistas para desenhar o nosso percurso.

Em entrevista a Judith Butler, Patrícia Porchat (2010) lhe pergunta em que ocasiões ela acha importante definir-se como feminista. A autora enumera várias situações que considera como não resolvidas e lhes atribui a importância da afirmação da perspectiva e da luta feministas. Diz Butler:

Não acho que estamos vendo o fim da discriminação econômica contra a mulher, não acho que vimos o fim da desigualdade ou da hierarquia de gênero. Não acho que vimos o fim da violência contra a mulher, não acho que vimos o fim de certas concepções profundamente arraigadas sobre quais são as fraquezas das mulheres ou sobre a capacidade das mulheres na esfera pública, ou sobre uma série de outras coisas. Portanto, essas lutas ainda estão muito vivas. (p. 162)

Entendemos que cada um dos destaques de Butler está presente nas concepções de família das entrevistadas, pois atravessam todos esses temas e seus entendimentos sobre masculino e feminino. Começamos pelos seus percursos de vida, marcados pelo casamento, maternidade e inserção profissional. O acúmulo de tarefas e o desafio de conjugar tantas esferas da vida constituem o eixo desta parte inicial e sintetizam a forma como essas psicólogas vivenciam a hierarquia de gênero, a discriminação econômica e sua inserção na esfera pública.

Em seguida, tratamos das questões que o contato profissional traz, seja para repensar as definições de família, de masculino e de feminino, seja para discutir violência contra a mulher e contra a criança, como aponta Butler, ainda muito presentes na nossa sociedade.

Que visitemos nossas questões com estas dicas incorporadas.

As vidas das psicólogas

Nós esquecemos rapidamente os velhos poderes que não se exercem mais, os velhos saberes que não são mais úteis, mas, em matéria moral, não deixamos de depender de velhas crenças, nas quais nem mesmo cremos mais, e de nos produzirmos como sujeitos em velhos modos que não correspondem aos nossos problemas.

Deleuze (2008, p. 114)

Senso comum ou constatação da realidade, a Psicologia, como este livro nos faz perceber, é uma profissão habitada, sobretudo, por mulheres: negras, brancas, mais velhas, mais novas, lésbicas, heterossexuais, casadas, solteiras, viúvas, separadas, felizes ou não, mães, tias, sogras, cunhadas, aposentadas, iniciando a carreira profissional, e tantas e tantas possibilidades e entrelaçamentos que a escrita não nos permite esboçar. Marcadas, certamente, por histórias familiares: as suas e as dos outros, pelo casamento e pela maternidade. Trajetos biográficos variados: as que se casaram e depois estudaram, as que fizeram o contrário, as que dedicam ou dedicaram grande parte da sua vida para cuidar do marido e dos filhos e das filhas, as que dividiam responsabilidades domésticas, as que as assumiam todas, as que tiveram muitas crianças, as que decidiram não tê-las, as que tinham bons recursos econômicos, as que não os tinham, as que mudaram de cidade por causa do trabalho do marido, as que saíram para estudar. Esse cenário multifacetado possibilitou trocas de experiências muito interessantes, encontros e desencontros na forma de desenhar os caminhos na vida.

Nesse sentido, ao falar sobre família, as psicólogas que participaram dos grupos focais partiram de seus universos e trilharam pensamentos sobre a diversidade que hoje encontramos em nossa sociedade. É nesse trânsito que construímos nosso texto.

Mudanças e repetições: um pouco de nós mesmas

O novo casamento, baseado no amor e na liberdade de escolha, será o lugar privilegiado da felicidade, da alegria e da ternura e seu ponto culminante será a procriação. [...] O amor materno é a origem e o ponto fundamental da criação do espaço sentimentalizado do lar, em cujo interior a família vem se refugiar. A família moderna, portanto, centra-se em torno da mãe que adquire uma importância que jamais tivera.
Rocha-Coutinho (1994, p. 36)

Apesar de todas as mudanças sociais das últimas décadas, engendradas principalmente “à crise da família burguesa, à entrada da mulher no mercado de trabalho, à separação da sexualidade da reprodução e a uma política de visibilidade da homossexualidade”

(ARÁN, 2006, p. 17), o casamento e a formação de uma família parecem ser, ainda, temas centrais para as mulheres.

*Socialmente falando, a **mulher não tem escolha** não, porque a sociedade está te impulsionando a ter filhos: ei, você não vai casar não? Eu estou com 32 anos, você pensa que a sociedade não cobra? (Grupo de Goiânia)*

Embora a entrada da mulher no mercado de trabalho não seja um fato novo, muitas das entrevistadas ainda viveram e vivem a tensão entre direcionar tempo e atenção integral a casa, filhos e marido e dedicar-se a um projeto profissional. Como a ordem de inserção nessas esferas da vida foi variada, percebemos diferentes tensões experimentadas pelas psicólogas por nós escutadas. A partir dos relatos das entrevistadas, poderíamos pensar em duas gerações bastante demarcadas. Muitas das entrevistadas se casaram, tiveram filhos e só mais tarde fizeram formação em Psicologia e entraram no mercado de trabalho.

Depois criei cinco filhos e tinha muita vontade de estudar, me dediquei muito, muito mesmo para a família, para a casa, a criação dos filhos. Só depois dos meus filhos criados, meu marido também foi embora com a loura e eu fiquei sozinha e resolvi estudar. (Grupo de Goiânia)

E hoje que eles estão encaminhados eu estou cuidando da minha vida estou fazendo as coisas que eu quero. Que eu fui fazer antes, fui casar, depois cuidar de filhos pra depois fazer a minha faculdade e cuidar da minha vida. (Grupo de Cuiabá)

Então eu inverti um pouquinho a ordem: faculdade depois dos filhos. Então eu tive filhos e depois que eu fui estudar, inverti um pouquinho a lógica, então eu acho que eu pude aproveitar um pouquinho mais porque eu já tinha alguma maturidade. (Grupo de Campo Grande)

O que algumas nomeiam como inversão da ordem é muito interessante: algumas dizem que primeiro resolveram a vida

doméstica e depois a profissional. Algumas vezes fizeram a faculdade ainda novas e, depois dos filhos crescidos, se inseriram no mercado de trabalho. Outras entraram na universidade mais tarde, o que nos faz pensar se, nesses casos, a escolha pela Psicologia se deu por ser uma profissão do cuidado ou por oferecer alternativas de trabalho de horário parcial ou flexível. Pode ser uma combinação desses dois aspectos com outros sobre os quais ainda não pensamos.

Tempo flexível, foi uma das coisas assim que eu já amava a Psicologia, gostava, era uma coisa que eu queria: não, eu tenho minha família, eu quero ter um tempo também para eles. E aí eu faço esse meu horário tanto é que eu não tenho ninguém em casa porque eu faço essa flexibilidade, esse trabalho que tem sido muito bom. (Grupo de Brasília)

Entre as que iniciaram a vida profissional já casadas e/ou com filhos, foi comum a necessidade de negociação com o marido a respeito dessa mudança de vida.

*Sempre teve bom relacionamento, mas quando chegou a **época que eu entrei na faculdade aí pegou porque era aquela vidinha dentro de casa, aquela mãe, aquela mulher.** Quando eu terminei, que eu me formei, vou prestar concurso. Não! [Ele dizia] Eu não quero trabalhar, eu quero me aposentar. É o marido 100% que qualquer mulher fica em casa. Eu digo pra ele, você é o sonho de muitas mulheres por aí. Agora está virando um príncipe e eu estou vendo tudo bonitinho, não é tão bonitinho assim, porque eu também quero trabalhar. (Grupo de Maceió)*

Eu acho que quem tiver um companheiro, toda pessoa precisa de companheiro, é muito difícil você encontrar um homem que seja perfeito. [...] encontrar um companheiro que queira crescer. (Grupo de Maceió).

Eu vou fazer dia 29 de dezembro 32 anos de casada. Vocês imaginam a luta para durar 32 anos. Eu conheci o meu marido no distrito. Fui trabalhar muito novinha. Comecei a trabalhar com 14 anos. Com 16 anos conheci o meu marido no distrito, namorei dois anos e casei apaixonada, apaixonada. Ainda sou

daquela época que tinha que casar virgem, hoje não, naquele tempo tinha que casar virgem. Casamos. Ele era um rapaz sempre estudioso, uma boa pessoa. Ele é engenheiro, é administrador, está terminando o doutorado dele pela universidade, leciona, passa o dia no distrito. À noite vai para a universidade. E assim, uma pessoa muito bacana. Temos dois filhos, todos os dois casados, temos dois netos; um é engenheiro eletrônico também, o outro é da área de Direito, vivo bem, graças a Deus. Mas o meu marido, apesar de ser muito estudioso, muito conhecedor, é muito machista. (Grupo de Manaus)

Apesar de pesquisas (VENTURI, 2009) apontarem que com o grau mais elevado de escolaridade a tendência é diminuir tanto o preconceito homofóbico⁹ quanto as práticas sexistas, o espanto com o desejo de as mulheres trabalharem ou a decisão por ter uma profissão, ainda gera reações nos maridos das entrevistadas. Para Karin Ellen Von Smigay (2002), o sexismo pode ser entendido como: *A atitude de discriminação em relação às mulheres. Mas é importante lembrar que se trata de uma posição, que pode ser perpetrada tanto por homens quanto por mulheres [...] Inscrita numa cultura falocrática, impregna o imaginário social e o prepara a um vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social. (p. 34)*

Ainda na linha das negociações com os maridos e das percepções sobre a importância do trabalho da mulher, é possível perceber, em alguns casos em que as esposas ganham mais que os maridos, um discurso que revela uma espécie de compensação e negociação diante dessa diferença. Dito de outra forma, cria-se uma espécie de

9 Por sua vez, a homofobia representa “conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas. [...] Assim, seriam indícios (ou “sintomas”) de homofobia o ato de se evitarem homossexuais e situações associáveis ao universo homossexual, bem como a repulsa às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Essa repulsa, por sua vez, poderia se traduzir em um ódio generalizado (e, de novo, “patológico”) às pessoas homossexuais ou vistas como homossexuais” (JUNQUEIRA, 2007, p. 4).

mecanismo para dar conta dessa inversão que não deveria acontecer. *No meu caso eu ganho bem mais que o meu marido, então na realidade, a provedora sou eu, mas o dinheiro é da gente. Então assim, isso não causa nenhum tipo de atrito: eu passei neste concurso e você passou naquele, então vamos negociar aqui que o dinheiro é nosso, nós vamos trabalhar de acordo com isso.* (Grupo de Brasília)

Ora, sabemos que as concepções naturalizadas e essencialistas de gênero favorecem a criação de fronteiras intransponíveis entre ser mulher e ser homem que delineiam o desempenho de tarefas e de funções opostas: o que se espera de um não se espera do outro. Nesse sentido, opera-se uma dicotomia que reitera a complementaridade e a ordem que sustenta a distribuição dos papéis sociais (SILVA, AMAZONAS & VIEIRA, 2010).

Esse modo de funcionamento naturalizado, assimétrico e hierarquizado em favor do masculino cria temores em quem ainda não casou, como se fosse a única versão possível das configurações conjugais permeadas por performances de gêneros, notadamente demarcadas:

A minha vida está para mudar muito, eu sou noiva, vou casar em junho do ano que vem. Então assim por enquanto está mais ou menos legal, mas vem muita trovoada por aí, chuvas e trovoadas. Não sei como é que vai ser, os dois trabalham, depois essa coisa de filho. Mas tribunal é meio período, pelo menos por enquanto. (Grupo de Brasília)

Eu faço parte do time das solteiras, porém em vistas de sair desse time, mas também compartilho dessa sensação. Hoje eu trabalho em quatro lugares, e eu amo o que eu faço e eu trabalho das sete da manhã, às vezes vou até meia noite e meia, num ritmo frenético, e tenho consciência que isso não vai durar pra sempre que quando eu casar eu vou ter que abrir mão de algumas coisas por isso. (Grupo de Curitiba)

Não fica claro por que ela imagina que terá que abrir mão de alguma coisa, se por querer ficar com a pessoa escolhida, cuidar de filhos, ou se acredita que o casamento exige abrir mão de seus projetos, desejos, prazeres... Os mundos masculino e feminino entendidos

às vezes como excludentes, às vezes, como necessariamente complementares, parecem preexistir nesses discursos que proclamam uma versão essencialista e dicotômica dos gêneros. As definições que aparecem, longe de uma perspectiva crítica, talvez se encaixem no que Connell (1995) chama de papéis de gênero, noção criticada por esse autor ao falar especificamente sobre o papel masculino, mas podemos trazer essas reflexões ao conceito em geral, argumentando que ele limita as possibilidades de entender a complexidade, de compreender as relações de poder, violência e desigualdade, e de pensar transformações, crítica também feita por Guacira Lopes Louro (2003).

Por outro lado, foram essas atribuições de gênero tão cristalizadas que permitiram que muitas das psicólogas tivessem essa profissão que necessita de um investimento com retorno incerto e muitas vezes demorado. Visto que muitas das entrevistadas lembraram-se da famosa frase “a Psicologia é uma profissão espera marido”.

*Enquanto você não tem **nada** para fazer você fica lá fazendo **Psicologia** e aí você já aprende como cuidar do marido, dos filhos, já vai aprendendo. Falavam muito isso na época que eu estudava, que eu fazia Psicologia. (Grupo de Manaus)*

Podemos vislumbrar pelo menos dois sentidos: por um lado, o fundamental para uma mulher é o casamento, que vai lhe prover necessidades de todas as ordens, inclusive possibilitar o início da carreira profissional e, por outro, ela ganha tempo aprendendo uma profissão marcada pelo cuidado e que auxiliará no cotidiano da relação com o companheiro e com os filhos e as filhas.

Meus pais ficaram muito preocupados, meu pai falava muito: “você sabe que você precisa ganhar a vida com o seu trabalho, você sabe disso, né?”. (Grupo de São Paulo)

E eu só consegui começar porque o meu marido alugou a sala, bancou os cursos de pós e, pra mim, era sempre um empecilho, eu não poderia entrar na Psicologia se eu não tivesse alguém que bancasse essas despesas iniciais. Até então o meu marido que bancava tudo. (Grupo de Curitiba)

O que eu ganhava era complemento, eu tinha um provedor, não passava pela preocupação assim.... eu tenho que sustentar a minha casa como psicóloga. (Grupo de Curitiba)

O salário advindo das mulheres psicólogas é, boa parte das vezes, visto como “complemento”, termo que surgiu muitas vezes ao longo dos grupos.

No meu caso não, no meu caso de repente precisa de uma complementação, eu estou ali, estou disponível. Até porque, como a gente colocou no início, ainda não são rios de dinheiro, mas você tem bom resultado, está tranquilo, mas não é assim: A Provedora. (Grupo de Brasília)

Ainda entre as casadas, outra questão interessante apareceu: a mobilidade de várias entrevistadas para acompanhar os maridos, que eram originalmente de outras cidades, ou se mudaram em função do trabalho.

Eu tive que me preparar psicologicamente para o meu casamento porque eu era de Natal, morava com os meus pais, mas desde que eu comecei a trabalhar, eu me sustentava, e me incomodava essa condição de sair, de ser sustentada por outra pessoa, então foi um ano de noivado para o casamento. [...] hoje eu não estou plena, se eu posso dizer, pela saudade que eu sinto dos meus familiares e por não estar trabalhando porque me incomoda essa questão de estar sendo dependente. (Grupo de Manaus)

Meu marido teve que trabalhar lá, eu larguei tudo aqui e fui para lá. Fiquei sete anos em Santa Catarina, porém lá foi muito difícil, o pessoal muito fechado. (Grupo de Porto Alegre)

Alguns relatos, no entanto, mostram que os maridos têm mais resistência em acompanhar as escolhas das mulheres, e elas acabam fazendo uma opção.

Quando eu acabei o doutorado, meu sonho era fazer políticas públicas, eu gosto muito dessa área, e aí surgiu uma oportunidade em Brasília, “wow, políticas públicas!” e meu marido chegou e falou: “olha, eu não vou para Brasília”, [...] é, não esperava que ele não fosse, achava que ele ia topa. Porque você faz uma opção, eu já fiz muitas vezes, de ir... mas agora, na minha idade... não, vou manter a minha relação, mas tem esse custo... Então isso me chocou bastante assim... Com a

liberdade que eu sempre achei que eu tinha, né? E ver que eu não sou tão livre assim... (Grupo de Campo Grande)

Mabel Burin (2008) trabalha com um conceito interessante: “fronteiras de cristal”, que são barreiras invisíveis impostas para as mulheres, dificultando o acesso a um mundo globalizado e, portanto, a uma mobilidade a outro estado ou país, já que é difícil que os maridos queiram acompanhá-las, ficando em uma posição onde têm que escolher entre uma oportunidade laboral e a família.

Essas “fronteiras de cristal” são herdeiras da lógica binária que impõe uma polaridade rígida aos gêneros que, nos parece, é necessário desconstruir. Para tanto, precisamos compreender que cada pólo (masculino/feminino) contém o outro, ou seja, existem várias formas de ser homem e de ser mulher que não são idênticas entre si, muito pelo contrário, são paradoxais (AMAZONAS, VIEIRA & PINTO, 2011).

Nesse contexto, as psicólogas que estão sem companheiro relatam sobre seus percalços, dos preconceitos enfrentados e das dúvidas sobre suas decisões.

Eu faço parte de uma família conservadora que insiste pra eu casar, mas eu não quero, eles acham que eu sou a pessoa mais anormal do universo, porque eu não quero filho, não quero casar. Isso é uma questão de criança, eu nunca gostei de casamento, então... é uma coisa da minha família... eles começaram a me aceitar agora, porque eles viram que não tem jeito, sabe? (Grupo de Campo Grande)

Eu sou solteira também, tenho 49 anos, moro sozinha, na minha casa, então A: “como é que você consegue?!”, “eu não conseguiria ficar sozinha. (Grupo de Campo Grande)

Ecoam também discursos que tratam a opção de ficar sozinha ou a condição momentânea de estar só com tranquilidade, e não como um problema.

Eu acho que sou a única solteira, é bom. Eu sempre apostei na minha liberdade, na minha flexibilidade, na possibilidade de ter, de estar, e fazer aquilo que eu tiver vontade. Não é que o casamento me seja indesejável, não, até quero muito encontrar uma pessoa que possa me ajudar, que respeite aquilo que eu gosto e que me ame de verdade e é o meu desejo, o cara. (Grupo de Aracajú)

É como se não existisse felicidade estando só, estando solteira. Enfim, fazendo outras coisas na vida, como se não existisse prazer em outras formas de viver. (Grupo de Salvador)

O casamento é um elemento importante na vida das mulheres psicólogas que participaram dos grupos, mas a maternidade tem um lugar especial. Segundo Rostagnol (2012), o comportamento reprodutivo das mulheres remete ao contexto histórico-cultural e às razões subjetivas. Assim, a maternidade é, ao mesmo tempo, um imperativo social e um projeto individual. “Para algumas mulheres é algo ‘natural’; se se é mulher, se é mãe, ainda quando existem outros projetos além da maternidade” (p. 200, tradução nossa).

Quando a vida profissional já está estabelecida, em certa faixa etária começam os questionamentos sobre ter ou não ter crianças, pergunta que o homem, em princípio, não tem idade para fazer. Dessa forma, são muitos os relatos sobre interrupção do ritmo de trabalho ou do projeto profissional em curso para dar lugar à maternidade que, em vários casos, veio inclusive da reprodução assistida.

Eu viajava muito, minha gravidez eu passei num projeto em São Paulo morando sozinha num Apart Hotel; vida organizacional é uma vida maluca, e aí tive que tocar; ou era a carreira ou era (os filhos). Quis ser mãe porque eu já estou com 38 anos. Eu disse: vou ter que abrir mão da carreira, dar um passo atrás e procurar uma outra coisa perto de casa, ficar aqui em Porto Alegre. E aí eu tive a sorte de uma semana depois que eu saí já de conseguir outra coisa até porque eu já tinha 10 anos que eu trabalhava. (Grupo de Porto Alegre)

Levei 14 anos para ter filhos. Eu tive que fazer tratamento também [...] No final ela [a médica] olhou para mim e disse assim: – Tu estás pronta para abrir mão da tua carreira? E aí eu olhei para ela e disse: – Não. – Aí tu tens que pensar, tu já estás com 35 anos, daqui a seis meses, vira chave para ti, então tens que pensar. Está aqui o tratamento, vai para casa, conversa com teu esposo porque não tens mais tempo ou é agora ou nunca. [A terapeuta] disse eu nunca vou estar pronta, mas quando eu estiver com 50 anos; ela sempre me disse isso na terapia – Tu vais olhar para trás e

sentir falta porque tu és muito maternal. Então tá, vou enfrentar. Naquele momento eu sabia que eu ia ter que sair da empresa que eu estava; eu sabia disso porque eu não ia ter como conciliar. Minha carreira estava em franco crescimento, mas eu não teria mais como conciliar. [...] (Grupo de Porto Alegre)

Na fala de muitas das entrevistadas, nota-se certa naturalização da maternidade como projeto feminino.

Eu passei vinte anos só tomando conta dos meus filhos, da casa, do meu marido, doméstica mesmo. Para mim foi bom porque eu pude criar os meus filhos do meu jeito, dando mais atenção para eles, mais presente, acompanhava eles na escola, para onde eles iam eu era a motorista, sabe como que é o papel de mãe né? (Grupo de Manaus)

Eu trabalho muito com criança também, no meu consultório, e eu acredito que as mães são muito importantes para a vida das crianças. [...] porque as crianças nasceram dessas mães, as crianças são amamentadas por uma mulher, então ter essa figura feminina, com todas as mudanças dos tempos, ainda me parece que a mulher tem um lugar de importância fundamental no início da vida de uma criança. (Grupo de São Paulo)

Uma das psicólogas relata sobre o peso da exigência social da maternidade refletida nas palavras de sua mãe.

*Pra mim a minha mãe, [...] que teve os filhos e deu conta de trabalhar né. E ela diz que **toda mulher nasceu para ser mãe**, quando eu relato alguns casos de amigas que não querem ter filhos ou quando eu cogito a possibilidade de não ter ela diz: “não minha filha, não existe isso, toda mulher nasceu para ser mãe, toda mulher tem o sonho de ser mãe”. [...] E existe esse **peso**, de que mulher nasceu para ser mãe. (Grupo de Belém)*

Em consonância, outra entrevistada também se interroga sobre a ditadura do desejo da maternidade:

*Porque assim....eu posso até ser **apedrejada** agora na hora de colocar essa situação, mas... por que a mulher tem tanto desejo de ter filho? Porque é uma coisa assim tão... porque é algo que você precisa desejar muito pra que tenha uma tranquilidade na maternidade, muda seu corpo, você não come e dorme,*

não faz nada mais do jeito que você deseja, na gravidez você já se doa completamente, e assim, se vêm as doenças, se vem alguma coisa, você está fazendo tudo em prol de outro ser, para que esse outro ser surja, pra que esse outro ser cresça, pra que esse outro ser exista... (Grupo de Natal)

Ora, as mudanças ocasionadas pela gestação sejam elas corporais ou nas atividades do cotidiano permitem questionar a naturalidade do desejo de ser mãe. Em outros grupos, como o de Salvador, por exemplo, também se fala de forma menos romantizada sobre a maternidade, referindo-se a contratempos:

Ficar sem dormir ou dormir muito mal nos primeiros três meses, o trabalho do cuidado, emergência pediátrica é o negócio mais tenso. (Grupo de Salvador)

A expectativa do casamento, a construção de uma vida a dois que possibilite a construção de uma família com crianças são muito presentes na vida das entrevistadas, mesmo entre aquelas que não vislumbram esse destino. De toda forma, muitas mulheres se veem obrigadas a explicar suas escolhas quando escapam as concepções naturalizadas de família e de gênero, tratadas muitas vezes como destino.

Eu acho que em Psicologia ainda é muito conservador, inclusive, as ideias de família, filhos... Sempre o discurso da família, filhos... e quando a gente não tem, né? Eu não tenho filhos, eu tive que fazer terapia e brigar com minha terapeuta, convencê-la de que é possível viver sem ter filhos. Meu marido é negro, estranharam isso, então eu sempre tive um pouco de dificuldade com esse tipo de conservadorismo na Psicologia. (Grupo de Campo Grande)

Às vezes para não me aborrecer, eu finjo que eu quero ter e que não posso. Eu falo – não encontrei a pessoa certa. E depois eu me casei, e o que eu vou falar? Eu já pensei que eu vou falar que eu sou infértil... porque é uma decisão que é minha, não tenho que ficar (justificando) isso para ninguém, e eu fico pressionada. (Grupo do Rio de Janeiro)

E escuto mulheres que optam também pela questão da profissão e não da maternidade, que elas sofrem situações semelhantes à minha. O preconceito sobre a maternidade, porque a mulher pode ainda escolher ser mãe e não trabalhar, ser sustentada pelo marido. É a mulher não ser mãe e querer trabalhar, estudar, fazer mestrado, doutorado, já puxa, por quê? (Grupo de Belém)

Algumas simplesmente lamentam terem perdido o tempo para serem mães.

Eu tive um problema fisiológico, assim... [...] achar aquela pessoa que eu queria que fosse o pai, depois quando eu podia, que eu tinha um companheiro que eu achava que era aquela pessoa que poderia ser o pai, aí teve a questão fisiológica. [...] E aí o tempo vai passando, [...] e aí não me liguei que eu poderia ter adotado... você vai passando e aí a idade chega, relógio biológico da mulher quando me dei conta não tive, não adotei, foi muito difícil me dar conta disso assim, [...] quando eu me envolvi com a maternidade... aí eu achei que não era mais tempo de adotar. (Grupo de Salvador).

Em dois grupos, psicólogas lésbicas se expressaram sobre a maternidade:

Eu tenho planos com relação à maternidade sim, mas eu estou esperando um pouco, porque como eu vou fazer por laboratório tem o risco de vir dois ou três então eu tenho que ganhar um pouco mais pra isso. E um risco de gênero né. [...] primeiro eu achava que não tinha vontade, depois eu passei a ter, depois eu achei que ia ser muito difícil de se conseguir, por questões de direitos jurídicos e civis mesmo. [...] Mas hoje já tem a possibilidade de a gente conseguir casar no civil e da gente conseguir adotar, ela depois adotar o bebê, ou se ela gestar eu adotar também, [...] e eu não fui criada para ser obrigada a ser mãe como muita gente foi, de achar que a mulher só vai ser completa se ela for mãe. Não foi algo carregado, então eu consigo entender que foi escolha minha. (Grupo de Salvador)

E nesses vinte anos da minha vida, em alguns momentos tive muito instinto materno forte, eu pensei em engravidar assim

com a companheira de dez anos, e da parte dela tudo bem, assumir uma vida. Mas não foi muito fácil essa situação para mim também em relação a coisas que eu teria que abrir mão. Eu estive durante muito tempo voltada só para estudos e viagens, então viajei muito, estudei muito por aí, e vi que, por instinto materno que tivesse, ainda tenho que lutar com a endometriose que eu tinha, era muita coisa e eu desisti. (Grupo de Porto Alegre)

A orientação sexual não garante que o discurso sobre o desejo de ser mãe não pareça atávico, embora essas duas entrevistadas que se declararam lésbicas partam de pontos muito distintos para falar sobre seus projetos de maternidade. A ideia de instinto materno, inclusive, aparece.

Importante destacar uma tensão entre gênero e orientação sexual que marca o debate sobre maternidade lésbica. A maternidade está de tal forma enraizada na nossa construção social de feminino que, se por um lado, como vimos há pouco, faz estranhar aquelas que optam por não ter filhos, por outro faz sumir a lesbianidade das mulheres que querem ser mães. Quase como se a maternidade se sobrepusesse ao preconceito e às dúvidas que uma mulher lésbica poderia ter ou gerar sobre sua capacidade de maternagem. O feminino presente nas mulheres, entendido sem crítica no senso comum como colado ao corpo das mulheres, naturaliza o desejo pela maternidade.

Quando as mulheres não cumprem esse papel de cuidado, sua feminilidade é questionada:

E até profissionalmente também, a mulher saiu muito para o mercado de trabalho, acho que até, algumas... não sei, é senso comum, sabe? Masculinizou demais... tem algumas que não sabem fritar um ovo, não entram na cozinha, está tendo gente assim... de ostentar uma negação do antigo papel feminino. (Grupo de Belo Horizonte)

A gente precisa ver isso também na questão da estruturação emocional, uma mãe que está seis meses com o bebê e passa três meses fora, é lindo, mas e os problemas que pode trazer pra essa criança? (Grupo de Natal)

A gente hoje tem mulheres no mercado de trabalho e homens

em casa, desempregados e sendo sustentados pela mulher. Então, há algum tempo atrás, isso era uma ideia absurda, impossível e hoje a gente tem, tirando o julgamento de ser bom ou ruim, as mulheres ganham mais do que os homens em algumas famílias, então acaba que a mulher é a chefe da casa, tem essa questão do masculino na mulher, que está muito no trabalho. (Grupo de Recife)

Por sua parte, os homens dificilmente são entendidos como cuidadores:

Homem, o reforço, homem acredita na mulher tanto que a nossa experiência como mãe, como esposa, é o seguinte: que a grande parte dos homens acredita e deixa sob a responsabilidade das mães a educação dos seus filhos. [...] Então isso é mais um exemplo de que o homem tem muita confiança na mulher. (Grupo de Aracaju).

Embora isso pareça estar mudando:

Um exemplo também são homens levando os filhos ao pediatra, que eu trabalhava lá na sala da pediatra, via pais no consultório, o que não era comum antes, então tem chamado a atenção, o homem também está se permitindo entrar no cuidado. (Grupo de Recife)

Então às vezes a referência passa a ser muito mais do homem. Eu tenho observado na rua. [...] E hoje a gente vê muitos homens que às vezes passam o final de semana com o filho ou que cuidam do filho desde pequenininho por conta de uma série de circunstâncias. (Grupo de Brasília)

Licença paternidade, meu cunhado tirou, [...] tirou quarenta dias de férias, as férias que ele tinha a mais, fazendo horas a mais pra tirar, e a minha mãe foi e disse para a minha irmã: "coitada de você, ele só vai te atrapalhar". Por que que ele vai atrapalhar? Ele vai ajudar ela com o neném, né. Eu achei muito engraçado, "ele vai te atrapalhar", olha a visão dela nesse sentido, né. (Grupo de Cuiabá)

Ainda no que se refere aos cuidados como atributo visto,

predominantemente, como feminino, como já discutimos, entre as que optaram por não ter filhos e filhas, foi frequente a fala sobre cuidados de outras pessoas da família, em especial pais e mães, quase como se tivessem que explicar que essa capacidade ou afecção estava presente e direcionada para algum lugar.

Em geral, são as mulheres que assumem o cuidado, e esse papel é visto como natural, pois está inscrito socialmente no papel de mãe. Cuidar dos familiares idosos, portanto, é mais um dos papéis que a mulher assume na esfera doméstica (CALDAS, 2003).

Ser psicóloga também não passa despercebido pela família, que faz cobranças em relação à coerência, saber lidar e controlar sentimentos e emoções, ter mais facilidade para lidar com os filhos e as filhas e enfrentar com serenidade situações como doença e morte.

“Olha o que está deixando os meus cabelos brancos!” Divisão de tarefas, o acúmulo e a vida atribulada

Mulher, esposa, mãe e tia. Olha o que está deixando os meus cabelos brancos! (Grupo de Manaus)

Com essa emblemática frase, esta entrevistada põe em pauta um tema que atravessou vários grupos: a vida atribulada das mulheres dos nossos dias e as transformações e os impasses que a vida coloca em relação às tarefas diárias nas variadas esferas do cotidiano.

A temática em torno da “divisão sexual do trabalho” permeou vários grupos, o que nos fez estruturar esta parte do texto em torno dessas tensões. No início do texto, de forma menos enfática, essa tensão está posta na opção entre casamento e profissão no início das vidas das entrevistadas. À medida que todos esses planos estão presentes, outras análises parecem necessárias.

Para Hirata e Kergoat (2007), “divisão sexual do trabalho”, na França, refere-se tanto à distribuição de homens e de mulheres no mercado de trabalho – no que tange à escolha e possibilidade de exercício da profissão, e a forma como ela se dá – quanto à divisão do trabalho doméstico. E desdobram-se em duas dimensões, para além da constatação da desigualdade, sobre as quais nos parece pertinente nos debruçarmos:

1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos

mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 596)

Ao propor essa discussão, as autoras pretendem ir além do paradoxo que o campo sugere, que é a impressão de que a sociedade se transforma, mas pouco se muda efetivamente em relação à divisão entre trabalho doméstico e profissional. Neste texto, as autoras recuperam a vertente histórica desse conceito, seus desdobramentos e os caminhos que geraram nas análises políticas, a partir dos anos 1970.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. (p. 599)

As autoras afirmam que dois princípios estruturam esse entendimento: o da separação, que pressupõe que existe trabalho de homem e trabalho de mulher, e o hierárquico, que sustenta a ideia de que o trabalho do homem vale mais do que o trabalho da mulher. A frequência com que essa divisão acontece, apesar das transformações sociais, remete, então, à “distância entre os grupos de sexo” (p. 600), que parece não variar. Exatamente por isso, é possível perceber que a condição feminina está melhor, mas temos a sensação de que nada muda.

Tratando do momento atual, época de “fortes turbulências”, como elas nomeiam, a flexibilização do trabalho no espaço e no tempo pode reforçar as relações sociais de sexo estereotipadas: as mulheres demonstram interesse em jornadas completas de trabalho, e as exigências dessa colocação no mercado, sustentada também por sua formação mais especializada, aproximam homens e mulheres em relação a sua colocação no trabalho, mas geram ou aumentam uma diferença entre mulheres de classes sociais distintas no Brasil, com diferenças em relação ao fenômeno europeu, em função da desigualdade social mais acirrada. A maior aproximação entre homens e mulheres também remete a uma maior divisão no

que se refere ao trabalho parental.

No entanto, convém atentar para dois modelos de complementaridade que Hirata e Kergoat (2007) identificam: o tradicional, em que assuntos de família e domésticos cabem à mulher e o homem é a figura do provedor, e o de conciliação, em que cabe quase exclusivamente à mulher a conciliação entre vida doméstica e familiar. No entanto, a perspectiva de conciliação tem sido questionada, na medida em que o trânsito entre as esferas doméstica e do trabalho gera muitas tensões. Surge o “paradigma da parceria”, que é possível ser verificado no cotidiano individual das pessoas, muitas vezes, mas não chega a ser reconhecido como fenômeno social mais amplo.

Por último, as autoras tratam do modelo de delegação, já instituído há muito mais tempo no Brasil, que está, inclusive, sofrendo uma série de mudanças, atualmente, com as transformações das relações com as empregadas domésticas. De todo jeito, a delegação é gerenciada pelas mulheres, para outras mulheres, o que certamente tem implicações de gênero, de classe social e de raça, como veremos mais adiante.

Na perspectiva da conciliação ou da delegação, as entrevistadas nos contaram que o trânsito entre essas esferas pública e privada nem sempre é simples e percebem na pele a soma das exigências colocadas para a mulher.

As tensões em torno da divisão sexual do trabalho, a partir das linhas que expusemos aqui, serão abordadas em três eixos: acúmulo sentido por muitas mulheres em função de todas as esferas nas quais precisam operar no seu dia a dia, conciliação entre tarefas de casa e vida profissional e delegação de funções.

A pluralidade da Psicologia se retrata nas visões bastante diversificadas que temos do que é função da mulher e do homem, mais ou menos cristalizadas. Curioso que em muitas falas as psicólogas utilizaram a expressão “ser dona de casa” para falar de suas vidas. Ainda que não fosse a maioria, evidenciamos certo eco em falas como a que exemplificamos abaixo:

O cara fazer o trabalho de cuidar de casa e a mulher continuar trabalhando é o fim da picada. É muito estranho. (Grupo de Aracaju)

As considerações feitas acima acerca das permanências e das mudanças na divisão sexual do trabalho oferecem ferramentas para se

pensar sobre as tensões que as entrevistadas encontram no cotidiano. Ainda que muitas delas reconheçam a participação dos maridos nos afazeres domésticos, em especial nas questões ligadas aos filhos e às filhas, o tom prenunciado é de que eles auxiliam na tarefa.

Tenho um marido que é um grande companheiro, que me ajuda pra caramba, acorda de madrugada, não posso reclamar, ele é um fofo. (Grupo de Porto Alegre)

Mas, graças a Deus, eu tenho um marido muito parceiro, então ele me supria em diversas coisas, cuidar das crianças, levar ao médico, dar banho, pra eu dar conta das coisas que eu queria fazer. Nesse ponto eu sempre tive muito apoio. (Grupo de Cuiabá)

Como é pouco tempo, o meu marido me ajuda. Ele não é de livre e espontânea vontade, mas quando eu peço, ele me ajuda; ele não reclama, mas ele não é de ter iniciativa. (Grupo de Manaus)

Essa construção naturalizada, no entanto, é percebida no grupo: *E eu acho que as mulheres acabam sendo muito machistas né, “porque ele ajuda”, “ele é um ótimo pai”, ajuda? Como é essa relação de ajuda? Ser pai é ajudar? Ou é pai ou é pai. Não tem a função “ajuda”. A mulher usa isso no discurso, “ele me ajuda com os meninos”. (Grupo de Natal)*

Essa história da mulher chegar e dizer: “meu marido é um anjo, ele ajuda”. Eu tenho vontade de bater nela, nada de ajuda... depois que mora num lar! Não existe ajuda, existe: pessoas que moram num lar, pessoas que são responsáveis por este lar. Quem tiver disponibilidade e saco, que faça. (Grupo de Recife)

E alguns relatos nos fazem perceber que efetivamente mudanças acontecem no que é atribuição de cada um.

Agora também já aconteceu de não ter empregada, não ter quem cuide do menino. Aí segunda-feira, aquele dia internacional que a empregada falta. Já era a segunda semana que eu desmarcava paciente da segunda-feira. Quando foi na terceira vez, não na semana seguida, eu liguei para o meu marido – Ah, mas eu estou numa reunião, não posso. – Tu não

podes vim para casa? – Não. – Olha eu não posso deixar de atender hoje. Então tu fazes o seguinte: tu desce aí embaixo que eu vou deixar o Vitor aí pra ti cuidar. (Grupo de Brasília)

Curioso que as conquistas de décadas das mulheres são entendidas, por algumas entrevistadas, como obrigação. O que pode nos remeter à tensão entre militância e vida cotidiana e ainda a necessária incorporação de conquistas, como se não fosse possível descartá-las e atravessar seus processos de singularização por outros caminhos.

Então, assim, eu acho que eu sou, eu me vejo uma feminista, entre aspas, por obrigação, tenho que ser, pra sobreviver no mundo do hoje, eu também queria ganhar um colarzinho de diamante e viver só indo pra academia, trabalhar como psicóloga de voluntária. Acho que eu não vou ficar satisfeita também, querer um papel de mulherzinha. (Grupo de Florianópolis)

Exigência meio exagerada assim que... a super mulher tem que dar conta de tudo, sabe assim? Tem que dar conta de casa, tem que dar conta da profissão, tem que dar conta do filho, sabe assim? E eu acho que fica essa coisa assim meio idealizada, da mulher perfeita, nota 10, e aí tem que dar conta da aparência, tem que estar bonita, tem que estar malhada. (Grupo de Salvador)

A perspectiva de ação e a liberdade de escolha são, muitas vezes, vistas como masculinas, afirmando a dicotomia de gênero e a primazia do masculino, mesmo entre aquelas que se reconhecem neste lugar.

Só se você tiver uma boa dose de masculinidade, porque a gente precisa ser muito macho na vida, nesse lado mais objetivo de trabalhar, de estudar, de fazer coisas é muito masculino. (Grupo do Rio de Janeiro)

O gerenciamento da casa que inclui limpeza, arrumação e comida, a responsabilidade parental, mais a organização da vida profissional se somam à exigência, que algumas percebem, de autocuidado para atender não apenas a suas necessidades, mas à relação conjugal. Assim, algumas entrevistadas foram enfáticas em enumerar tudo o

que se exige da mulher e o conjunto de tarefas e atribuições que nos cabem, de forma naturalizada, em geral, apontando o acúmulo do qual precisam dar conta.

Assim, poder ficar bem em casa, ter que dar conta do marido e ter que dar conta da minha vida pessoal, por exemplo, estou atendendo paciente e tem que fazer um bolo. (Grupo de Aracaju)

Eu trabalho fora, lavo, passo, cozinho, cuido do cachorro, cuido de gato, marido e dois filhos, divido meu horário literalmente semanal, realmente é muita coisa para eu fazer, né. Eu, assim, [tenho] prazer em tudo que eu faço, mas é cansativo. Ontem mesmo me perguntaram: "com que você tem gastado mais energia?". Muitas vezes eu gostaria de gastar mais energia com o meu trabalho, mais com meus filhos... mas a dificuldade quando você tem uma jornada que você tem que administrar... (Grupo de Campo Grande)

Também identificamos uma dimensão mais estética retratada na preocupação com beleza, saúde, para além da maternidade e do viés profissional.

Ser mulher: quantas pressões que ainda vêm? Estar linda, gostosa, magra, jovem... a cultura estabeleceu a beleza do jovem, né... é terrível. [...] Tem que ser sempre muito bem-sucedida em tudo, você tem que ser uma ótima profissional, você tem que ser linda, ótima mãe... são muitas expectativas que a gente internaliza, e quando vê a gente está se pressionando, internamente, fica cheia de cobranças consigo mesmo...principalmente nessa questão, de ser bem-sucedida em tudo, ganhar bem, tem que ser ótima mãe, ser boa dona-de-casa, boa namorada, boa companheira... (risos). E estar sempre rindo, linda. (Grupo de Recife)

Ainda que nem sempre soe como uma rotina pesada, tendendo mais a uma conciliação.

Eu particularmente, eu concordo que gerenciar a vida, a mulher é esposa, é amante, gerenciar tudo eu acredito que dá pra conciliar. (Grupo de Maceió)

Eu construí meu consultório em casa, casa própria, fiz um investimento e está bem legal também, o que não é muito comum aqui, mas, no Sul, as pessoas têm o consultório em casa, né? (Grupo de Recife)

Agora sou autônoma profissionalmente. Foi uma decisão que não me arrependo e nem um minuto, todo dia eu agradeço, porque é justamente: a gente é esposa, é mãe, é um monte de coisas ao mesmo tempo que trabalha. Então hoje eu consigo gerenciar esse tempo, sou uma mãe muito mais presente. (Grupo de Rio de Janeiro)

A Psicologia aparece, muitas vezes, como uma profissão das classes médias e altas, que têm a possibilidade de, com os próprios recursos ou do marido, contratar uma mulher para realizar as atividades domésticas. Assim, a discussão sobre gênero atravessa a temática da Psicologia para chegar às outras profissões de “cuidado” ou “serviço a outras pessoas”, o que nos leva a perguntar até onde chegou a igualdade de gênero, visto que, para algumas mulheres, como as empregadas domésticas, a regulação sobre os direitos trabalhistas ainda é incipiente. Convém lembrar que o valor dos afazeres domésticos na nossa sociedade não é computado, seja porque não entram no PIB, seja porque são delegados, ainda nos dias de hoje, às mulheres, reforçando a invisibilidade de seu trabalho (MELO, CONSIDERA e DI SABBATO, 2007).

As famílias que vejo: que lentes usar?

Além de relatarem as histórias familiares pessoais, discutidas na primeira parte deste texto, as psicólogas conversaram sobre suas opiniões acerca das diferentes configurações familiares, baseando-se, sobretudo, em experiências laborais e contatos pessoais.

Tomemos o conceito de “análise de implicação” para situar a posição a partir da qual falamos. Coimbra e Nascimento (s/d) afirmam que tal conceito coloca em “xeque o lugar sagrado e inquestionável dos chamados especialistas” (p. 1).

Opondo-se ao intelectual neutro-positivista, a Análise Institucional vai nos falar do intelectual implicado, definido

como aquele que analisa as implicações de suas pertencas e referências institucionais, analisando também o lugar que ocupa na divisão social do trabalho na sociedade capitalista, da qual é um legitimador por suas práticas. Portanto, analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada; os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional; em suma, na história. (COIMBRA e NASCIMENTO, s/d, p. 2)

É nessa perspectiva que entendemos o lugar a partir do qual falamos as entrevistadas e falamos nós, ao elegermos fragmentos e temas para tratar. Pôr em análise como somos afetadas pelas definições de família que circulam na pesquisa é condição para pensar este trabalho.

É necessário questionar em que medida nossas lentes permitem que enxerguemos as famílias a partir de outros parâmetros, além do tradicional como a família nuclear, ou mesmo determinadas famílias recompostas, cada vez mais presentes. Falamos de um lugar marcado por nossas histórias e convicções que são constituídas e atravessadas por nosso tempo. Assim, entendemos que só é possível compreender esses múltiplos aspectos que dividimos aqui, arbitrariamente, como suas histórias de vida, em conexão com a atuação profissional. As escolhas de cada uma, as formas como encaram e levam suas vidas marcam seus olhares sobre as famílias com as quais se encontram no cotidiano. Vejamos como elas percebem a profissão:

Nós temos uma profissão onde a gente tem paciente bombeiro, paciente economista, paciente rico, paciente muito pobre, mulher casada, divorciada, lésbica, amante... Então nós somos muito cultos, de uma certa forma, do ponto de vista das humanidades. (Grupo de São Paulo)

E talvez esse seja o sentido da obrigatoriedade da revisão constante da atualização permanente do psicólogo como educador, como médico, porque as questões estão pipocando e a própria visão da qualidade sobre as questões que até agora há pouco estavam assim, em latência, agora estão em plena evidência e chocando muitas vezes aqueles valores, aquelas concepções que nós tínhamos anteriormente. A questão é, até que ponto você vai utilizar essa fundamentação que vem

carregada de pesquisa e tudo mais, ou você vai levar a sua parte pessoal, para dentro do seu trabalho. (Grupo de Curitiba)

Eu acho que a gente deixa de julgar exatamente por isso, porque você passa a respeitar o outro pela história dele que você trabalha tudo isso aí. Então eu acho que a gente tem que caminhar por aí. (Grupo de Brasília)

O contato com a diversidade, condição da nossa profissão, exige um questionamento ininterrupto acerca dos temas que atravessam nosso cotidiano. O desafio, então, está posto.

Entre a organização e o julgamento: o que faz sentido dizer quando o assunto é família?

Segundo Bourdieu (1993), a família aparece como a mais natural das categorias sociais por funcionar como esquema classificatório e princípio de construção do mundo social. Assim, ela se constitui como uma entidade integrada, unitária, estável, praticamente indiferente à flutuação dos sentimentos individuais.

Há um trabalho simbólico capaz de transformar o que poderia ser obrigação de amar em disposição para tal, dotando cada membro do grupo de generosidade, solidariedade, capacidade de doação, de ajuda. O sentimento familiar precisa ser constantemente re-investido para que esta ficção possa se perpetuar, é necessária uma adesão à existência deste grupo. (UZIEL, 2007, p. 21)

Nesta perspectiva, as transformações no cotidiano das famílias são percebidas, muitas vezes, como um atestado de que a família está em crise. Assim, comumente, nos deparamos na Psicologia com a expressão “família desestruturada” e suas variações também presentes na fala das entrevistadas. Seja pela mãe que não se interessa, necessariamente, pelo cuidado dos filhos:

Eu vejo muitos pais que assumem o cuidado dos filhos porque sabem que a esposa não cuidaria [...] esse convívio está sendo esvaziado e realmente o tecido social está muito tênue e no meu ponto de vista tem que cuidar com isso. (Grupo de Belo Horizonte)

Seja como consequência da liberdade da mulher:

Então o que eu temo para o futuro é essa (banalização) realmente da mulher com liberdade de expressão, liberdade de escolha. E naturalmente, o que o pessoal tanto fala hoje é a desestruturação da família. (Grupo de Brasília)

E a Psicologia tem que pensar em como se posicionar, já que certamente é convidada a intervir.

*Então eu acho que a Psicologia é como instrumento utilizado pra nesse momento trabalhar com a educação, em promoção de saúde mental, de mudança mesmo, de paradigmas de desconstrução e construção de novas ideias, de novos conceitos, e a questão cultural da família porque a família está **desconfigurada** mesmo.* (Grupo de Aracaju)

Se por um lado essa fala nos convida a pensar a Psicologia como um dos agentes promotores de novos sentidos de família, por outro, parte da mesma lógica, se tomamos a “desconfiguração da família” como dada.

O conceito de “família desestruturada”, tão comum e ao mesmo tempo tão indefinido no campo psi, parece não considerar uma dimensão importante destacada no trecho a seguir:

A história da família é longa, não linear, feita de rupturas sucessivas. Toda sociedade procura acondicionar a forma da família a suas necessidades e fala-se em “decadência” frequentemente para estigmatizar mudanças com as quais não concordamos. (PERROT, 1993, p. 75)

As transformações da família são entendidas, por parte das entrevistadas, como um risco para a manutenção desta abstração que fala tão pouco do cotidiano experimentado por muitas pessoas. A família nuclear se mantém como modelo, embora seja, cada vez mais, difícil encontrá-lo nas casas das pessoas.

Eu vejo hoje que a estrutura familiar está abalada. Um tempo atrás meus tios tinham uma família enorme, de vários filhos, pela minha avó e nenhum dos meus tios, hoje a gente vê famílias muitas vezes pequenas, e até pai e mãe do crime. (Grupo de Aracaju)

É preciso pôr em análise o que significa afirmar que a família

está abalada, ideia que parece emergir com a constatação da inexistência do modelo entendido como garantidor de uma normalidade naturalizada.

Hoje tem cada família mais esquisita do mundo, é dois papais, duas mães, três irmãos, irmãos aqui, papai ali. (Grupo de Goiânia)

Eu vejo assim muitas coisas acontecendo, porque o modelo de família não é pai, mãe e filho, hoje o modelo de família, vejo isso na escola que é minha área de atuação, chega o dia dos pais a professora já não sabe que fazer com aquele que morreu o pai, ou aquele que não tem pai, que é filho, hoje tem produção independente, então é de se pensar sim nesses modelos, de família que realmente não é mais aquele modelo padrão, e o quanto de conflito geram esses novos modelos de família, até porque acho que está no inconsciente aí. Quanto sofrimento traz e é de se repensar sim, até de criança que é adotada por um casal de mulheres ou um casal de homens. (Grupo de Curitiba)

Que efeitos têm a afirmação de “família esquisita”, ao se referir a composições de famílias com pessoas do mesmo sexo ou recompostas? Por que a composição da família deve ser observada, se o fundamental para a criança é que haja afeto e ela se encontre amparada? Desde os anos 1970, em diversas partes do mundo, a separação conjugal aparece como um fato na vida de muitas crianças, adolescentes e adultos.

Em alguns grupos, mesmo o divórcio seguido da guarda compartilhada esteve na berlinda.

Eu fico preocupada...com as próximas gerações, eu fico pensando nos meus netos, tenho duas netas, fico pensando no que vai acontecer na vida delas... Estes valores, para mim, são muito importantes, sabe? Esses vínculos afetivos com a família, esse respeito com o outro, essa solidariedade, [...] essa bendita dessa guarda compartilhada, que até hoje não me entra na cabeça o que é uma porcaria de guarda, desculpa a palavra, mas é uma porcaria de guarda, que não devia existir. (Grupo de Goiânia)

A preocupação com as netas refere-se ao formato de família, à



dinâmica exigida nas famílias em que pai e mãe deixaram de coabitar, ou no afeto que dá suporte à criança?

Algumas falas remetem ainda ao risco perpetrado pelas famílias descasadas, funcionamento entendido como de descuido.

Hoje a gente já tem, eu já tenho mais de 25 anos de profissão, então já tenho pacientes adultos que foram crianças já dessa nova geração e descuidados. Então essa é uma grande preocupação para mim, porque afeta em tudo. É a criança que vem de uma nova forma de parentalidade, vem de todo esse contexto aí. Então, para mim, eu acho que essa questão em relação à infância diz tudo. (Grupo de Brasília)

A polifonia presente no encontro com as psicólogas entrevistadas, no entanto, nos oferece outros entendimentos:

Eu acho que é porque está havendo essa quebra de paradigma, então já é um começo. (Grupo de Brasília)

Além de certa resistência, se for essa a melhor palavra, em relação aos talvez não tão novos formatos de família, o modelo de família nuclear formada pelo pai, pela mãe e pelos filhos deixa seu registro nessa crítica feita, por exemplo, à guarda compartilhada, avanço jurídico tão desejado, inclusive por psicólogas e psicólogos, para garantir que a criança continue tendo direito a seus pais e mães, quando da separação. Pesquisas realizadas por Leila Torraca de Brito (2007) mostram que os filhos se ressentem quando, do divórcio, perdem o contato frequente com a figura parental que não deteve a guarda. A autora destaca ainda o reconhecimento da necessidade de um esforço inicial de todos para adaptar as crianças aos dois lares e à nova convivência com as duas famílias.

A guarda compartilhada, aprovada inclusive como lei² em nosso país em 2008, pretende responsabilizar, ambos, pai e mãe, quando existirem, com a educação cotidiana da criança. Ainda que a lei não tenha o poder de mudar comportamentos, é um importante instrumento jurídico para oferecer essa oportunidade aos pais e às mães que desejam uma maior convivência com a prole, a qual pode ser dificultada em função da qualidade da relação entre os membros

2 Lei 11.698, de 13 de junho de 2008.

do ex-casal. As diferenças apaziguadas quando o casal ainda está junto, muitas vezes, aparecem com força total quando o casal se desfaz e é preciso encontrar mecanismos de enfrentamento da impossibilidade de convivência, garantindo os direitos das crianças.

No início do texto, partimos das experiências pessoais das entrevistadas para discutir algumas de suas compreensões sobre família. O entendimento de masculino e feminino que possuem reverbera:

Mas no momento em que os homens choram, nunca vi tanto homem chorar no meu consultório, por causa dos filhos, por causa de rompimento de relações amorosas, eu nunca vi tanta mulher brava porque não foi nomeada, porque o bônus não foi do tamanho que queria, quando elas são executivas, então... nesse momento que a gente vive, os papéis se misturaram tanto dentro da família, o que justifica os homens terem tanta escassez numa área mais subjetiva, de trato com a subjetividade e as mulheres ainda serem predominantes. (Grupo de São Paulo)

Se os homens choram e as mulheres reivindicam bônus, o que a Psicologia pode dizer para além de afirmar uma suposta inversão de lugares? Quais respostas a Psicologia pode dar, ou que outras perguntas pode formular, quando o dilema sobre cuidado se apresenta, por exemplo, na justiça, por meio de uma acusação de abuso sexual, que depois se averigua se tratar de uma falsa denúncia (AMENDOLA, 2009)? Finalização de um cuidado ou atenção que o pai não teve com os filhos na vigência do casamento e agora reivindica, na separação?

Nessa mesma linha, as formas como entendem as organizações familiares produzem olhares e efeitos:

Os papéis não estão mais definidos há muito tempo, [...] Hoje tu vais fazer a árvore genealógica da família, tu não compreendes mais, nem como de tantos parceiros que esse teve, aquele é padrasto... (Grupo de Porto Alegre)

E agora, com essa nova configuração familiar, a gente fez lá uma dinâmica, e a gente botou essa configuração familiar: filha de a, filho de b, junta com d, e aí o grupo sentiu o que era essa nova configuração familiar, e a gente colocou as crianças. A briga ali entre eles era tão grande que ninguém

se deu conta que tinha criança. Então na realidade, a minha preocupação que agora pode estar surgindo, não só meninos, mas meninas desprovidas de tudo porque não têm mais colo de ninguém. Nessa nova configuração ninguém é de ninguém mais. (Grupo de Brasília)

A árvore genealógica deve estar desenhada previamente e a família deve se enquadrar nela? Não pode se tratar de um rizoma (DELEUZE e GUATTARI, 1995), em que as famílias sejam apresentadas como mapas abertos, heterogêneos, conectáveis em todas suas dimensões, que possam ser desmontados, reversíveis, modificáveis, mutáveis, adaptáveis, compostos de afetos (DE GARAY HERNANDEZ, 2013)?

As resistências em relação ao que elas identificam como novas configurações aparecem em especial em dois casos: os arranjos em consequência da separação, como já abordamos, e as famílias cujos pais e mães são homossexuais.

Hoje tem casais homossexuais, mulheres que foram casadas e daí assumiram relação, homens que foram casados e assumiram uma relação homossexual, adotam criança numa outra configuração, não é filho de pai e mãe, mas de um casal de mulheres e homens. (Grupo de Recife)

Eu sou muito tranquila com relação a isso, não sei se é porque convivi muito com homossexuais na minha adolescência, tive amigos, sou muito tranquila, agora a questão da adoção que eu fico mais em dúvida. (Grupo de Cuiabá)

Atendi uma menina uma vez que foi muito engraçado, era uma menina entrando na adolescência. Ela tinha 12 anos e tinha questões incríveis. O pai dela era heterossexual até então, tinha separado da mãe e assumiu a homossexualidade. E ele estava com um namorado e vinha dizendo "o quê que eu faço?", inclusive o namorado dele era psicólogo, e ele vinha com questões como "o que é que eu faço?", "como que eu conto?", e ele contou e ela começou a trazer questões, que que é homossexual, homossexual beija? Homossexual namora? Mas como que é? Então foi muito legal essa experiência, e ela levou com muita tranquilidade essa experiência, foi morar com o pai. (Grupo de Cuiabá)

Como é possível perceber, há muitas leituras nos saberes psi sobre o que podemos chamar de homoparentalidade. Do estranhamento e temor a um debruçar-se sobre o que realmente importa: auxiliar o sujeito a lidar com suas questões, quaisquer que sejam, como no último relato, em vez de congelá-lo em perspectivas as quais nem ele mesmo tem.

Vale lembrar os dados preliminares da pesquisa realizada pela Universidade de Melbourne³, na Austrália, divulgados no início de junho de 2013, que revelam, considerando o que eles entendem por saúde geral e por coesão familiar, que estes índices no grupo de filhos e filhas de casais de mesmo sexo foram mais altos do que no de filhos de casais de sexos diferentes. Foram ouvidas 500 crianças, sendo 18% de pais gays, 80% de mães lésbicas e 2% com orientações de gênero variadas.

Outro aspecto em relação à família é mobilizado quando se trata da discussão sobre parentalidade e homossexualidade: as netas e os netos.

[...] existe sofrimento na família também porque a família tinha expectativas que aquele homem fosse dar netos, não que ele não possa dar, mas ela acredita que ele não vai dar porque ele é gay, e ela nutre expectativas em relação àquilo ali. (Grupo de Salvador)

Essa é uma das questões centrais nos estudos sobre família que abordam a questão da parentalidade de gays e lésbicas (CAVADINHA, 2012; ANDRADE, 2013). Pais e mães dessas entrevistadas de fato se ressentiam sobre a impossibilidade de se tornarem avós. Com a possibilidade da adoção e da reprodução assistida e, sobretudo, do registro no nome do casal parental, essa dificuldade tem sido superada.

Nem só de medo, estranhamento e tradição vive a Psicologia. A pluralidade de posições está sempre presente.

Eu sou a favor da aceitação da diferença, da diversidade, essas novas configurações familiares de casais do mesmo sexo que adotam ou de casais que separam, depois casam de novo e montam outra família é uma coisa que não dá mais para frear. Isso a própria vida, ela vai se adaptando a essas mudanças,

3 Para maiores referências ver:

http://mccaugheycentre.unimelb.edu.au/___data/assets/pdf_file/0008/786806/simon_report_.pdf

essas novas realidades. E eu acredito que independente de uma nova formação é sempre necessário aquele papel daquele que acolhe, que faz carinho, daquele que dá o limite, esses papéis definidos. Existindo isso, não importa qual é o papel que cada um tenha, o gênero, se é do primeiro, do segundo ou do terceiro casamento. Eu acho que é natural. Eu acho que tem que ser permitido mesmo essas relações, esses casamentos, homossexuais; é a pluralidade. (Grupo do Rio de Janeiro)

Aí mostrou um casal de homossexuais homens que estão criando um menino, [...] E eu fiquei olhando para aqueles dois pais e assim, pra como eles lidavam [...] o que eles já deram, o que eles já proporcionaram de oportunidades pra aquele menino [...] sou completamente a favor que a gente repense e que a gente possa incluir cada vez mais as novas configurações familiares como possibilidades, acho que isso é fundamental para a gente ter um mundo melhor. (Grupo de Florianópolis)

Eu acho que todas, na clínica, todas essas questões estão lá presentes, eu acho que tem necessidade mesmo de olhar pra isso, se posicionar o psicólogo também né, e atuar como agente de mudança e a gente trabalha com o sofrimento, né, decorrente de tudo, o preconceito mesmo, a gente é testemunha disso. (Grupo de Florianópolis)

Se somos testemunhas, por uma questão ético-política, devemos ser agentes de mudança, como evidencia este fragmento e outras falas que ouvimos, ainda que se refira apenas a questões técnicas:

Então a gente que escolheu essa profissão como técnica tem que ir atrás e entender essas coisas... (Grupo de Salvador)

Violência: tema de família e de Psicologia

Um tema que nos parece importante ao falar das dinâmicas familiares é a violência contra mulheres e crianças, advinda da desigualdade de poder entre os gêneros e gerações.

Debert e Gregori (2008) chamam atenção para a judicialização das relações sociais, sob forma de regulação das sociabilidades e práticas sociais entendidas como da esfera privada, como no

caso das relações de gênero e entre pais e filhos.

É preciso reconhecer que as dinâmicas dessimétricas das relações de gênero têm pontos de encontro e semelhança com outras dessimetrias relacionadas com a produção de diferenças tornadas desigualdades. Gênero não é uma dimensão encapsulada, nem pode ser vista como tal, mas ela se intersecciona com outras dimensões recortadas por relações de poder, como classe, raça e idade. (DEBERT e GREGORI, 2008, p. 166)⁴

Várias psicólogas relataram experiências de violência nas famílias de origem, sobretudo por parte dos pais, que expressavam a violência contra elas de diversas maneiras, seja batendo (“*meu pai era um ditador, educou os filhos surrando*”), seja limitando suas escolhas profissionais (“*meu pai não deixava estudar à noite, minha profissão veio depois por causa disso*”), seja restringindo suas vidas sociais, diferentemente dos irmãos homens. Elas identificaram essas posturas em pais conservadores, a maioria militares, ou por serem de cidades pequenas, onde nas palavras de uma entrevistada: “ *você não vale, você é mulher*”. No entanto, essas entrevistadas disseram estar em uma situação diferente atualmente, sendo mais “ativas”, reconhecendo os “próprios direitos”, tendo “conquistado coisas” a partir da “capacidade de lutar e batalhar”.

Algumas também identificaram atitudes violentas e machistas dos maridos, que inclusive atrapalharam seu desenvolvimento profissional:

Logo que eu montei o consultório até o dia que por um acaso ele vinha chegando de carro e viu que eu ia atender um homem. Menina, aquilo foi uma confusão. Ele: - mas eu não queria que você se formasse, isso é coisa de homem e você agora vai atender homem? Foi uma confusão por causa que eu ia atender homem. “O que os outros vão pensar de você trancada numa sala com um homem?” “Vai pensar o que quiser, estou trabalhando.” (Grupo de Maceió)

4 As autoras recuperam os principais debates em torno das expressões “violência contra a mulher”, “violência de gênero”, “violência conjugal”, no intuito de mapear as forças em jogo neste campo, por isso sugerimos a leitura do texto para aprofundamento sobre o tema.

No final dessa fala, podemos perceber como a entrevistada possui ferramentas para enfrentar uma situação de violência de gênero. Da mesma forma, uma entrevistada de Manaus relatou ter percebido o machismo no marido no momento em que fez um curso sobre o tema (“só não apanhei”). Ela expressou um estranhamento por esse machismo vir de um homem com estudos de pós-graduação e viagens pelo mundo. Outra entrevistada de Campo Grande contou como o ex-marido, polícia federal, faz “terrorismo” na sua casa, por meio da filha.

Com estas experiências, podemos observar como a violência se faz presente na vida pessoal e profissional das psicólogas, o que não significa, necessariamente, que elas compreendam esse fenômeno também como manifestação da desigualdade de gênero.

Eu não vejo violência entre homem e mulher, violência é violência, ponto, não importa qual. Tem diferença? Eu sei que tem, biologicamente homens e mulheres são diferentes. Então tem as características de um e as características de outro, mas pra mim não tem diferença. (Grupo de Curitiba)

Várias disseram que as mulheres também são violentas, em formas “perversas”, “veladas”, “sutis”, “mascaradas” e “cruéis”. Também, muitas explicam a violência nos homens a partir de teorias de aprendizagem social, expressando que vem “lá na idade da pedra, eles saíam pra caçar e matavam pra trazer o alimento” e que pela “questão cultural” os homens “têm essa tendência” que “não tem como tirar”.

Karin Ellen von Smigay (2002) questiona essa visão a partir da perspectiva feminista, assinalando que a violência não é a resposta aprendida para resolver conflitos, mas um componente de uma cultura patriarcal fundada em uma socialização de gênero, a partir da qual os homens aprendem técnicas e contextos para serem violentos, quem pode ser objeto de agressão e quem é desprezível e suscetível de opressão. Ao compreendermos a violência um componente da cultura, podemos inferir que “os homens que sustentam o modelo da ‘virilidade triunfante’ e algumas mulheres, que também funcionam dentro dessa lógica, elas também opressoras – auferem prerrogativas e privilégios, impondo o submetimento de outras mulheres” (p. 32). Sendo assim, parece importante sublinhar

que, em um sistema patriarcal, são os homens os que exercerão a violência com maior facilidade, a maioria das vezes legitimados pelo contexto social a partir da posição de maior hierarquia.

Eu já vi caso, em que o homem: “ah, rachou a cabeça da mulher”, mas quando ele chegou para rachar a cabeça dela, ela: “você não bate em mim, quero ver, se você é homem, então venha!”, então cria uma dinâmica que... uma aliança, e cada um faz uma aliança que é possível e que escolhe, consciente ou não. E existem alianças que são feitas em cima dessa violência. (Grupo de Recife)

Algumas falas destacam a dimensão relacional presente nas situações de violência.

Eu acho que essa ideia da vítima e do culpado é meio complicada. A gente vê que, na violência familiar, não existe muito isso não. Tem muitas outras questões naquele emaranhado, vítima e culpado estão relacionados e muitas vezes, aprofunda muito o desequilíbrio. (Grupo de Recife)

Nesse sentido, convém lembrar o debate acadêmico sobre violência contra a mulher e seu percurso, o que nos ajuda a ir além da ideia vítima/algoz.

Em *Cenas e queixas*, Gregori assinalou a imensa limitação de incorrer em uma visão que enfatiza a problemática em pauta apenas a partir de convenções explicativas que reafirmam, em vez de questionar, o dualismo entre vítima e algoz ou, ainda, reduzem as representações das mulheres à dicotomia tradicional/moderno. Tais dicotomias não servem como instrumento analítico porque supõem uma coerência a cada termo da oposição, inexistente na dinâmica que constitui as representações e as relações sociais. (DEBERT e GREGORI, 2008, p. 177)

Nos últimos tempos, o tema da violência contra a mulher surge como importante para as psicólogas, visto que, cada vez mais, ocupam profissionalmente equipamentos públicos destinados a esse campo.

Eu estou há dois dias participando de um seminário sobre a questão da violência da mulher e vem toda a violência da questão da lei Maria da Penha, [...] a violência está aí, a gente,

que está no social, a gente vê inúmeras políticas, inúmeros processos, inúmeros trabalhos, a rede na verdade não funciona direito, o Judiciário não sabe o que é isso, o profissional do Cras não sabe o que é aquilo. [...] Eu participei há poucos dias do seminário com o Ministério Público sobre a violência infantil, aí a gente tem oportunidade de ver a evolução do ministério público, o comprometimento das promotoras que estão ali, a forma que elas abordam, entender realmente aquilo que a gente está dentro, e que precisa fazer bem feito. (Grupo de Aracaju)

Mas você pega casos que você vê que a pessoa está apavorada, ela começa a te contar as coisas e fica apavorada, ela treme, ela fica apavorada né, por toda essa situação, esse medo de morrer. Ela falou “e se eu morro?”, “e se ele também se suicida?”, “a minha filha vai ficar sem pai, sem mãe”, então olha como está o psicológico dela né. Acho terrível a violência. (Grupo de Cuiabá)

Mais comum no campo de trabalho da Psicologia, o debate sobre abuso sexual e outras formas de violência contra a criança já mereceram vários estudos⁵ e aparecem como campo que provoca desafios entre as entrevistadas.

Aí agora, eu estou preparando - a cada primeiro sábado do mês tem uma reunião lá com os pais e é bom porque os pais que não vão na reunião perdem a vaga, então eles vão e esse eu vou falar sobre a violência, as consequências disso e tem sido mais abrangente, porque eu vou direto na fonte, mas me preocupa demais essa história de violência. (Grupo de Goiânia)

Esses dias uma menina, acho que ela tinha cinco anos, extremamente inteligente, e ela está sendo vítima de um abuso pelo tio, e ela veio e me contou, mas ela falou “pelo amor de Deus tia, não conta para ninguém”. Mas aquele pedido,

5 Para revisão da literatura e reflexões sobre o campo, ver MEYER, Monica Correa. A produção de provas judiciais. Verdade e poder nas histórias de crianças abusadas sexualmente. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social/UERJ), 2008, e GONÇALVES, Hebe Signorini. Infância e violência no Brasil, Faperj/NAU, 2003, entre outros.

repetitivo assim, sabe? E eu não posso deixar que isso aconteça com ela, porque eu estou trabalhando com ela e é uma questão de proteção. A gente tem que tomar medidas quanto a isso, e é uma responsabilidade muito grande enquanto psicólogo.
(Grupo de Cuiabá)

Smigay (2002) traz uma discussão interessante sobre a importância de compreender a violência contra grupos minoritários (entendidos como de menor hierarquia, não como de menor quantidade) como uma questão política, já que se compõe de estratégias, práticas e objetivos específicos e definidos. Para isso, a autora argumenta que deve existir duas direções de análise: tanto a relação conjugal ou familiar violenta, quanto a trama social que engendra o fenômeno e organiza as relações. Podemos lembrar também dos conceitos “molar” e “molecular” que Guattari e Rolnik (2011) descrevem para pensar a violência: o plano do molar é o plano das formas e suas representações, das diferenças sociais mais amplas, da política, da constituição das grandes identidades. O plano do molecular é o plano das sensações, dos processos. No entanto, não existe uma oposição entre os dois planos: “o molecular, como processo, pode nascer no macro. O molar pode se instaurar no micro” e também “a produção molar de subjetividade se acompanha necessariamente por uma negociação mínima de processos moleculares” (p. 150-151). Lembrando o lema feminista, “o privado é político” e a violência de gênero, que acontece na intimidade, é política (DE GARAY HERNANDEZ, 2013).

Relacionada à violência, a discussão política sobre o aborto ou o direito à interrupção legal da gravidez aparece como importante no momento em que a posição das mulheres é poucas vezes contemplada. As opiniões sobre o tema mostraram uma diversidade entre as psicólogas entrevistadas.

Ninguém tem valor por nada, nem criança na barriga, nem quem está vivo. (Grupo de Brasília)

Embora não fique muito claro, supomos que nessa fala há referência ao aborto, uma condenação talvez. E outras vozes surgem:
Eu acho que essa decisão é totalmente individual. Dependendo da crença que a pessoa tem para ela é uma coisa terrível. Do aborto. Dependendo do que uma pessoa acredita, o aborto

é uma grande violência. [...] ela vai escolher se vai fazer ou não. (Grupo do Rio de Janeiro)

Apesar da onda conservadora que cresce no Brasil, que se expressa em movimentos como o lançamento do Estatuto do Nascituro⁶, a posição do Conselho Federal de Psicologia é de apoio à descriminalização do aborto⁷, argumento orientado pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, segundo o qual psicólogas e psicólogos devem basear “seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Direitos Humanos que se desdobram em direitos sexuais e reprodutivos contemplando a autonomia do corpo da mulher. O CFP também adverte que psicólogas e psicólogos não podem “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais”. Para uma entrevistada:

A gente não está ali para julgar. E também porque daquele sujeito que está sendo escutado poder dizer das dificuldades dele em fazer isso ou aquilo. Eu não estou ali para julgar se ele deve fazer o aborto ou não, faz o aborto, não quer ter o filho, a gente não tem que achar sobre isso. A gente tem que escutar para ver como que ele pensa, como isso vai caber na vida dele, que sofrimento isso pode causar, e ele próprio chegar a essa posição. Então eu acho que, profissionalmente falando, estou falando como psicanalista, eu acho que a gente não é sujeito moral, não está ali para dizer se deve ter o filho, se não deve; se vai abortar, se não vai, e é difícil. É escutar isso sem essa coisa moral, e sem também achar que agora pode tudo. Agora, outra coisa é o que eu acho, aí também é outra coisa completamente diferente porque o que eu acho não pode, e aí sim, é importante que a gente saiba para que isso não atrapalhe na hora que a gente estiver escutando, porque, a princípio, eu acho que o aborto não deve ser feito, mas eu como pessoa. Vou escutar aquele sujeito, se aquilo for uma

6 Projeto de lei 478/2007 em pauta neste momento no Brasil.

7 <http://site.cfp.org.br/posicionamento-do-conselho-federal-de-Psicologia-sobre-o-aborto/>

escolha dele, vou respeitar. Agora, isso não significa que eu pense que o aborto seja uma boa opção para uma gravidez, e não é. Eu acho que as pessoas deviam pensar mil vezes antes de engravidar, e acho que a gente tem muita possibilidade de não engravidar, não acho que o aborto é uma coisa legal. (Grupo do Rio de Janeiro)

Gilberta Santos Soares (2003) aponta para a complexidade que esse tema impõe para profissionais de saúde, incluindo conflitos relacionados com discursos jurídicos, religiosos, técnicos, éticos e de direitos humanos que partilham de forma individual ou coletiva nos centros de atendimento a mulheres que tinham sido estupradas. Assinala ainda que a experiência profissional com essas mulheres sensibilizou sua postura, incorporando maior solidariedade e compromisso, como também, diminuindo a resistência. No entanto, é importante observar que, inclusive nos casos de estupro, a cultura machista permeia as opiniões de algumas psicólogas que continuam culpabilizando as vítimas:

Eu tenho uma colega de trabalho, claro, ela se expôs ao risco, brigou com o marido, foi para a balada de madrugada, passou um carro com três caras, cataram ela, estupraram, fizeram o que quiseram e, assim, por ser mulher e estar sozinha naquele horário. Estar no lugar errado, na hora errada e se expôs ao risco. Isso também é bem chocante. (Grupo de Brasília)

Mas esse tema também traz uma pluralidade de opiniões:

Sim, porque é um questionamento que tem a ver com questões de gênero, ninguém pergunta se outras vítimas de outras coisas influenciaram o crime, só as vítimas de abuso sexual e estupro. Como se ela tivesse alguma culpa naquilo ali. O machismo está extremamente enraizado na sociedade da gente. (Grupo de Salvador)

Tecendo considerações: plurais, não finais

Este texto pretende oferecer subsídios para o abandono de vocábulos caros à Psicologia tais como famílias intactas, desestruturadas ou outros termos que qualificam as famílias e contribuem para hierarquias que fomentam dor e sofrimento. Pensar

a partir da diferença nos lança para multiplicidade dos gêneros e das configurações familiares.

Os posicionamentos das psicólogas nos grupos nos sugerem que uma nova geração está emergindo, com uma organização diferente de vida. O casamento e a maternidade estão chegando mais tarde, o primeiro não é condição para o segundo, e a entrada e o estabelecimento na vida profissional têm sido fruto mais de um processo pessoal do que decorrência de um investimento conjugal. No entanto, é importante dizer que a pluralidade de concepções das psicólogas com quem conversamos sobre os formatos variados de família não pode ser organizada ou classificada por região ou faixa etária. Devemos ter clareza da importância e do peso que podem ter nossas colocações sobre família e que essa clareza nos garanta uma posição plural, revista a cada momento.

Convocamos Deleuze (2002) no início e novamente ele nos apoia para concluir parcialmente estas reflexões, fruto das tensões que habitam o que escapa do heteronormativo e da hierarquia de gênero e que, com a pluralidade que destacamos, atravessam a nossa Psicologia: “basta não compreender para moralizar” (p. 29). Os olhares críticos sobre nossas práticas certamente nos levam a pactuar com Foucault:

o problema político essencial (...) é saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a 'consciência' das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade. (Foucault, 1989, p. 14)

A violência, a desigualdade e a hierarquia de gênero, tal como elencadas no início deste texto, com apoio em Butler, apareceram sob diferentes formatos e as psicólogas, com uma diversidade significativa, estão atentas a elas. Pensar a Psicologia a partir das discussões de gênero, discutir família sob essa perspectiva é um convite que este trabalho faz. Cada vez mais presente na academia e nas reflexões do cotidiano profissional sobre o campo, incluir a perspectiva de gênero ainda parece ser uma novidade e está, podemos arriscar afirmar, pouco incorporada pela categoria.

Este texto pretende ser um esforço para, tendo clareza das velhas crenças morais, como nos alertou Deleuze, perturbá-las com os movimentos cotidianos, para que deixem espaço para o que temos

criado e ousado desconstruir. As transformações das quais somos agentes devem ter por base a ideia de que “mudar um regime de verdade significa mudar de lugar, inverter os paradigmas para melhor dissolvê-los” (SWAIN, 2002, p. 341). É essa a nossa aposta.

Referências

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VIEIRA, Luciana Leila Fontes; PINTO, Virgínia Cavalcanti. Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 31, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200009&lng=en&nr m=iso>. Acesso em: 14 julho 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200009>.

ARÁN, M. **O avesso do avesso: feminilidade e novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

AMENDOLA, *Márcia*. **Crianças no labirinto das acusações**. Curitiba: Juruá, 2009.

ANDRADE DA SILVA, Daniele. **Enfim mães! Da experiência da reprodução assistida à experiência da maternidade lésbica**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BOURDIEU, Pierre. À propos de la famille comme catégorie réalisée. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, nº 100, p. 32-36, dezembro 1993.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Família Pós-Divórcio: A Visão dos Filhos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 1, p. 32-45, 2007.

BURIN, Mabel. Las “fronteras de cristal” en la carrera laboral de las mujeres. Género, subjetividad y globalización. **Anuario de Psicología**, Universitat de Barcelona, Facultat de Psicologia, v. 39, n. 1, p. 75-86, abril 2008.

CALDAS, Célia Pereira. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 773-781, maio-jun. 2003

CAVADINHA, E. **Duas Mães? Mulheres Lésbicas e Maternidade**. 2012. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COIMBRA, Cecília e NASCIMENTO, Maria Lívia do. **Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder**. Disponível em: <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/analise.pdf>., Acesso em: 1 de junho 2013.

CONNELL, Robert. Políticas da masculinidade. **Educação e realidade**, v. 20, n. 2. p. 185-206, 1995.

DE GARAY HERNÁNDEZ, Jimena. **Filhas de famílias homoparentais: processos, confrontos e pluralidades**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social – UERJ), 2013.

DEBERT, Guita Grin e GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero. Novas propostas, velhos dilemas. **RBCS**, v. 23, n. 66, p. 165-211, fevereiro 2008.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**. Filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. V. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 94 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 34-37.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Revista Bagoas**, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 1, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro e DI SABBATO Alberto, Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007. PERROT, Michelle. "O nó e o ninho". **Veja**: Reflexões para o futuro, 1993.

PORCHAT, Patricia. Conversando sobre Psicanálise: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, p. 161-170, 2010. (UFSC. Impresso)

RAMOS, Daniela Peixoto. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Rev. Estud. Fem.** [Online]. v. 17, n. 3, p. 861-870, 2009.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos**. A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROSTAGNOL, Susana. De la maternidad elegida a no ser madre (por ahora): anticoncepción y aborto en la vida de las mujeres. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. *Revista Latinoamericana*, n. 12, p. 198-223, dez. 2012.

SILVA, Thálita Cavalcanti Menezes da; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VIEIRA, Luciana Leila Fontes. Família, trabalho, identidades de gênero. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 15, n. 1, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 julho 2013. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000100016>>.

SOARES, Gilberta Santos. Profissionais de saúde frente ao aborto legal no Brasil: desafios, conflitos e significados. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 19 (sup. 2): S399-S406, 2003.

SMIGAY, Karin Ellen von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a Psicologia política. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, jun. 2002

SWAIN, Tania Navarro. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L. e VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.) **Imagens de Foucault e Deleuze**. Ressonâncias nietzchianas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 325-341.

TESTONI, R.J.F.; TONELLI, M.J.F. Permanências e Rupturas: Sentidos de Gênero em Mulheres Chefes de Família. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 40-48, jan/abr. 2006.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VENTURI, Gustavo. **Apresentação da Pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais**. Fundação Perseu Abramo e Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung, Pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais, 2009.

AS PSICÓLOGAS E A HOMOSSEXUALIDADE: NOÇÕES, PRINCÍPIOS E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Luciana Fontes Vieira
Jimena de Garay Hernández
Anna Paula Uziel

E devemos pensar que, um dia, talvez, numa outra economia de corpos e de prazeres, já não se compreenderá muito bem de que maneira os ardis da sexualidade e do poder que sustentam seu dispositivo conseguiram submeter-nos a essa austera monarquia do sexo, a ponto de voltar-nos à tarefa infinita de forçar seu segredo e de extorquir a essas sombras as confissões mais verdadeiras.

Foucault, (1976, p.149)

Introdução

As ditas 'minorias' sexuais adquiriram uma visibilidade nunca dantes imaginada. A equiparação de direitos, a discriminação e o combate à violência contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais têm conquistado, cada vez mais, um importante espaço no cenário público e político brasileiro. Novas leis, propostas e ações vêm sendo articuladas e implementadas por ONGs, pelo Estado e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Em maio de 2003, foi criada a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão da Presidência da República, que trata da articulação e da implementação de políticas públicas voltadas para a promoção e a proteção dos direitos humanos. Dentre os seus programas destacamos o "Brasil sem Homofobia", que realiza diferentes ações direcionadas ao apoio para projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia. A 1ª Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), realizada em junho de 2008, proporcionou a elaboração do "Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT" que regulamenta as diretrizes e ações para implementação de políticas públicas voltadas para o segmento LGBT, bem como o fortalecimento do "Brasil sem Homofobia".

Nesse contexto, presenciamos, recentemente, o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, o que possibilitou a equiparação dos direitos e deveres dos/as companheiros/as nas uniões estáveis, como também a ação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pela Resolução 175, que proibiu os cartórios de se recusarem a realizar o casamento civil ou converter união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Diante de tamanha exposição, podemos perceber efeitos díspares: por um lado, alguns setores sociais demonstram uma progressiva aceitação da diversidade sexual; por outro, grupos conservadores acirram seus ataques, realizando desde campanhas de exaltação dos valores tradicionais da família até manifestações de máxima hostilidade e violência.

Nesse sentido, chamam-nos a atenção os alarmantes resultados do segundo Relatório sobre a Violência Homofóbica no Brasil (2012), cujos dados revelam que o número de denúncias cresceu 166% em relação ao ano anterior, saltando de 1.159 para 3.084 registros. O número de violações de direitos humanos contra pessoas LGBTQs passou de 6.809 para 9.982, um aumento de 46,6%. As violências psicológicas representam 83,2% do total, seguidas de discriminação, com 74,01%; e violências físicas, com 32,68%.

Em consonância a esse cenário aterrorizador, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM/CD) aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 234/2011, do deputado João Campos (PSDB-GO), que objetiva revogar os artigos 3º e 4º da Resolução do CFP nº 1/99 que estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação à questão da orientação sexual, quais sejam:

Art. 3º – Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º – Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

No entanto, após grande mobilização da sociedade civil, dos movimentos sociais e entidades ligadas à defesa e à garantia dos Direitos Humanos, o PDL 234/2011 foi arquivado, no dia 3 de julho de 2013. Se por um lado há motivos para comemorarmos, por outro devemos ficar atentas/os, pois sua retirada não implica sua extinção, mas, sim, sua não apreciação. De fato, trata-se de uma estratégia política de João Campos e de “líderes” religiosos que desempenham mandato eletivo no Congresso Nacional. Vale lembrar que, em nota pública, o CFP esclareceu que a Resolução 1/99 continua plenamente em vigor e aposta que ela saiu mais conhecida e fortalecida.

Quais noções e princípios relacionados à homossexualidade norteiam o exercício profissional das psicólogas entrevistadas? Quais pressupostos balizam suas compreensões sobre gênero e sexualidade? Em que medida suas concepções religiosas interferem na prática profissional?

As psicólogas trouxeram uma pluralidade de noções e de princípios em relação à temática da homossexualidade. É evidente que, ao analisarmos o lugar da homossexualidade no exercício profissional das psicólogas, não desejamos suscitar verdades e convicções, mas vislumbramos estimular o pensamento crítico e derrubar pré-conceitos. Dito de outra forma, não pretendemos ordenar as múltiplas faces da homossexualidade descritas pelas psicólogas, nem mesmo fazê-las concordar entre si. Trata-se, antes de tudo, de problematizar e delinear os pontos de tensão e de paradoxos que possibilitem a construção de um espaço produtivo direcionado à superação das desigualdades de gênero e de orientação sexual.

Noções e princípios sobre homossexualidade

*Eu entendo a **homossexualidade** como um **desvio do comportamento** e ponto final! Porque pra mim é fechado: **você não vê na natureza, você vê macho e fêmea na natureza.** (Grupo de Campo Grande)*

Como se constituiu afirmação de que a homossexualidade é “um desvio de comportamento”? Quais pressupostos norteiam esse tipo concepção? Um homem que faz sexo com outro homem não é macho? Uma mulher que faz sexo com outra mulher não é fêmea?

A problemática sobre a criação da categoria de homossexualidade

nos remete a um longo e complexo processo histórico. Nem sempre a sexualidade foi vista como é hoje. Nem sempre teve como eixo de sentido a procriação ou a perpetuação da espécie, fato que até bem pouco tempo parecia exigir a heterossexualidade.

Na cultura ocidental, houve um momento em que a substância ética que envolvia a sexualidade eram os prazeres, e esses não estavam, necessariamente, ligados ao gênero dos amantes, isto é, o par homem-mulher não era o lugar privilegiado do ambiente sexual. Na Antiguidade Clássica Greco-Latina, as relações não se davam, do ponto de vista moral, em um padrão que, hoje, chamaríamos de heterossexual. O objeto da preocupação moral era a formação do amado e não seu sexo biológico.

Essa inserção da sexualidade no domínio moral e na determinação da verdade sobre o sujeito será fortemente criticada por Michel Foucault, por meio de argumentos contundentes sobre os diversos problemas que advêm da normalização do corpo sexuado ou da sexualização dos corpos. Nesse sentido, na construção de um saber sobre o sexo, em que se entrelaçam diversos saberes, práticas e instituições que findam por estabelecer o normal, a normalidade em matéria de sexo será colocada em questão. Nas suas palavras: “É preciso desconfiar da tendência de trazer a questão da homossexualidade para o problema do Quem sou eu?, Qual o segredo do meu desejo?” (FOUCAULT, 1981, p. 38-39).

O autor afirma que a partir do final do século XVII, início do século XVIII, emerge uma enorme discursividade sobre o sexo, uma imensa vontade de tudo saber sobre ele. Onde não estava mais em jogo a obrigação de confessar as transgressões às leis do sexo, como exigia a penitência tradicional, mas sim a insistente tarefa de dizer para si e para os outros tudo que se enlaçasse ao mundo dos prazeres carnavais. Este projeto da “colocação do sexo em discurso” formou-se numa tradição ascética e monástica, porém o século XVII o transformou num preceito universal. Quase como um visionário do seu tempo, ele nos mostra que a marca da nossa época seria a existência de um sexo que se faz discurso e que parece trazer consigo a revelação de nós mesmos e o almejado jardim das delícias. Nas suas palavras, estaríamos numa sociedade do sexo que fala (FOUCAULT, 1976c, p. 104).

Sendo assim, trata-se de determinar o regime de poder-saber-prazer que sustenta o discurso sobre a sexualidade humana. Para tanto, faz-se necessário nos interrogarmos de que maneira e por meio

de quais discursos o poder alcança os atos mais íntimos e singulares. Dito de outro modo, de que forma as “técnicas polimorfas do poder” enredam-se no prazer cotidiano produzindo, a um só tempo, recusa, censura, desqualificação, incitação e intensificação. Nesse sentido, pouco importa se no plano do regime discursivo fala-se mal ou bem do sexo, se deve-se ou não falar dele; o fato marcante é que aparece uma desmedida “vontade de saber” que serve de suporte e instrumento para o poder⁸.

Poder que estimula observações, instiga as pessoas a falarem, a se qualificarem de um determinado modo, por exemplo, como dotadas de uma sexualidade anormal ou desviante, isto é, um poder que atua nos corpos, individualizando-os, fixando-lhes uma **identidade**. Enfim, em uma palavra, **o poder produz objeto de saber**.

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1975, p. 161)

Dentre as diversas estratégias desenvolvidas pelos dispositivos específicos de saber-poder em relação ao sexo, destacamos a **psiquiatrização do prazer perverso**. No século XIX, aparece uma vasta nosografia sobre as sexualidades periféricas. O instinto sexual foi isolado como biológico e psíquico, passando a definir o caráter de normalização e patologização dos comportamentos. Exibicionistas, perversos, fetichistas, invertidos etc. constituem um vasto esquema de anomalias, de perversões, de espécies de sexualidades deformadas construídas pela **Scientia Sexualis**. Aquilo que era considerado, pelo antigo direito civil ou canônico, como ato interdito, tornou-se **hermafroditismo da alma**. O **homossexual** passa a ter **uma história, uma infância, um caráter**, em suma, **uma identidade específica e patológica**. “O sodomita foi uma aberração, o

8 De acordo com a perspectiva de Foucault, o poder deve ser analisado como algo que funciona e se exerce em rede. Para o autor, “nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de **exercer** este poder e de **sofrer** sua ação, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por ele. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos” (FOUCAULT, 1979, p. 183, grifos nossos).

homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 1976a, p. 59).

Segundo Foucault, o que está em jogo, nesse cenário em que os discursos sobre a sexualidade se multiplicavam, é a própria **produção da sexualidade**. Em suas palavras:

a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não há realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas uma grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 1976a, p. 139)

Dessa forma, podemos concluir que a **sexualidade é construída historicamente**. Ela emergiu como um componente central e eficaz numa estratégia de poder e saber que estabeleceu uma conexão entre indivíduo e população, com o surgimento da **“biopolítica”**⁹. Melhor dizendo, a sexualidade encontra-se no cruzamento do corpo do indivíduo e da população, necessitando de mecanismos disciplinadores e regulamentadores. Esse duplo acesso, ao indivíduo e à população, concede ao **dispositivo da sexualidade** uma localização estratégica e o torna um dos mais importantes instrumentos de poder. Além do mais, convém realçar que a sexualidade ocupará o lugar que nas sociedades de soberania era destinado ao sangue, importante mecanismo de poder nas manifestações e nos rituais.

Foram os novos procedimentos do poder, elaborados durante a idade clássica e postos em ação no século XIX, que fizeram passar nossas sociedades de uma **simbólica do sangue** para

9 O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder se ‘transformou’, entre o final do século XVIII e início do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de procedimentos disciplinares (anátomo-política), mas o conjunto da população: a biopolítica por meio dos biopoderes locais – se ocupará da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que esses se tornaram capital político. A biopolítica designa igualmente a maneira pela qual é possível responder a esses poderes sobre a vida, ou seja, as condições de possibilidade de uma prática de liberdade que esteja ancorada na potência da vida (FOUCAULT, 1975-1976, p. 300).

uma **analítica da sexualidade**. Vemos que se há algo que se encontra do lado da lei, da morte, da transgressão, do simbólico e da soberania, é o sangue; a sexualidade encontra-se do lado da norma¹⁰, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações. (FOUCAULT, 1976a, p. 195, grifos nossos)

Interessa-nos enfatizar o lugar estratégico da **teoria da degenerescência**, que tinha como pressuposto que a **sexualidade perversa** e **indomesticável** levaria a duas consequências. A primeira sobre o **corpo indisciplinado** que é punido por todas as **doenças individuais** que o **libertino** atrai sobre si. Ao mesmo tempo, a segunda, que tem efeitos no plano da **população**, visto que o devasso sexual tem uma **hereditariedade**, uma **descendência** que será perpetuada de geração em geração.

Foucault chama atenção para o lugar político-estratégico ocupado pela **Psicanálise** na medida em que operou uma **ruptura** com a **neuropsiquiatria da degenerescência**. Segundo o autor, **Freud** teria suspeitado dos efeitos devastadores desses mecanismos de poder que ambicionavam controlar e gerir a sexualidade. Diante do estrondoso crescimento do racismo, Freud propõe-se a reinscrever a temática da sexualidade no sistema da lei da aliança, da consanguinidade interdita, do Pai-Soberano, em suma, a reunir em torno do desejo toda a antiga ordem do poder.

Porém, Foucault nos alerta que essa posição da Psicanálise esteve ligada a um determinado momento histórico. Sendo assim, nada impede que pensar o sexual, na atualidade, de acordo com a instância da lei, da morte, do sangue e da soberania, esteja a serviço de sofisticados mecanismos de saber-poder. Em suas palavras, o dispositivo de sexualidade deve ser pensado a partir das técnicas de poder que lhes são contemporâneas.

Em resumo, a sexualidade não aparece nem como discurso sobre a organização fisiológica do corpo, nem como estudo do

10 A noção de norma está ligada à noção de disciplina. Efetivamente, as disciplinas são estrangeiras ao discurso jurídico, da regra compreendida como efeito da vontade soberana: a regra disciplinar é ao contrário uma regra natural: a norma. Como escreve Foucault, as disciplinas, entre o final do século XVIII e o início do XIX, “definiram um código que será aquele, não da lei, mas da normalização, e elas se referirão necessariamente a um horizonte teórico que não será o edifício do direito, mas o campo das ciências humanas. E sua jurisprudência, para essas disciplinas, será a de um saber clínico” (FOUCAULT, 1975-6, p. 45). A norma corresponde à aparição do biopoder: é o que pode se aplicar tanto a um corpo que se quer disciplinar como a uma população que se quer regulamentar.

comportamento sexual, mas como prolongamento de uma **analítica do poder**. Trata-se, com efeito, de descrever a maneira pela qual o poder, a partir do fim do século XVIII, investiu, por meio dos discursos e das práticas da medicina social, em alguns aspectos da vida dos indivíduos: a saúde, a alimentação, a sexualidade etc.

No século XIX, veremos surgir novas ciências como a Demografia e a Sociologia. A sexualidade será investida por uma minuciosa investigação científica, pelo controle administrativo e pela preocupação social. Já no século XX, junto com os 'avanços' da Medicina, da Psicologia, da Psicanálise, aparece uma nova disciplina, a Sexologia e novos especialistas, os sexólogos. Para os psiquiatras, pedagogos e sexólogos, a sexualidade transforma-se em condição *sine qua non* para a compreensão da **saúde do indivíduo, de sua patologia e identidade**.

Para Foucault, a especificidade desse momento seria que os prazeres mais singulares passaram a sustentar um discurso de verdade sobre si, discurso que deveria se articular não mais àquele que fala do pecado e da salvação, da morte e da eternidade, mas ao que fala do corpo e da vida – o **discurso da ciência** (FOUCAULT, 1976a, p. 86). A sexualidade seria, então, a matéria prima da **scientia sexualis** – uma tentativa de ajustar o procedimento da confissão¹¹ (primeira técnica ocidental para produzir a verdade do sexo), às regras do discurso científico. Aparece, assim, o projeto de uma ciência do sujeito que se sustenta na questão da **verdade do sexo**. Um tipo de saber em que o que está em jogo é menos o prazer do que o desejo, em que o mestre não tem a função de iniciar, mas de **interrogar**, de **escutar**, de **decifrar**, em que o processo não tem por finalidade a intensificação do prazer, mas uma modificação do sujeito que se encontra, a partir de então, **perdoado** ou **reconciliado**, **curado** ou **liberto** (FOUCAULT, 1976b, p. 104).

11 Tornou-se lugar comum afirmar que a Psicanálise opera com o mecanismo confessional que funcionava no Cristianismo. Ora, tal afirmação nos parece equivocada. Quando Foucault fala do procedimento da confissão, sugere que seus princípios funcionam na Psicanálise, porém isso não significa, de forma alguma, que o que acontece na Psicanálise é igual ao que acontece no Cristianismo. Na História da Sexualidade II, percebemos essa questão de forma mais clara, pois a Psicanálise faz parte de um regime chamado de sexualidade, em oposição à carne e as Aphrodisias. Há, na verdade, três momentos em que esses mecanismos de deciframento de si continuam funcionando, mas com valor totalmente diferentes. O fato de falar para o psicanalista já fazer parte do processo de cura demonstra que não se trata de uma ideia cristã. Para Foucault, a confissão é um mecanismo tático local que aparece numa certa tradição, a tradição católica, e que irá ser retomada num outro momento histórico, num outro dispositivo e conectada com outros saberes.

Em suma, o dispositivo da sexualidade vai penetrar no que há de mais íntimo, a saber, a **relação do “sujeito” consigo mesmo**. Sendo esse, talvez, o aspecto mais importante que essa nova estratégia se apropriou do antigo dispositivo da “carne”. O “exame de consciência” que deve adentrar no mais íntimo e profundo das nossas entranhas não foi apenas um meio de proibir o sexo, mas, sobretudo, uma **forma de colocá-lo no centro de nossa existência** e das relações do “sujeito” consigo mesmo. E por meio dele deve-se buscar a sexualidade entranhada nos desejos, nas fantasias, nos sonhos, para ter acesso à **identidade sexual**.

Pois, a relação consigo não permanecerá como zona reservada e guardada do homem livre, independente de todo “sistema institucional e social”. A relação consigo entrará nas relações de poder, nas relações de saber. (...) O indivíduo interior acha-se codificado num saber “moral” e, acima de tudo, torna-se o que está em jogo no poder – é diagramatizado. (...) A subjetivação do homem livre se transforma em sujeição: por um lado é “submissão ao outro pelo controle e pela dependência”, com todos os procedimentos de individualização e de modulação que o poder instaura, atingindo a vida quotidiana e a interioridade daqueles que ele chamará seus sujeitos: por outro lado, é “o apego (de cada um) à sua própria identidade mediante consciência e o conhecimento de si”, com todas as técnicas das ciências morais e das ciências do homem que vão formar um saber do sujeito. Simultaneamente, a sexualidade se organiza em torno de focos de poder, dá lugar a uma *scientia sexualis* e se integra numa instância de “poder-saber”, o Sexo. (DELEUZE, 1998, p. 110-111)

Que sexo é esse que se transformou na forma fundamental da definição da identidade do sujeito?

O sexo nada mais é do que um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo da sexualidade e por seu funcionamento. É pelo sexo, com efeito, ponto imaginário, fixado pelo dispositivo da sexualidade, que cada um deve passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade, à totalidade de seu corpo, à sua identidade. (FOUCAULT, 1976a, p. 205)

Se o sexo é engendrado pelo dispositivo da sexualidade, podemos afirmar que ele torna-se objeto de uma construção histórica, isto

é, um discurso diferenciado ligado a outros discursos e às práticas do poder. Nós conhecemos a sexualidade desde o século XVIII e o sexo desde o século XIX. Antes disso, nós tivemos a carne, nos ensina Foucault (1979, p. 259).

Em suma, as práticas e os discursos do Ocidente moderno fizeram da sexualidade um **capital de poder** e um **instrumento de subjetivação**¹². Assim, o sexo e a sexualidade, ao longo da história, tornaram-se chave de nossa individualidade e a marca de nossa identidade fazendo ecoar concepções que podem remeter ao **“desvio do comportamento”** ou ao viés do **contra-natureza**.

Desse modo, pensar a especificidade das questões referentes à sexualidade na atualidade nos remete a algumas indagações: teríamos nós que continuar a lutar, em pleno século XXI, para levantar o véu que “encobriria” a sexualidade? Estamos todas/os imersas/os no dispositivo da sexualidade, desempenhando o papel de “guardiãs/ãos” ou “gestoras/es” da sexualidade?

Algumas psicólogas parecem “reféns” desse complexo cenário. Nessa perspectiva, terminam por associar homossexualidade, estranheza, sofrimento, doença, erro e crise.

*Alguém tem de fazer uma pesquisa lá dentro, [referindo-se a uma rede de fast-food] um **zoológico humano!** Aquilo ali é um prato cheio de uma **identidade sexual** que está acontecendo hoje em dia. Vai lá uma tarde que você vai tirar uma **pesquisa gigante!** É muito interessante porque **você não sabe se é menino ou se é menina, pelo físico, porque as meninas começam a usar cueca, ficarem bombadas. [...] Os meninos afeminados, cabelos longos, pintados, unhas feitas, maquiagem. As meninas demaquiadas.***
(Grupo de Florianópolis)

*Eu acho que não é fácil pra ninguém, **não sei se seria fácil para mim aceitar que meu filho ou a minha filha fosse homossexual,** eu acho que envolve outras questões de*

12 O termo “subjetivação” designa um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou mais exatamente, de uma subjetividade. Os “modos de subjetivação” ou “processos de subjetivação” do ser humano correspondem a dois tipos de análise: de uma parte, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos – o que significa que existem sujeitos apenas objetivados, e que os modos de subjetivação são, neste sentido, práticas de objetivação; de outra parte, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de algumas técnicas de si, permite se constituir como sujeito de sua própria existência.

família que **você pensa pra você**. Você pensa casar, ter um marido, ter filhos, ter netos e foge um pouco do, **entre aspas, normal. Normalidade socialmente aceita, vamos colocar assim. A mãe deve sofrer por isso, pelo sofrimento do filho, por ele sofrer discriminação, por ele não ser aceito**. Assim como um **filho** que tem **uma doença** e não é aceito pelos outros, o menino sofreria da mesma maneira, por essa **discriminação**. (Grupo de Cuiabá)

Ela senta, me conta a história de como assumiu a **homossexualidade**, casada, com um filho. E, eu falei “**que irresponsabilidade!!!**”. Eu tenho **amigos homossexuais, mas não preciso me adequar! Aceito, convivo e entendo a coisa**. [...] É como eu lido, como eu trato, respeito, não agrido, mas sei dividir. Tenho dois filhos homens, um dia conversando, em off, né? [...] Perguntaram pra mim: “**E se seu filho aparecer com isso?**”. Eu disse: “A primeira coisa: eu vou assumir como um **erro meu**, de uma mãe e um filho, isso é uma **crise**, eu não posso... Eu sou uma pessoa que lido com todas as questões polêmicas na minha vida dessa maneira, **eu encontro um lugar pra elas**”. (Grupo de Campo Grande)

Ora, sabemos que a homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XIX. A **scientia sexualis** forjou uma identidade específica e anormal para o homossexual. Diante da normalidade heterossexual (reprodução da espécie), o homossexual será caracterizado como **desvio** da norma. Tal processo possibilitou a formação de um “discurso perverso”, isto é, um discurso produzido a partir do lugar determinado como **a sede da perversidade, do desvio e da patologia: a homossexualidade**. Por conseguinte, esses discursos não somente **produziram** e **multiplicaram** as **classificações** sobre as ‘espécies’ ou ‘tipos’ de **sexualidade**, como também **ampliaram** os modos de **controlá-la** (FOUCAULT, 1976a).

Nesse contexto, apareceu uma significativa preocupação em determinar a maneira como os/as homossexuais deveriam transitar no espaço público:

[...] a **mulher homossexual**, ela não tem que ser **machona, andar duro** e o **homem não tem que ficar desmunhecando**. Eu tenho um amigo homossexual que ninguém sabe que ele é e tenho outros que sabem. **Meu Deus! Parecendo uma**

margarida na rua! Será que isso é certo também? Eu não tenho nada contra homossexual. [...]. O homossexual maduro não precisa desmunhecar, ele não precisa rebolar. (Grupo de Campo Grande)

O que estaria em jogo na afirmação “*a mulher homossexual, ela não tem que ser machona, andar duro e o homem não tem que ficar desmunhecando*”? Por que “*o homossexual maduro não precisa desmunhecar*”? Qual a relação entre a “maturidade” e o não desmunhecar?

Judith Butler (2003) afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos ‘sujeitos’ e que tais “**normas regulatórias**” presumem que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), são necessários um sexo e um gênero estável, definido **oposicionalmente** e **hierarquicamente**, por meio da **prática compulsória da heterossexualidade**. Não obstante, a autora salienta que os **corpos não se moldam**, inteiramente, às normas pelas quais sua materialização é constrangida (BUTLER, 1996). Por isso, é indispensável que as normas sejam **constantemente repetidas, reiteradas e reconhecidas** para que tal materialização se concretize. As normas regulatórias do sexo possuem um caráter performativo, ou seja, um poder contínuo e renovado de produzir exatamente o que nomeiam. Por conseguinte, reproduzem e reiteram, incessantemente, as normas heterossexuais.

Se apropriando do conceito de ‘**performatividade**’, oriundo da linguística, a autora afirma que a linguagem que se reporta aos corpos e aos sexos não faz apenas uma constatação ou uma descrição. Mas fabrica aquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitos. Tal artifício mostra-se constrangedor e restritivo, pois o ‘sujeito’ não decide sobre o sexo que assumirá. Na realidade, as normas regulatórias oferecem possibilidades que o sujeito assume, adota e materializa. Entretanto, essas normas produzem, a um só tempo, a **heterossexualidade compulsória** e os **corpos abjetos** que escapam à normalização. Vale salientar que tais corpos “abjetos” são socialmente imprescindíveis, pois estabelecem o limite e a fronteira: “o exterior” para os corpos que “materializam a norma” – os corpos que realmente “importam” (BUTLER, 1996).

A Psicologia na alcova: homem psicólogo é gay? Homem psicólogo gay é homem?

Discutir sobre as categorias de homem/mulher, masculino/feminino, ativo/passivo, heterossexualidade/homossexualidade, nos faz pensar nas divisões naturalizadas do mundo, por meio de um esquema binário e dualista, com implicações hierarquizantes e assimétricas. Nesse cenário, tecem-se vários desdobramentos, como feminilizar um homem que escolhe a Psicologia como profissão.

A problemática sobre a necessidade de uma **distinção** entre **sexo** e **gênero** provém do **questionamento** da formulação de que a **biologia é destino**. Segundo Judith Butler, a distinção entre sexo e gênero baseia-se no pressuposto de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído. Sendo assim, o gênero não seria nem resultado causal do sexo, nem tão aparentemente fixo quanto o sexo. Portanto, a unidade do sujeito seria potencialmente contestada por essa distinção, o que abriria espaço para pensarmos o gênero como interpretação múltipla do sexo (BUTLER, 2003, p. 24).

A distinção sexo/gênero parece sugerir uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Pois, mesmo que os sexos **pareçam** não problematicamente binários em sua morfologia e constituição, não há razão para supormos que os gêneros também devem permanecer em **número de dois** (masculino e feminino). Dessa maneira, o gênero se tornaria um **recurso inventivo**, em que **homem** e **masculino** podem significar tanto um **corpo feminino** como um **corpo masculino**, e **mulher** e **feminino**; tanto um **corpo masculino**, como um **corpo feminino**.

“No entanto, a hipótese de um **sistema binário dos gêneros** traz consigo a convicção na **relação mimética entre gênero e sexo**, na qual o gênero se desdobra em sexo ou é por ele limitado. Melhor dizendo, a noção binária de gênero como categoria analítica da divisão sexuada do mundo evidencia a construção dos **papéis sociais** e das **práticas sexuais naturalizados** em torno da matriz **genital/biológica**. Desse modo, o binômio sexo/gênero se traduz em sexualidade reprodutiva e, conseqüentemente, heterossexual (SWAIN, 2000, p. 139).

Nesta perspectiva, o gênero seria um meio **discursivo/cultural** pelo qual um **“sexo natural”** é engendrado e instituído como **“pré-**

discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra na qual a cultura atuaria. Todavia, sabemos, a partir de Foucault, que situar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das formas pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficientemente asseguradas. Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser concebida como resultado do aparato de construção cultural denominado gênero (BUTLER, 2003, p. 25-26).

De acordo com Butler, a afirmação segundo a qual o gênero é construído pode sugerir um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados e passivos perante uma lei cultural inabalável. Tal concepção de cultura implica que o gênero é tão determinado e tão fixo como na formulação de que a biologia é o destino. Dessa forma, a biologia não se tornaria o destino, mas sim a cultura. Logo, parece-nos que a **noção binária de gênero não** promove uma **ruptura radical** com as categorias de sexo, sexualidade e desejo, para **além da estrutura binária e identitária**.

Um tema bastante recorrente nas discussões dos grupos considera que os **homens psicólogos** seriam **homossexuais**.

*Na minha sala, no primeiro ano eram 72 alunos na sala e **não tinham 10 homens**. Quando nos formamos havia **quatro homens**, dentre esses quatro, **dois eram homossexuais**. (Grupo de Manaus)*

*O mais interessante era que, dos seis homens, um era bissexual e os outros eram hétero. **Não tinha nenhum homossexual**, o que também era uma coisa considerada **fora do normal**. (Grupo de Recife)*

*É uma **profissão de mulher!** Quando há homens já dizem que é **boiola**. Quando é homem a gente já diz: "Esse é, já foi ou será. (Grupo de Brasília)*

Essa associação, quase que imediata, entre **homem psicólogo** e **homossexualidade** pode relacionar-se ao fato de a Psicologia ser uma profissão exercida, majoritariamente, por mulheres, como também pela correlação naturalizada entre **mulher, feminino** e **sensibilidade** que se desdobraria em **homem psicólogo homossexual, feminino** e **sensível**.

*Os psicólogos que são homens, a grande maioria é **homossexual**. Alguns não **feminilizados**, mas, a grande*

*maioria dos psicólogos é altamente **feminilizada**. (Grupo de São Paulo)*

*Eu tinha cinco colegas e eu achava que eles eram pessoas muito **sensíveis**. Alguns eram homossexuais não declarados, mas eram visivelmente. Os dois que eu achava que não eram homossexuais, eram pessoas que se **emocionavam, choravam**, tinham muita coisa que não é de **machinho**. (Grupo de Goiânia)*

A constituição de um discurso sobre a **diferença sexual**, na história do Ocidente, se situa no final do século XVIII. Com o advento da Revolução Francesa, momento em que foi proclamada a igualdade dos direitos, tornou-se necessário justificar a desigualdade entre homens e mulheres. Dessa forma, recorreu-se à própria natureza da mulher para justificar as desigualdades exigidas pela política e pela economia da ordem burguesa dominante. Segundo Laqueur, a ciência aparece, nesta época, a serviço da cultura, com o objetivo de fundamentar a inferioridade das mulheres em sua própria natureza¹³. Assim, foi instituído o **two-sex model**, um modelo que estabelece uma distinção **ontológica e horizontal** entre os sexos (LAQUEUR, 1992).

Aparece uma infinidade de argumentos políticos, filosóficos, moralistas e científicos que sustentavam, categoricamente, que todos os homens eram iguais, com exceção de alguns “naturalmente inferiores”. No caso da mulher, a desigualdade será encontrada no sexo. O “sexo” deixa de ser sinônimo de aparelho reprodutor e a diferença se manifestará na esfera do **prazer**, na **constituição nervosa** e óssea. É nesse cenário que se criará a **diferença de essência** entre **homens e mulheres** (FREIRE, 1995).

É importante lembrar o lugar primordial ocupado pelos órgãos reprodutivos, fundamento de uma incomensurável diferença, em que a especificidade das mulheres será justificada, especialmente, pelo útero. O ventre é positivado em contraposição à visão negativa dos órgãos masculinos (inferior, imperfeito, invertido) de outrora. Nesse contexto, o orgasmo feminino perde o estatuto de essencial para concepção delineando-se a separação entre prazer sexual e reprodução.

13 Para uma discussão mais detalhada, ver Arán (2006), Birman (1999 e 2001), Nunes (2000) e Neri (2005).

Laqueur (1992) enfatiza que, com a descoberta de que não era necessário o orgasmo feminino para haver fecundação, o útero assume um lugar mais “nobre”, na medida em que é sede da reprodução da espécie e da constituição da família. Dessa maneira, o corpo feminino é concebido como original e radicalmente diferente do corpo do homem possibilitando a criação de fronteiras nítidas que demarcam o espaço público.

A visão dominante, desde o século XVIII [...], era de que há *dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos*, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis, enquanto gênero, eram de uma maneira ou de outra fundados nestes “fatos”. A biologia – o corpo estável, não-histórico e sexuado – é vista como o fundamento epistêmico das afirmações normativas relativas à ordem social. (LAQUEUR, 2001, p. 18)

Esses papéis referiam-se, obviamente, às práticas sexuais, ou seja, ser mulher é relacionar-se sexualmente com homens e vice-versa graças ao objetivo primordial da reprodução. Segundo Laqueur (1992), somente após a construção da **diferença sexual** é que se tornou possível a criação das categorias de **homossexuais** e **heterossexuais**.

No **one-sex model**¹⁴ todos os sexos eram homoeróticos, pois o sexo entre homens e mulheres era entendido como a fricção de *duas partes iguais, mesmo que estas partes fossem o pênis do macho com a vagina*. (...) A excitação do clitóris – e atos homoeróticos masculinos – como sinais do *intrínseco desvio sexual* de seus praticantes, de seus seres **in-between sexes**, teria de esperar a *redefinição oitocentista* da *mulher* e do *homem* como sendo *essencialmente diferentes*

14 Modelo inspirado na filosofia neoplâtonica de Galeno no qual os sexos eram concebidos hierarquicamente e regulados pelo modelo masculino. Nesta abordagem, não encontramos os sexos divididos cada qual com a sua anatomia; ao contrário, os sexos são ligados por uma anatomia comum. Porém, as mulheres eram concebidas como um homem invertido e imperfeito. Elas possuem os mesmos órgãos que os homens, mas, em lugares errados, devido à falta de calor vital. A vagina é comparada ao pênis, o útero ao escroto, a vulva ao prepúcio e os ovários aos testículos. Entretanto, tal concepção não significava que homens e mulheres fossem confundidos. A diferença entre mulheres e homem era percebida, contudo, não era explicada através do critério de diferença sexual (LAQUEUR, 1992).

*espécies e criaturas. **Lesbianismo e homossexualidade, enquanto categorias, não seriam possíveis antes da criação dos homens e mulheres como opostos.*** (LAQUEUR, 1992, p. 118-119)

Assim, forjou-se a convicção da correspondência entre gênero, prática sexual e sexo biológico. O **homem homossexual**, por não satisfazer os pressupostos do modelo dos dois sexos, será associado às características consideradas femininas, tais como: sensibilidade, delicadeza, passividade, entre outras. A fala da nossa colega, abaixo, parece corroborar com o exposto:

*Hoje em dia a gente vê os **homens muito mais sensíveis**, às vezes até **sensíveis demais**. Essa questão dos homossexuais fazerem Psicologia [...]. Se pensar, eu acompanho uma filha que é bailarina, também é muito pouco o número de bailarinos que tem. A tendência é pensar que são **sensíveis**, que **têm traços homossexuais** ou alguma coisa do gênero.* (Grupo de Brasília)

Encontramos os mesmos desdobramentos em relação à diferenciação entre **"gay"** e **"homem"**. O que significa ser **"homem mesmo"**? Quando se é **gay**, não se é **homem**?

*Eu lembro tão bem dos **meninos**, guardo boas recordações deles, todos eles estão bem resolvidos hoje, vejo que tem crescido também a questão dos **homens**, os homens tem sido mais psicólogos. **Psicólogos homens mesmo**, já não é uma **faculdade gay**.* (Grupo de Cuiabá)

*Porque como ela mesma falou, quando um **homem** entra na faculdade já pergunta se ele é **gay**, na minha sala tinha **quatro homens** e, realmente, **três eram homens e um era gay**. Não tem um porquê, você vê que vai evoluindo, que isso vai se desmistificando, que as pessoas estão tirando esses preconceitos, os próprios homens mesmo.* (Grupo de Cuiabá)

Como vimos, a invenção das categorias de **homossexuais** e de **heterossexuais** foi uma consequência das exigências **político-econômico-morais** feitas à mulher e ao homem pela sociedade burguesa. Melhor dizendo: só podemos falar em heterossexualidade

e homossexualidade após a criação do **dispositivo da sexualidade** e da **divisão naturalizada do mundo**, delimitada, **hierarquicamente**, em homens e mulheres. Nessa visão dualista, um **homem homossexual** seria visto como um “**não-homem**”, um “**homem imperfeito**” ou “**efeminado**”. Essa concepção tradicional da homossexualidade, típica do século XIX, se mantém, em pleno século XXI, na percepção das nossas entrevistadas.

Além das noções sobre a **homossexualidade masculina**, algumas **psicólogas lésbicas** manifestaram suas experiências pessoais e profissionais nos contemplando com importantes aportes para as discussões. Aliás, a participação de lésbicas na Psicologia coloca em xeque a concepção **naturalizada** e **essencialista** do feminino que associa o exercício da Psicologia às mulheres heterossexuais ou aos homens gays. De fato, a **Psicologia** como **profissão**, a **orientação sexual** e as **performances de gênero** são **totalmente independentes**.

*Durante a faculdade, a gente tem as aulas de Psicometria e Estatística [...] que, coincidentemente, foram dadas por homens e a maioria das meninas se dá muito mal e eu me dei bem nessas matérias e aí diziam: “**você tem cérebro masculino!**”. **Não gente, escolha de vida afetiva não tem nada a ver com se dar bem em matemática, pelo amor de Deus, vocês vão ser psicólogas.** (Grupo de Salvador)*

A associação entre **homossexualidade feminina** e **cérebro masculino** remete ao caráter, supostamente, natural das diferenças entre homens e mulheres que favorece as desigualdades construídas, em que o masculino é positivado. Esse modo de pensar parece remeter ao aparecimento do primeiro desenho do esqueleto feminino, em 1798, no qual se buscou a prova de legitimação da desigualdade social e política entre os sexos (SCHIEBINGER, 1987). As partes do corpo feminino escolhidas para o esquadrinhamento foram: o **crânio menor** e a **bacia pélvica maior**. O primeiro é utilizado para provar que as mulheres eram **intelectualmente inferiores**, devendo se afastar da **vida pública**. O segundo confirma pela **anatomia** que a **mulher** é destinada à **maternidade** e à **vida privada** (LAQUEUR, 1992, p. 181).

Dessa forma, as especificidades do corpo das mulheres se tornaram argumentos para justificar suas posições sociais e suas capacidades intelectuais inferiores. Com efeito, os corpos das mulheres seriam

incapazes para realizações das atividades ditas masculinas, ou seja, seriam mais fracos e mais expostos às irregularidades hormonais e imprevistos (GROSZ, 2000).

Segundo Louro (1999), observa-se um importante investimento da família, da escola, da mídia, da igreja e das leis na produção das **pedagogias de gênero e de sexualidade** que pretendem prescrever os modos de ser homem ou mulher, como também a maneira de exercitar a sexualidade. No entanto, os “sujeitos” não são passivos diante das instâncias de poder-saber, pois são participantes ativos e implicados na construção de suas subjetividades (LOURO, 1999, p. 25). Assim, ecoam fortemente as palavras da psicóloga: **“Não gente, escolha de vida afetiva não tem nada a ver com se dar bem em matemática, pelo amor de Deus, vocês vão ser psicólogas”**.

Exercício profissional e religião: um diálogo possível?

Um tema bastante recorrente nas discussões em grupo diz respeito à preocupação com a religião adotada pelas psicólogas e o exercício profissional, especialmente por aquelas vinculadas à vertente evangélica. Nessa perspectiva, nos chamou atenção a significativa dificuldade em relação à temática da **homossexualidade** devido à **convicção religiosa**:

É algo que pra mim tenho que respeitar muito e **tenho que lidar muito porque sou evangélica**, né? E isso é uma coisa que está ali, então isso me fere um pouco, porque são duas coisas na minha vida: **Psicologia** e a **minha convicção**. *E isso acaba batendo muito de frente, sou muito questionada pelos dois lados, de como que eu vou agir. Nunca me deparei com uma situação quando eu estava na saúde, na clínica, por exemplo, de uma mãe e um pai chegar e falar: “fala com meu filho que eu acho que ele é homossexual”. Mas eu temo o dia que aconteça porque eu ainda não me sinto preparada suficiente para falar “assim não”, pra falar “respeite”. Definir uma coisa e tentar agarrar uma opinião e firmar outra e ir contra os meus princípios. Eu devo trabalhar muito ainda porque mexe muito comigo. Eu trabalho com grupo de jovens na igreja [...]. Eles falam sobre isso: “ah, fiquei sabendo que psicólogo não pode tratar adolescente homossexual e queria a sua opinião*

sobre isso". Então, eu acabo ficando *contra a parede* e, muitas vezes, *com receio de abraçar uma causa e virar as costas pra outra porque não é isso que eu quero fazer. Eu procuro uma forma de conciliar isso, se é que existe uma forma [...]. Não que a religião seja contra o homossexual, vai contra a prática, não contra o ser humano, a pessoa, mas o que ele faz. Então, você imagina, um lado diz que sim e outro lado diz que não deve tolerar.* (Grupo de Belém)

Essa fala instiga diversos questionamentos: por que a possibilidade de atender **um/a jovem homossexual** causa "**temor**"? O papel da/o psicóloga/o que recebe um/a jovem homossexual é emitir "**opinião**" e/ou "**abraçar uma causa**"? Por que receber homossexuais iria "**contra**" os seus "**princípios**"? A única forma de atender as pessoas LGBT seria "**tratar/curar**" ou "**tolerar**" sua **prática sexual**? Não é possível pensar em formas de ajudar essas pessoas a lidar com a **discriminação**? Não existem **outras problemáticas** que essas pessoas atravessassem que não tenham a ver com sua **orientação sexual**¹⁵?

Tais interrogações parecem reverberar o debate atual, no campo da Psicologia, fomentado pela entrada de representantes fundamentalistas evangélicos para presidirem a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara que, sorratamente, aprovou o PDL 234/11, apropriadamente denominado, de "Cura Gay". Quais argumentos sustentam a tessitura do PDF 234/11? **Livre exercício profissional** ou **regulação** e **normalização** das **práticas sexuais**? Ora, qualquer psicóloga/o, minimamente bem formado e informado, sabe que a Resolução nº 1/1999 do Conselho Federal de Psicologia não restringe ou proíbe que a/o profissional acolha, seja nos consultórios, **seja** nos equipamentos de saúde, o sofrimento de qualquer pessoa por sua prática sexual. Dito de outro modo, **não se trata**, obviamente, de **negar atendimento psicológico** para alguém que expressa uma demanda de mudança

15 Convém lembrar o relato que faz Jurandir Freire Costa em seu antigo livro, mas, sempre atual, *A inocência e o Vício*, sobre a observação de um paciente que lhe agradecia por ter podido, pela primeira vez, falar das suas questões e não da sua homossexualidade.

na sua orientação sexual, mas, efetivamente, **não significa** oferecer **intervenções “curativas”**¹⁶ de caráter **moralista** e **coercitivo** de cunho **religioso**, tal como proposto pela Terapia de Reversão ou Reorientação Sexual.

A Terapia de Reorientação Sexual é praticada por grupos cristãos conservadores, principalmente nos Estados Unidos. No Brasil, em 1997, surge uma das principais organizações, o MOSES¹⁷ (Movimento pela Sexualidade Sadia) de orientação evangélica, que oferecia “terapias” e apoio àqueles/as que desejassem abandonar a homossexualidade. Nessa mesma direção, aparece a Exodus Brasil¹⁸, organização cristã interdenominacional, filiada a Exodus Global Alliance¹⁹ e parceira da Exodus Internacional, que garante que a “mudança da homossexualidade é possível através do poder de Jesus Cristo”. Vale lembrar que os fundadores do MOSE e da Exodus Internacional reconheceram, recentemente, o fracasso da terapia e os problemas que acarretam graves danos à saúde mental e física, fomentando sentimentos de culpa, de vergonha, depressão, inclusive suicídio.

É interessante observar que as pseudoterapias de reorientação sexual, sempre pautadas pela mudança da homossexualidade para a heterossexualidade, se baseiam na oposição binária heterossexual/homossexual. Butler (2003) nos adverte que por meio dos binarismos se nomearia e determinaria como fundante uma ideia, uma entidade ou um sujeito, determinando, a partir desse lugar, a posição do ‘outro’, o seu **oposto subordinado**. Assim, o **termo inicial** é compreendido como **superior**, enquanto o **outro** é o seu **derivado, inferior**, numa palavra, **abjeto**.

Logo, o questionamento da lógica binária seria condição *sine quo non* para a modificação de suas inerentes implicações: a **hierarquização**, a **classificação**, a **dominação**, a **exclusão** e a

16 Vale lembrar que, em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais do Código Internacional de Doenças. Além do mais, em 2012, a Organização Pan-Americana da Saúde, em 2012, afirmou, categoricamente, que não há curas para uma doença que não existe e que não há estudos científicos que demonstrem eficiência das pseudoterapias de reorientação sexual.

17 Para maiores detalhes ver <http://www.desafiodasseitas.org.br/moses.htm>

18 Para aprofundamento ver <http://www.exodus.org.br>

19 Para maiores detalhes ver <http://www.exodusglobalalliance.org/aboutexodus4.php>

violência. Pois, como nos alerta Foucault, o binarismo reproduz uma série de pressupostos em que o **pólo inicial** aparece como **normal, superior, compulsório**; em oposição ao **pólo subordinado** que aparece como **doentio, antinatural, inferior** e o **'outro'**.

Em suma, faz-se necessário problematizar a oposição binária heterossexual/homossexual, categorias ordenadoras das práticas, dos saberes e das relações dos sujeitos. Melhor dizendo, o binômio hetero/homossexual como um regime de poder/saber molda a ordenação dos desejos, dos corpos e das sexualidades produzindo subjetividades abjetas vulneráveis à violência.

Sendo assim, como garantir um serviço laico oferecido por pessoas marcadas pelo discurso religioso?

Em conformidade aos pressupostos de uma atuação profissional baseada nos critérios da ética, do respeito às **diferenças** e da **laicidade**²⁰, algumas psicólogas consideraram bastante problemática a relação entre Religião e Psicologia salientando que as crenças devem se manter afastadas da formação e do exercício da Psicologia:

*Nós temos sempre o lado pessoal e o lado profissional, né. No lado pessoal **teremos impactos ou não**, depende de **cultura**, dependendo de **religião**, dependendo de **criação**, mas **enquanto profissional [...]**, acho que **não podemos perder de vista** que nós somos um **profissional do cuidado, do acolhimento**, de que antes de ser **homossexual [...]** existe **uma pessoa com sentimento**. [...] Enquanto profissional somos mais do que nunca a **profissão de não-julgamento e aceitação do outro**. (Grupo de Belém)*

*Até que ponto você vai utilizar essa **fundamentação** que vem carregada de **pesquisa** e tudo mais ou você vai levar a sua parte pessoal, para dentro do seu trabalho? Quer dizer, a impregnação dessa cultura é importante. Eu considero **perigosa**. Eu vejo que como **educadora** você também tem um grupo de pessoas com o qual você vai trabalhar e você pode*

20 O Código de Ética Profissional assevera que o exercício profissional das psicólogas/os deve ser pautado em técnicas fundamentadas, neste campo de saber, na ética e na legislação profissional e não em preceitos religiosos. Nesse sentido, é vedado "induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais". (<http://site.cfp.org.br/legislacao/codigo-de-etica/>).

inferir positivamente ou negativamente. E o psicólogo, na atuação clínica, não é diferente. (Grupo de Curitiba)

E sem falar nos evangélicos que agora estão atacando a nossa profissão. Há uma luta com os evangélicos em relação ao nosso fazer. Isso é inadmissível total. (Grupo de Porto Alegre)

E também, desculpem, eu não quero falar da religião de ninguém, mas, quando você escuta que os homossexuais não entrarão no reino dos céus, sabe? E a questão religiosa no Brasil é muito forte, sabe? É muito contra, é muito remando contra nós – psicólogos – nós não podemos deixar de ver que existe uma questão muito forte: “os homossexuais não entrarão no reino dos céus” A gente se sente impotente diante dessa situação! É igual à escravidão no século XIX, é uma vergonha, é uma vergonha! Mas, é uma ignorância muito grande! Ignorante no sentido do conhecimento. (Grupo de Campo Grande)

Para mim é super importante a hora que eu vejo você defendendo isso. Porque eu acho, extremamente impertinente aquela moça [Maria Lobo] que pôs uma página: “Psicologia Cristã”, na internet. [...] Eu acho super importante o papel do psicólogo nesse momento, fiscalizar e colocar regras muito claras de que eu posso ter uma religião, eu posso ter minha opção sexual, mas que isso não pode definir. Não pode ser uma bandeira que eu vou levantar em termos de atendimento. (Grupo de São Paulo)

A constatação de que as crenças religiosas são constitutivas da vida de algumas pessoas é um passo fundamental para analisarmos a posição de cada uma diante de sua religiosidade e diante da Psicologia. Se há tempos abandonamos o paradigma da neutralidade, é com os impasses, as tensões, os confrontos, as divergências, as contradições, em nós mesmas, que devemos lidar no exercício profissional. Pois, como afirma Emerson Giumbelli (2005) é:

muito difícil – e até artificial – discutir religião e ciência como dois campos autônomos e sem relações entre si. Longe de reforçar a ideia de que a ciência possa ser tomada como a rocha firme ao redor da qual navegam em frágeis embarcações as religiões,



o que se sugere é a necessidade de pensar conjuntamente – mas sem eludir suas diferenças – esses dois discursos sobre a verdade. (p. 13)

Se o cruzamento entre Religião e Psicologia é tenso, mais delicado fica quando o foco do debate é a sexualidade, em especial as homossexualidades. Nesse sentido, precisamos ficar atentas ao que poderíamos nomear de falsas questões. É recorrente, inclusive nas falas de psicólogas, a ideia de ser **contra** a homossexualidade, como se se tratasse de time de um esporte qualquer. A orientação sexual do sujeito, seja ela qual for, a maneira como a pessoa direciona e desenvolve suas práticas e desejos sexuais, não deve ser avaliada, tampouco ser pauta de disciplina ou de intervenção profissional, se não for demanda do sujeito. Portanto, a/o psicóloga/o não pode decidir/opinar se a homossexualidade será objeto de cura ou reversão para a heterossexualidade. Mas acompanhar quaisquer pessoas em seus processos de elaboração e tomadas de decisão, que podem ser inclusive pela abstinência sexual ou por um casamento com parceiro do sexo oposto, mesmo que sem desejo e por conveniência moral.

Uma vez esclarecidas as demandas, é preciso colaborar com o sujeito na ampliação da análise das condições de possibilidade – uma apropriação livre do conceito foucaultiano – de seu sofrimento, fazendo-o desconfiar das construções óbvias que faz ou que se apresentaram durante sua vida.

Considerações finais

O que acontece aos corpos que embaralham ou desconstroem a linearidade naturalizada entre sexo, gênero, sexualidade e desejo? O que acontece quando os sistemas reguladores não encontram conformidade entre o aparato anátomo-biológico e a subjetividade?

Por revelar o sexo, o corpo, o gênero, a sexualidade e o desejo de maneira diferente do que está instituído pelo modelo heteronormativo, os homossexuais são constrangidos à marginalidade e à violência. Em *Défaire le genre* (2006), Butler apresenta de maneira contundente os riscos que correm aqueles que desafiam os padrões heteronormativos. Nesse sentido, oferece-nos uma reflexão crítica sobre as condições de uma vida vivível para aqueles que desestabilizam as normas de gênero. O não reconhecimento do

estatuto de humano seria o risco mais radical de uma violência que, muitas vezes, se traduz em morte. Assim, propõe uma nova filosofia política do reconhecimento, centrada na sobrevivência: **o que é humano não nos deve ser estranho.**

Quais estratégias devemos inventar para incorporarmos na comunidade humana as **subjetividades abjetas**?

Para Butler, a resignificação do humano só pode acontecer na medida em que os excluídos falem a partir dessa categoria. Em outras palavras, o reconhecimento como humano faz-se norma, pois a resposta violenta adviria da não inserção dos corpos abjetos, no âmbito humano. Sendo assim, a desconstrução do gênero e a resignificação do humano nos convidam a refletir que o corpo não se torna sexualmente legível sem os sinais irredutivelmente culturais e materiais. Portanto, as condições de reconhecimento de um sujeito gendrado dependem tanto da possibilidade de seu gênero ser culturalmente inteligível quanto de ser socialmente vivível.

As subjetividades impensáveis, ou seja, não inteligíveis, remetem a um apagamento do sujeito mais violento do que a própria exclusão da norma. Os sujeitos que transitam nesses espaços de ininteligibilidade tornam-se vulneráveis às diversas formas de violência e morte. Efetivamente, a não conformidade com a norma, com a identidade, com o aparato anátomo-biológico, é inerente aos humanos, embora alguns a vivenciem de forma mais radical. Ninguém se identifica completamente numa dada categoria. Mas, por outro lado, o sujeito não controla totalmente suas marcas subjetivas, sendo continuamente afetado pelos significados culturais que atravessam seu corpo e suas linguagens.

Mas, como pensar a multiplicidade e a fluidez das subjetividades para além da estrutura sexual binária?

Parece-nos que seria **imprescindível questionar** o regime de **poder-saber** firmado na oposição **heterossexualidade/homossexualidade** que sustenta a lógica das sociedades contemporâneas. As estratégias padronizadoras produzem sujeitos normais ou desviantes e, ao mesmo tempo, oferecem mecanismos para se proteger do medo-fascínio pelas subjetividades subversivas e restaurar uma suposta estabilidade da identidade-padrão. Assim, podemos afirmar que a heteronormatividade revela a necessidade imperiosa de uma constante reiteração das normas sociais regulatórias com o propósito de garantir a identidade sexual legitimada.

Nas preciosas palavras-afeto de Deleuze:

A sexualidade é uma produção de mil sexos, que são igualmente devires incontrolláveis. A sexualidade passa pelo devir-mulher do homem e pelo devir-animal do humano: emissão de partículas. (2002, p. 72)

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia Ramos. **O avesso do avesso**: feminilidade e novas formas de subjetivação. 2001. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, UERJ, Rio de Janeiro, 2001.

BIRMAN, Joel. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Gramáticas do erotismo**: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em Psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BUTLER, Judith. **Como os corpos se tornam matéria**: entrevista com Judith Butler. Departamento de Estudos da Mulher no Instituto de Artes da Universidade de Utrecht, maio 1996.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Défaire le genre**. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

_____. **A face e o verso – Estudos sobre o homoerotismo II.** São Paulo: Escuta, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

_____. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**, vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1975/2000.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1975-6/2000.

_____. **Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir.** Paris: Ed. Gallimard, 1976a/1998.

_____. Les mailles du pouvoir. In: _____. **Dits et écrits II.** Paris: Quarto Gallimard, 1976b/2001. p. 1001-1020.

_____. L'Occident et la vérité du sexe. In: _____. **Dits et écrits II.** Paris : Quarto Gallimard, 1976c/2001. p. 101-106.

_____. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979/2001.

_____. De l'amitié comme mode de vie. In: _____. **Dits et écrits II.** Paris: Quarto Gallimard, 1981/2001. p. 982-986.

GIUMBELLI, Emerson. **Religiões e sexualidade: convicções e fronteiras.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

GROSZ, E. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 45-86, 2000.

LAQUEUR, Thomas. **La fabrique du sexe**. Essai sur le corps et le genre en Occident. Paris: Gallimard, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: _____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

NERI, Regina. **A Psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a calderinha**. Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHIEBINGER, L. **Skeletons in the closet: the first illustrations of the female skeleton**. Berkeley: University of California Press, 1987.

SWAIN, Tânia Navarro. Quem tem medo de Foucault? Feminismo, Corpo e Sexualidade. In: _____. **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau Editora. p. 138-158.

RACIONALIDADES EM PSICOLOGIA: ARTICULAÇÕES ENTRE FEMININO E CUIDADO

*Anita Guazzelli Bernardes
Maria Juracy F. Toneli
Rita Flores Müller*

Este capítulo voltou-se para a problematização da racionalidade que naturaliza a articulação entre feminino e cuidado como forma de trabalho em Psicologia. A reflexão considerou a racionalidade a partir do conceito de Foucault (2010) de focos de experiência, ou seja, aquilo que estabelece um jogo entre regimes de verdade, normatividades de comportamento e subjetividades possíveis.

Por racionalidades, entende-se aquilo que constitui as formas de pensar, considerando-se para tanto que o pensamento não é uma potência ou um processo básico do indivíduo, mas aquilo que torna possível o sujeito exercer certa modalidade de pensamento. Isso significa que o pensamento é da ordem do impessoal, forma-se mediante um conjunto de articulações, de políticas, que torna possível, então, o sujeito pensar. Não se trata daquilo que está fora, tampouco que está dentro, seria, nesse sentido, uma dobra do fora que constitui uma subjetividade possível. Desse modo, ao partir das falas que engendram os grupos focais, a análise não é daquele que falou, mas daquilo que torna possível algo ser dito, a que racionalidades responde ao falar. Isso significa pensar a Psicologia a partir da potência performativa de certas racionalidades, ou seja, como foi escrito no início, do jogo entre saberes possíveis, normatividades de comportamento e formas de subjetividade.

Desse modo é importante assinalar que a compreensão deste capítulo parte da concepção de que falar é engendrar realidades, que o ato de fala não é a representação de uma realidade, mas aquilo que torna possível a realidade. Assim, não se considera que o exercício de falar é aquilo que permite a relação de aproximação do sujeito com um objeto. Ao serem convocadas/provocadas a falar, as psicólogas que participaram da pesquisa não estão trazendo um universo de representações da Psicologia e, sim, ao falar, encontram-se agenciadas por certas modalidades de pensamento, que, mais

que representar a Psicologia, produzem a própria Psicologia. A fala toma uma dimensão de um exercício impessoal possível por um campo discursivo que é em si uma prática, uma prática que produz os objetos dos quais fala. Nesta análise, o olhar volta-se não para o que as falas querem dizer e sim para aquilo que é dito mediante o modo como se articula com outros ditos, opera-se na superfície do que é dito e não do que se quis dizer ou do que está oculto ao dizer. Interessam as correlações e o que as torna possíveis.

Retomando a questão proposta inicialmente, articular feminino e cuidado não se trata, então, de uma representação dos efeitos do feminino no exercício da Psicologia, mas daquilo que torna possível a própria Psicologia na medida em que performa subjetividades – a psicóloga que fala, bem como os modos de trabalhar, ou seja, as práticas psicológicas.

Des-exercitar a naturalização

Mulher é muito voltada para o mundo do cuidado ainda, e a nossa profissão é rica nos cuidados. (Grupo de Belo Horizonte)

Problematizar a forma de naturalização da relação entre feminino e cuidado parte da enunciação que provoca o pensamento: a mulher é ainda dada ao cuidado e a profissão é rica de cuidados. Esse fio inicial, em vez de ser tomado como um fato, ou uma evidência, apresenta-nos uma tarefa de pensar nossa atualidade, ou seja, operar com a criação de um problema e não propriamente a resposta a uma problemática. Criar um problema reside no exercício de considerar que a realidade não está pré-dada, não é um campo de exterioridade a nós. Pelo contrário, é considerar que aquilo que tomamos por realidade é na mesma medida nossa atualidade: aquilo no que nos tornamos. Desse modo, mulher ser dada ao cuidado e nossa profissão ser rica em cuidados reivindicam um problema, de modo que nos diz de uma ontologia do presente: como tornamos a Psicologia uma profissão, no Brasil, exercida eminentemente por mulheres e, fundamentalmente, uma mulher que seria dada ao cuidado por ser uma profissão de muitos cuidados?

Eu acho que a questão do tema Psicologia já chama muita atenção do feminino, principalmente a questão da busca do conhecimento, a grande maioria vê, a gente quando sai da

faculdade, acho que a Psicologia é um tema muito importante e leva a gente a buscar, se autoconhecer. A mulher, eu acho que ela é mais sensível a esse tema, acho muito mais do que o homem, não que o homem seja, mas a grande maioria, a mulher é mais sensível pra tentar entender o ser humano, pra tentar captar mais a sensibilidade do outro. (Grupo de Aracaju)

Essa relação direta entre mulher/cuidado e que se amplia para mulher/feminino/cuidado, tal como aponta a fala *"ainda tem essa visão bem feminina, bem maternal, bem cuidadora, de acolher, de querer se colocar no lugar do outro, de querer ajudar"* (Grupo de Belo Horizonte), constitui-se mediante uma modalidade de pensar que naturaliza a relação entre objetos heterogêneos, como força centrípeta que aproxima, que cria zonas de vizinhança que borram fronteiras. Essa força centrípeta é um modo de centralizar os sentidos em certos atributos, por exemplo, mulher ser dada ao cuidado, tornando-os naturais e autoexplicativos: quando falamos de mulher, imediatamente cola-se a figura do cuidado. O exercício de naturalização se dá mediante aquilo que Foucault (2010) nomeia de uma analítica da verdade, um procedimento que emerge na modernidade como modo de estabelecer formas de ver que apresentam uma necessidade de totalização, ou seja, de buscar uma unidade que permite subsumir um objeto ao outro de modo a tornar possível a compreensão do que se apresenta como estranho.

A analítica da verdade constitui-se por um procedimento do pensamento em que se estabelece uma ordenação do mundo. A ordenação do mundo, com base na necessidade de totalização, busca a identificação de unidades na natureza por meio do estabelecimento de identidades. Isso significa um pensamento que busca organizar o mundo tal qual se apresenta ao olhar, de modo a estabelecer categorias, classificações, identidades, como a enunciação de mulher ser dada ao cuidado, partindo-se do estabelecimento de uma natureza inerente ao ser mulher. O olhar, na analítica da verdade, baseia-se na evidência natural do que é visto, por exemplo, a anatomia do corpo humano.

Essa anatomia é classificada com base em procedimentos de comparação, a partir do que há de semelhante ou de diferente nos corpos. Para esse procedimento parte-se de um determinado corpo para estabelecer aquilo do qual difere: identifica-se a anatomia

do corpo do homem para, então, identificar aquilo que não há no corpo da mulher e vice-versa. Acontece que esse mecanismo não se restringe à anatomia corporal, passa a estabelecer a correlação dessa anatomia com outros indicadores que compõem as classificações. O homem ocupará a categoria de macho e a mulher de fêmea de acordo com a ordenação da natureza em espécies de seres vivos:

Me traz estranhamento porque acredito na delicadeza, e eu acho que o homem, ele deve essa delicadeza porque a mulher cuidou dele a vida inteira, a mulher fez ele nascer, a mulher cuidou dele, a mulher amamentou o homem, então é justo que ele mostre esse reconhecimento cuidando da mulher, acho que é uma troca, não é porque mulher é frágil que precisa de alguém que abra a porta. Não. Porque é demonstração do carinho que ele tem por tudo que a mulher já deu pra ele na vida. (Grupo de Aracaju)

Trata-se de uma modalidade de organização da vida e do mundo que se estenderá para além do determinismo biológico. O biológico, tomado como instância natural, não será apenas explicado pela relação com aquilo que difere, por exemplo, macho e fêmea, mas também pelas funções que cada um desses seres exercem como fazer nascer, amamentar, cuidar.

Esse procedimento de estabelecer categorias, com base em uma anátomo-clínica do corpo e suas funções como órgãos, estabelece uma naturalização daquilo que se vê. O ver passa a ser considerado como o que é representado pelo que se fala. Ou seja, é necessário criar uma correspondência entre o que se vê e o que se fala, sendo essa correspondência tanto uma estratégia de naturalização quanto de estabelecimento de espaços e funções que o natural ocupa. As funções e espaços passam a ser atribuições e adjetivos do natural. No caso deste estudo, de um corpo macho/fêmea parte-se para suas funções e espaços na natureza. A mulher fêmea, por sua função de reprodução da vida, ocupará o espaço doméstico, onde não apenas dará a vida como também nutrirá essa vida. À mulher fêmea cabe essa função de preservação de sua prole. Em contrapartida, ao homem/macho caberá o espaço público, aquele voltado não especificamente para a sua prole e, sim, para a defesa da espécie.

Entretanto, será necessário criar uma dobradiça nesses domínios/funções, para que seja possível o natural encontrar-se com uma

dimensão temporal e histórica. A dimensão temporal e histórica implica uma modificação desse natural com base agora não apenas nos determinismos biológicos, mas também históricos que apresentam outras correlações que não simplesmente mulher/fêmea/privado e homem/macho/público. Para pensar a possibilidade de a mulher ocupar espaços de trabalho, não que ela não tenha ocupado de diferentes modos no mundo ocidental, é necessário criar uma evidência da relação entre domínio privado e público no que tange separações entre casa e fábrica, vida burguesa e mercado, vida pessoal e vida política para estabelecer quem e o modo como se ocupam esses domínios, e que são formas de criar unidades. Por unidades, entendem-se os modos pelos quais os sentidos que são produzidos fecham-se em uma definição que acaba por naturalizar aquilo que é fruto de um conjunto de relações e articulações, é o que antes foi escrito de força centrípeta. Ao criar unidades, alguns sentidos contam como da ordem do verdadeiro e outros são afastados. Além disso, as unidades acabam por se tornarem evidências e não mais construções, na medida em que borram as fronteiras daquilo que as criou.

Os espaços de trabalho como aquilo que, a partir da emergência do capitalismo, começam a assumir uma forma de profissionalização, não se tratam mais dos lugares de execução de uma atividade como modo de subsistência, mas uma forma de constituição de si, uma forma de viver, que significará novos arranjos sociais mediante o que se estabelece como distinto: o público e o privado. Esse processo de profissionalização dos espaços de trabalho engendra a própria problemática da mulher, uma problemática que a torna possível, na medida em que se constituirá para o mundo do trabalho um universo de explicações do que habilita, do que é possível, do que se deve investir para se tornar trabalhador. Nesse processo é necessário circunscrever identidades, ou seja, o que se é para estabelecer o que se deve tornar. Para tanto, a analítica da verdade tomará como fio de articulação o que Latour (2009) nomeia de práticas de purificação do projeto moderno que, dentre outros, tem como exercício a separação entre mundo natural e mundo social, entre privado e público, residindo na dimensão privada a ordem natural e, na dimensão pública, a ordem social.

Retoma-se, então, o conceito escrito no início do texto como norteador desta análise: focos de experiência. Ao se criar uma racionalidade a partir dos procedimentos modernos de purificação, tem-se um jogo no campo da profissão em Psicologia no qual se

encontrará um regime de verdade que organiza uma forma em que o natural se encontrará com o social, a partir de uma grade de classificação do que é ser mulher em termos de natureza, e como isso se estenderá para a ordem social pelo trabalho. A purificação já estabelece uma zona de cisão entre um natural e um social. O regime de verdade é justamente esse procedimento classificatório que primeiro separa e depois equaliza natureza e mundo social mediante a aproximação do ser mulher/cuidado com o trabalho, ou seja, é pelo cuidado como atributo natural da mulher que se torna possível essa migração para um mundo social. Há, nesse sentido, uma natureza da mulher que migrará e se atualizará no trabalho. Aqui se encontra o segundo aspecto dos focos de experiência, ou seja, as normatividades de comportamento.

Por normatividades de comportamento entende-se uma série de formas de condutas. Essa série não é uma obrigação, tampouco uma imposição, e, sim, formas de viver, de se relacionar consigo e com o mundo por meio de um conjunto de normas coletivas que recaem sobre as condutas. O ser dado ao cuidado é uma normativa de comportamento, um modo de condução da conduta em que um atributo estabelecido como natural passa a operar no social. Desse modo, constituem-se subjetividades possíveis, ou dito de outro modo, formas de subjetivação que se tratam de modalidades de relação consigo mesmo e com o mundo em que, nesse caso, a mulher se dá a conhecer pela sua suposta natureza de ser cuidadora.

Esse foco de experiência que produz uma separação entre natural e social buscará, a partir de sua delimitação, uma reaproximação. Desse modo, parte-se de um mundo natural: somos homens e mulheres por nossa natureza de seres vivos. Dada essa dimensão natural da existência humana, parte-se para o modo como ela se insere no mundo social: somos seres que trabalham. A questão que se colocará será justamente como adequar a identidade natural a uma identidade social como um foco de experiência.

A analítica da verdade estabelecerá um domínio do natural que se atualizará no social: a mulher/fêmea que cuida da sua ninhada se tornará a mulher/feminino que exerce uma profissão de cuidado. O cuidado exercerá uma função de enunciado que costura mulher/fêmea à mulher/feminino. O feminino se tornará essa possibilidade de manter, nos processos de trabalho, essa dimensão que poderia se perder da mulher/fêmea. O cuidado será tanto a forma de purificação

entre homens e mulheres, de modo a manter-se uma dimensão natural na qual o social não opera – a mulher é cuidadora por sua natureza; quanto à própria forma de, no social, se estabelecer uma distinção entre homens e mulheres – a mulher trabalhadora executa atividades de cuidado:

por exemplo, uma área da clínica, uma área da escolar, da hospitalar, acho que é mais feminino... uma questão né, não sei por que, se é a questão que eu estava falando no início, do cuidado, da questão da maternagem... não sei se isso envolve, acho que sim, principalmente quando você atende crianças, ou quando você atende pessoas na clínica que são depressivas... você tem que abraçar mesmo o paciente, você acolhe, e eu acho que a mulher tem mais essa tendência. (Grupo de Cuiabá)

A analítica da verdade operaria como uma racionalidade em que a natureza mantém sua dimensão invariante enquanto o social se modificaria de acordo com o tempo, o trabalho adequaria o cuidado e tornaria a Psicologia uma profissão feminina:

a mulher, por mais que avançou, por mais que tenha entrado no mercado de trabalho, nós temos essa coisa... do que a acolhe, que escuta, não que os homens não saibam fazer isso, mas tem esse algo que é cultural mesmo. E outro ponto eu acho que tem a ver com o financeiro, acho que isso da mulher... por mais que ela... hoje isso tem mudado, de posições onde ela possa ter um status, de ganhar mais, entrar no mercado de trabalho, mas eu acho que em relação à Psicologia a gente sabe que é uma profissão que, em termos de remuneração, se você quer ficar rico, você não pode ser psicólogo. De tomar posições, de retorno financeiro imediato e tal. (Grupo de Salvador)

Ao operar mediante um projeto moderno de purificação, criam-se regiões ontológicas distintas em termos de focos de experiência. Essas regiões ontológicas são unidades de sentido que estabelecem o que é e o que pertence a certas experiências, circunscrevendo um espaço de existência no qual as operações se estabelecem por relações binárias e interdependentes, como a relação da mulher com o doméstico e do homem com o mercado. Para a definição de um necessita-se do outro, mas como um par de oposições – mulher/homem.

O que desafia esta análise é justamente migrar de uma lógica que situa a compreensão como consequência de um passado que a determina, porém do qual ela se afasta, para pensar que jogos são esses que se constituem na atualidade no sentido de pensar aquilo que se transformou nas maneiras de conhecer e explicar. Ou seja, a interrogação que fazemos a partir dessas falas não diz respeito à permanência de regras discursivas que estabelecem uma ordenação em que a mulher é localizada na dimensão privada, em razão de um mundo natural, e que isso se traduziria na relação com a dimensão pública social, a partir de certos ajustes dessa natureza ao social. O que interroga, para pensar uma racionalidade, é como transformamos esse projeto moderno de purificação nas formas de compreensão contemporâneas. Isso significa também sair do pensamento como uma evidência histórica, de modo a localizar a mulher sempre na correlação entre natureza e privado.

Mulher como um indicador epistemológico

O que parece ser interessante de compreender é o fato de se considerar mulher como um “indicador epistemológico para designar certos tipos de discurso” (FOUCAULT, 2003, p. 91). Indicador epistemológico é um elemento no discurso que permite indicar, demarcar, posicionar um tipo de discurso, por exemplo, sobre a Psicologia. O que se apontou anteriormente em termos de uma analítica da verdade, ao se considerar mulher como um indicador epistemológico no discurso psicológico, tanto situará a relação da mulher com o cuidado no que tange à história quanto à natureza. No âmbito da história, quando, por exemplo, a pensamos na relação com a categoria gênero:

O homem e a mulher, mas ao longo da história, o homem está vindo agora, mas ao longo da história essa maternagem, em qualquer área da Psicologia, até na empresa, as pessoas quando sentam para conversar com a gente, claro que estamos numa posição de RH, esperam o quê? Uma escuta.
(Grupo de Porto Alegre)

No âmbito da relação com a natureza humana, como, por exemplo, pensá-la em direção ao sexo, “a mulher já está mais nessa posição de se preocupar, de saber, às vezes até demais, de cuidar da vida dos

filhos, de estar ali, que você precisar estarei aqui para você. Essa questão de proximidade mesmo. O homem é mais prático” (Grupo de Cuiabá). Ao seguir essa linha, compreender uma racionalidade é percorrer um solo de transformação de um determinado discurso, como escreve Foucault (2003, p. 98) “analisar a capacidade produtiva do conhecimento como prática coletiva; e reinserir os indivíduos e seu conhecimento no desenvolvimento de um saber que, em dado momento, funciona segundo certas regras”.

Destaca-se na maioria das falas, portanto, uma concepção binária de mundo que separa em polos distintos, ainda que por vezes “borrados”, natureza-cultura, macho-fêmea, masculino-feminino, público-privado, razão-emoção, objetivo(idade)-subjetivo(idade): *“Então eu acho que a mulher é mais afetiva, o homem é muito menos, por causa desses recalques, recalca mesmo, fica marcado”* (Grupo de Goiânia). [...] *“de ser mãe mesmo, de gerar um filho dentro da gente, esse sentimento de parir um filho, um homem nunca vai perceber, isso envolve muito mais a gente do que ao pai”* (Grupo de Goiânia). Além do binarismo, destaca-se também um caráter essencialista, naturalizado desses pares, como já mencionado aqui. No entanto, o que chama a atenção propriamente não é a presença dessa racionalidade dicotômica essencialmente moderna, mas a ausência quase absoluta de sua problematização.

Advindas de campos de saberes distintos, algumas formas de enunciação apresentam-se marcadas por essa divisão binária: *“durante muito tempo os homens tiveram esse feminino castrado, assim como as mulheres tiveram o masculino muito castrado. Hoje a gente está com mulheres no masculino muito forte e homens no feminino tão forte, que também gera outros desequilíbrios”* (Grupo de Recife).

Tomar mulher como um indicador epistemológico a partir desses binarismos, neste texto, é tentar compreender como esse constitui certas formas de pensar em Psicologia, principalmente da Psicologia como prática. Quando nas falas encontram-se esses sentidos que articulam mulher ao cuidado por sua dimensão de natureza humana, é importante ir um pouco além de um determinismo biologicista que coordena o pensamento. É considerar como, na atualidade, esse exercício se torna possível. Portanto, o eixo que se focaliza é justamente essa figura do cuidado, como normativa de comportamento, ou seja, como forma de trabalho sobre si e sobre o outro. O cuidado como um enunciado apresenta em si a condição

não de purificação, tal qual o projeto moderno se propunha, mas daquilo mesmo que é produto e, também, seu resto: os híbridos.

Os híbridos operam no pensamento a função de paradoxos. No que residiria o híbrido no que tange à relação entre mulher e cuidado? Justamente a condição de não se tratar mais exclusivamente de uma natureza, mas de um natural/social simultaneamente. Ao tentar salvaguardar a natureza da mulher, a racionalidade mistura aquilo que em outro momento se apresentava como separado: mulher e trabalho. A naturalização se dá justamente na tentativa de estabelecer uma continuidade entre mulher/trabalho, tendo como enunciado que os costura o cuidado: *"E a mulher já não, acho que está mais relacionado ao cuidado, Psicologia, fonoaudiologia, coisas do cuidado é mais fácil uma mulher ser, se identificar e a sociedade acolhe mais facilmente"* (Grupo de Curitiba).

Não se trata de irracionalidades, tampouco de velhos mitos, mas da aplicação de uma nova grade, entendendo por essa o campo mediante o qual é possível pensar, produzir evidências e correlações, ou seja, um foco de experiência que se torna possível. A racionalidade opera, por exemplo, na relação agora não propriamente da mulher com o trabalho, mas com o feminino. O feminino permite ao pensamento considerar que existem profissões, por exemplo, a Psicologia, que são femininas e que isso não exclui o homem de exercê-la. Desse modo, o feminino costurado pelo cuidado torna possível justificar a existência de homens psicólogos bem como generalizar a Psicologia por psicólogos, ou seja, o que faz o pensamento funcionar seria a categoria minoritária dentro da profissão no Brasil *"eu já acho que tem a ver com o cuidado, cuidar de pessoas tem a ver com mulher, então, a Assistência Social, **psicólogo**, começa todo mundo, tem um status mais de cuidado o **psicólogo** que o médico"* (Grupo de Curitiba).

Isso significa um procedimento de pensar que se volta para a prática psicológica, por isso, a transformação. Não está em jogo o ser mulher especificamente, mas práticas que são femininas, que, por um lado, as colam no ser mulher, como categoria da natureza humana; por outro, as colam a um certo exercício profissional que não se refere ao ser mulher, mas ao ser feminino. O cuidado, então, assume essa dimensão que caracteriza o trabalho em Psicologia como uma prática feminina que opera na direção da naturalização da relação entre mulher e cuidado, bem como na naturalização do mesmo como um atributo feminino, que não é especificamente de mulheres e, sim, dos modos de trabalhar: *"Então predomina muito*

mais as mulheres, realmente, acho que essa questão da profissão ter esse estereótipo de cuidado, de dedicação, de orientação e paciência. A escuta é algo que o masculino não tem tanto" (Grupo de Belém).

Essa possibilidade de compreensão que remete o feminino a uma modalidade prática e não mais exclusivamente a uma característica imanente do ser mulher é possível mediante o que se produziu no campo das teorias psicológicas, entre outras, de um movimento culturalista, *"eu concordo, eu acho que o gênero masculino está muito ligado ao racional e o gênero feminino está muito ligado ao emocional, ao sentimento" (Grupo de Campo Grande). "Então eu acho que gênero é cultural" (Grupo de Campo Grande).* O feminino passa a ser uma categoria que emerge como objeto de análise na relação com a cultura e não apenas com a natureza. A cultura, nesse sentido, marcaria o registro histórico nos corpos e subjetividades: somos seres naturais e culturais, o que possibilita retirar a mulher de uma dimensão natural e colocá-la pelo feminino em uma dimensão cultural.

O deslizamento de um essencialismo determinista de base biológica (natureza) para uma modalidade culturalista (sociedade/cultura) aparece presente, sem, no entanto, ser questionado. *"eu sempre achei que isso você é resultado só de educação, resultado da história de vida, do social, depois que eu estudei gêneros *?*" na faculdade que eu percebi que realmente nós somos diferentes dos homens, a maneira da gente enxergar a vida, a maneira da gente... da expectativa que a gente tem do mundo, é diferente dos homens mesmo" (Grupo de Goiânia).* A própria possibilidade de mudança é vista com reticências, como muito gradual e sutil, uma vez que se entende que:

já começa a formar marcado, aí já começa os pequenos cuidados com a casa, a menina é quem vai ajudar a mãe a lavar a louça, o menino não vai fazer isso, porque isso não é coisa de menino, é coisa de menina. Então as divisões de tarefas começam nas pequenas tarefas: a menina vai arrumar a cama, o menino não faz isso. Então essas mudanças são pequenas. (Grupo de Goiânia)

Porque a questão é, as crianças, ir à escola, até nos livros didáticos que a mamãe trabalha fora de casa e o papai ajuda em casa. Mas quando chega em casa, é mãe que está na cozinha e é o pai que está no sofá vendo jornal, ela não vê aquela realidade. (Grupo de Goiânia)

Voltamos, dessa forma, aos híbridos. O feminino é um híbrido, pois é habitado e possível para homens e mulheres. A problemática que se coloca agora é o cuidado, ao assumir essa dimensão de prática feminina, amarrar-se a um exercício intimista: *“a saída da mulher do contexto do lar né, e com esse papel de cuidadora e acho que acabou transferindo um pouco para as profissões esse lado do cuidado, do cuidar, da maior característica da intuição, da sensibilidade, e acaba que você vai alimentando isso”* (Grupo de Belém).

Trabalho imaterial e o feminino

Tem a ver um pouco com o jeito de ser, a profissão é escolhida, na verdade, não só a Psicologia, mas as profissões são escolhidas em virtude daquilo que você é (Grupo de Campo Grande).

Afinal de contas é isso que a gente quer, o que todo mundo quer de uma psicóloga é um cuidado. (Grupo de Porto Alegre).

Da ordem da natureza para a ordem da cultura, a(s) mulher(es) permanece(m) associadas a atributos que lhes permitiriam exercer mais adequadamente uma profissão voltada para os cuidados (de outrem). Nessa dialógica relação de cuidados estendidos, forja-se uma suposta “identidade profissional” - a Psicologia, profissão feminina, e um sujeito representativo deste lócus imaginário, reconhecido no social como efeito de uma série de amalgamentos que ganham diferentes versões/nomes: dos aparatos anátomo-biológicos às heranças sócio-históricas, é determinada a figura feminina do cuidado que se destaca na cena dos enunciados analisados, *“porque esse é um papel com o qual **a mulher** está **super identificada**”* (Grupo de São Paulo).

No jogo entre regimes de verdade, normatividades de comportamento e subjetividades possíveis, diferentes inteligibilidades podem ser identificadas, seja nos termos de operadores ontológicos (BUTLER, 2002), seja sob a forma de unidades coerentes do gênero ou como diferentes verdades sobre o sexo (FOUCAULT, 1997). Ao acionar a *natureza* dos corpos, essa já naturalizada como socialmente construída, como condições de sua inteligibilidade ou não, temos a naturalização do socialmente construído. Trata-se de uma relação de

valor em que o caráter social de constituição do sujeito se sobrepõe ou “liberta” os argumentos de determinismos biológicos, em que o vetor sexo se destaca: *“então algumas coisas a gente coloca como muito cultural e algumas coisas que estão na constituição do nosso trabalho, que é uma capacidade feminina à percepção de emoções, através da fala”* (Grupo de Recife).

Funda-se não apenas o “sexo” como uma realidade pré-discursiva, mas ainda a noção hegemônica de cuidado de, ou cuidado com, intimamente impressa no aparato que apenas as mulheres apreenderam, “como se lhe fosse essencial que o sexo esteja inscrito não somente em uma economia do prazer, mas em um regime ordenado de saber” (FOUCAULT, 1997, p. 71). À natureza, atrelaram-se os significantes: reprodução, feminino, maternidade, sensibilidade, cuidado, família, privado. À cultura: provedor, masculino, patriarcado, racionalidade, público. Essas cisões deram consistência a um corpo cuidador e, portanto, familiar e conhecido como personagem não apenas da Psicologia, mas como de outras profissões femininas no sentido histórico e genealógico do termo.

Em outras palavras, trata-se de regimes discursivos que canalizaram/investiram a figura da mulher de saberes/poderes psi ainda muito atrelados e engessados às normativas binárias do gênero. Nesse sentido, é sempre o homem o contraponto correspondente à mulher-cuidadora, signo do não cuidado e da ruptura com o modelo tradicional de pensamento: *“as pessoas se surpreendem, ainda acham que não é esse o papel de homem, o de cuidar de alguém doente. Isso para mim, assim, na área da saúde, é uma coisa que fica escancarada, eles sempre acham que é a mulher e ficam surpresos quando um homem se propõe a cuidar, dar banho, trocar, limpar, trazer o médico, essas questões básicas. Quando o homem se propõe é uma surpresa”* (Grupo de São Paulo).

Essa racionalidade que naturaliza a relação da mulher com o cuidado e a desloca para o campo do trabalho mediante o feminino encontra, no século XX, principalmente a partir de sua segunda metade, uma modalidade de trabalho que emerge com as modificações dos modelos de produção: reestruturação produtiva, crise do fordismo e transformações do trabalho. As modificações nos modelos de produção passam a incorporar cada vez mais o que Hardt (2003) escreve por trabalho imaterial que se caracteriza pela produção de serviços, ou seja, por uma modalidade de trabalho que não tem como resultado um bem material ou durável. O trabalho

imaterial tem como um de seus aspectos o modelo computacional, “a capacidade de lidar com símbolos e informação seguindo o modelo operacional de um computador” (HARDT, 2003, p. 150). O outro aspecto é o trabalho afetivo que diz respeito ao âmbito das relações humanas que se constituem mediante certas formas de trabalhar, sendo seus produtos intangíveis na medida em que se trata de sentimentos, desejos, redes sociais, formas de comunidade, *“a relação é que se você não considera o interno, você não considera valores, você não considera o outro, você não considera nada”* (Grupo de Campo Grande). O trabalho imaterial apresenta a possibilidade de se contemplar uma dimensão privada que não se refere ao domínio doméstico e, sim, interno de cada sujeito.

Desse modo, a possibilidade do cuidado como prática do feminino abre um plano de bifurcação em termos de exercício da Psicologia. Tanto é uma atividade que permite a relação do natural com o social, quando se trata de a mulher exercer uma profissão, ou seja, localizar-se na dimensão pública salvaguardando sua dimensão privada; quanto por essa conformação do natural caracterizar a prática de cuidado voltada para o outro, em uma migração do doméstico para o público e retornando não ao doméstico, mas ao privado. Dito de outra forma, considerar o “interno”, os “valores” do outro, permite, às práticas psicológicas constituídas como uma prática feminina, resguardar aquilo que as torna justamente uma profissão feminina no Brasil: do privado doméstico migra-se para o privado do sujeito, *“eu acho que a mulher, ela tem uma sensibilidade maior para tentar cuidar, a questão da maternidade, de ter aquela coisa do cuidar, de acolhimento”* (Grupo de Aracaju), *“Essa noção localizada, da Psicologia fazendo parte do que também é invisível, é fundamental”* (Grupo de São Paulo).

Essa articulação mulher/trabalho/feminino pelo cuidado produz uma matriz de impressão, dotada de uma cultura incorporada, numa linguagem que se aproxima a de Judith Butler em entrevista à Baukje Prins e Irene Meijer (2002, p. 163), ao afirmar que “os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue”. Nesse caso, o feminino adquire um caráter de transbordamento: excedente em significantes que o inscrevem no exercício de governabilidade da vida, na superposição do significante mulher-mãe, mulher-feminino e mulher-psicóloga, aquela “super identificada a”, conforme descrito acima. O homem-psicólogo, nesse regime enunciativo, apresenta-se inteligível quando aproximado ao

exercício performativo do feminino, mas apenas como disruptor de um *modus operandi* que não lhe é familiar, mas estranho, ou seja, o homem entra na Psicologia como efeito dos híbridos.

Nas palavras das entrevistadas, essa aproximação se dá pela via do sensível constituinte da profissão e suas práticas: *"são homens com uma sensibilidade maior que normalmente a gente vê no desenvolvimento masculino. Acho que isso a profissão exige e não são todos que se identificam com essa sensibilidade maior que a profissão exige"* (Grupo de Curitiba). Ou ainda: *"eu trabalho com psicólogos homens e comuns psicólogos, psicólogos competentes, a gente não pode separar em gênero, psicólogo homem e psicólogo mulher. Mas eles são ótimos, são bem vistos, fazem um bom trabalho, com toda a sensibilidade que uma mulher teria, mas de uma forma mais direcionada, mais técnica"* (Grupo de Curitiba). Daí a força do enunciado acima destacado: *"quando o homem se propõe é uma surpresa"*. Numa espécie de arquivo do mesmo, cabe-nos questionar o que se anuncia sob o signo da surpresa e do estranhamento no campo de saberes e fazeres psi, já que o sujeito não pode se situar na base de qualquer um dos binarismos, pois é efeito das próprias estruturas linguísticas que busca fixá-lo em uma "essência" identitária unívoca, estável. Sua existência denuncia o caráter ficcional de sua materialidade simbólico-discursiva, do que o seu corpo sustenta de "sexuado" como um de seus "efeitos substancializantes" (BUTLER, 2003, p. 209).

O trabalho imaterial afetivo equaliza-se à prestação de cuidados e estabelece que essa produção se dá mediante a aproximação física, tanto real quanto virtual, de uma pessoa com outra, *"A clínica tem a ver com o cuidado com o outro, o olhar com as necessidades do outro. É histórico, digamos assim, na nossa educação, na nossa construção, na nossa subjetividade quem é que olha para as necessidades de outro?"* (Grupo de Porto Alegre). O trabalho imaterial afetivo responde a um tipo de investimento que se torna fundamental para os modelos de produção no neoliberalismo: a teoria do capital humano (FOUCAULT, 2008). A teoria do capital humano constitui-se no campo das análises econômicas, porém com um escopo diferenciado em relação às mesmas. Esse escopo passa a ser *"a análise de um comportamento humano e da racionalidade interna desse comportamento humano"* (FOUCAULT, 2008, p. 307), em que se tem como tarefa a compreensão de quem trabalha, como utiliza os recursos de que

dispõe, qual a conduta que estabelece a forma como se trabalha.

De um campo de exterioridade ao sujeito que seria a dimensão econômica, abre-se um espaço para pensar o sujeito e investir nesse sujeito na própria dimensão econômica mediante as relações com o trabalho. O capital humano passa a se constituir como uma imagem-objeto para tornar-se trabalhador. O capital humano encontra-se não na dimensão pública da existência humana, mas na sua dimensão privada:

Eu acho que a Psicologia clínica hoje está numa época fundamental, eu acho que tem ganho muito campo na saúde, no social também, mas eu acho que no campo da saúde a gente tem adquirido um campo muito amplo. Muitas das enfermidades vêm do psicológico, então coisas que antigamente, há pouco tempo atrás, não eram vistas assim. Então eu acho que eu falaria que a clínica é uma área da saúde que está em expansão, como ela falou com as patologias contemporâneas, está muito ligado ao psíquico. (Grupo de Cuiabá)

Essa dimensão privada ocupa um espectro na teoria do capital humano que vai do código genético às formas de relações familiares que constituem o sujeito. Esse espaço criado abre a possibilidade de investimentos em dimensões da vida consideradas internas, tais como a subjetividade/psiquismo, em que residiriam tanto o sujeito quanto a verdade sobre esse sujeito no que tange aos modos de relação, de conduta, de viver, *"Muitas pessoas são difíceis de encaminhar, dá mais de um nome, mas em terapia familiar, do sexo masculino, não achei ninguém. Então algumas características talvez se assemelhem mais ao cuidado, uma forma mais subjetiva"* (Grupo de Campo Grande).

Investir no "capital humano" é seguir o rastro das relações humanas no que elas apresentam de dimensão afetiva, subjetiva. Desse modo, as modalidades de trabalho que passam a operar com a categoria afetivo/subjetiva acabam por se tornar um mecanismo de investimento no mercado econômico. Escolher uma profissão *"em virtude daquilo que você é"* traz essa possibilidade não só de escolha, mas de tornar-se aquilo que se é, ou seja, o seu capital humano,

Quando a gente chega dentro da clínica é bem mais fácil encontrar uma psicóloga, quando você chega não tem um impacto tão grande quanto o homem quando a gente vai buscar o serviço de Psicologia. Até para o próprio homem, quando vai

buscar, eu acho que é muito mais acolhedor encontrar uma mulher que está ali pra lhe escutar, pra ter aquele olhar, que geralmente o homem não tem. (Grupo de Aracaju)

Entretanto, a questão que se coloca para esse estudo é justamente o modo como se torna possível criar uma zona de avizinhamiento entre trabalho imaterial afetivo e práticas psicológicas mediante a articulação entre feminino e cuidado, e como nas falas isso aparece desarticulado dos efeitos que essa relação produz em termos de processos sociais, como o que foi escrito acima. A naturalização dessa relação a partir da migração do mulher/fêmea para o feminino/cuidado, em razão da relação com os processos de trabalho, buscará coordenadas não apenas na natureza, mas também na dimensão social:

E uma coisa que eu percebo, que está muito ligado ao que tu disseste por que a predominância feminina? Porque está ligado ao cuidado. O cuidar por trás tem esse cuidado. Sai um pouco dessa família de homens e sente comigo para me ouvir já que és psicólogo. Então para mim tem muito a ver com o cuidar, e cuidar ao longo da história, a mulher que porque existe uma parceria, mas acho que está muito ligado a isso a maternagem ao cuidar. (Grupo de Porto Alegre)

Agora a dimensão social que se torna presente é a modalidade de produção que se constitui como trabalho imaterial que emerge no neoliberalismo, *"E vem a questão ainda cultural porque realmente é o homem que tem que ter a sustentação da casa. Eu acho que ainda falta na cabeça do homem em vários lugares de que realmente ele como psicólogo, ele não teria condições de suprir e ser o gestor geral da casa"* (Grupo de Aracaju).

O trabalho imaterial afetivo torna possível transpor para o campo das relações e processos de produção aquilo que se considerava como trabalho familiar e prestação de cuidados na dimensão privada das existências, tornando possível à mulher o acesso ao trabalho sem que isso signifique, nessa racionalidade, ser "gestora geral da casa", mas permite *"acho que a Psicologia pra mim é um facilitador, pra buscar nossa independência"* (Grupo de Campo Grande). Essa modalidade de trabalho circunscrevia o campo de

ações fundamentalmente das mulheres em termos de trabalho. Entretanto, na medida em que a mulher passa a ocupar o espaço público, como já foi escrito, uma das formas de reconhecimento de seu “capital humano” é justamente aquelas características que justificavam sua localização no domínio privado, *“Eu acredito que a mulher, pensando na questão de gênero, ela tem o dom mais de paciência na escuta dentro da clínica. Acredito que nós temos o dom, mais a paciência na escuta dentro da clínica, da forma de receber as coisas, somos mais pacientes (Grupo de Aracaju).*

Determinadas ontologias maternalistas são acionadas para justificar a produção de diferenças na prática entre homens e mulheres. A maternidade como “essência” compartilhada entre mulheres é um destino ainda inelutável na diagramação destas diferenças. *“Aqui eu vejo que, para nós que somos mães, principalmente, a gente tem um filho pra captar rapidinho aonde que está a raiz do problema. Não sei se um homem que não cuidou, não amamentou, não viu, não sei se ele teria esse perfil, essa sensibilidade que é característica da mulher, aí eu vejo. (Grupo de Curitiba)”*

A relação entre a naturalização histórica da maternidade e os novos modelos de autonomia feminina e masculina na parentalidade é uma fonte de ambiguidades normativas, tanto na construção da maternidade como da paternidade no que se refere à constituição da Psicologia. É importante sublinhar que as transformações no lugar social das mulheres não foram necessariamente acompanhadas pela desconstrução do discurso da maternidade que, ao invés disso, levaram à edificação da “maternidade intensiva” (BADINTER, 2010) associadas ao modelo da supermulher que exerce duplas e triplas jornadas de trabalho. A instituição familiar (ARIÈS, 1981; DONZELOT, 1986) e a valoração “instintiva” do amor materno como um acontecimento relativamente recente na história da civilização ocidental construído pelos discursos filosófico, médico e político a partir do século XVIII (BADINTER, 1985) são marcações fundamentais para a análise tecida neste capítulo. Alçada à condição de sujeito privilegiado para o cuidar/cuidado desde o início do século XVII com o regime do biopoder (FOUCAULT, 2008), os enunciados analisados estão imersos na rememoração desse regime, numa espécie de enclausuramento histórico passível de questionamento, como o trecho a seguir evidencia: *“eu acho que tem aí um paradoxo, porque nós lutamos tanto para sair de um lugar onde nós estávamos confinadas, que era: a mãe, a mulher que cuidava das crianças [...]*

e a grande maioria dentro da Psicologia são mulheres, eu acho que tem aí uma pergunta: por que será que nós continuamos nos encaminhando maciçamente para essa área?" (Grupo de São Paulo).

A família parece ser ainda o lócus privilegiado ou origem da analítica de mudanças, o polo mais visível desse embaralhamento ou de uma "mistura de papéis", conforme a racionalidade que constitui essas falas nos grupos focais. Ou ainda conforme o enunciado a seguir: *"eu acho que os papéis não estão definidos, nem são definitivos. Eu acho que as pessoas estão deixando cada vez mais os rótulos de lado e buscando a própria individualidade"* (Grupo de São Paulo).

A experiência que se forja ao correlacionar feminino e cuidado como condição para as práticas psicológicas é situá-las em um campo de exterioridade ao mercado econômico, *"a questão de ganhar, primeiro a questão de todo um financeiro que é baixo, a não ser que tu sejas um mega star na clínica. Tu entendes assim, que na nossa profissão, os primeiros concursos para psicólogo é 85, é recente, vinte e poucos anos. E o salário da gente é baixíssimo. Então acho que isso não atrai os homens. Os homens se atraem por profissões onde têm um ganho e status"* (Grupo de Porto Alegre). Trabalhar com a dimensão privada do sujeito é privá-lo de um campo social no qual se situa, ao mesmo tempo que priva aquele que trabalha em Psicologia de fazer parte de um mercado de trocas econômicas. O trabalho imaterial afetivo, nesse caso, assume uma região secundária em relação às formas de viver e implica uma relação de tutela com aquele que trabalha nessa modalidade: é preciso alguém que o sustente, apesar de se apresentar como uma possibilidade de independência. A independência reside na possibilidade de a mulher tornar esse feminino que cuida e o cuidado como uma prática de trabalho e não apenas doméstica, *"uma mulher precisa o tempo inteiro se reafirmar a cada minuto que pode estar naquele lugar, tem capacidade para estar, então isso é muito desgastante"* (Grupo de Porto Alegre).

A articulação entre feminino, cuidado e privado que caracteriza o trabalho imaterial afetivo como uma prática psicológica encontra a clínica como região de visibilidade, em um plano de acolhimento, escuta, sensibilidade. Ou seja, é a prática clínica que se conforma como exercício intimista e não mercadológico, no sentido de subsistência, *"E vem a questão financeira, de modo como profissionais de Psicologia, nós sabemos que infelizmente nós não podemos sobreviver da Psicologia apenas de uma fonte de renda,*

nós temos que sobreviver da Psicologia por várias formas: temos que fazer clínica, nós temos que fazer um emprego público, nós temos várias coisas” (Grupo de Aracaju).

A clínica, como prática psicológica, qualifica o trabalho imaterial afetivo como uma prática feminina, mas, ao mesmo tempo, cria a necessidade de inserção em outras esferas de trabalho, que modificam o próprio qualificativo do trabalho feminino/cuidado. Ter que sobreviver da Psicologia de diversas formas abre um plano que passa a ser experimentado como masculinização da profissão, *“E hoje, a Psicologia ela se faz e busca ser ciência, e de certa forma ela se masculiniza no sentido do termo de um fazer mais pontual, de um fazer empresas e não só aquele que era de ficar atenta à criança, aquilo da maternagem”* (Grupo de Porto Alegre). A racionalidade constitui-se desses jogos de práticas entre o feminino e o masculino, tornando a clínica essa dimensão eminentemente do feminino, assim como a Psicologia, como ciência, ocupa uma dimensão masculina. Como ciência e não como prática de cuidado é possível a Psicologia ser exercida tanto por homens quanto por mulheres, na medida em que a ciência entra nos processos econômicos e permite além de status, sobrevivência, *“O psicólogo pode sim ganhar muito dinheiro, mas só com a clínica sozinho sem ele ser muito bom é muito complicado. É muito complicado você ver um psicólogo muito bem remunerado se ele não fez um mestrado, um doutorado, se ele não está o tempo todo se atualizando e fazendo o resultado aparecer. Porque as indicações aparecem à medida que você dá resultado”* (Grupo de Salvador).

Como há um processo de naturalização do feminino como prática intimista, acolhedora, maternal, quando se articula ao cuidado, torna-se necessário para a racionalidade, no exercício da profissão, amalgamar o masculino com o feminino em razão do mercado. Esse processo por um lado coloca que:

Pra lidar com profissões técnicas e a Psicologia em si, eu acho que o lado feminino foi se identificando muito com a profissão, e aí a aderência pelas mulheres é maior no número de formação na área. Me parece que isso leva as mulheres a se identificarem muito mais com a profissão do que o homem. O homem é muito mais técnico, muito mais prático e a Psicologia, ela é abstrata, é uma profissão que é bastante abstrata, é muito abrangente, e acho assim, que você tem que usar muito a sensibilidade. (Grupo de Curitiba)

Por outro lado, quando se encontra com o mercado, acaba por subsumir aquilo que se torna da ordem do masculino,

eu acho que seja definido social mesmo. Para onde as mulheres são conduzidas ao longo da vida, a gente é conduzida para essa posição, de cuidar, de acolher e até ter perspectivas, mas a partir do momento que você conhece a faculdade de Psicologia você sabe que pode mais. Pelo menos se você tem bons professores pra falar com você sobre empreendedorismo dentro da carreira. Eu acho que é algo que falta muito na nossa categoria, saber o que se pode fazer enquanto psicólogo. (Grupo de Salvador)

Notocante à biopolítica, como estratégia do biopoder, embora haja o reforço da posição de mãe higiênica (BIRMAN, 2001, 2007; COSTA, 1989) incumbida dos cuidados estendidos à família, na manutenção e policiamento dos corpos reprodutivo, pedagógico, infantil e masculino, na dispersão dos enunciados, a contemporaneidade surge como índice de uma transformação social, de um embaralhamento produtivo que se reflete nos trânsitos profissionais de homens e mulheres e no modo de entendimento da cisão natureza-cultura, macho-fêmea, masculino-feminino, público-privado, razão-emoção, objetivo(idade)-subjetivo(idade) racional-subjetivo:

nesse momento que a gente vive, os papéis se misturaram tanto dentro da família, o que justifica os homens terem tanta escassez numa área mais subjetiva, de trato com a subjetividade e as mulheres ainda serem predominantes, eu não sei, é uma pergunta. A outra coisa que eu tenho me dado conta recentemente, é que eu acho que esse é um desserviço para a Psicologia, essa quantidade de mulheres, porque acaba sendo dado um enfoque nesse trabalho por ser subjetivo, predominantemente feminino. (Grupo de São Paulo)

Algumas considerações para finalizar

Há que se destacar que, no conjunto empírico analisado, delineiam-se dois ideais figurativos para este “feminino”: o da posição emancipatória das mulheres advindas das conquistas do movimento feminista na década de 60, e o da mulher gerenciadora das bordas do

cuidado familiar tecida pela medicalização do social no século XIX. Essas duas coordenadas da racionalidade criam a possibilidade de o campo psicológico ser constituído por práticas psicológicas que, ao amalgamar feminino e cuidado, as revestem de uma experiência de maternidade. A Psicologia, desse modo, seria uma forma de a mulher tornar-se trabalhadora mantendo sua "essência". Ao mesmo tempo, as próprias práticas psicológicas, produzidas nessa articulação de feminino/cuidado, acabam por se tornarem vetores de produção de formas tanto de essencialização da natureza mulher/cuidado, quanto de necessidades de medicalização e individualização do social como estratégia de governo e investimento na vida e nas formas de viver.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, E. **O conflito. A mulher e a mãe**. Tradução de Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo: a feminilidade e suas formas de subjetivação em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Laços e desenlaces na contemporaneidade. In: _____. A família em (des)ordem. **Jornal de Psicanálise**, v. 40, n. 72, jun. 2007.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de

Janeiro: Graal, 1989.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, M. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **Ditos & Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HARDT, Michael. O trabalho afetivo. **Cadernos de subjetividade**. O reencantamento do concreto. São Paulo: Editora Hucitec, 2003. p. 143-157.

LATOUR, Bruno. **Nunca fomos modernos**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

SOBRE MULHERES, PSICOLOGIA, PROFISSÃO E A INSISTENTE AUSÊNCIA DAS QUESTÕES RACIAIS²¹

Claudia Mayorga

Introdução

O convite para contribuir com a pesquisa “Efeitos do feminino: interações entre profissão e gênero no exercício da Psicologia no Brasil”, por meio das análises dos 16 grupos focais realizados com psicólogas em capitais brasileiras, foi recebido por mim com um misto de satisfação e apreensão. Satisfação porque o propósito delimitado pela pesquisa em questão – compreender quais as implicações da presença predominante de mulheres na profissão da Psicologia tanto para o campo profissional quanto para as próprias mulheres – é uma questão de grande relevância acadêmica, social e política. Se essa constatação é feita de forma recorrente no cotidiano da formação em Psicologia e da interação com outros campos profissionais, entendo que fazê-la de forma sistematizada, voltando olhares para os diversos contextos da atuação profissional no Brasil, é um bom exercício que exige crítica afiada e dedicação redobrada para identificar especificidades da sociedade brasileira e da formação e produção em Psicologia que é promovida no país.

Considero o feminismo (ou os feminismos) como um ponto de partida privilegiado a partir do qual se pode realizar essa empreitada. Isso porque entendo que esse campo do conhecimento não se refere exclusivamente a uma teoria sobre as mulheres, mas é uma teoria acerca da sociedade, a partir do *lugar* e *experiência* das mulheres²².

21 Agradeço a Larissa Amorim Borges por suas considerações sobre o texto e pela leitura cuidadosa.

22 Um aspecto central para o feminismo é a explicitação da construção histórica sobre o que pertence ao âmbito do privado e ao público, bem como a reivindicação da politização e visibilização das relações de poder no privado. Ao fazer essa problematização, as feministas reivindicarão uma negociação permanente dos limites entre o privado e o público, isto é, que se submetam à discussão pública e ao controle consciente de todos os aspectos da vida social, os quais, sob a sacrossanta etiqueta de “privados”, estariam epistemologicamente cegos – subtraídos da visibilidade e da conceptualização e, conseqüentemente, imunes tanto eticamente quanto politicamente (AMORÓS, 2000).

Tal pensamento, aplicado às reflexões que apresentarei aqui, significa que perguntar sobre as mulheres na Psicologia não se reduz a elaboração de um pensamento sobre essas mulheres tão-somente, embora essa seja uma contribuição importante, mas também permite conhecer mais acerca da Psicologia que vem sendo engendrada no Brasil e conseqüentemente sobre aspectos da sociedade brasileira. Tal tarefa exige uma atitude de suspeita – uma hermenêutica da suspeita que é onde Amorós (2000) localizará o feminismo.

Já a apreensão diante do convite feito se deveu ao exercício específico para o qual fui convidada: analisar a ausência das questões raciais nas discussões realizadas nos dezesseis grupos focais por psicólogas de várias capitais brasileiras. Menos pelo desafio de refletir acerca de ausências ou invisibilidades, e mais pelo momento privilegiado de poder analisar como caminham as questões raciais no campo profissional da Psicologia articuladas às questões de gênero em um momento histórico, quando conquistas importantes em prol da igualdade racial têm se concretizado no Brasil, fruto de um longo percurso de luta do movimento negro e do movimento de mulheres negras que conseguiram pautar a questão racial no debate acerca da sociedade brasileira. Estariam tais mudanças impactando a Psicologia?

Uma conquista considerável dos últimos anos se refere à Lei 10.639, aprovada em 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e torna obrigatório o ensino sobre História de Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Outro movimento que deve ser destacado se refere à luta por ações afirmativas no ensino superior, que teve recentemente sua constitucionalidade reconhecida, por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, em abril de 2012, e, obrigatoriamente, implementada por lei nas universidades públicas federais em 2013. Destaca-se também a instituição de programas de democratização do acesso e permanência de estudantes negros, indígenas e oriundos de escolas públicas ao ensino superior. Iniciativas como o Programa Universidade para Todos (Prouni), com expressivo impacto no acesso de jovens negros às instituições privadas de ensino superior; programas de educação indígena; a crescente incorporação de políticas de democratização do acesso por meio de cotas sociais e raciais pelas instituições federais e estaduais de ensino superior em todo o Brasil são alguns aspectos que apontam para avanços no campo de enfrentamento à desigualdade

racial. Identificamos, sobretudo, elementos que apontam para o reconhecimento de negros e negras como participantes iguais na política e na constituição da sociedade – a ação coletiva do movimento negro, junto a outros atores no país, questionou padrões institucionais e legais de exclusão, e, hoje, identificamos como esses atores, em intenso diálogo com a sociedade civil e o Estado, têm sido capazes de propor outros padrões institucionais e legais de inclusão, o que é um passo importante para a promoção da justiça social (MAYORGA, 2011).

Sobre as questões de gênero e raça: o movimento de mulheres negras (MMN) no Brasil é um ator fundamental no processo de democratização da sociedade brasileira (ROLAND, 2000), principalmente a partir do final da década de 1980, pois, por meio de rupturas com o movimento feminista e também com o movimento negro, o MMN pautou a discussão sobre as desigualdades, violências e opressões que marcavam/marcam a experiência de mulheres negras e uma política contra a invisibilidade. A perspectiva do MMN, a partir das interseções entre as lutas feministas e as lutas antirracistas, permitiram o desvelamento do parentesco entre racismo e sexismo e das múltiplas formas de opressão²³.

Contudo, os desafios são inúmeros: o combate ao racismo institucional no campo das políticas públicas; a regularização e titulação de terras para a população quilombola; o acesso igualitário a postos de trabalho; o combate à violência sexual e doméstica que incide intensamente entre as mulheres e crianças negras; a violência e o extermínio que atingem jovens negros das periferias, dentre outros. Junte-se a isso, o grande desafio é concretizar a desconstrução necessária de discursos e práticas fortemente naturalizados que tomam os negros como desiguais e inferiores a partir de parâmetros individuais e ancorados na ideologia meritocrática, sem historicizar e analisar a dimensão das relações de poder na construção de promoção dessa inferioridade, além de mascarar essa desigualdade com a ideia do Brasil como lócus da harmonia racial. A injustiça social e econômica que atinge os negros no país envolve dimensões culturais e simbólicas,

Foi no período de redemocratização da sociedade brasileira que o movimento insurgiu, período em que emergiram as primeiras organizações de mulheres negras autônomas ou no interior de organizações negras, momento em que se verifica a crise dos modelos marxistas para explicação da realidade social, ao mesmo tempo em que se dava a emergência da mulher na cena pública brasileira (RODRIGUES, 2006).

não menos importantes para a compreensão da desigualdade racial e para a promoção da igualdade. Todas essas questões têm gerado reações e posições bastante controversas sobre a questão racial no Brasil instituindo o debate que recorrentemente foi evitado ou negligenciado ao longo da história do país (MAYORGA, 2011).

Sabe-se que a Psicologia como campo do conhecimento colaborou ativamente com o pensamento sobre questões raciais no Brasil – produziu contribuições centrais para o que se caracterizou como racismo científico no país, especialmente ao longo do século XIX e início do século XX (CHAVES, 2003; ANTUNES, 1998), e problematizações acerca dessa produção foram feitas ao longo do século XX. Nos últimos anos, foram produzidos no âmbito da Psicologia, estudos críticos sobre temas como o preconceito racial (LIMA; PEREIRA, 2004; CAMINO; SILVA; MACHADO; PEREIRA, 2001; ROSEMBERG, 1979), Psicologia social do racismo (CARONE; BENTO, 2002), processo de subjetivação e construção da identidade negra (SOUZA, 1983), gênero e raça (ROSEMBERG; PIZA, 1995) (com um crescimento da produção de teses e dissertações sobre a temática), mas não chegamos a avaliar quais têm sido os impactos dessa produção na formação e atuação dos profissionais de Psicologia. Certamente que em termos quantitativos, a produção sobre questões raciais na Psicologia está longe de alcançar as produções sobre outros temas clássicos na área, mas compartilho aqui a expectativa que tive diante do convite em identificar as consequências da inserção da questão racial na pauta de discussões sobre o Brasil e suas diversas instituições.

A leitura e a análise dos grupos focais revelaram uma ausência contundente da questão racial quando psicólogas, profissionais e pesquisadoras se reúnem para debater suas experiências como mulheres e das mulheres na Psicologia. O roteiro que orientou os grupos dividiu-se em cinco eixos: Gênero e trabalho, Gênero e renda, Gênero, trabalho e família, Gênero e violência, Relação com o Conselho Federal de Psicologia. Em apenas dois momentos, a questão racial aparece nomeada nas discussões dos dezesseis grupos, e, nas duas ocasiões, tal nomeação se deu de forma breve e pontual e foi realizada por psicólogas negras, participantes de dois dos grupos realizados (nos grupos focais de Manaus e Recife). Não houve acesso à autodeclaração racial das participantes dos grupos, mas é interessante identificar que quem nomeou a questão racial como uma experiência de mulheres foram mulheres que se

declararam negras ao longo das conversações. Falarei um pouco mais sobre esse aspecto adiante.

Mas o que essa ausência revela? É importante explicitar que quando me refiro a experiências ausentes, estou refletindo, como proposto por Santos (2002), sobre experiências ocultadas ou desacreditadas em nossa sociedade como efeito de lógicas de poder e da instituição de privilégios. Assim, ausência é invisibilidade, inclusão subalterna, silenciamento ou não presença. Meu ponto de partida para análise dessa ausência será, portanto, as relações de poder que a produzem.

Desse ponto de partida, após as leituras e análise das transcrições dos grupos focais, destaco dois aspectos que considero relevantes para abordar a problemática das questões raciais no âmbito da experiência profissional de mulheres na Psicologia. O primeiro deles se refere à concepção universal de Mulher da qual se lança mão quando se quer discutir sobre a experiência das mulheres, e o segundo, às especificidades do racismo à brasileira que tem como característica a invisibilidade e a ambiguidade. Discorrerei, em diálogo com os grupos focais, sobre cada um deles. Em seguida, ressaltarei alguns desafios para que as reflexões sobre as relações raciais no Brasil possam ser abordadas com mais contundência pelo campo da Psicologia, em uma perspectiva de combate ao racismo e às desigualdades raciais, bem como da promoção da igualdade racial articulada com a promoção da igualdade de gênero.

A predominância de uma concepção universal de Mulher ou de como se constituem as outras outras

A noção de Mulher se vincula ao patriarcado ou ao sistema sexo-gênero, segundo Braidotti (2004), através de uma negação. Grande parte da produção de pensadoras feministas como Simone de Beauvoir, Virgínia Woolf e outras foi dedicada a explicitar como esse lugar de *outro* relegado às mulheres foi sendo delineado ao longo da história do pensamento e das sociedades modernas. O que grande parte da teoria feminista buscará especificar é como a categoria Mulher, mesmo diante das diferenças que existem entre as mulheres individuais, consiste em uma categoria marcada por pressupostos comuns culturalmente impostos. As perguntas que foram lançadas ao longo da história acerca do acesso distinto à educação e ao voto por homens e mulheres, por exemplo, possibilitaram identificar uma

concepção preestabelecida sobre a Mulher, cuja consequência foi a exclusão das mulheres de alguns âmbitos da vida social ou a inclusão subalternizada em outros.

As concepções tradicionais de Mulher como irracional, hipersensível, destinada a ser esposa e mãe ou as ideias da Mulher como corpo, sexo e pecado confirmam, em última instância, a Mulher como “diferente de” o Homem (BRAIDOTTI, 2004). Essas concepções constituem a negação da experiência das mulheres, e o resultado é, como disse acima, sua exclusão de vários âmbitos da vida social, política, intelectual. Mesmo no âmbito da vida privada, a Mulher não usufrui da mesma liberdade que o Homem em relação à possibilidade de escolha emocional e sexual – é esperado que as mulheres sejam a condição emocional necessária para sustentar, apoiar e nutrir o ego, os projetos e os desejos masculinos (WOOLF, 1928) e dos demais membros do que se delineou na modernidade como família.

Assim, o feminismo revelou que as experiências singulares das mulheres são marcadas e também produzidas em um processo de constituição do Um (o Homem) em oposição ao Outro (a Mulher). A dimensão do poder se institui nessa relação a partir do momento em que a relação Um/Outro não se dá de forma recíproca, mas em uma única direção, tomando o Um como universal (BEAUVOIR, 1949). As mulheres serão heterodesignadas, dessa forma, como Outro, cuja principal característica é ser definida *por* outros tendo como condição de possibilidade o silêncio (CHAUÍ, 1984). É esse exercício analítico que possibilitará a desconstrução feminista da pretensa universalidade do sujeito da modernidade e do projeto de sociedade que tomaram os valores masculinos como ideal.

O grande paradoxo dessa importante crítica promovida pelo feminismo consiste naquilo que esse mesmo feminismo reproduzirá, ao buscar delimitar como universais valores de algumas mulheres específicas para definir o sujeito universal do pensamento e da ação política feminista. É inegável a importância da denúncia das representações de Mulher como efeitos de relações históricas e sociais desiguais entre homens e mulheres, mas as críticas que emergem, principalmente a partir dos anos 1970/1980, apontam para a necessidade de se pensar em mulheres de forma mais ampla, considerando outros sistemas de opressão e desigualdade.

As concepções acerca de gênero e da dominação sobre as mulheres

realizadas pela teoria e o movimento feminista receberam muitas críticas por parte de mulheres feministas negras, latino-americanas, asiáticas, africanas, muçulmanas, que contribuíram de forma bastante significativa para a compreensão dos múltiplos eixos de opressão que afetam as experiências de vida de mulheres por todo o mundo. O feminismo que se desenvolveu nos anos 1980 e 1990 do século XX segue desafiando os paradigmas unitários de gênero desenvolvidos por feministas brancas e de classe média nos anos 1960 e 1970, já que a decepção com os modelos e discursos dessas feministas fez com que outros coletivos de mulheres utilizassem suas próprias experiências de opressão, exclusão, discriminação e violência para desenvolver formas próprias de trabalhar com as noções de gênero e feminismo (CALDWELL, 2000).

A grande contribuição desses outros coletivos de mulheres foi denunciar e explicitar que as questões de gênero não são suficientes para compreender a opressão das mulheres; é necessário compreendermos como se estabelece a relação entre o sexismo e outras formas de dominação, como o racismo, por exemplo. Não se atentar a isso certamente perpetua a *cegueira* em relação a outros aspectos das experiências, identidades e lutas de mulheres que incluem questões de raça, etnia, classe, geração, sexualidade, cultura e nacionalidade.

Nos grupos focais analisados, foi bastante presente uma ideia de Mulher dentro do marco destacado inicialmente. As psicólogas participantes tanto reproduziram e reforçaram a ideia de Mulher, quanto questionaram seu imperativo em suas vidas. Mas, sobretudo, mostraram que a preocupação com as desigualdades de gênero seguem urgentes e fazendo muito sentido. A relação ou comparação com os homens é um dos principais pontos destacados em seus discursos. Quase sempre, quando perguntadas sobre suas experiências como mulheres, falaram sobre os homens; outras vezes analisaram sua experiência comparando com a dos homens ou explicando as diferenças ou desigualdades entre ambos. Mesmo que suas vidas sejam muito distintas da ideia de Mulher, fica evidente que essa é uma representação forte em suas vidas, tanto no nível profissional quanto pessoal.

É uma questão até cultural, que foi se construindo ao longo do tempo, tanto é que a gente vê os dados do IBGE, hoje a mulher está estudando muito mais que os homens. As mulheres com nível superior são bem mais elevadas. Eu acho

que... eu vejo muito assim essa mudança da saída da mulher do contexto familiar, toda essa experiência que ela tem de lidar. A mulher consegue atender ao telefone, mexer a panela e segurar uma criança. Então essas características do feminino também, por exemplo, a mulher consegue chegar do trabalho e ainda ter disposição pra cuidar, o homem chega em casa e... acabou. Também além do atravessamento da cultura acho que também tem as características do feminino mesmo. Acho que não o instintivo, mais influenciadas pela cultura mesmo [...]. (Grupo de Belém)

Essa participante faz um deslocamento em relação à ideia de uma feminilidade biológica e essencial, o que é interessante. A forma como identifica mudanças se dá em comparação com a situação dos homens, reforçando a valorização de algumas características que identifica como de mulheres ou femininas. As participantes abaixo fazem uma referência semelhante diferenciando mulheres e homens por meio de ideias que remetem ao feminino – seja como essência, seja como cultura.

Uma coisa que você falou, que eu acho que é uma questão do cuidado. E eu acho que um outro ponto importante é o escutar, o homem não tem muita paciência, eu acho... eu vejo, para isso. E a gente escuta, a gente pondera, eu acho que a gente tem uma capacidade de equilíbrio e de juntar tudo e de misturar e depois saber colocar cada coisa no seu lugar, entendeu? Eu acho que tem muito disso. (Grupo de Belo Horizonte)

Ainda tem essa visão bem feminina, bem maternal, bem cuidadora, de acolher, de querer se colocar no lugar no outro, de querer ajudar, sabe... E voltada para as emoções, para o sentido, para a busca, realizações mais humanas, mais pessoais, com outros valores. (Grupo de Belo Horizonte)

Na citação abaixo, uma das participantes recorre à teoria da Psicologia para justificar sua posição:

Tem um autor chamado Eric Erickson, que ele é muito interessante e que diz assim, ele pesquisou muito o desenho das crianças e ele diz que as crianças meninas têm desenhos

que são mais arredondados, que é o formato do quadril, dos seios, da mulher e os desenhos dos meninos são pontudos, que é a forma do pênis, dos ossos, cotovelo, agressividade. Então, eu acho que tem um caráter masculino que permite aos homens... talvez até o que eu esteja falando possa ser um certo preconceito, mas acho que eles poderiam ser mais bem-sucedidos como... no sentido mais formal da profissão, não sei do ponto de vista afetivo, não sei como eles poderiam trabalhar como as mulheres hoje possibilitam. (Grupo de São Paulo)

É muito presente no discurso de várias participantes dos grupos, ao serem indagadas pela condição das mulheres na Psicologia, explicitarem a busca por uma explicação essencial. Mesmo que em momentos reconheçam que o que as mulheres vivem é fruto de um processo histórico e cultural (algumas vezes reconhecem que há desigualdade, outras vezes não), buscam compreender suas experiências através da *diferença*. É por isso que Braidotti (2004) afirmou que a Mulher no patriarcado se constitui a partir de uma negação.

O ponto que quero destacar é que, ao serem indagadas sobre suas experiências como mulheres na Psicologia, as participantes responderam principalmente a partir de uma determinada dimensão da experiência das mulheres. Muitas outras dimensões não foram mencionadas. É importante também pontuar que as perguntas lançadas pela moderadora dos grupos propiciaram, em certos momentos, que essa posição se concretizasse.

Um dos aspectos mais importantes que tem sido criticado por grupos de mulheres, que por suas marcas de raça, nacionalidade, cultura ou sexualidade estiveram fora das reflexões feministas mais tradicionais, se refere à forma inadequada por meio da qual têm sido discutidas as diferenças/desigualdades dentro da categoria mulher. Essa tem sido definida não exclusivamente a partir da análise das relações de poder entre homens e mulheres, mas, frequentemente, a partir da relação de desigualdade *entre* mulheres. Tal aspecto nos leva a problematizar que a questão central não é a diferença, mas quem a define (BRAH,1988), a partir de quais critérios e leituras sobre as sociedades contemporâneas. Questiona-se, ainda, quais as categorias de mulheres representadas dentro do discurso da diferença e se essa representação se faz horizontalmente ou hierarquicamente.

Nesse sentido, não é a parcialidade de concepções que é tomada aqui como um problema; o que se questiona é como perspectivas parciais são utilizadas como representação da totalidade das mulheres, constituindo, dessa forma, invisibilidades em relação à experiência de muitas outras (AZEREDO, 1994), e, ao mesmo tempo se constituem como prescrições das formas mais ou menos legítimas de ser mulher e também de se pensar a emancipação das mulheres. É esse processo de hierarquização entre mulheres que chamei em outro momento de constituição das *outras outras* (MAYORGA, 2007).

Nos grupos focais analisados, essas *outras* mulheres apareceram em alguns momentos específicos. Com exceção da participação de duas mulheres declaradamente negras, como já mencionei anteriormente, as *outras* mulheres apareceram quando as participantes falavam, nomeadamente, do trabalho doméstico. Essa presença ocorreu principalmente quando as participantes relatavam o esforço de se dividirem entre casa e trabalho, narrando sobre as soluções que encontravam para lidar com essa situação. Algumas relataram acerca dos acordos mais igualitários com seus companheiros na realização das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos, outras se referiram às mães, parentes e a uma rede familiar de apoio a essas mesmas atividades e muitas mencionaram a presença de faxineiras, empregadas domésticas, diaristas, seja como profissionais que atuam em suas casas, seja pela aspiração de ter acesso a esse serviço. Para grande parte das participantes, a questão sobre o trabalho doméstico é algo presente e marcante em suas vidas.

Não foi possível identificar características mais específicas dessas *outras* mulheres, como a questão de cor/raça, mas é sabido que, no Brasil, o campo profissional das empregadas domésticas é ocupado majoritariamente por mulheres negras e das classes populares.

Tem uma pessoa que vai na minha casa duas vezes por semana, faz aquela faxina geral; a pessoa é meu braço direito, quando preciso ela fica, já trabalha, então é bem tranquilo. Mas é corrido. Aí eu vou para a universidade e eu escolhi fazer mestrado, e me dedico totalmente a isso [...]. (Grupo de Aracaju)

É, ela fica lá durante o dia, principalmente a parte da manhã, se eu preciso sair, alguma coisa; também para ajudar nos afazeres né, para que à tarde eu possa ir pra clínica. Minha casa é relativamente grande, cachorro, gato, só falta periquito

e papagaio. Então todo dia você tem que ter o cuidado de limpeza, mesmo por causa das crianças, de alergia e essas coisas, então eu tenho a pessoa que me ajuda sim. (Grupo de Cuiabá)

Gonzáles (1982) e Barros (1995) analisaram a emancipação aparente das mulheres brancas no Brasil e concluíram que essa tem relação com a subordinação continuada das mulheres negras, perpetuada desde a colonização: os serviços domésticos realizados por mulheres negras nas casas de mulheres brancas permitiu que essas pudessem estar mais presentes no mundo do trabalho, no mundo público, e não necessariamente teve impacto na divisão sexual das atividades domésticas; ao contrário, acabou reforçando a hierarquia intragênero.

Nos grupos analisados foi possível considerar o que as autoras estão problematizando como parte da experiência de algumas participantes. Tal elemento nos leva a identificar elementos da lógica colonial que marcam a constituição do público e do privado no Brasil, bem como do patriarcado, e que a análise da subalternidade das mulheres negras e das classes populares dever ser feita a partir da análise de outras complexidades. Essas têm sido problematizadas dentro do feminismo brasileiro.

Carneiro e Santos (1985) e Carneiro (2003) destacam ainda que as mulheres brancas foram as mais beneficiadas pela diversificação profissional entre os anos 1960 e 1980 no país (período em que a Psicologia foi regulamentada – 1962 – e consolidada como profissão). Tiveram vantagens claras no que se refere ao acesso à educação, mercado profissional e remuneração, o que perpetuou e gerou diferenças de status e privilégios entre mulheres brancas e das classes média e alta e as mulheres das classes populares e negras. As autoras vão destacar ainda que a tendência à generalização sobre as experiências das mulheres levou a visões essencialistas da condição feminina que negam a diversidade de tais experiências e fabricam noções homogeneizadas de uma identidade feminina hipotética, como analisado anteriormente.

Utilizando o conceito de imagens controladoras de Collins (1991), Caldwell (2000) analisa como as imagens das mulheres negras são projetadas de modo que o racismo, o sexismo e a pobreza pareçam naturais e normais como uma parte inevitável da vida cotidiana, obscurecendo as relações de poder. As análises destacam

que as imagens controladoras das mulheres negras brasileiras, particularmente a da mulata e a da mãe negra, estão vinculadas a formas de desigualdade estrutural, determinadas por raça e gênero, fruto das lógicas coloniais. Elas servem também para a manutenção da imagem nacional do Brasil como democracia racial, e as mulheres ocuparão um lugar de destaque nessa construção histórica da ideia de Brasil.

Assim, o status privilegiado de brancos na sociedade brasileira também foi fundamental para a construção da identidade feminina no país. Desde a época colonial, as mulheres foram diferenciadas por práticas patriarcais que associaram o matrimônio às mulheres brancas e as relações sexuais ilícitas às negras (CALDWELL, 2000). Enquanto as brancas eram designadas para o lugar da sexualidade legítima e honrada, por meio dos papéis de esposas e mães, as mulheres negras foram associadas a práticas ilegítimas e desonrosas. A partir de sua relação privilegiada com o patriarcado e com a hegemonia racial, as mulheres brancas se tornaram referência para as construções idealizadas de mulher no Brasil (MAYORGA, 2007).

Os grupos não ofereceram informações exaustivas sobre esse aspecto que acabo de destacar. Contudo, no exercício de analisar a ausência das questões raciais diante da pergunta sobre a experiência de mulheres profissionais da Psicologia, sinto-me impelida a considerar que o acesso das mulheres ao campo profissional da Psicologia é a experiência de privilégio de algumas mulheres em relação às *outras*.

É interessante identificar que as outras mulheres tampouco são claramente mencionadas quando as participantes se referem ao público com o qual trabalham. Dá-se ênfase ao fato de o público que usufrui da atuação dos psicólogos ser majoritariamente feminino, mas as especificidades da mulher que é atendida na política pública, por exemplo, não foram alvo de debates nos grupos, ainda que várias participantes atuassem profissionalmente nesse campo. Em poucos momentos foi possível identificar falas sobre mulheres moradoras de comunidade e quando alguém se referiu à maior opressão de gênero vivida pelas mulheres nordestinas. O debate não foi aprofundado e não há como tirar muitas conclusões, mas é possível interrogar sobre um possível olhar Sudeste-centrado presente no olhar das psicólogas participantes, sobre as outras.

Elas estão desesperadas [...] de outra classe social, eu acho que a gente está falando da nossa experiência, dessa classe, desse recorte, claro que eu escuto muito isso, vejo muito isso. Agora, elas apanham muito, os homens alcoólatras batem nas suas mulheres. (Grupo de Rio de Janeiro)

E aí a gente tem uma divisão de regiões no país em que algumas mulheres... tem mulheres mais atuantes e que se submetem menos, a gente consegue ver claramente que, por exemplo, os homens do Sudeste contribuem muito mais com as atividades do lar do que os homens do Nordeste. Os homens do Nordeste são muito mais machistas e as mulheres também, elas ainda acreditam que elas têm que colocar a mesa e colocar o prato, pra homem e tal. (Grupo de Salvador)

Nesse caminho argumentativo que percorri até aqui, busquei analisar um dos pontos que identifico como explicação da ausência ou invisibilidade das mulheres negras e das classes populares nos discursos das participantes dos grupos focais. Considerei que a ideia universal de Mulher, seja a que é imposta pela cultura patriarcal ou a que foi prescrita pelo feminismo ainda que com finalidade emancipatória, produz invisibilidade sobre outros sistemas de opressão e desigualdade que marcam as experiências das *outras* mulheres como o racismo e a desigualdade de classe.

Tal invisibilidade também é reproduzida pelas psicólogas participantes dos grupos focais que, embora consigam identificar muitas vezes os efeitos do sistema sexo-gênero em suas vidas, não chegaram a nomear as experiências vinculadas à raça, por exemplo, articulando, dessa forma, gênero e raça. Na sociedade brasileira identificam-se privilégios que delimitam de forma nítida e podem se referir a um sistema de raça, classe, geração, território e não podem ser explicadas como causas lineares orientadas exclusivamente pela questão de gênero. Reconhecer a pluralidade do sistema de privilégios e hierarquias implica, como dirá Castro (1992), a crítica ao essencialismo.

Racismo à brasileira: invisibilidade, ambiguidade e culpabilização

A sociedade brasileira é bastante complexa e um dos aspectos dessa complexidade se refere à questão racial. Digo isso pois somos uma sociedade que se caracteriza por uma *cegueira* em relação ao racismo, e a mesma se deve, em grande medida, ao que o movimento negro chamou de *mito* da democracia racial.

Como dirá Fernandes (1989), os mitos existem para esconder a realidade. Não entrarei aqui em discussões epistemológicas sobre realidade, verdade e ideologia, mas destacarei, partilhando do pensamento de Fernandes, que o mito da democracia racial revela muito acerca de nossa sociedade – revela a *cegueira* em relação ao racismo cotidiano presente nas mais diversas instituições do país, nos faz ignorar as desigualdades raciais tão extremas e tão desumanas, além de produzir uma confusão entre percepção e explicação cuja principal consequência é culpabilizar os/as negros/as pela desigualdade a que estão submetidos/as. Diante disso, o autor indica que “a tenacidade do mito e a importância de suas funções para a *estabilidade da ordem*, exigem uma reflexão política séria” (p. 16). Tal afirmação nos remete à história colonial de nossa sociedade e à análise dos dispositivos que atuaram para legitimar a desigualdade entre negros e brancos, dentre eles a ciência e o direito.

O mito da democracia racial promulga a característica determinante do Brasil - ser o fruto de uma mistura harmoniosa entre três raças: os brancos, os índios, os negros. Essa mistura teria sido fruto da forma de escravidão e dominação *mais humana* e *suave* promovida pelos portugueses, já que esses se caracterizariam pela predisposição à mistura étnica. Dentre outras coisas, o *encontro* entre o homem branco e a mulher negra será celebrado e lembrado como um encontro amigável e como aquilo que possibilitou a *mestiçagem*, característica marcante do nosso país e símbolo da suposta democracia racial brasileira. Este seria, sobretudo, o legado brasileiro para a civilização (FERNANDES, 1989).

O principal problema do mito é que ao romantizar o encontro entre as raças, encobriu que esse encontro tão celebrado se deu de forma violenta, forçada e dentro de uma hierarquia de poder muito forte. Se o mito tem como função explicar ou ainda justificar determinada realidade, criando uma solução imaginária para tensões, conflitos e contradições de um determinado grupo social (CHAUÍ, 2000), o

mito da democracia racial no Brasil cumpriu seu papel: nos cegou em relação às atrocidades do racismo, nos fez relativizar desigualdades e culpabilizar negros/as pelas subalternidades vividas, transformou a questão racial em tabu e é uma das explicações para o *preconceito de ter preconceito* dos brasileiros. Quem fala ou denuncia o racismo no Brasil certamente já se deparou com situações em que foi culpabilizado por estar querendo promover uma guerra racial ou inventar uma desigualdade que não existe. Além disso, a difusão de tal mito mascara a ideologia do branqueamento que consiste na assimilação de ideais brancos e eurocêntricos pela ação contundente de dispositivos de poder por negros e mestiços e também por brancos.

Assim, o racismo à brasileira é marcado por uma ambiguidade – embora sujeitos negros vivenciem o preconceito e a discriminação racial no cotidiano, o racismo nem sempre explícito que vivenciam e a culpabilização que lhes é direcionada quando buscam denunciar o vivido contribuem para a reprodução das desigualdades raciais e faz com que a função do mito se concretize: conflitos são evitados e neutralizados, desigualdades são transformadas em diferenças. Há tempos o movimento negro tem buscado explicitar os elementos ideológicos do mito e suas funções políticas e econômicas. Nos últimos anos, como destaquei acima, presenciamos a ampliação desse debate nas diversas esferas da sociedade brasileira e o tema segue causando controvérsias e debates calorosos.

O Movimento de Mulheres Negras constituirá uma voz política importante na sociedade brasileira, pois foi quem evidenciou a necessidade de racializar a experiência das mulheres dentro do feminismo. Explicitaram que a opressão, desigualdade e violência vividas por elas não poderiam ser analisadas sem considerar a dimensão do racismo, do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento em suas vidas. Trabalhos subalternizados, padrões de beleza brancos, dupla moral sexual, imposição do padrão branco de feminilidade, maternidade, sexualidade e beleza são alguns elementos da articulação entre racismo e sexismo. Elas também explicitaram o racismo presente nas organizações e na produção teórica do feminismo. Explicitaram que a cegueira racial presente na compreensão produzida por mulheres sobre as mulheres desempenhava uma função específica na perpetuação do racismo no Brasil. A ausência da raça no debate dos grupos focais também pode ser lida da mesma forma. Além disso, o MMN foi categórico ao denunciar o machismo presente no movimento negro.

Uma das participantes dos grupos focais, na narrativa que faz acerca de sua experiência como mulher negra, toca em alguns aspectos destacados acima:

Mulher, negra... nem acho necessário falar mais. Parece que a gente tem que se impor mais, é interessante. Entrei no curso de Psicologia, eram duas turmas A e B, e tinha mais uma negra. Aí você trabalha em empresas e você vê poucos negros. Na época que eu fiz especialização você via negro só na faxina, na portaria... quem não é negro não percebe, mas quem é, percebe. E eu achava interessante que algumas pessoas olhavam... de eu fazer um grupo de trabalho, um mini-curso e quando o grupo vai se apresentando, as pessoas vão se conhecendo, você percebe que as pessoas não querem fazer grupo com você, como se tivessem uma certa... um receio pela sua capacidade ou coisa assim. É visível. E uma outra coisa interessante é que as pessoas negras que estavam em cargos superiores olhavam pra mim e se aproximavam de mim, como se sentissem um orgulho [...] Em muitas ocasiões eu ouvia pessoas: "nossa, mas como será que ela conseguiu estudar? Conta pra mim, o que que eu posso fazer, qual é o caminho?" [...] Você tem que fazer um pouco mais para ser levada a sério; como mulher você tem que fazer um pouco mais. Como mulher negra tem que fazer ainda mais. (Grupo de Recife)

Alguns aspectos chamam a atenção no trecho acima: a forma silenciosa como o racismo opera, o que dificulta a nomeação e a explicitação do mesmo e o fato de a participante ter identificado o racismo como um dos aspectos da experiência da mulher negra. Ao longo dos grupos, foi mais comum que as mulheres respondessem sobre violências sofridas a partir das dimensões do sexismo. Na sua fala, a participante acima articula gênero e raça para falar de experiência como mulher, o que nem sempre se torna uma questão nas perspectivas que privilegiam o sistema sexo-gênero para pensar as opressões vividas pelas mulheres. A mesma participante continua:

Eu sinto a questão do preconceito no cabelo desde pequena. Eu ia fazer cinco anos, era a minha formatura do ABC e a imagem que eu lembro era da massagem no meu cabelo. Então eu passei muito tempo sem saber como é que era o meu cabelo de

verdade, desde pequena, desde os cinco anos, sem saber como era o meu cabelo. E eu não gostava do cabelo liso, ele ficava mole. E só quando adulta que eu fui assumindo o meu cabelo e para assumir o meu cabelo como ele é, foi um processo. E isso mexeu muito com a questão de identidade, eu nasci com algumas perdas, eu não tinha cabelo “bom”, então tem toda uma história em função desse cabelo...agora eu tenho uma maior consciência desse preconceito [...]. (Grupo de Recife)

A participante relata como o padrão branco de beleza atuou sobre a sua vida, além de fazer referência ao longo processo percorrido para conseguir nomear tal questão como preconceito. O racismo à brasileira opera, como pontuei anteriormente, de forma ambígua e escorregadia e é impeditivo de processos afirmativos de subjetivação e construção de identidade. A ideologia do branqueamento acaba promovendo uma cisão nas subjetividades e identidades negras (FANON, 1952; SOUZA, 1983). Essa realidade tem se transformado e a construção de uma posição afirmativa tem sido possível, mas não sem tensões. O esforço que mulheres negras têm que fazer para enfrentar essa opressão é cotidiano. Driblar a culpabilização, manter posições afirmativas, construir uma posição de enfrentamento são ações que fazem parte da vida de negras e negros. No trecho abaixo, uma participante negra relata o esforço que faz de enfrentamento ao racismo vivido no trabalho. Destaco dois trechos: no primeiro, a psicóloga relata como ao longo de sua vida teve que resistir a posições racistas através de uma posição de insistência – posição de explicitar continuamente as razões não ditas da animosidade e desconfiança de colegas ou outros em relação a seu trabalho, atuação, etc.

Na caminhada, durante muito tempo eu não parei para olhar para isso. Mas há algum tempo, em algumas situações, os obstáculos eu tive que olhar, mas eu falei: eu vou superar. Há um tempo, eu trabalhava prestando serviço, mas eu trabalhava dentro de uma empresa, uma empresa muito grande e para chegar ao refeitório a gente caminhava um trecho muito longo. Eu estava indo, à minha frente iam dois homens e aí um deles falou assim: “Aquela filha da puta daquela negona pensa que ela pode mandar na gente”. Eu. Era uma pessoa que estava sempre colocando empecilho para mim por preconceito. Eu trouxe esse exemplo porque eu, vida afora, mulher negra

e pobre... então foram vários obstáculos que fui enfrentado vida afora. E aí, no caso deste especificamente, uma liberação de uniforme para funcionário trabalhar e ele não liberava pra mim só por eu ser negra. Eu dizia para ele: não interessa, aqui você cuida dos uniformes e eu tenho que pegar, se você não me libera, eu entro e pego; eu entrava e pegava. Então eu, vida afora, vim fazendo isso. – Você não pode por quê? – Eu não posso por isso, por isso. Então eu tinha que entender o porquê, o obstáculo é legal; é justo ou não é? Não era justo, eu ia acima daquele e acima do outro, acima do outro até conseguir. Então vida afora eu vim fazendo isso, mas eu não podia parar para pensar no obstáculo. Eu olhava assim: eu quero aquilo e eu vou chegar àquilo, não importa; formas legais, nunca parti para nada ilícito, mas sempre olhei que eu sou gente igual a qualquer outra pessoa, então eu tenho direito e eu vou conseguir [...]. (Grupo de Manaus)

No segundo trecho, a mesma participante relata mais um fato que considero como um típico exemplo do racismo à brasileira – um racismo que se explicita e ao mesmo tempo é neutralizado pelo agente do racismo por meio de falas que buscam embranquecer o sujeito negro, afastá-lo da negritude e aproximá-lo de um ideal branco. No trecho a seguir, é possível identificar ainda o esforço de ser mais relatado pela participante para evitar a confirmação do fracasso esperado dos negros e negras no Brasil.

Eu vi anúncio numa outra empresa de recursos humanos – precisa-se de analista de recursos humanos. Aí eu fui lá e a moça me disse: – Olha, mas essa empresa é muito ruim. Eu falei: – Não tem problema, empresa boa ou ruim, eu quero trabalhar na atividade. Ela colocou vários obstáculos e eu ia argumentando com ela diante dos obstáculos. Aí fui até a empresa, cheguei, a pessoa que me atendeu disse assim: – Olha você tem que fazer todas as provas hoje. Fiz os testes, ele me colocou umas técnicas. Depois de todo o processo, ele falou: – Você está aprovada, mas eu quero te dizer uma coisa, eu quero só pedir uma coisa para você: você não trabalha aqui de pano na cabeça. Aí eu disse: – Mas não trabalha de pano na cabeça por quê? – Porque preto tudo usa pano na cabeça –. Aí eu disse: – Eu não vou usar pano na cabeça, não é porque você está me dizendo, mas é porque eu não

uso, eu não gosto. Mas por quê você me contratou se vocês não contratam negros? – Ele me falou: – Porque você é uma negra de traços de branco, porque senão não seria contratada –. Na prática, assim no dia a dia, foi durante muito tempo o exercício de mostrar que eu era igual, ou melhor, eu não podia ser igual ou um pouco menos porque sendo um pouco menos, aí a discriminação é maior ainda. Então foi um exercício o tempo todo. (Grupo de Manaus)

Diante do racismo à brasileira, o principal desafio que está colocado é o de nomeá-lo continuamente. Esse racismo que não tem autor é fruto do mito da democracia racial. É necessário explicitá-lo; somente dessa forma será possível construir posições combativas e de enfrentamento ao racismo. Como pesquisadoras preocupadas com as experiências das mulheres psicólogas, é necessário nomear o racismo também como um problema vivenciado pelas mulheres. Uma contribuição importante do movimento negro se refere à luta pela inclusão do quesito cor nos sistemas de classificação da população, que, se totalmente efetivado, consiste em orientador fundamental para que profissionais, serviços, formuladores e implementadores de políticas públicas construam práticas que promovam o acesso real das mulheres negras aos direitos de cidadania.

No campo do trabalho, além de considerar a divisão social e sexual, é necessário analisar a divisão racial do trabalho, divisões essas responsáveis pela grande precariedade, exploração e subvalorização das relações laborais de mulheres negras. O imperativo da boa aparência é um problema presente em campos profissionais diversos, inclusive na Psicologia.

Parece-me muito relevante que a questão racial tenha aparecido nos grupos focais na voz de mulheres negras. Contudo, ainda que não sejamos negras, é fundamental reconhecermos que o sistema racista opera sobre as mulheres, seja na subalternização das mulheres negras, seja na instituição de privilégios para as mulheres brancas, o que torna o racismo um problema de todas nós. E aí identifico um outro aspecto importante: quais são as mulheres que, no Brasil, têm tido acesso ao ensino superior e, de forma mais específica, à formação em Psicologia? Considero importante destacar que o acesso desigual de negros e negras ao ensino superior é um problema no Brasil que tem sido problematizado pelos movimentos antirracistas.

A ausência histórica de negros e negras na universidade brasileira

deixou as mulheres negras em situação desfavorável em relação à legitimidade de suas vozes dentro do feminismo, por exemplo. Tal desvantagem levará, nos anos 1990, a uma participação intensa e importante de mulheres negras na luta por democratização da universidade, por meio da reivindicação de políticas de ação afirmativa para acesso ao ensino superior. Entendo que a preocupação com a formação em Psicologia deve incluir uma preocupação com a democratização do acesso e a permanência de negros e negras na universidade por meio da luta por política de ação afirmativa que permita que estudantes negros e negras acessem o ensino superior com o intuito de quebrar o ciclo vicioso da desigualdade que designa e naturaliza lugares menos valorizados socialmente aos mesmos. Tal debate tem gerado tensões importantes na sociedade brasileira, com fortes reações de uma elite branca que segue evitando reconhecer o direito de negros e negras ao ensino superior. Diante disso, a Lei de Cotas (2012) é, sem dúvida, uma importante conquista.

Da mesma forma que o acesso das mulheres brancas e de classe média à universidade propiciou a emergência de temas e problemas invisibilizados pelo machismo e pelo patriarcado na produção do conhecimento e no campo profissional, a presença crescente de mulheres negras na Psicologia possibilitará que suas experiências sejam contempladas por esse campo do conhecimento.

A necessidade de um olhar interseccional

Relacionar gênero, raça e classe para a compreensão da experiência das mulheres psicólogas é um esforço analítico e político que deve ser tomado por nós como prioridade. Moore (1988) tem insistido na ideia de que, para compreender essa vinculação, não se trata de uma simples convergência, fusão ou soma de diferentes fontes de opressão.

Feministas preocupadas com essa questão cunharam e têm debatido de forma intensa a noção de *interseccionalidade* como uma possível resposta à necessidade, evidente em nossas sociedades, de compreender as formas de opressão de forma articulada, bem como construir enfrentamentos que possam ser não fragmentados ao mesmo tempo que busquem contemplar as demandas de mulheres diversas. Abaixo elenquei alguns aspectos que considero fundamentais no debate sobre a interseccionalidade entre gênero e

raça e que devem ser considerados na compreensão da experiência das mulheres nos diversos âmbitos da vida social em nosso país e no campo da Psicologia de forma específica.

a. Diferenças entre mulheres ou desigualdades? A noção de diferença entre mulheres ou mesmo a valorização da diversidade entre as mulheres tem neutralizado ou mesmo invisibilizado experiências de desigualdade. Que as mulheres negras no Brasil tenham menor escolaridade do que as mulheres brancas, que nas relações de trabalho mulheres negras sejam mais exploradas e menos reconhecidas do que mulheres brancas e que mulheres negras sejam as mais afetadas por violência de gênero e doméstica não são questões de diferenças e, sim, de desigualdade, o que implica, necessariamente, em análises mais complexas. Dessa forma, devemos ter habilidade de análise política para identificarmos quando se trata de diferenças entre mulheres e de quando as diferenças são tomadas para justificar relações de desigualdade.

Tal análise exige de nós alguns cuidados: o cuidado com a psicologização e a individualização da experiência que invisibilizam as relações de poder e os aspectos históricos e tomam o indivíduo como centro da sociedade; o cuidado com a exclusão das vozes das mulheres negras que vivenciam situações de subalternidade, violência e opressão – o cuidado de não falar *sobre* mulheres negras, mas com elas; o cuidado em não transformar o campo dos direitos em um conjunto de procedimentos, mas tomá-lo como sociabilidade e prática política; o cuidado com a armadilha da neutralidade: o exercício da reflexividade, de tomar-se como objeto de reflexão contínua é um exercício fundamental dentro dos feminismos.

b. A importância de compreender os sistemas patriarcal e racista. Para que desigualdades não sejam analisadas como meras diferenças entre mulheres, tendo como consequência, entre outras coisas, a individualização da experiência das mulheres e um elogio superficial às diferenças, é fundamental identificar e considerar quais aspectos do sistema social produzem essas relações de desigualdade. Compreender como os sistemas sexo-gênero e racista produzem e instituem relações desiguais é algo fundamental para pensarmos a interseccionalidade entre categorias sociais como raça, gênero e classe.

O sistema sexo-gênero é uma complexa organização social ou conjunto de discursos, saberes e práticas que criam e perpetuam, no âmbito material e cultural, a desigualdade entre homens e mulheres nos aspectos econômicos, do trabalho, da política, da vida privada, da sexualidade, no âmbito dos direitos. O sistema sexo-gênero divide o mundo entre homens e mulheres e constitui, em nome das diferenças e complementaridade naturais entre homens e mulheres, desigualdades. O sistema racista consiste em uma complexa organização social ou conjunto de discursos, saberes e práticas que criam e perpetuam, no âmbito material e cultural, a racialização e hierarquização dos povos, instituindo a desigualdade entre brancos, negros, indígenas que se reflete nos aspectos econômicos, do trabalho, da política, da vida privada, da sexualidade, no âmbito dos direitos. Sem ter essas duas noções em mente, o racismo e o sexismo rapidamente podem ser compreendidos como algo exclusivamente de indivíduos, distantes de uma análise das relações de poder e acabam reforçando posições diferenciadas sem uma preocupação com os aspectos macrossociais das desigualdades. Não é suficiente, portanto, quando falamos de interseccionalidade, anunciar que vamos fazer uma leitura de determinadas realidades a partir da discussão de gênero e raça – é necessário compreender que essas categorias são efeitos de sistemas sociais complexos, que possuem especificidades, mas que também possuem pontos de interseção.

c. Racismo e sexismo possuem dispositivos comuns de funcionamento. Os sistemas patriarcal e racista apresentam especificidades, mas possuem formas de atuação bastante semelhantes. Primeiramente, tanto o sistema patriarcal quanto o sistema racista, ao mesmo tempo que promovem, se fundamentam na naturalização de experiências sociais baseados na dupla natureza-cultura (VIVEROS, 2002; 2006). No caso do patriarcado, enquanto homens são relacionados à cultura e a todos os atributos oriundos daí como civilização, racionalidade, individualização/autonomia, vida pública, a mulher, por suas diferenças biológicas, é relacionada com a natureza e todas as suas capacidades são recorrentemente desqualificadas por essa relação. Por sua diferença biológica lhe são também atribuídas diferenças no campo da moral, do psiquismo, da capacidade para a vida pública, etc. No sistema racista, a naturalização também vai acontecer, visto

que brancos/las serão relacionados à dimensão da cultura, e negros e indígenas, à natureza e seus atributos: primitivos, irracionais, incivilizados, objetos. Tal naturalização se baseia e promove, ao mesmo tempo, a racialização e classificação hierarquizada dos grupos sociais. Um segundo dispositivo comum de funcionamento entre os sistemas patriarcal e racista, é que eles se reconstroem e afetam mutuamente, e a relação ente gênero e raça se dá por várias modalidades de relação. Assim, é necessário buscar identificar como essa constituição mútua ocorre, identificando como se expressa cada uma dessas categorias em um fenômeno, as formas como interagem uma com a outra e qual a modalidade de relação que estabelecem, que nem sempre é pela interseção.

d. Não é possível compreender a desigualdade de gênero no Brasil sem a dimensão étnico-racial. Essa afirmação remete, imediatamente, à necessidade de contextualizar nossas análises acerca de gênero e raça num cenário mais amplo que são a sociedade brasileira e sua história. Não se pode compreender as desigualdades diversas que marcam nossa sociedade sem analisar e elaborar nossa história marcada por vínculos coloniais e violências diversas constantemente amenizadas e desconsideradas. As categorias de gênero e raça vão ocupar um papel fundamental nessas relações: seja na constituição das desigualdades, seja nas formas de seu enfrentamento. A forma como a família patriarcal e as dimensões de público e privado vão se constituir no Brasil, o mito da democracia racial denunciado pelo movimento negro, o lugar das mulheres negras na rede de relações sociais, a ciência que muitas vezes reproduzirá essas mesmas lógicas coloniais, são dimensões que devem ser consideradas quando propomos uma análise em interseção entre gênero, raça e classe.

Últimas considerações

A articulação entre gênero e raça para a compreensão da experiência das mulheres psicólogas é um grande desafio. Ainda não foi possível identificar, como pude constatar nos grupos analisados, a presença necessária das questões raciais no campo profissional

da Psicologia: as vozes das mulheres negras se apresentam como minoria; tampouco as mulheres que usufruem da atuação profissional das psicólogas tem sua experiência racial reconhecida. Não é a primeira vez que essa situação se faz evidente. Em 1984, no âmbito da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, a comissão editorial resolveu ouvir psicólogas negras (já se refletia sobre a marca feminilizada da Psicologia), para discutir a questão racial no contexto da vida profissional. Também nesse momento, houve dificuldade de encontrar psicólogas negras. Quatro mulheres foram escutadas: Olga Inácio de Moura, Neli Ferreira Nunes, Edna Maria Santos Roland, Gicele Maria de Menezes Alakija. Em seus relatos, a discriminação racial e de classe foi apontada, a experiência da desqualificação como profissionais negras também se repetiu, e a necessidade de ações coletivas foi destacada. Quase 30 anos depois, parte dessa situação se repete.

Espero que as recentes mudanças que temos vivenciado no Brasil em relação a essa questão tenham efeitos mais contundentes na formação em Psicologia. Espero que a política de cotas raciais e sociais nas universidades públicas, os programas como Prouni nas universidades privadas, possibilitem de fato maior acesso de negras e negros ao ensino superior e, conseqüentemente, aos diversos campos da profissão *psi*. Espero que daqui a alguns anos (poucos, espero!), a experiência das *outras* mulheres não esteja presente exclusivamente no campo do serviço doméstico, mas que seja visibilizado e reconhecido na sua diversidade.

REFERÊNCIAS

AMORÓS, Célia. Feminismo y filosofia. Madri: Editorial Síntesis, 2000.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia no Brasil – Leitura Histórica sobre sua Constituição. São Paulo: Educ/Unimarco Editora, 1998.

AZEREDO, Sandra. Gênero e a diferença que ele faz na pesquisa em Psicologia. Cadernos Pagu, n. 11, p. 55-66, 1998.

BARROS, Luiza. Nossos feminismos revisados. Revista Estudos

Feministas. IFCS/UFRJ/&PPCCIS/UERJ, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

BEAUVOIR, Simone. El segundo sexo. Madri: Cátedra, 1949/2000.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu, n. 26, Campinas, jan.-jun. 2006.

BRAIDOTTI, Rosi. El sujeto en el feminismo. In: _____. Feminismo, diferencia sexual y subjetividade nómade. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

CALDWELL, Kial L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, UFSC, v. 8, n. 2, ano 8, 2º semestre, 2000.

CAMINO, Leôncio; SILVA, Patrícia; MACHADO, O.A.; PEREIRA, Cícero. A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma análise Psicossociológica. Revista de Psicologia Política, v. 1, p. 13-36, 2001.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, UFSC, v. 3, n. 2, ano 3, 2º semestre, p. 544-552, 1995.

CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Thereza. Mulher Negra. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, UFSC, v. 0, n. 0, ano 1, 2º semestre, p. 57-74, p. 57-74, 1992.

CHAUÍ, Marilena Souza. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Bruna FRANCHETTO; Maria Laura CAVALCANTI; Maria Luiza HEILBORN. (Orgs.). Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

_____. Brasil – mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo:

Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAVES, Evenice Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da Psicologia das massas nos primórdios da Psicologia social brasileira. *Psicologia in Estudo*, Maringá, vol. 8, n. 2, jul.-dec. 2003.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminism thought: knowledge, consciousness, and politic of empowerment*. Londres: Routledge, 1991.

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 1952/2008.

FERNANDES, Florestán. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GONZÁLES, Lélia. *O Lugar da Mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

LIMA, Marcos Eugênio Oliveira e PEREIRA, Marcos Emanuel Pereira. (orgs.) *Estereótipos, Preconceitos e Discriminação: Perspectivas teóricas e Metodológicas*. Salvador: EDUFBA, 2004.

MAYORGA, Claudia. *Otras identidades: mujeres, inmigración y prostitución*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidad Complutense de Madrid. Madri, 2007. 372 p.

_____. *Brasil e a questão racial – entre mitos, ideologias e lutas*. In: MEDRADO, Benedito; GALINDO, Wedna (Orgs.). *Psicologia Social e seus movimentos – 30 anos de ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO/Editora Universitária da UFPE, 2011.

MOORE, Henriquetta L. *Antropología y feminismo*. Madri: Ediciones Cátedra/Feminismos, 1988/1991.

RODRIGUES, Cristiano Santos. *As Fronteiras entre raça e gênero na cena pública Brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 2006.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, S. A. e HUNTLEY, L. (Orgs.). Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROSEMBERG, Fúlvia. Discriminações étnico-raciais na literatura infanto-juvenil brasileira. Revista Brasileira de Biblioteconomia Doc, São Paulo, v. 12, n. 3-4, p. 155-166, 1979.

_____; PIZA, Edith. Analfabetismo, gênero e raça no Brasil. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 110-121, 1995.

SANTOS, Boaventura S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 237-280, 2002.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro – As vicissitudes da Identidade do negro Brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VIVEROS, Mara. De quebradores y cumplidores. Bogotá: CES-Universidad Nacional de Colombia, 2002.

_____. El machismo latinoamericano. Un persistente malentendido. En: _____. et. al. (Comp.) De mujeres, hombres y otras ficciones. Bogotá: Centro de Estudios Sociales – Escuela de Estudios de Género – Universidad Nacional de Colombia – Tercer Mundo. Bogotá, 2006.

WOOLF, Virginia. Un cuarto propio. Madri: Editorial Horas y Horas, 1928/2003.

INVISIBILIDADES: AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO POTÊNCIA DE VARIAÇÃO NAS PRÁTICAS EM PSICOLOGIA

*Anita Guazzelli Bernardes
Maria Lúcia Chaves Lima*

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre as invisibilidades nesta pesquisa. Entende-se por invisibilidades aqueles domínios que apesar de constituírem as práticas psicológicas não figuraram nas enunciações dos grupos focais. Não se tem como foco estabelecer o que é da ordem do verdadeiro ou do falso no campo psicológico e, sim, interrogar sobre o que acaba por ter visibilidade ou não na pesquisa.

As invisibilidades são compreendidas como um conjunto heterogêneo de práticas que não ocuparam regiões de visibilidade ou campos de enunciabilidade, ou seja, aquilo que foi possível ver e falar durante a pesquisa com os grupos focais. Entretanto, essas invisibilidades nos grupos se fazem visíveis em outros espaços, inclusive de pesquisas, debates, engajamentos realizados pelo Sistema Conselhos.

Para esta discussão, partimos da consideração de que as práticas sociais são performáticas, incluindo aí o próprio ato de pesquisar. Isto significa que aquilo que fazemos produz realidades, constitui campos de experiência nos quais se torna possível certos modos de ver, de pensar, de trabalhar, de investir no mundo e naquilo que conta nesse mundo que objetivamos com nossas práticas. Neste caso, a análise que fazemos ampara-se em uma perspectiva pragmática da linguagem, na qual a diferença entre os planos linguístico e empírico assume uma condição de articulação recíproca. A questão, a partir disso, é como interrogar-se sobre algo que não aparece na medida em que operamos com a linguagem como um regime de visibilidades, em que o falar condiciona e é condicionado pelo ver?

As invisibilidades não assumem neste texto uma dimensão de inexistência e, sim, de virtualidade, um pensamento do fora não como plano de exterioridade, mas como aquilo que tem potência de interrogação. Quando se pergunta sobre os efeitos do feminino no exercício da Psicologia no Brasil se produzem certos domínios de compreensão e não outros. Entretanto, esses outros se fazem presentes virtualmente, pois apresentam arranjos que agenciam o

pensamento quando olhamos para aquilo que produzimos como “dados” na pesquisa e não encontramos aquilo que achávamos que esses “dados” nos diriam. Isto significa aquilo que Tedesco (2008, p. 28) escreve:

Pelo desempenho da força instauradora de mudanças empíricas, a linguagem adquire a qualidade de acontecimento e, como evento irreprodutível, passa a comportar demarcação espaço-temporal precisa, não podendo ser compreendida sem que sejam consideradas as contingências de sua apresentação e, principalmente, sua responsabilidade pelos fatos que engendra.

Retomando a questão anterior, de por que se perguntar sobre algo que não aparece, volta-se aos efeitos da pesquisa, mas, sobretudo, aos efeitos da pergunta sobre o feminino na pesquisa. Se partirmos do que Tedesco (2008) aponta em termos linguísticos como aquilo que comporta uma demarcação espaço-temporal, aquilo que perguntamos também demarcou um espaço-temporal preciso. Isso significa que a proposta de reflexão que se forjou para que as psicólogas que participaram do estudo falassem sobre os efeitos do feminino no exercício da profissão também comportou um mapeamento de fronteiras, ou seja, o que contou e não contou no arranjo do feminino com a Psicologia.

Outro ponto importante de se colocar é que as falas não assumem para esta reflexão um estatuto individualizante, portanto não perguntamos por quem falou, mas por aquilo que foi dito. E esse dito é compreendido na singularidade e impessoalidade de um acontecimento, ou seja, o que se diz quando se pergunta sobre os efeitos do feminino no exercício da profissão. Desse modo, os efeitos do feminino são considerados como um agenciamento coletivo e impessoal que “confere à linguagem intensidade e eficácia empírica” (TEDESCO, 2008, p. 29). Não é o que as psicólogas que participaram deste estudo dizem como sujeitos individuais, mas aquilo que constitui a possibilidade de um dizer e esse dizer como uma estratégia que engendra realidades e não as designa ou as representa.

Diante disso, o que nos ocupa neste texto é compreender que efeitos se constituem quando somos interpeladas a refletir sobre a articulação entre o feminino e a Psicologia. Desde já apontamos que não partimos da naturalização dessa relação, de modo a torná-la autoevidente, já que a Psicologia no Brasil seria exercida

por, como a própria pesquisa indica, 89% de mulheres. Tomamos a problematização dessa autoevidência como ponto de partida, um dado estatístico sobre quem exerce a profissão no país: se somos na maioria mulheres, qual o efeito disso no exercício profissional? O que nesse arranjo contou e o que não contou quando somos interpeladas a refletir sobre ele?

O que não contou assume para nós um segundo ponto do qual partimos e que se constitui como algo que nos interrogou: as invisibilidades. As invisibilidades apontadas como o escopo deste texto são aquelas que dizem respeito ao campo de articulação entre a Psicologia e as políticas públicas. Tal articulação foi, em um primeiro momento, considerada como aquilo que deveria figurar nas práticas psicológicas, também por sua suposta evidência, já que o exercício da profissão se dá, em grande parte, na rede pública ou em organizações não governamentais que dialogam com as políticas públicas. Inclusive, algumas das psicólogas que participaram do estudo trabalham na rede pública ou com políticas públicas. A partir disso, a articulação entre Psicologia e Política, ao não figurar na pesquisa, passou a assumir uma condição de variante e de um problema do presente.

Psicologia, feminino e políticas públicas: um campo de invisibilidades

Como foi apontada anteriormente, a pergunta sobre as políticas públicas no exercício da profissão partiu daquilo que se organiza nas últimas décadas como campo de debates e ações das práticas psicológicas. O Sistema Conselhos, principalmente na última década, trouxe para a profissão não apenas o dado de que grande parte do exercício das práticas psicológicas encontra-se na rede pública e organizações que dialogam diretamente com as políticas públicas, mas fundamentalmente a necessidade de construção de debates e engajamento da profissão neste campo. Apesar desta pesquisa não ter como escopo a relação com o campo das políticas públicas, pareceu, em um primeiro momento, que ao falar da profissão esse domínio apareceria.

Entretanto, o que se apresenta quando somos convocadas a refletir sobre os efeitos do feminino no exercício da profissão não é propriamente a área das políticas públicas, bem como os debates

atuais que o Sistema Conselhos tem se engajado, mas a Psicologia como um domínio de constituição de si: *“questão do tema Psicologia já chama muita atenção do feminino, principalmente a questão da busca do conhecimento [...] Acho que a Psicologia é um tema muito importante e leva a gente a buscar, a se autoconhecer”* (Grupo de Aracaju). Como mulheres, ao interrogarem-se sobre a profissão no que tange ao feminino, as considerações refletem sobre a condição de ser mulher para exercer uma profissão. A pergunta agencia uma modalidade de resposta ontológica, ou seja, o que é ser mulher e que formas de ações a mulher produz como trabalhadora. Percebe-se que a relação é com o fato de ser mulher e não inicialmente com o ser trabalhadora. Dessa forma, parte-se de uma suposta essência da mulher para compreender o que isso engendra em termos de práticas de trabalho:

Eu acredito assim, pela nossa vivência, pela nossa maternidade, pelo nosso ser mulher mesmo, pela nossa percepção, eu acho que de uma certa forma a gente leva uma vantagem sobre os homens. Posso estar errada, claro. Tem muitos psicólogos bons, mas onde eles estão? Mas assim, nesse ponto de vivência, de experiências mesmo, eu acho pela nossa percepção ser mais aguçada, eu acredito que nós temos um pouco de vantagem em relação aos homens. (Grupo de Brasília)

O que se quer entender com isso é o procedimento mediante o qual ao aproximar a Psicologia do feminino, em um exercício de interrogação, o efeito é tornar a profissão uma ocupação de mulheres e para mulheres, ou seja, nessa profissão estaríamos em “vantagem em relação aos homens”. Parte-se disso a naturalização de uma condição de mulher que a habilitaria para certos campos e não outros. O procedimento que nos interessa compreender é esse jogo que ao dobrar feminino com Psicologia produz a figura da natureza do ser mulher.

Foucault (2002) considera que quando se escreve sobre os dobramentos não se trata de substituições, ou seja, que um termo vai substituindo o outro, no caso, feminino por mulher, mas da construção de duplos em que o que está em jogo é a “introdução de duplos sucessivos” (FOUCAULT, 2002, p. 19). Dito de outro modo, trata-se de pensar que objetos surgem e o que se cola a eles quando se interroga sobre a relação entre Psicologia e feminino. O que se cola, portanto, é dobramento do feminino com a mulher, com a

maternagem, é

a história da Psicologia na área infantil, por exemplo, ela é predominantemente de mulheres. A gente vai ter já lá mais adiante, quer dizer, a história toda da Psicologia infantil, é a história com mulheres muito identificada com esse traço, a função materna, a de cuidadora, enfim, essa coisa toda de acolhimento mesmo. (Grupo de Brasília)

O duplo é uma forma de a linguagem estabelecer zonas de vizinhança entre objetos, campos, enunciações heterogêneas. Por exemplo, uma linha é aquela da Psicologia como profissão, como um campo de atuação, que tem seus principais textos de referência inclusive escritos por homens (Freud, Jung, Skinner, Fromm, Rich, Watson, Wundt, Pavlov, James, etc.); outra linha é aquela em que, no Brasil, a profissão é exercida em sua maioria por mulheres. São duas linhas anacrônicas: uma diz da construção de um campo na ciência e outra do exercício dessa ciência como profissão no Brasil. Entretanto, é justamente neste plano local – Psicologia no Brasil – que se estabelece um duplo, no qual a figura que aparece é a Psicologia ser uma profissão de e para mulheres. E o exercício que permite passar de um campo científico para uma profissão é colar na Psicologia funções maternas e de cuidado. Nesse caso, essas duas funções têm a força de dobrar a Psicologia como uma profissão feminina, *“porque querendo ou não, ainda é classificada como uma profissão mais delicada, que você tem que ter todo o jeito feminino pra ouvir”* (Grupo de Belém). Desse modo, o fato de a profissão ser exercida eminentemente por mulheres no Brasil permite constituir o duplo Psicologia-feminino.

Outra linha que compõe esse duplo é a aproximação da mulher com o exercício da clínica, mais especificamente daquela praticada em consultórios. O feminino então aparece como essa figura que se constitui pela aproximação entre Psicologia, mulher e consultório: *“essa Psicologia clínica, de fato, é mais as mulheres”* (Grupo de Brasília). Essa aproximação não se estabelece apenas no campo da Psicologia, como apresentada pela participante de Brasília: *“E até eu ouço também o outro lado: ‘eu não quero psicólogo homem para atender criança, menina pequena, por conta dessas demandas, dessas questões atuais, pedofilia’. Então, a gente também vê do outro lado”* (Grupo de Brasília).

A linha da clínica/consultório, característica da composição das práticas psicológicas no Brasil (DIMENSTEIN, 2001; SPINK, 2007; REIS;



GUARESCHI, 2010), possibilita que essa figura do feminino apareça como efeito do duplo mediante, também, um agenciamento que as próprias práticas produziram no campo social: uma dimensão do indivíduo que deve ser salvaguardada, protegida.

É importante considerar que o agenciamento dessas falas não vem apenas daquilo que produzimos no interior do campo psicológico; esse duplo também se faz pelo lugar que a Psicologia passa a ocupar em outros campos sociais: *"porque quando fala Psicologia, eles não pensam que a Psicologia tem várias opções de atuação. Eles acham que você vai trabalhar atendendo e ouvindo pessoas. E é isso e acabou. E grande parte das pessoas tem essa visão de Psicologia: ou você vai tratar doido no hospital ou você vai escutar pessoas com problemas no consultório"* (Grupo de Belém). A conformação das práticas psicológicas no Brasil a partir da clínica/consultório – conforme indicam estudos tais como os de Dimenstein (2001), Benevides (2005), Spink, (2007), Reis e Guareschi, (2010) – marcou um campo voltado para uma interioridade e individualidade que, quando interrogado pela relação entre Psicologia e feminino, organiza um campo de explicações em que atender, escutar, tratar de problemas são ações possíveis ao universo feminino justamente por sua função de ser mulher/mãe:

E aí tem dois homens lá [hospital de emergência psiquiátrica] e as mulheres são mais divididas nas clínicas mesmo, de internação. Então não sei dizer se tem alguma coisa a ver, mas aparentemente lá lida mais com uma coisa prática, até mesmo de força, de contenção. E já nas internações, mais com escuta, é um outro tipo de cuidado, digamos, né? (Grupo de Belém)

Entretanto, como a marca é de uma profissão exercida por mulheres, outra linha de composição do duplo feminino e Psicologia é o mercado de trabalho. A figura da Psicologia/mulher/feminino/clínica como aquela que cuida, protege, escuta com uma percepção mais aguçada, dobra-se pelo mercado como profissão que não permite a subsistência de uma família. Desse modo, além de condições que são tomadas como intrínsecas à Psicologia, ou seja, que essa é uma profissão de mulheres, também demarcam esse campo as características extrínsecas de mercado: *"E vem a questão financeira, de modo como profissionais de Psicologia, nós sabemos que infelizmente não podemos sobreviver da Psicologia, apenas de uma fonte de renda. Nós temos que sobreviver da Psicologia por*

várias formas: temos que fazer clínica, nós temos que fazer um emprego público, nós temos várias coisas" (Grupo de Aracaju). O jogo que se estabelece nesse discurso é um exercício de retroalimentação. Por um lado, trata-se de uma profissão do "feminino", por outro, é uma profissão que não permite a subsistência, principalmente pela clínica/consultório:

Eu acho que nós, por esse lado, por essa questão feminina e essa posição, também imprimimos na profissão uma coisa de ganho secundário, que não é um ganho prioritário de profissão, de estabelecer. Eu também escuto muito assim de que a Psicologia não é rentável (...). Não sei se não é por essa condição de vai fazer um curso mais secundariamente, quando eu puder, eu vou trabalhar. Então eu acho que essa condição feminina, do ponto de vista do reconhecimento da profissão, eu acho que às vezes atrapalha. (Grupo de Brasília)

Reis e Guareschi (2010) nos alertam para certos/as profissionais que trabalham nas políticas públicas um tanto a contragosto. Isso por conta da dificuldade que encontram em abrir e sustentar seus consultórios particulares assim que se formam. Eles procuram, então, nos serviços públicos, um meio de pagar suas contas sem compreender o compromisso social no qual estão se envolvendo. Essa crítica aparece na fala de uma das participantes da pesquisa:

Por exemplo, na assistência social – CRAS, CREAS – muitas pessoas passam nesses concursos, despencam nesses lugares, políticas públicas não se conhece nada [...]. E aí chega ao absurdo, e isso de fato é um absurdo: uma pessoa pediu um divã dentro de uma unidade de saúde! Isso destoa completamente da política pública. (Grupo de Curitiba, p. 22)

Isso nos lança para a invisibilidade das políticas públicas neste duplo Psicologia-feminino. A política pública emerge como uma região de opacidade na medida em que se trata não de uma ontologia da articulação da Psicologia com o feminino, mas de seu desvio, de sua bifurcação: "Você tem que fazer terapia, tem que fazer supervisão, aluguel de consultório, tudo, e o que você ganha na clínica no início é muito pouco, não dá; ou você tem um pai e uma mãe que banca, ou um marido, ou um outro trabalho que possa sustentar aí todo esse caminho da clínica, até você chegar num ponto que dá pra você bancar" (Grupo de Salvador).

É mediante uma impossibilidade da clínica/consultório como modo de subsistência que as práticas psicológicas são lançadas para outras conexões em razão do mercado. Isso significa que a clínica/consultório figura como prática regular do exercício da profissão: “Eu acho interessante uma coisa que os pacientes colocam - na clínica, quando estão com dificuldade financeira, a primeira pessoa a que eles recorrem é ao psicólogo. ‘Fica pro ano que vem, quando melhorar a condição financeira a gente volta’. Então isso dificulta muito, não traz uma garantia para o profissional. É um exemplo ali, julho, cai lá embaixo, eu acho que ali tem muitas variações” (Grupo de Cuiabá).

Sendo a clínica a prática regular, as políticas públicas emergem como plano das irregularidades, uma vez que o campo das políticas públicas não emerge como um projeto político do exercício da profissão, mas, sim, como uma necessidade mercadológica, aspecto já apontado por algumas pesquisas sobre a atuação em Psicologia nas décadas de 1980 e 1990 (DIMENSTEIN, 2001; BENEVIDES, 2005). O processo de naturalização da relação entre Psicologia/mulher/feminino/clínica distancia as práticas psicológicas de uma dimensão de engajamento político na medida em que o foco seria uma dimensão de interioridade, uma dicotomia entre sujeito e o mundo que habita.

Pode-se remeter esse dobramento Psicologia/mulher/feminino/clínica a uma vinculação ainda mais antiga: a da mulher com o espaço doméstico. Perguntado sobre qual área de atuação da Psicologia seria supostamente mais apropriada para os homens, uma participante afirmou: *“na dependência química, que eu estou estudando agora, para lidar com dependentes químicos... Eu já vi profissionais homens nesse tipo de atividade, trabalhando ali na área pública. Não é nem acolhimento, atenção às pessoas que vivem na rua”* (Grupo de Campo Grande). A relação que se estabelece, portanto, é a da mulher com o consultório (casa), que cuida e protege e, dessa forma, caberiam aos homens mais as funções públicas (rua), políticas, sociais. *“Talvez, não sei se é percepção minha, mas os homens também acabam tendo a questão do lado social, da militância, aquilo de ir pra frente e aquela parte de lutar por uma causa, de ir atrás. [...] os homens sempre foram para essa área social”* (Grupo de Belém).

Tal constatação também é percebida quando, em um exercício hipotético, pergunta-se às participantes como seria a Psicologia se houvesse uma inversão na estatística de composição profissional da

Psicologia, ou seja, se essa fosse composta majoritariamente por homens. Algumas participantes do Grupo de Curitiba (p. 46) comentaram:

– [...] acho que os homens lutariam de uma forma mais racional e prática, eu acho que seriam mais práticos, e teriam mais estrutura.

– Eu acredito muito nos homens, viu? [...] Quem sabe mudasse a perspectiva até da ação do psicólogo, né? O perfil do psicólogo já não seria tão frágil, seria muito mais fortalecido e quem sabe, mais respeitado.

– Mais lutador pelas suas reivindicações.

– Me veio essa imagem também, de que talvez tivesse mais força a Psicologia, com a própria força masculina, de estar mais inserido no contexto da profissão, talvez mais inserido nos movimentos, talvez houvesse mais reivindicações.

Percebem-se aí dicotomias tradicionais, que acoplam o masculino à força, à luta, às reivindicações, ao respeito, à política; e o feminino ao oposto de tais características. Portanto, um dos efeitos do feminino no exercício da profissão de psicóloga/o no Brasil é a invisibilidade das questões políticas, uma vez que essas ainda performam a figura do desvio, posto que o espaço supostamente viável, desejado e “natural” das mulheres seja o do cuidado, do materno, do acolhimento, da clínica.

As invisibilidades como figura do desvio

O desvio não é tomado nesse texto como da ordem da anormalidade e, sim, da irregularidade. As irregularidades são aquilo que compõem os territórios. Por exemplo, tomamos a Psicologia como um território, como um campo existencial que se constitui por um conjunto heterogêneo de práticas. Os territórios são aqueles espaços-tempos que a linguagem, na sua articulação inextrincável e recíproca com o empírico, se auto-organizam produzindo modalidades de experiência em que o sujeito se dá a conhecer. Os territórios se constituem por conexões e não linhas de sucessão, substituição. As conexões são heterogêneas, portanto irregulares e múltiplas.

Ao perguntarmos sobre a relação entre Psicologia e feminino, como foi apontado anteriormente, circunscrevemos um território e corremos um risco com isso. Um território que tem a pretensão de

localizar dentro de si aquilo que lhe pertence, ou seja, buscamos com nossa questão um fio de regularidades, de unidades, temos como efeito um duplo. Mas também temos aquilo que se produz nesse duplo e dele escapa. Seria o que Deleuze e Parnet (1998, p. 145) nomeiam de linhas mais flexíveis, aquelas que “traçam pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas ou impulsos”. As invisibilidades, como no caso das políticas públicas, teriam essa potência de diferenciação do duplo Psicologia-feminino. Trata-se de uma potência de variação, pois se dá dentro do território; porém, estabelecerá outros arranjos que escapam das regularidades; portanto, desponta de modo opaco: é quando exercida por homens que se abriria a possibilidade de aproximação, como foi apontado anteriormente.

Pode-se localizar a relação entre a Psicologia e as políticas públicas como território de irregularidade na própria base da constituição da profissão no Brasil. Dimenstein (2001, p. 59) aponta o quanto, ao longo dos tempos, a Psicologia regularmente “esteve ‘miope’ diante da realidade social, das necessidades e sofrimento da população”. Conforme nos indica Gonçalves (2010), no começo da atuação no Brasil, a Psicologia ocupava uma presença secundária nas instituições sociais, uma vez que a/o psicóloga/o se destinava a realizar um trabalho técnico – de descrever e classificar as pessoas a partir de seus “estados psicológicos” – servindo para subsidiar a atuação de outros/as profissionais nas áreas da educação, trabalho, instituições de recuperação, etc.

É dessa forma que se nota a presença da Psicologia nos setores sociais, basicamente vinculada à emissão de laudos e diagnósticos e com pouca participação direta na implementação de ações para atender aos indivíduos. Além disso, esse atendimento, quando ocorria, era, em geral, nos moldes do atendimento que tradicionalmente tem caracterizado a prática profissional: o do profissional liberal, que faz atendimento clínico individual. (GONÇALVES, 2010, p. 82)

Esse processo se agravou durante a ditadura militar que acometeu o Brasil entre 1964 e 1985, devido à inexistência de espaços de debates sobre os problemas sociais e de políticas sociais consistentes. Nesse contexto, a Psicologia, de maneira geral, é denunciada como instrumento para a (re)produção das estruturas sociais injustas, servindo de suporte científico das relações de poder hierarquizadas (DIMENSTEIN, 2001).

Seguindo Dimenstein (2001), ganha destaque nesse cenário o quanto a Psicologia abraçou o serviço privado, embasando-se em abordagens curativas e assistencialistas. Isso já vem tomando forma desde os cursos de graduação, na medida em que esses têm formado profissionais que não conseguem se desvencilhar de práticas estanques e naturalizadas. Como consequências disso, algumas atrocidades vão sendo cometidas pelos/as profissionais na medida em que acabam psicologizando tudo ao seu redor, realizando práticas fora de contexto e completamente distorcidas da teoria. Alguns setores, como o de saúde, por exemplo, constantemente produzem novas exigências em relação à responsabilidade social, princípios de qualidade, ética e cidadania. Com uma prática petrificada, os/as novos/as psicólogos/as encontram dificuldade em se adaptar a essas recorrentes demandadas.

Interessa-nos aqui que essas questões aparecem na pesquisa quando justamente ao interrogar sobre a relação entre Psicologia e feminino, a dimensão que se apresenta pelo efeito desse duplo é justamente esta que justificaria o distanciamento das práticas psicológicas de um compromisso ético-político. Os efeitos do serviço privado também operam no duplo, na medida em que as práticas acabam por focalizar, pelo exercício da clínica, um domínio privado da existência humana.

Outro aspecto que ajuda a entender o porquê de os aspectos políticos se performarem como espaço de desvio da regularidade na Psicologia é a ainda vigente crença de que as práticas psicológicas, estando no campo científico, não devem se misturar com as questões políticas (COIMBRA, NASCIMENTO, 2001). A neutralidade científica ainda é ensinada, em muitos cursos de graduação, como uma condição fundamental para a atuação em Psicologia. Sendo neutra, a ciência deve se afastar do campo político, esse entendido como afetado por relações de poder. A oposição ciência *versus* política produz ainda outros binarismos, tais como: sujeito *versus* objeto, interior *versus* exterior, indivíduo *versus* sociedade (REIS, GUARESCHI, 2010).

Nesta pesquisa, a possibilidade de não neutralidade, ou seja, de engajamento político se apresentaria quando o exercício da profissão é feito por homens e não por mulheres. Desse modo, a naturalização do distanciamento da Psicologia com a política encontra suas condições de possibilidade também neste duplo Psicologia-feminino, na medida em que as mulheres se ocupam das dimensões de maternagem, da vida cotidiana, enquanto os homens

ocupariam o lugar da política, de uma vida efetivamente na *pólis*.

Partindo-se dessa perspectiva pendular, o social é visto como algo que simplesmente está ao redor do indivíduo. Figueiredo e Santi (2004), ao relatar sobre a constituição da Psicologia como ciência independente da Filosofia, cita os projetos paralelos de Wilhelm Wundt, reconhecido como o fundador da Psicologia, que tanto pesquisava os aspectos individuais da experiência humana como os fenômenos culturais, tais como a linguagem, os sistemas religiosos, os costumes, o mito, etc. Sem produzir a interação entre esses níveis de estudos, individual e coletivo, Wundt acabou criando duas PsicoLOGIAS: a Psicologia fisiológica experimental e a Psicologia dos “povos”.

O que se percebe é que ainda resiste certa herança dessa dicotomia, na qual cabe à Psicologia o estudo do indivíduo e à Sociologia, Antropologia e afins, o estudo da sociedade. Com efeito, ao conceber a Psicologia como aquilo que tem relação somente com aspectos individuais, da ordem do desejo e da interioridade psíquica, os fenômenos políticos supostamente não importam, posto que estão ligados ao social e ao coletivo. Eis a base para a concepção de que Psicologia e Política são campos de ação díspares e não misturáveis.

O efeito-despolíticação neste tipo de análise é notório, posto que as práticas psi passam a se ocupar de sujeitos abstratos, abstraídos/alienados de seus contextos e tomam suas expressões existenciais como produtos/dados a serem reconhecidos em universais apriorísticos. (BENEVIDES, 2005, p. 22)

Porém, não acreditamos nessa separação entre Psicologia e Política. Tal cisão é fruto de processos sociais e, portanto, possível de ser transformada. Assim como Reis e Guareschi (2010), vemos a impossibilidade dessa cisão por conta de nosso posicionamento em relação ao sujeito estudado pela Psicologia, marcando-o sempre em um momento histórico e social. Os sujeitos-alvo das práticas psicológicas são resultados de processos historicamente produzidos e, assim, intrinsecamente constituídos em um contexto político. Do mesmo modo, nós, psicólogas e psicólogos, também somos efeitos de práticas historicamente datadas e politicamente produzidas. De modo que o duplo Psicologia-feminino é um efeito político e não natural das práticas psicológicas. Dessa forma, não existe sujeito/conhecimento/realidade independente das condições de possibilidade que os constitui. Sendo assim, “qualquer intervenção realizada com os sujeitos produz efeitos

no coletivo, sempre havendo uma implicação política, pois essa prática é sempre uma ação sobre a vida desses sujeitos” (REIS; GUARESCHI, 2010, p. 857).

O que se quer apontar com isso é que as práticas sociais, inclusive as psicológicas, são em si mesmas práticas políticas. São práticas políticas, pois se tratam de ações sobre ações possíveis, são modos de condução de condutas, não como formas de obrigação e imposição, mas como modalidades de relação das pessoas consigo mesmas, com os outros e com o próprio mundo. Dessa maneira, por política se entende as formas de governo da vida e dos modos de viver; toda a ação/prática é um exercício político, pois produz aquilo que é da ordem do verdadeiro, mas, sobretudo, constitui aquilo que somos. Com isso queremos apontar que o próprio duplo Psicologia-feminino é uma política, uma forma de criar e investir em certas modalidades de viver e não outras.

Psicologia e Políticas Públicas

O campo das políticas públicas vem gerando os mais diversos interesses. Há um grande furor social que clama por mais políticas públicas. Isso pode ser percebido cotidianamente nos meios de comunicação, em discursos do tipo “é preciso criar políticas públicas para evitar os maus tratos aos animais”, “é preciso avançar nas políticas públicas voltadas à mulher”, “precisamos promover políticas públicas para a conquista da igualdade social e econômica”, etc.

Apesar da amplidão à qual o termo remete, políticas públicas podem ser entendidas como atos destinados ao coletivo, ao público, que abrangem as mais diversas áreas da gestão pública, tais como a saúde, educação, moradia, transporte, entre outras (CRP-RJ, 2010, p. 2). Elas emanam um sentido de justiça social de forma que são sustentadas pelos princípios da igualdade e da equidade: “Por meio delas, os bens e serviços sociais são distribuídos, redistribuídos, de maneira a garantir o direito coletivo e atender às demandas da sociedade” (SILVEIRA et al., 2007, p. 20).

Com a Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), foram abertos os caminhos pelos quais as políticas públicas brasileiras deveriam seguir, guiadas não só pelos gestores públicos, mas também pela população, que precisa fazer

parte desse processo, direcionando os rumos da política nacional. *Políticas públicas configuram-se não como ações de um governo, mas políticas do Estado em sua interação com os movimentos do público e voltadas para o atendimento de suas demandas e necessidades. Isso significa que as políticas que apresentarem resultados positivos devem permanecer independentemente da gestão que assumir o governo em determinado momento. Para tanto, não apenas os gestores devem ter compromisso social, como a própria sociedade deve ser conhecedora de seus direitos e cobrar que eles sejam respeitados. (CRP-RJ, 2010, p. 2)*

Com a crescente expansão da atuação da/o psicóloga/o em diversos campos de trabalho, sua participação direta e cada vez mais organizada nas políticas públicas também vem tomando forma. Em 2006, o Conselho Federal de Psicologia criou o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), que congrega uma rede composta pelos 17 Conselhos Regionais de Psicologia. Seu objetivo é o de fortalecer a presença social da/o psicóloga/o, tornando-a/o cada vez mais protagonista no âmbito da formação das políticas públicas nacionais. Além disso, tenta trazer ferramentas de atuação para os profissionais trabalharem em meio aos mais vastos campos nesse contexto.

O Crepop tem como metas ampliar a atuação do profissional na esfera pública, a fim de proporcionar uma expansão da Psicologia na sociedade. Visa também promover os Direitos Humanos, sistematizar e difundir conhecimento e prática da Psicologia dentro das políticas públicas (CFP, 2013).

Para compreender melhor o papel do Crepop, Maria da Graça Gonçalves, em fala proferida no V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas, diz que é preciso reconhecer a Psicologia como uma profissão que vem ganhando terreno rapidamente na atualidade. Como consequência disso, há a necessidade de pensar sua prática, seu potencial de construção na coletividade, em especial na política. Cabe a nós, como psicólogas/os, refletirmos sobre o lugar da nossa profissão na sociedade e, por meio de uma visão crítica, estabelecermos um compromisso social de trabalhar pela garantia dos direitos e pela cidadania, transformando nossa prática em um meio de concretização destes direitos.

Vários profissionais da Psicologia já desenvolvem trabalhos nesse domínio da política pública. Segundo o site do Crepop¹, podemos encontrar psicólogas/os realizando ações nas seguintes direções: políticas públicas sobre álcool e outras drogas; educação básica; serviços de atenção básica à saúde; programas de atenção à mulher em situação de violência; medidas socioeducativas em meio aberto; mobilidade urbana; transporte e trânsito; Psicologia hospitalar no SUS; CRAS; diversidade sexual; programas de educação inclusiva; entre outras.

Brigagão, Nascimento e Spink (2011) escrevem sobre o quanto os psicólogos vêm se aproximando do campo das políticas públicas a partir das práticas efetuadas em seu dia a dia da profissão. Eles têm reconstruído seu fazer na medida em que conseguem interpretar as políticas públicas. São profissionais que atuam informados sobre as políticas que envolvem seu contexto de trabalho, proporcionando reinventar suas ações, adaptando-se às novas demandas da heterogeneidade de seu cotidiano.

Por meio de relatos de profissionais que trabalham em campos que abrangem as políticas públicas, os autores mostram que as/os psicólogas/os reconhecem a importância de seu fazer em meio à prática; porém, identificam algumas dificuldades na viabilização da política. Uma delas é a de conseguir deslocar o que está no texto para a prática profissional:

Os entraves vão desde o não cumprimento das leis, a existência de limites estruturais, a falta de recursos para desenvolvimento de ações planejadas, como também do que denominam “vontade política” que depende do comprometimento dos gestores e políticos locais, principalmente, diante das mudanças de administradores e políticos a cada período eleitoral. (BRIGAGÃO, NASCIMENTO, SPINK, 2011, p. 206)

A formação nos cursos de Psicologia do país também contribui para uma visão despolitizada de nossa prática. Em análise feita por Reis e Guareschi (2010) no curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mais de dois terços das disciplinas da grade curricular estão voltadas para o entendimento das psicopatologias, das avaliações psicológicas e dos conteúdos das áreas biomédicas.

1 <http://crepop.pol.org.br/>

Somente 25% das disciplinas abarcam conteúdos direcionados para a Psicologia Social e Comunitária. Diante disso, as autoras ressaltam que *é preciso, desde a formação acadêmica, construir um pensamento crítico em relação às próprias práticas da Psicologia, em relação à produção de subjetividades dentro dos diferentes contextos, compreendendo que essa é uma construção que se faz a partir de um determinado tempo e de um determinado lugar; sendo assim, é sempre uma construção política. Diante desse reconhecimento, é preciso assumir um compromisso ético com a produção de saúde dos sujeitos com quem o profissional trabalha (REIS, GUARESCHI, 2010, p. 866).*

Interrogar o duplo: Psicologia, políticas públicas e direitos humanos

Pontuar alguns aspectos das políticas públicas e a relação com as práticas psicológicas se apresenta em razão daquilo que, no início, apontávamos como espantos causados pela pesquisa. Partimos da consideração de que, quando convocamos a Psicologia a pensar sobre as práticas psicológicas, no que tange a relação entre feminino e Psicologia, o que aparece é, ainda, uma conformação do campo marcada por heranças privatistas, apriorísticas e assistencialistas no sentido maternal do termo. Entretanto, como Foucault (2003) aponta, o campo social é um campo em si mesmo de lutas, de jogos por imposições de sentidos. Isto significa que ao escrevermos sobre o duplo Psicologia-feminino o entendemos em um plano não homogêneo, ou seja, utilizamos como linha de inflexão aquilo que aparece como exterioridade a essa relação, mas que ao mesmo tempo a provoca na atualidade: as políticas públicas.

O que queremos marcar com isso é a Psicologia como um campo em si mesmo de tensões e de torções. As irregularidades, tais como as políticas públicas na relação do duplo Psicologia-feminino, trazem essa dimensão de potências de diferenciação. Mesmo que a aproximação das políticas públicas com o duplo Psicologia-feminino se dê por uma questão, nesta pesquisa e em outras, fundamentalmente mercadológicas, isso provoca e interroga permanentemente as próprias práticas psicológicas. Entendemos que as políticas públicas, com sua potência de política, ou seja, de ação sobre ações possíveis, produz abalos, desvios e rupturas no território psicológico, o que nos

convoca, mesmo que a contragosto, a nos posicionarmos de outros modos e inventarmos outras Psicologias.

As políticas públicas tiram o exercício da profissão de uma região privatista, pois é no encontro com elas que as práticas psicológicas são convocadas a inventar novas coordenadas que vão de encontro com o duplo Psicologia-feminino. Isso porque é mediante essas irregularidades que aquele sujeito, salvaguardado pela maternagem clínica, passa a ser colocado em um campo social que o constitui. Ou seja, mesmo em se tratando de um exercício da profissão em um âmbito privado, como o de um consultório, nele se apresenta um sujeito que é eminentemente político, pois não está em uma região de exterioridade ao espaço/cultura que habita e que, portanto, o produz.

Desse modo, as políticas públicas, na medida em que passam a se tornar um domínio de direitos humanos, um domínio de acesso a possibilidades de vida, constituem aquele sujeito com o qual vamos trabalhar nos mais diversos espaços de atuação profissional, seja ele público ou privado. As questões contemporâneas sobre Direitos Humanos, que transversalizam as políticas públicas, se apresentam para nossa profissão mesmo quando se quer fugir delas: internação compulsória, criminalização da juventude, medicalização da educação, luta contra o ato médico, movimento de luta antimanicomial, exclusão/inclusão social, diversidade sexual, violência, seja ela doméstica, no trabalho, na rua, etc.

Essas questões, contemporaneamente, não são opções, no sentido de querer ou não se voltar para elas, e, sim, aquilo que emerge no campo social e, portanto, aquilo que constitui os modos como vivemos, como pensamos, como nos relacionamos conosco e com o mundo do qual fazemos parte.

As discussões que têm se apresentado, por meio daquilo que hoje se nomeia como Direitos Humanos e que para a sua conformação necessita da articulação de políticas públicas, tensionam o campo psicológico na medida em que, como linha transversal às nossas práticas, implicam novas regiões do que é possível ver e falar. Os Direitos Humanos, em um duplo Psicologia-feminino, aparece como um domínio da militância; portanto, região não nobre das práticas psicológicas.

O duplo Psicologia-feminino produz aquilo que Foucault (2003) escreve sobre as superfícies de contato com o poder. Essa superfície de contato com o poder, produzido pelo duplo, diz respeito aos modos

como aquelas vidas que chegam aos consultórios passam a figurar em laudos, psicodinâmicas, avaliações psicológicas. Ou seja, essas vidas interiorizadas e psicologizadas assumem a responsabilização pela infâmia que vivem: as mais diversas formas de violência, exclusão, indignidade, falta de acesso a direitos. Entretanto, quando os Direitos Humanos se tornam um campo necessário de reflexão, a infâmia da vida impõe-se não mais como uma escolha pessoal, interna e deliberada e, sim, como uma forma de organização e governo da sociedade em que alguns têm mais direitos que outros.

O que se quer apontar com isso é que essas irregularidades nas práticas psicológicas constituem uma forma de apontar para elas o próprio caráter político do que produzem. O duplo Psicologia-feminino, ao se voltar para a maternagem do mundo interno/psicológico e salvaguardá-lo, coloca as questões de direitos humanos como um domínio de incapacidades do próprio humano, portanto, a necessidade de tutela desse humano, o que acaba por corroborar com uma política de investimento na desresponsabilização daquilo que produzimos como formas de viver. Por outro lado, quando os Direitos Humanos, como espaço da política, ou seja, como espaço onde as vidas se dão a conhecer, saem de uma região de privatividade, a infâmia das existências passa a ser considerada como efeito desse espaço e não de uma interioridade.

Uma aposta ético-política em Psicologia

A discussão sobre políticas públicas e Direitos Humanos cria uma tensão no campo psicológico na medida em que o lança para uma região de exterioridade, ou seja, para a vida não como uma região privada da existência e, sim, coletiva. Por isso, apostamos em uma Psicologia conduzida a partir de um paradigma ético, capaz de propiciar transformações nos modos hegemônicos e planejados presentes nas práticas psicológicas.

Foucault (2006) define a ética como a própria relação de si para consigo, produzida a partir de tecnologias por meio das quais um sujeito se conhece e se transforma, visando alcançar uma forma de vida que lhe pareça mais aceitável. O autor parte do modelo helenístico de subjetivação para analisar a estruturação da relação ética consigo mesmo a partir de um conjunto de práticas denominadas como “cuidado de si”.

O importante a se destacar sobre o cuidado de si é que este era

caracterizado por práticas de si que visavam o autoconhecimento, o controle, o aperfeiçoamento, a fim de constituir-se como sujeito moral. Foucault (2006), no entanto, distingue três aspectos da moral: o código, o comportamento e a constituição de si mesmo como um sujeito moral. Uma coisa é o código moral, com suas prescrições de “valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos” (FOUCAULT, 2006, p. 26); outra coisa é o comportamento moral, ou seja, a efetiva conduta adotada pela pessoa diante das prescrições do código. A constituição de si como um sujeito moral é o que o autor chama propriamente por ética: as relações singulares por meio das quais os sujeitos problematizam a experiência de si.

Porém, o cuidado de si não constitui um eu solitário, autossuficiente e indiferente aos outros. Não se cuida de si para fugir do mundo, mas para agir como se deve. Dessa forma, a atenção direcionada a si não é a de um heremita desconfiado, mas a de um administrador metuculoso, que cuida de si para poder cuidar dos outros.

Foucault não deixa de insistir sobre esse ponto: o cuidado de si não é uma atividade solitária, que cortaria do mundo aquele que se dedicasse a ele, mas constitui, ao contrário, uma modulação intensificada da relação social. Não se trata de renunciar ao mundo e aos outros, mas de modular de outro modo esta relação com os outros pelo cuidado de si. (GROS, 2008, p. 132)

Portanto, evocar aqui o cuidado de si é lançar a ética como protagonista da cena social e da prática em Psicologia. Conduzir-se de forma ética é uma ação política, pois traz uma relação inseparável com o tecido social. Como nos diz Malito e Aguiar (2010, p. 55) em relação à Psicologia: “Nosso compromisso com a formação segue no sentido de cuidar de nós, mas também do outro – não nos formamos psicólogos para nós mesmos. Todos aqueles que ocupam posições de saber-poder têm um compromisso político com o mundo”.

Além disso, a questão ética pode ser compreendida como um convite a novas formas de subjetividade e de atuação em Psicologia, recusando um exercício profissional guiado simplesmente pela ratificação de uma conduta moral, como a apresentada no Código de Ética do/a Psicólogo/a. Mas, sim, de investir em uma via ética no exercício da Psicologia, investindo na ação coletiva, na afirmação das diferenças, no “compromisso político de resistência às unificações e totalizações” (BARROS, 1999, p. 179).

Se a genealogia da ética empreendida por Foucault (1999) por

meio do cuidado de si foi um convite à invenção de novas formas de viver, então, que aceitemos esse convite e possamos construir outro projeto de Psicologia, uma prática capaz de interromper a previsibilidade dos modos de fazer a Psicologia e investir em uma proposta mais coletiva de atuação.

Dessa forma, independente da inclusão ou não de determinados saberes, acreditamos que incentivar a formação de estudantes éticos pode ser uma via para a construção de uma Psicologia pautada em um compromisso social. A ética, nesse sentido, seria aquela em que os estudantes não se resumem a depósitos de informações, mas constroem-se criativos, inventivos, questionadores, como agentes que problematizam os regimes de verdade vigentes e se deixam afetar, sem subserviência, por determinados saberes, possibilitando assim, em permanência, uma reconstrução de si e do mundo. (NÓRTE, MACIEIRA, RODRIGUES, 2010, p. 66)

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Elizabeth. Analista contratado: algumas questões, alguns riscos. In: BARROS, Maria Elizabeth (Org.). **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: Edufes, 1999.

BENEVIDES, Regina. A Psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais interfaces? In: **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, ago. 2005.

BRIGAGÃO, Jaqueline; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; SPINK, Peter Kevin. As interfaces entre Psicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de atuação. **REU**, Sorocaba, SP, v. 37, n. 1, p. 199-215, jun. 2011.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia. O efeito Foucault: desnaturalizando verdades, superando dicotomias. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, v. 17, n. 3, p. 245-248. 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Prática de Psicólogos (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social** – CREAS/Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. V Seminário Nacional **Psicologia e Políticas Públicas - Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas**. Brasília: CFP, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CRP-RJ. **Jornal do Conselho Regional de Psicologia**, ano 7, n. 27, mar./abr. 2010.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DIMENSTEIN, Magda. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n. 2, p. 57-63, jul./dez. 2001.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro. **Psicologia: uma (nova) introdução**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2004.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. Vol. 3: **O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 2: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

GONÇALVES, Maria da Graça M. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

GROS, Frédéric. **O cuidado de si em Michel Foucault**. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MALITO, Diana M. D.; AGUIAR, Katia F. **Criando outros olhos: manifesto pelo (re)encantamento na formação do psicólogo**. In: NÓRTE, Carlos Eduardo; MACIEIRA, Raiana Micas; FURTADO, Ana Lucia de Lemos (Orgs.). Formação: ética, política e subjetividades na Psicologia. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia, 2010.

NÓRTE, Carlos Eduardo; MACIEIRA, Raiana Micas; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. **Da docilização à estética da existência: direitos humanos na formação em Psicologia**. In: NÓRTE, Carlos Eduardo; MACIEIRA, Raiana Micas; FURTADO, Ana Lucia de Lemos (Orgs.). Formação: ética, política e subjetividades na Psicologia. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia, 2010.

REIS, Carolina dos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **Encontros e Desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando, transformando profissionais de saúde**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 30, p. 1-20, 2010.

SILVEIRA, Andrea Fernanda; COBALCHINI, Cláudia; MENZ, Dione Maria, VALLE, Guilherme, BARBARINI, Neuzi. **Caderno de Psicologia e políticas públicas**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.

SPINK, Mary Jane (Org). **A Psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

TEDESCO, Silvia. **Mapeando os Estudos da Psicologia da Linguagem: por uma abordagem pragmática**. In: KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia; PASSOS, Eduardo. Políticas da Cognição. Porto Alegre: Sulina, 2008.

FREUD: PERTINÊNCIAS E IMPERTINÊNCIAS SOBRE A MULHER E O FEMININO

Luciana Leila Fontes Vieira

Introdução

Freud (1916-1917) parece se inserir na tradição dos escritores que “não desejam suscitar convicções; e sim, desejam estimular o pensamento e derrubar preconceitos”. Sendo assim, ele não cansou de reconhecer o quanto foi modificando suas posições a partir do que as experiências lhe exigiam. Nesse sentido, concordamos com a contribuição de Pontalis (1994) ao afirmar que a potência e a originalidade do texto freudiano se devem ao fato de não ter sucumbido à tentação de se erigir como um sistema, mantendo-se como uma obra aberta e inacabada.

A teoria psicanalítica se constituiu numa tentativa de solucionar, no plano conceitual, o que se apresentava como obstáculo na clínica. As indagações freudianas surgiam a partir do campo transferencial que funcionava como motor de suas formulações e reformulações.

Nesse contexto, “Os estudos sobre as históricas” (1893-1895), no final do século XIX, se construíram como alicerce da teoria psicanalítica, introduzindo uma mudança radical na leitura da sexualidade, na medida em que a interpreta pelo viés do prazer e do gozo. É importante destacar que até então a sexualidade era definida pela finalidade da reprodução da espécie, ou seja, o prazer e o gozo estavam submetidos ao crivo da reprodução. Com isso, a sexualidade se identificava com a genitalidade, e todas as vivências que não visassem à reprodução eram consideradas como perversão. Dessa forma, a sexualidade encontrava-se aprisionada à procriação, expressando a relação entre sexologia e as normas sociais de controle sobre a sexualidade. A partir dessa ruptura entre a sexualidade e o registro biológico, Freud pode pensar o corpo da histórica para além da anatomia.

Nesse movimento de ruptura, o artigo “Os três ensaios sobre a sexualidade” (1905) ocupa um lugar importantíssimo na medida em que o autor aprofunda suas reflexões e define o autoerotismo como um estado primitivo da sexualidade infantil, anterior ao narcisismo, no qual a pulsão sexual, vinculada a um dado órgão ou a excitação de uma região erógena, experimenta satisfação à revelia do objeto.

O fato de as satisfações autoeróticas estarem associadas a um prazer fragmentado, localizado numa parte específica do corpo, conduz Freud a qualificá-las de pulsões parciais. Elas agem de forma autônoma em relação à função biológica e a qualquer objeto específico, almejando o prazer local. Freud qualifica como erógenas, primeiramente, certas regiões do corpo – especialmente as zonas de revestimento de pele ou mucosas, especialmente as zonas orificiais. Porém, em 1915, acrescenta uma nota de rodapé aos “Três ensaios” em que começa a considerar o corpo inteiro como erógeno.

*Após refletir mais e depois de levar em conta outras observações, fui levado a atribuir a qualidade de **erogeneidade a todas** as partes do corpo e a todos os órgãos internos. (1905b, p. 188 – grifos nossos)*

Mas, o que significa a famosa afirmação que a sexualidade da criança é perverso-polimorfa? Ora, afirmar que a sexualidade infantil é caracterizada como perverso-polimorfa implica enunciar que ela desfruta de infinitas formas de existência e manifestação. Portanto, como perverso-polimorfa a sexualidade possui uma pluralidade de objetos possíveis para sua satisfação. O indivíduo do sexo oposto e sua respectiva genitália seriam apenas mais um objeto sexual, no imenso universo dos objetos eróticos. Esse novo olhar sobre a sexualidade considerava o gozo e o prazer como marcas indeléveis do erotismo que não se superpõem ao imperativo da reprodução.

Assim sendo, a inovadora leitura do erotismo proposta por Freud estabeleceu um corte significativo em relação à concepção da sexualidade vigente no século XIX. Para essa concepção, a sexualidade estaria submetida ao registro instintual e biológico, dependente da maturidade das gônadas e da produção dos hormônios sexuais. Como instintiva, a sexualidade amarrada a um único objeto sexual pré-fixado pela natureza. A eroticidade limitaria-se aos órgãos genitais, seguramente, do sexo oposto, na medida em que possibilitaria a finalidade suprema da reprodução da espécie. Nesse sentido, concordamos com Neri ao afirmar que:

Freud colocou por terra qualquer ordenação preestabelecida da sexualidade, bem como a opinião corrente de uma suposta relação natural de atração e complementaridade entre os sexos. Nada na sexualidade está garantida, a pulsão sexual pode investir os mais diferentes objetos que lhe causam prazer,

ela é assim variável, múltipla, dissociada da genitalidade.
(NERI, 2005, p. 178)

Porém, para Freud, o aparelho genital não perdeu seu lugar privilegiado nos contornos eróticos do corpo, pois o ato sexual imperava no cenário lúbrico. Não obstante, é notório que com o advento da Psicanálise a genitalidade foi destronada do espaço que detinha no imaginário científico do século XIX. No entanto, é importante salientar que existe uma sucessão de pressupostos no discurso freudiano que são atravessados pelos valores sociais desse século.

Mas, afinal de contas, o que significa masculino e feminino para o fundador da Psicanálise?

Gostaríamos de remeter nossas leitoras e leitores para a nota de rodapé, datada de 1915, acrescentada ao famoso texto “Três ensaios sobre a sexualidade” (1905), no qual complexificará os conceitos de ‘masculino’ e ‘feminino’. Freud insiste na importância de marcar a diferença entre a simplicidade da opinião comum e o complexo ponto de vista científico. Indica pelo menos três aspectos para abordarmos esta questão: o primeiro relaciona-se à concepção de atividade e passividade; os dois últimos referem-se aos aspectos biológico e sociológico. Esclarece que o primeiro aspecto seria essencial para a Psicanálise, pois dele deriva-se a afirmação de que a libido seja masculina, isto é, ‘ativa’, ainda que estabeleça para si fins ‘passivos’. Finalmente, conclui que o ser humano possui “uma mescla de seus caracteres sexuais biológicos com os traços biológicos do sexo oposto e uma conjugação de atividade e passividade” (FREUD, 1905b, p. 207).

Se, por um lado, Freud assume a complexidade da tentativa de definir ‘masculino’ e ‘feminino’, por outro parece incorporar os valores em vigor do século XIX, segundo o qual o feminino se identificava com a ideia de passividade e o masculino era associado à ideia de atividade.

No entanto, a partir da problemática da feminilidade nos anos 1930, o autor rever suas observações, pois afirma que:

a distinção masculino/feminino associada a homem e mulher, nós a fazemos por mera docilidade à anatomia e à convenção. Não é possível dar nenhum conteúdo novo ao conceito de masculino e feminino. Esta distinção não é psicológica – quando vocês dizem masculino, em geral pensam em ativo, e passivo quando dizem feminino. (FREUD, 1933, p. 142)

Desse modo, Freud parece perceber as influências dos costumes sociais nas suas formulações sobre a sexualidade. Os corpos bissexualmente construídos são nada mais nada menos, do que a resposta a uma demanda cultural. A cultura, e não a anatomia, seriam a base das afirmações referentes às noções de homem/mulher; masculino/feminino; ativo/passivo – divisões naturalizadas do mundo através de um esquema binário e dualista com implicações hierarquizantes e assimétricas.

Supremacia do monismo fálico

A primeira referência feita por Freud ao complexo de Édipo foi numa carta a Fliess datada de 15 de outubro de 1897. Ele estava dedicado à análise de seu próprio sonho e fez o seguinte relato:

Um único pensamento de valor genérico revelou-se a mim. Verifiquei, também no meu caso, a paixão pela mãe e o ciúme pelo pai, e agora considero isso como um evento universal do início da infância. [...] Sendo assim, podemos entender a força avassaladora de Oedipus Rex, apesar de todas as objeções levantadas pela razão contra sua pressuposição do destino. [...] Mas a lenda grega capta uma compulsão que toda pessoa reconhece porque sente sua presença dentro de si mesma. Cada pessoa da plateia foi, um dia, em germe ou na fantasia, exatamente um Édipo como esse, e cada qual recua, horrorizada, diante da realização de sonho aqui transposta para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do seu estado atual. (1897, p. 365)

Entretanto, será nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905) que o modelo Edípico fará sua aparição oficial. Sua teorização se inicia no terceiro ensaio denominado “As transformações da puberdade” em que o autor sustenta a tese da primazia do genital em relação à sexualidade perverso-polimorfa. A pulsão sexual infantil, predominantemente autoerótica e perverso-polimorfa, encontrará seu objeto sexual por meio da conjunção das pulsões parciais sob o primado da zona genital. Dessa forma, a pulsão sexual coloca-se a serviço da função reprodutora e conseqüentemente heterossexual.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que Freud, depois de ter descoberto a perversão polimorfa da criança, inventou seu Édipo

para explicar como o pequeno perverso torna-se, unimorficamente, um homem ou uma mulher. A fase edípica seria, então, para o autor, o que permite corrigir a dispersão polimorfa das pulsões pelas identificações unificantes, ao preço, entretanto de alguns sacrifícios e perdas.

O autor assevera que a sexualidade infantil se desenvolve a partir das atividades autoeróticas, perversas e polimorfas das zonas erógenas e demonstra que, neste momento, não existe uma disparidade entre os sexos – a sexualidade da menina tem um caráter masculino – pois a libido “é invariável e necessariamente de natureza **masculina**”, ou seja, ativa.

A proposição de uma libido única de essência masculina nos remete à suposição de uma monossexualidade, ou seja, só haveria um sexo, o masculino. Assim, a teoria do monismo sexual faz sua aparição oficial como novo regulador da diferença sexual.

Segundo Neri (2005), o conceito de pulsão sexual perverso-polimorfa funcionaria, plenamente, como um operador que lança a sexualidade humana para além do registro biológico e da suposta complementaridade na diferença sexual (1999, p. 178). Sendo assim, interroga-se a razão para considerarmos o monismo fálico como exclusivo ordenador da diferença sexual e, conseqüentemente, da constituição do sujeito. Nas palavras de Freud:

*... a disposição sexual constitucional da criança é incomparavelmente mais variada do que se poderia esperar, merece ser chamada de **'perversa polimorfa'**, e o chamado comportamento normal da função sexual brota dessa disposição mediante o recalçamento de certos componentes. [...] A **normalidade** mostrou ser fruto do recalçamento de certas pulsões parciais e certos componentes das disposições infantis, bem como, da subordinação dos demais à primazia das zonas genitais a serviço da **função reprodutora**. (FREUD 1906, p. 260-261 – grifos nossos)*

Assim, Freud parece justificar a supremacia da teoria do monismo sexual a partir do recalque da sexualidade perverso-polimorfa em nome de um imperativo normativo. Para Arán (2001), uma das conseqüências desse recorte conceitual é a assunção da ideia do Édipo como garantia de uma determinada ordem exigida pelo universal (2001, p. 57).

Portanto, no ponto de vista dessa tradição crítica, destaca-se que,

apesar do texto freudiano possibilitar pensar, através do conceito de pulsão, a plasticidade das subjetividades, para além do determinismo anatômico e do binarismo sexual, paradoxalmente sucumbe ao ditame da reprodução da espécie, ao atribuir aos órgãos genitais o lugar primordial do destino da sexualidade, expressando assim sua subordinação às normas sociais de controle. Nesse contexto, o tornar-se mulher ou homem, não esqueçamos, sob os auspícios da “normalidade”, encontra-se submetido ao tornar-se heterossexual.

A partir da criação da teoria do monismo sexual, Freud vai desenvolver dois pressupostos que nortearão vários textos. O primeiro se refere à mudança de zona erógena na mulher. Considerando que, na sexualidade infantil, as zonas erógenas correspondentes são o pênis e o clitóris, é necessário encontrar “os destinos da excitabilidade do clitóris”, para compreender como uma menina se transforma em mulher. Freud pressupõe, então, “uma onda repressiva” da sexualidade masculina, que se daria na fase de latência, para uma posterior transferência da excitação para as “partes femininas adjacentes” – a vagina.

O segundo pressuposto referente à diferença é a escolha do objeto. A relação da criança com a mãe é inicialmente marcada como “*uma fonte contínua de excitação e satisfação*”, sendo natural, nesse sentido, ser o primeiro objeto de amor para a criança. Porém, diante do que Freud denominou de “barreira do incesto”, essa relação passa a ser da ordem da interdição, mas permanece como principal influência nos destinos da identificação e da escolha do objeto. “*Encontrar o objeto sexual é na realidade, reencontrá-lo*” (FREUD, 1905, p. 125-126). Assim, essas primeiras relações pai, mãe e filho assumem um lugar central na obra freudiana, como um momento fecundo para a estruturação do sujeito. Os dois pressupostos se apresentaram para alguns autores como bastante problemáticos. Pelo momento, examinaremos a pleiteada mudança de zona erógena na mulher.

De acordo com Laqueur (1992), foi a primeira vez que um médico supunha existir duas formas de orgasmo e ainda mais que o orgasmo vaginal simbolizaria o princípio desejado para uma menina transformar-se em mulher. A sexualidade feminina emigraria de um lugar para outro: de um clitóris masculino em direção à vagina, incontestavelmente, feminina. Entretanto, o clitóris não perde inteiramente sua função como órgão de prazer, mas torna-se o órgão que transmite a excitação para a vagina, o verdadeiro lugar

da vida erótica feminina.

Porém, como defende o autor, não há nenhuma base anatômica, nem mesmo fisiológica que nos sirva de fundamento para justificar a migração do erotismo clitoridiano para a vagina. Além do mais, o clitóris não seria, efetivamente, um pênis feminino, e muito menos se contraporía à vagina. *"A história do clitóris faz parte da história da diferença sexual em geral e da socialização dos prazeres do corpo... é a história da aporia da anatomia"* (LAQUEUR, 1992, p. 270).

Essas primeiras elaborações sobre o monismo fálico são retomadas em 1908, no texto *"As teorias sexuais infantis"*, em que Freud enfatizou suas observações sobre o caráter ativo da sexualidade adotando o menino como referência. O autor vai eleger o pênis como o principal objeto autoerótico e fonte de autoestima para o menino.

Ele afirma que quando o menino vê os *órgãos genitais femininos, em vez de constatar a falta do membro, violenta a percepção, e diz "... ele ainda é pequeno, mas, quando ela for maior, ele vai crescer, sim"*. Apenas na ocasião em que as intimidações verbais, que visam proibir as práticas masturbatórias da criança obrigando a renúncia das suas fantasias incestuosas, é que essa visão terá um efeito de ameaça de castração.

No caso da menina, a anatomia tem demonstrado que o órgão correspondente ao pênis é o clitóris, sede da excitabilidade. Diante da visão dos órgãos genitais masculinos, ela desenvolveria um grande interesse que, posteriormente, seria transformado em inveja. Em suma, nessa perspectiva, existe a primazia de um único órgão sexual como referência inicial – o pênis – e a consequência da visão dos órgãos genitais femininos seria a ameaça de castração, por parte do menino, e a inveja do pênis, por parte da menina que é fundamental, segundo Freud, para o complexo processo de mudança de zona erógena e troca de objeto. Em outras palavras, os traços femininos e masculinos são instituídos a partir da presença ou não do pênis onde *"se começa a delinear o contorno do feminino como sexualidade inferior e invejosa"* (NÉRI, 2005, p. 179).

Trama fálica

Néri (2005) afirma que a partir de 1920 se opera uma transformação na obra freudiana no que concerne à primeira teoria do monismo sexual e à construção das especificidades da sexualidade feminina

para além da simetria com a sexualidade masculina.

A partir do texto “A organização genital infantil” (1923), o autor vai demonstrar, em relação à disparidade sexual, que, num primeiro momento, a escolha de objeto pressupõe uma oposição entre sujeito-objeto; numa segunda fase, na organização sádico-anal, se observa a polarização entre ativo-passivo, e no estágio da organização sexual infantil: “*há por certo algo masculino, mas não há algo feminino*”, a oposição aparece aqui como masculino e castrado. A partir do momento, quando para os dois sexos, um único órgão genital, o órgão masculino, desempenha um papel, Freud conclui que “*não existe, portanto, um primado genital, mas um **primado do falo***”.

Diante da visão dos órgãos genitais femininos, ou seja, da falta de pênis, que é concebida como o resultado de uma castração, o menino vê-se obrigado a se confrontar com a possibilidade de ele próprio ser castrado, visto que o sexo feminino não é jamais descoberto.

Parece-nos evidente que nesse novo imaginário infantil a ênfase se direciona para a constatação de que as meninas não possuem o pênis, ou seja, são castradas. Dessa forma, a simetria entre pênis e clitóris seria substituída pela dissimetria entre ter o pênis (masculino) e ser castrada (feminino).

Néri (2005) nos alerta que a passagem do monismo sexual para o monismo fálico seria uma tentativa de Freud em romper com o determinismo biológico tão caro ao modelo da diferença sexual, a partir do século XVIII. No entanto, a “manobra” esquadrihada por Freud para a construção do feminino, ou seja, a maternidade, como renúncia à atividade sexual clitoridiana em prol de uma passividade sexual vaginal, remete ao modelo essencialista que fomenta uma relação a-histórica entre a função social de ser mãe e o feminino.

Nesse sentido, a autora afirma que o operador fálico parece funcionar menos como um “operador simbólico da castração” para ambos os sexos e mais como marca da presença de um único sexo, o masculino.

O operador simbólico se converte em objeto fetiche que, longe de assinalar a castração e instaurar a possibilidade da inscrição da diferença dos sexos, conduz a um cenário fetichista, no qual homens e mulheres se tornam prisioneiros de uma luta pelo falo. (NÉRI, 2005, p. 189)

A partir dessa nova formulação sobre a fase fálica, o complexo de castração adquire mais relevância e passará a ser problematizado em função das diferenças genitais entre os sexos. Vejamos.

No texto “A dissolução do complexo de Édipo”, datado de 1924, o autor demonstra como o complexo de castração se produz no menino e sugere alguns caminhos de como aconteceria para a menina.

Em relação ao menino, Freud afirma que esse vai tendo sucessivas experiências de separação da mãe, mas somente quando ele se depara com os órgãos genitais femininos e passa a representar a possibilidade da perda do próprio pênis, ele dá sentido a essa ameaça de castração, que adquire sentido retroativo. Sob o efeito da irrupção da angústia da castração o menino aceita a lei da proibição e opta por salvar seu pênis, mesmo pagando o preço de renunciar à mãe como parceira sexual. Com a renúncia à mãe e o reconhecimento da lei paterna, que constitui o superego, encerra-se a fase do amor edipiano; tornando-se então possível a afirmação da identidade masculina.

Butler (2003) nos chama a atenção para que a escolha heterossexual por parte do menino não decorre do medo de castração pelo pai, mas, simplesmente, do medo de castração, isto é, do medo da “feminilização”, identificado nas culturas heterossexuais à homossexualidade masculina. Assim, *“não é **primordialmente** o desejo heterossexual pela mãe que deve ser punido e sublimado, mas é o investimento homossexual que deve ser subordinado a uma heterossexualidade culturalmente sancionada”* (2003, p. 94 – grifos nossos).

Porém, independente dos motivos pelos quais o menino repudia a mãe, o aspecto marcante é que tal repúdio adquire o valor de momento fundador do que Freud denomina “consolidação” da subjetividade masculina.

Diversamente do menino, para quem os efeitos da experiência visual são progressivos, a menina, diante a visão do pênis, reconhece desde logo que foi castrada. Assim, a menina vivencia a inveja de possuir aquilo que viu e do qual supõe que foi castrada. Fica faltando o motivo para interromper a organização infantil e instituir o superego. Tal aspecto representa um grave problema na medida em que o superego é o herdeiro primordial do complexo de Édipo responsável pelas identificações masculina e feminina.

Diante desse problema, a doutrina freudiana sobre a questão do desenvolvimento sexual na mulher toma outro rumo, que será

trabalhado no texto “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica dos sexos”, 1925, no qual Freud tenta expor como nasce uma mulher. É nesse momento que o autor assinala a forma pela qual o primado do falo se revela, tanto para o menino como para a menina. Para o menino, essa descoberta, como já havíamos assinalado, se inscreve no registro da falta, ou seja, existe para ele apenas um sexo, o falo, mas há dois modos de manifestação: presença ou ausência. O que significa dizer que a falta de pênis quando reconhecida é como falo a menos, não como sexo feminino. Para a menina, que igualmente toma conhecimento de seu sexo com a ajuda do significante fálico, vendo-o como falo diminuído ou castrado, também o sexo feminino permanece não descoberto. Isso não significa dizer que menino e menina não tenham consciência da materialidade da vagina, mas que essa constatação não é reconhecida no nível de significante como sexo feminino.

Como podemos ver, o ingresso na problemática da castração ocorre para ambos os sexos, mas não no mesmo nível. O menino quando visualiza, pela primeira vez, o órgão genital feminino demonstra dúvida e interesse; nega essa falta e acredita ver, apesar de tudo, um membro. Na menina, a experiência visual tem efeito imediato: *“Ela viu, sabe que não o tem e quer tê-lo”*. Nesse momento, a única saída é o complexo de masculinidade, ou seja, a menina crer ter um pênis. Mas, com o passar do tempo e a constatação de que isso é impossível, esse desejo se afasta e *“a libido desliza ao longo da **equação simbólica – pênis-filho**”*. Assim, a menina toma o pai como objeto e entra no Édipo.

Assim, parece-nos evidente que a principal tese freudiana sobre a sexualidade feminina seria *“aquela que tem na inveja do pênis seu fim”* (ARÁN, 2006, p. 87), pois, apesar de traçar as diferenças entre o Édipo dos meninos e das meninas, Freud ainda adota o modelo dos meninos como sendo o modelo original, em que a descoberta da ausência do pênis por parte das meninas lhes acarreta uma inveja e ferida narcísica.

Nesse contexto, Freud se pergunta como e por que, sendo a mãe também objeto original, a menina é levada a renunciá-lo pelo pai.

No intuito de responder a essa inquietação, o autor irá elaborar os textos *“Sobre a sexualidade feminina”*, 1931, e *“Feminilidade”*, 1932. Freud inicia descrevendo as mudanças que ocorrem na menina, durante a passagem da primeira para a segunda fase do Édipo. A menina, diz Freud, é levada, de um lado, a abandonar a

zona clitoridiana pela zona genital e de outro lado, a trocar o objeto original materno pelo pai. A necessidade de mudança de zona erógena, como já foi abordada, parte do princípio de que o clitóris é análogo ao pênis e nesse sentido tem um caráter masculino – o que caracteriza a sexualidade infantil. Assim sendo, torna-se necessário um transporte da zona erógena em direção à vagina, para que a menina entre em outra fase do desenvolvimento sexual e atinja a feminilidade. Não é só a identificação que está em jogo, mas também o gozo que o sujeito obtém do seu sexo.

Com o complexo de Édipo e as diferentes identificações por ele produzidas, Freud confere relevância a outro discurso que enlaça suas normas, seus modelos, suas obrigações e seus interditos com a identidade anatômica. E, mais ainda, destaca uma solução padrão ao complexo de castração: a solução heterossexual rejeitando qualquer outra solução dita atípica ou desviante. Assim, na sua dramaturgia das relações entre os sexos, parece-nos dizer como tornar-se homem ou mulher.

Contudo, Freud esbarra em um novo impasse: a mãe abandonada como objeto de amor permanece presente enquanto polo identificatório na segunda fase, e o clitóris continua a desempenhar seu papel na vida sexual feminina. Fica evidente que nesse plano do gozo sexual, a substituição do clitóris, que está ligado à relação com a mãe, para a vagina, que assume seu valor na relação com o pai, não é complementemente realizada. O gozo vaginal não substitui o gozo clitoridiano; acrescenta-se ou conecta-se a ele.

Assim, as duas mudanças que o Édipo feminino deveria realizar parecem bastante problemáticas. Para Freud, essas passagens, zona erógena (clitóris-vagina) e troca de objeto (mãe-pai), aconteceriam pelo efeito do complexo de castração, ou seja, a inveja do pênis, diante da qual a menina poderia se encaminhar por três vias diferentes que determinam o destino de sua feminilidade. A primeira, a via neurótica da inibição sexual; a segunda a via “caricatural” do complexo de masculinidade, e a terceira quando a menina entra no Édipo, toma o pai como objeto e, após um complexo percurso, chega à feminilidade.

Sendo assim, ser verdadeiramente mulher implicaria não apenas o reconhecimento de sua condição de castrada, pela ausência do atributo fálico presente positivamente no homem, como também pela assunção da maternidade. Caso contrário, a figura da mulher estaria fadada à inibição sexual ou guardaria secretamente a pretensão de ter o falo e de ser como homem.

Freud introduzirá esta questão do “tornar-se mulher” em 1933,

no artigo sobre a feminilidade. Quando ele propõe uma saída para a aceitação da castração, nós vemos surgir uma trajetória em direção à almejada feminilidade:

Se, no decurso desse desenvolvimento, não se perdem demasiados elementos através da repressão, essa feminilidade pode vir a ser normal. O desejo que leva a menina a voltar-se para seu pai é, sem dúvida, originalmente, o desejo de possuir o pênis que a mãe lhe recusou e que agora espera obter de seu pai. No entanto, a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar do pênis, consoante a uma primitiva equivalência simbólica. (FREUD, 1932, p. 211)

Birman (2001) afirma que a construção freudiana pressupõe que a mulher é acometida por uma falta que a conduz ao Édipo e a sua tentativa de superação.

Desta maneira, a mulher estaria sempre buscando isso que lhe faltaria, que da figura do pai à do homem, mediada pela do bebê, ordenaria seu percurso. O Édipo da mulher se iniciaria, pois, onde o do homem terminaria. “Tornar-se mulher” seria, enfim, o emblema maior e o aforismo que definiria o percurso feminino ao longo do Complexo de Édipo. (BIRMAN, 2001, p. 180)

Assim, podemos salientar que a concepção de feminino forjada por Freud está intimamente ligada à maternidade; o tornar-se mulher se confunde com o tornar-se mãe. Desse modo, podemos reconhecer o retrato da mulher do século XVIII, já que, nesse aspecto, Freud manteve intacto o papel estabelecido das mulheres daquele século, segundo o qual a elas caberia o destino do privado, da maternidade e da natureza. De fato, no que concerne aos textos dos anos 20 e 30, sobre a sexualidade feminina, o autor elege uma única direção para o se tornar mulher, a saber, a maternidade.

Contudo, é inegável que Freud pôde enunciar a presença do desejo nas mulheres, revelado pelas suas análises das históricas. Porém, atribuiu a esse desejo uma interpretação atemporal, como algo constitutivo da natureza feminina. Essa atemporalidade, segundo Birman (1999a), seria o correlato de sua leitura naturalista da sexualidade feminina uma vez que o autor não pôde perceber que o retrato da mulher teria sido uma construção histórica da modernidade.

Dissemos há pouco que, segundo Freud, a mulher viveria dificilmente, de uma parte, a passagem tortuosa da experiência de castração e, de outra, a implicação posterior e difícil da renúncia ao Édipo. Contrariamente ao que se passa com o homem, a castração introduz a mulher no Complexo de Édipo; para o homem é a angústia de castração que o faz sair do Édipo; para a mulher o Édipo se apresenta e se instala como recompensa. Assim, a mulher deve abandonar sua posição edipiana, a fim de conseguir assumir sua feminilidade. Esse autor afirma que a mulher, para assumir sua feminilidade, deveria efetuar uma “equação simbólica”, segundo a qual o desejo de ter um filho seria, então, um substituto por deslocamento do falo. A esse, ela não conseguirá jamais renunciar completamente: o falo paterno receberá sua forma no momento da maternidade.

De fato, com a formulação do conceito de organização genital infantil e o lugar concedido ao falo, entre o período de 1925 e 1932, Freud encontrou um argumento poderoso, por um lado, para justificar sua teoria do deslocamento do gozo clitoridiano para o gozo vaginal e, por outro, para interpretar a inferioridade das mulheres em relação aos homens e suas feridas narcísicas. Nesse contexto, o caminho para se tornar mulher passa pela reivindicação, diante do pai e dos homens, de uma criança/falo, a fim de superar a ferida de sua condição feminina. Assim, podemos perceber que embora Freud tenha traçado três vias possíveis para o confronto das mulheres com sua castração, elegeu uma única direção para o se tornar mulher “normal”, a saber, a maternidade.

Nós poderíamos falar de uma cristalização da libido, em Freud, na medida em que ele estabelece previamente a equivalência simbólica “pênis-criança”? E, mais ainda, poderíamos pensar uma mobilidade do fantasma na mulher, ou seja, qualquer coisa que vá para além dessa equação simbólica?

Parece-me que a concepção de feminino que Freud nos propõe pressuponha uma forma de posição de cristalização precoce na mulher - a libido assume posições definitivas, tornando a mulher incapaz de trocar essas posições por outra.

Muitas nuances e precisões seriam necessárias para sermos justas com Freud. Em princípio porque ele está longe de operar com apenas uma noção de identificação, pois coloca em diálogo a questão da pulsão, da identificação e de escolha do objeto. Além do mais, porque, posteriormente, ele percebeu o fracasso de sua

solução e os limites que reencontrado na resistência das pulsões que não cessam de se expressar nos sintomas e na pulsão de morte. Entretanto, condensando e malgrado as nuances, podemos dizer que para Freud, forjando o mito do Édipo, tornar-se um homem ou uma mulher, com as modalidades de desejo e gozo implicadas, é uma questão de identificação edipiana.

A positividade da pulsão

Quais conceitos psicanalíticos freudianos poderiam produzir uma descontinuidade e uma dissonância subversiva entre sexo, diferença sexual e desejo questionando suas supostas relações? Dito de outra maneira, que conceitos possibilitariam romper radicalmente com as categorias de corpo, sexo, e sexualidade, para além da estrutura binária?

Procuraremos analisar em que medida o conceito de pulsão permite pensar a plasticidade das subjetividades e da diferença sexual na Psicanálise, para além dos determinismos anatômico e universal-fálico.

Desde o “Projeto para uma Psicologia científica”, de 1895, podemos vislumbrar as ideias precursoras que auxiliaram Freud na elaboração da teoria pulsional. A hipótese básica do “Projeto” sustenta que os diversos estados psíquicos podem ser delineados a partir do fluxo de energia no interior do sistema nervoso ⁴⁷. Trata-se, certamente, de uma concepção quantitativa para elucidar o funcionamento psíquico. O pressuposto fundamental é a existência de uma quantidade de energia por meio da qual os neurônios são investidos e procuram dela livrar-se. É o “modelo do arco-reflexo” que leva Freud ao “princípio de inércia”, segundo o qual os neurônios tendem a descarregar a quantidade recebida. Essa descarga denota a função primária do aparelho psíquico. No entanto, mediante as excitações que advêm do próprio corpo, o aparelho psíquico é impelido a abandonar sua tendência original à inércia. A manutenção do nível de energia o mais baixo possível e, ao mesmo tempo suficiente para a preservação da preservação da vida e a constituição do psiquismo, constitui a função secundária, isto é, a lei da constância.

No modelo esboçado por Freud, o aparelho recebe estímulo por duas fontes. Os estímulos originários do exterior que podem ser evitados pela fuga; e os estímulos de natureza endógena que

criam as grandes necessidades, tais como a fome, a respiração e a sexualidade (FREUD, 1895. p. 405). Diferentemente dos estímulos externos, os estímulos internos exercem uma pressão constante e não apresentam possibilidade de fuga. A exposição do aparelho a essa estimulação interna, sem proteção, constitui a mola mestra do mecanismo psíquico (FREUD, 1895, p. 428).

A questão que se coloca é o que fazer com o excedente dos estímulos internos, na medida em que a simples descarga motora não basta para aliviar a tensão. Eles só desvanecem ou enfraquecem sua intensidade mediante certas condições que devem ser realizadas no mundo exterior e para realização dessa “ação específica” precisa suportar uma certa quantidade de energia.

Porém, em decorrência de seu desamparo inicial, os seres humanos não são capazes de desempenhar tal “ação específica” sem um auxílio externo. Nas palavras de Freud:

O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por ajuda alheia, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais. (FREUD, 1895, p. 431)

Como o recém-nascido não é capaz de executar a ação específica que acabaria com a tensão decorrente do acúmulo de estímulos, ela só pode ser realizada com o auxílio de outra pessoa. É a eliminação da tensão oriunda dos estímulos internos, através do outro, que dá lugar não apenas à vivência de satisfação, mas, principalmente, à própria possibilidade de existência. Assim, como afirma Arán:

Esta seria uma das referências mais radicais da ideia de alteridade no texto freudiano, qual seja, a hipótese de um estado de dependência originária onde a presença ou não do outro definiria não apenas a possibilidade de satisfação pulsional, como também, a emergência da própria vida. (ARÁN, 2001, p 187)

A maneira como Freud problematiza a questão das excitações endógenas nos remete a algumas ideias essenciais para a construção

da teoria das pulsões: uma excitação que tem origem no interior do corpo atua de forma constante (característica considerada essencial à pulsão) e sustenta a atividade psíquica. A forma como o aparelho responde à estimulação constante sugere a imbricação da pulsão com o outro. Diante da prematuridade do infante, ele precisa de outrem para apaziguar sua tensão interna. Dessa forma, Freud indica as primeiras diretrizes para demonstrar que o sujeito se constitui a partir da relação com o outro. Na experiência de satisfação, com a interferência do outro, há um acolhimento das excitações que dão origem ao corpo pulsional.

A primeira vez que Freud utilizou o conceito de pulsão foi em 1905, nos “Três ensaios sobre a teoria sexual” e, embora nessa época seus contornos ainda não estivessem bem delimitados, sua importância já era perceptível. Sua formulação se inicia no momento em que o autor se posiciona criticamente sobre a questão das “aberrações sexuais”, ou seja, sustenta uma oposição sistemática à sexologia.

Mas, vale salientar, que não é da pulsão em geral que Freud nos fala inicialmente, e, sim, da pulsão sexual. Esta resultaria da reunião de pulsões parciais, e, na fase inicial do desenvolvimento do indivíduo, a própria distinção entre pulsões sexuais e de autoconservação não poderia ser feita. A diferenciação entre elas só aconteceria após o investimento objetal. Porém, será em relação a sua fonte e ao seu objetivo que a pulsão parcial se definirá inicialmente.

Nesse texto, Freud não explora detalhadamente o aspecto energético da pulsão. Ela é definida, num acréscimo datado de 1915, como *“um representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente, para diferenciá-la do ‘estímulo’, que é produzido por excitações isoladas vindas de fora”* (1905b, p. 157).

Nessa concepção, Freud parece estabelecer uma equivalência entre pulsão e seu representante psíquico, colocando algumas incertezas se a pulsão pertenceria, necessariamente, ao nível psíquico⁴⁸. Nesse

48 Nos artigos metapsicológicos, Freud vai diferenciar a pulsão de seus representantes, esclarecendo que ela é irredutível ao plano psíquico. Além do mais, o autor levanta a hipótese de que tanto a ideia quanto o afeto podem ser representantes da pulsão. No artigo “O inconsciente”, Freud sustenta que “uma pulsão nunca pode tornar-se objeto da consciência – só a ideia que a representa pode. Além disso, mesmo no inconsciente, uma pulsão não pode ser representada de outra forma a não ser por uma ideia. Se a pulsão não se prendeu a uma ideia ou não se manifestou como um estado afetivo, nada poderemos conhecer sobre ela” (FREUD, 1915c, p. 203). A partir da análise do recalque, Freud delineou a separação entre ideia e afeto e ambos são concebidos como representantes psíquicos da pulsão (FREUD, 1915b, p. 165-182).

momento, podemos observar uma ênfase na leitura qualitativa da pulsão. O aspecto quantitativo, sua força, é pensado no campo das representações psíquicas (BIRMAN, 2001, p. 17).

Em 1915, no artigo “Os instintos e suas vicissitudes”, Freud descreve de forma notável o conceito fundamental da Psicanálise. Em princípio, o conceito de pulsão é analisado sob ângulos da fisiologia, biologia e termodinâmica. Do domínio da fisiologia, apropria-se novamente do modelo do arco-reflexo segundo o qual todo estímulo de fora é descarregado por uma ação, afastando assim a substância estimulada das influências do estímulo. Interrogando-se a respeito da relação entre pulsão e estímulo, Freud conclui que a pulsão é um estímulo aplicado à mente que tem origem no próprio organismo. Mas, ao passo que o estímulo funciona com um impacto único, transitório, que admite uma fuga motora, a pulsão atua de forma constante. De fato, a introdução da pulsão traz dificuldades para o modelo do reflexo fisiológico. Ela demanda mais que um trivial distanciamento da estimulação, compelindo o aparelho psíquico a executar ações de maior complexidade e interligação. Em vista disso, Freud atribui às pulsões, e não aos estímulos, as verdadeiras forças motrizes do desenvolvimento (1915a, p. 140).

A biologia é o segundo ângulo sob o qual Freud examina a pulsão.

Se agora nos dedicarmos a considerar a vida mental sob o ponto de vista biológico, uma “pulsão” nos aparecerá como sendo um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência de trabalho feita à mente no sentido de trabalhar em consequência da sua ligação com o corpo. (FREUD, 1915a, p. 142)

A pulsão é assim definida como “um conceito limite entre o psíquico e o somático”. Tendo como característica marcante sua força constante originária do interior do corpo. A pressão contínua dos estímulos requer do psíquico uma “exigência de trabalho” – dominar os estímulos. A pulsão realiza uma mediação entre o somático – fonte de estimulação – e o psíquico – palco das representações. É apenas por intermédio de seus representantes que ela se presentifica no psiquismo.

Segundo Joel Birman, na montagem da pulsão se evidenciaria um intervalo insuperável, indicado pela distância manifesta entre os registros do somático e do psíquico. Tal intervalo, que permanece sempre em aberto, é o que fundamenta o próprio movimento

pulsional, ou seja, uma exigência de trabalho feita ao psíquico por sua relação com o orgânico (2001c, p. 175).

Após analisar a pulsão, sob diversos ângulos, Freud passa a explorar os quatro termos que a qualificam – fonte, pressão, finalidade e objeto. Eles se articulam e intervêm no funcionamento e destinos da pulsão. Porém, a pressão (*Drang*) não é apenas um atributo, mas a própria essência da pulsão, ou seja, é a própria atividade da pulsão. Ela é qualificada como “o fator motor, a quantidade de força ou a medida de exigência de trabalho que ela representa” (1915a, p. 142). A “exigência de trabalho” adquire a posição de marca específica do aparelho psíquico.

Birman salienta que Freud passa a realçar o aspecto quantitativo da pulsão (2001b, p. 16-18). Sendo assim, o ensaio de 1915 representaria uma passagem na formulação freudiana da pulsão. Os destinos da pulsão serão definidos de acordo com a produção da força pulsional. A intensidade pulsional (aspecto econômico) é problematizada trazendo à tona a interrogação de como a qualidade se constitui a partir da quantidade. Dessa maneira, Freud estaria avançando as hipóteses que aprimorará na segunda teoria das pulsões.

A construção teórica freudiana nos conduz em seguida aos diferentes destinos da pulsão: passagem da força pulsional da atividade à passividade, retorno da força pulsional sobre o organismo, o recalque e a sublimação.

Essas referências indicam que a pulsão, para não se esvair numa descarga total, necessita da existência do outro, através do qual o retorno pulsional se realiza. Isso significa que a relação intersubjetiva é de fundamental importância para construção da subjetividade.

Porém, o registro pulsional será mais bem aprofundado a partir do conceito de “compulsão à repetição”. Esse conceito passa a ser problematizado a partir do que na clínica se faz ato. Para Freud, o esquecimento ocultava a verdade da “doença”, por isso inicialmente utilizou método hipnótico para ter acesso ao acontecimento traumático esquecido. A hipnose era a técnica empregada para romper o bloqueio da memória, e, mesmo depois de sua substituição pelo método da associação livre, o objetivo ainda era a mesma a reminiscência.

No entanto, na época do tratamento de Dora, momento da publicação da Interpretação dos sonhos, Freud se defrontou com um fato novo que desempenhou um papel decisivo no futuro da teoria e da técnica psicanalítica. Enquanto estava preocupado

com a recordação dos acontecimentos passados do paciente, este desenvolvia um outro mecanismo, não tão evidente, mas igualmente importante, de cujo significado e alcance Freud sequer suspeitava:

O paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa-o pela atuação ou atua-o (acts it out). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente, saber que o está repetindo. (FREUD, 1914a, p. 196)

Freud havia chamado atenção para esse fato quando Dora o abandona, três meses depois de ter iniciado o tratamento, repetindo com ele uma situação que tinha vivenciado, anteriormente, com o Sr. K. (FREUD, 1905a, p. 110-113)

A partir desse momento, Freud passa a privilegiar esse novo mecanismo na prática clínica. Ele afirma que seu maior interesse é a relação entre compulsão à repetição, transferência e resistência. Para o autor, a transferência é apenas "*um fragmento da repetição*", e a repetição é uma transferência do passado esquecido para o analista, como também para todos aspectos da situação atual. Essa compulsão a repetir padrões arcaicos substituía a recordação, o que faz com que Freud identifique a repetição como uma resistência. Em suas palavras:

Quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação (acting out) (repetição) substituirá o recordar, pois o recordar ideal do que foi esquecido, que ocorre na hipnose, corresponde a um estado no qual a resistência foi posta completamente de lado. (FREUD, 1914a, p. 197)

Assim sendo, poderíamos afirmar que a transferência é um substituto da recordação e, conseqüentemente, uma resistência à recordação e à associação livre. Dito de outra forma, atuar (repetir em ação) é não atender à exigência da associação livre.

Finalmente, em "*Além do principio do prazer*", a problemática da repetição assume um papel decisivo para a teoria psicanalítica. É a repetição que funcionará como pedra angular para elucidar o conceito de pulsão de morte, "*algo mais primitivo, mais elementar e mais pulsional que o principio do prazer*" que se manifesta através da compulsão à repetição (FREUD, 1920, p. 37). Neste sentido, haverá uma reformulação na teoria do dualismo pulsional.

O olhar atento de Freud ao fenômeno clínico da repetição de

experiências dolorosas acarretou uma dificuldade teórica para a Psicanálise. A máquina psíquica regulada pelo princípio de prazer – evitar o desprazer e produzir o prazer – era posta em xeque pela manifestação da compulsão à repetição. Ora, se o princípio de prazer reinasse solenemente no aparelho da alma, o conjunto dos processos psíquicos seriam experienciados com prazer, ou ao menos, se deparariam com a produção do prazer como saldo final. O que acontece na compulsão à repetição de experiências traumáticas é que essa não atende, sob nenhum aspecto, às exigências do princípio do prazer, e, no entanto, mantém seu caráter pulsional. Dessa forma, Freud afirma que seria incorreto supormos uma dominância do princípio de prazer e questiona se tal princípio é realmente originário no aparelho psíquico⁵¹.

O máximo que se pode dizer, portanto, é que existe na mente uma forte tendência no sentido do princípio de prazer, embora essa tendência seja contrariada por certas outras forças ou circunstâncias, de maneira que o resultado final talvez nem sempre se mostre em harmonia com a tendência no sentido do prazer (FREUD, 1920, p. 20).

As investigações freudianas se debruçam sobre as circunstâncias em que não há uma predominância do princípio do prazer. O autor se apropria dos sonhos de neurose traumática para avançar na sua construção teórica. A repetição, nesse caso, antecede o princípio de prazer, ou seja, é mais primitiva que o intento de alcançar o prazer e evitar o desprazer. Melhor dizendo, a compulsão à repetição não contradiz o princípio de prazer, mas é independente dele. Conforme aponta o pesquisador, “os sonhos estão ajudando a executar outra tarefa, a qual deve ser realizada antes que a dominância do princípio do prazer possa mesmo começar” (FREUD, 1920, p. 48).

A hipótese freudiana da supremacia do princípio de prazer no psiquismo se sustenta, apenas, diante de uma concepção de um circuito pulsional ordenado. Da mesma maneira como foi elaborada nos “Três ensaios...”, a pulsão estaria inscrita no registro das

51 Em 1924, no trabalho “O problema econômico do masoquismo”, Freud afirma que o princípio de prazer não é originário no psiquismo, mas o princípio de Nirvana. Tal princípio retrata o movimento originário da pulsão, qual seja, a supressão completa das excitações.

representações que apontaria o mundo dos objetos para a satisfação. Logo, nesse período, havia uma valorização do aspecto qualitativo da pulsão, idealizado a partir de seus representantes psíquicos. Freud alegava a existência de uma ligação originária entre a força pulsional e o mundo das representações. Tal ligação abarca a tarefa de realizar a inscrição da série prazer e desprazer, na qual o princípio de prazer predomina. (BIRMAN, 1996, p. 28-33; 1997, p. 61-65).

Portanto, presumir um “além do princípio de prazer” é supor algo que ainda está fora da série prazer e desprazer. É se referindo à compulsão à repetição que Freud se depara com as experiências de puro desprazer. Instante em que não há uma ligação da força pulsional com os representantes psíquicos. Assim, Freud inventa uma pulsão sem representação, pura força. Essa modalidade da pulsão entendida como força sem representação, um excesso, um resto que permanece como uma exigência de trabalho psíquico, é que Freud nomeia como pulsão de morte.

Birman afirma que a formulação da pulsão de morte é uma decorrência patente do ideário de 1915, quando Freud aliava a noção de pulsão à força e à exigência de trabalho. Pois, ao destacar conceitualmente o aspecto quantitativo, o autor desenlaçava o conceito de pulsão ao de representação. A pulsão incorpora uma força de antiligação que mais não se amolda ao plano das formações psíquicas da representação (inconsciente, pré-consciente e consciente). Para que ela se transforme num circuito pulsional, faz-se necessária uma ligação com os objetos e sua inscrição no campo dos representantes (BIRMAN, 1997, p. 36-37).

Ao privilegiar a pulsão no seu aspecto variável e quantitativo, podemos pensar que o processo de subjetivação se dá a partir da ação. Segundo Birman, no inconsciente o pensamento não separa sujeito e objeto e centra-se no verbo e na ação; isso implica admitir que nele não há dimensão de *interioridade* da subjetividade. Dito de outra forma, não haveria um sujeito que antecederia a ação; esse se constituiria na própria ação (2001c, p. 173-198). Portanto, abre-se um caminho para romper com os binarismos e pensar as sexualidades, os gêneros e corpos de uma forma plural, múltipla e plástica. Evitando operar com os dualismos, que acabam por manter a lógica da subordinação.

Nessa perspectiva, as polarizações naturalizadas homem-mulher, masculino-feminino, ativo-passivo, heterossexual-homossexual seriam problematizadas e questionadas. Pois, ao

nosso ver, o conceito de pulsão permite pensar as subjetividades longe das amarras dos esquemas identitários e binários, na medida em que sugere a abertura, a desnaturalização e a dúvida como estratégias afirmativas e potentes para pensar as subjetividades.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia Ramos. **O avesso do avesso: feminilidade e novas formas de subjetivação**. 2001. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

BIRMAN, Joel. **Por uma estilística da existência: sobre a Psicanálise, a Modernidade e a Arte**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. **Corpos e formas de subjetivação em Psicanálise**. Disponível em: <http://www.estadosgerais.org>, 2001b.

_____. **O sentido da retórica: sobre o corpo, o afeto e a linguagem**. In: BEZERRA JR, B. & PLASTINO, C.A. (Orgs.). **Corpo afeto linguagem**. Rio de Janeiro: Marca d'Água, 2001c. p. 173-198.

DAVID-MENARD, Monique. **L'hystérique entre Freud et Lacan. Corps et langage en psychanalyse**. Paris : Editions Universitaires, 1993.

_____. **Les constructions de l'universel – Psychanalyse, philosophie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

_____. **Tout le plaisir est pour moi**. Paris: Hachete Littératures, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Qu'est-ce qu'un auteur?** Littoral. Paris: Erés, n. 9, juin. 1983.

FREUD, Sigmund. **EDIÇÃO standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989.

- _____. (1892-7). **Extratos dos documentos dirigidos a Fliess, vol. I.**
- _____. (1893). **Algumas considerações para o estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas, vol. I.**
- _____. (1895). **Projeto para uma Psicologia científica, vol. I.**
- _____. (1896). **Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa, vol. III**
- _____. (1898). **A sexualidade na etiologia das neuroses, vol. III.**
- _____. (1905a). **Fragmento da análise de um caso de histeria, vol. VII.**
- _____. (1905b). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, vol. VII.**
- _____. (1906). **Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses, vol. VII**
- _____. (1908a). **Fantasia histérica e sua relação com a bissexualidade, vol. IX.**
- _____. (1908b). **Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna, vol. IX.**
- _____. (1908c). **Sobre as teorias sexuais das crianças, vol. IX.**
- _____. (1911). **Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental, vol. XII.**
- _____. (1914a). **Recordar, repetir e elaborar, vol XII.**
- _____. (1914b). **Sobre o narcisismo: uma introdução, vol. XIV.**
- _____. (1915a). **Os instintos e suas vicissitudes, vol. XIV.**
- _____. (1915b). **Recalque, vol. XIV**

- _____. (1915c). **O inconsciente**, vol. XIV.
- _____. (1915d). **Luto e melancolia**, vol. XVI.
- _____. (1916-7). **Conferências introdutórias sobre Psicanálise**, vol. XVI.
- _____. (1918). **Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais**, vol. XVII.
- _____. (1920). **Além do princípio do prazer**, vol. XVIII.
- _____. (1921). **Psicologia de grupo**, vol. XVIII.
- _____. (1923a). **O ego e o id**, vol. XIX.
- _____. (1923b). **A organização genital infantil**, vol. XIX.
- _____. (1924a). **O problema econômico do masoquismo**, vol. XIX.
- _____. (1924b). **A dissolução do Complexo de Édipo**, vol. XIX.
- _____. (1924c). **Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica do sexo**, vol. XIX.
- _____. (1932). **Novas conferências introdutórias sobre a Psicanálise**, vol. XXII.
- _____. (1937). **Análise terminável e interminável**, vol. XXIII.
- _____. (1938a). **Esboço de Psicanálise**, vol. XXIII.
- _____. (1938b). **Algumas lições elementares de Psicanálise**, vol. XXIII.

LAQUEUR, Thomas. **La fabrique du sexe**. Essai sur le corps et le genre en Occident. Paris: Gallimard, 1992.

NERI, Regina. **A Psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a calderinha.**

Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHINEIDER, M. **De l'exorcisme à la psychanalyse. Le féminin expurge.** Paris: Retz, 1979. (Collection Divergences).

_____. La part de l'ombre. **Approche d'un trauma féminin.** Paris: Aubier, 1982.

_____. **Généalogie du MASCULIN.** Paris: Aubier, 2000.

PONTALIS, J. B. L'inachèvement. **Nouvelle Revue de Psychanalyse.** Paris: Gallimard, n. 50, 1994.

ESCUTANDO MULHERES, INTERROGANDO O FEMININO: A PSICANÁLISE ALÉM DO ÉDIPO COM FREUD E LACAN

Louise Amaral Lhullier
Daphne Fayad

Introdução

Uma pesquisa quantitativa realizada pelo CFP no primeiro semestre de 2012 (LHULLIER, 2013) havia destacado a importância dos autores da Psicanálise na formação das psicólogas brasileiras. Na sequência dessa pesquisa, como relatado no capítulo introdutório a esta coletânea, o CFP realizou o estudo qualitativo que deu origem a este livro. A partir dos resultados quantitativos, esperávamos encontrar, na pesquisa qualitativa, falas de psicólogas que remetessem à discussão sobre mulher e feminino referenciadas em autores da Psicanálise, especialmente em Freud e Lacan. No entanto, não apareceram, nas incursões das psicólogas sobre os temas mulher e feminino, apropriações significativas das perspectivas freudiana e lacaniana cuja precisão ou rigor conceitual revelassem que eram frutos de um percurso teórico consistente com a teoria psicanalítica.

Por outro lado, surgiram alusões à Psicanálise e foram utilizados vários termos que lhe são próprios e que foram incorporados ao jargão *psi* a partir do discurso psicanalítico. Constata-se que nesse processo, contudo, muitas vezes o sentido original se perdeu, ou seja, os termos são utilizados fora do contexto da teoria psicanalítica e até mesmo de maneira estranha a ela. Aliás, esse fenômeno não é exclusivo do universo que estudamos. Entre 1950 e 1960, o psicólogo social francês Serge Moscovici realizou um estudo baseado em pesquisas de opinião e análise de conteúdo da imprensa francesa sobre o que denominou a “representação social da Psicanálise” e que inspirou uma série de outros autores a se debruçarem sobre o tema. Seu interesse foi despertado pelo fato de que:

Insidiosa ou bruscamente, segundo os países, os regimes políticos ou as classes sociais, a Psicanálise abandonou a esfera das ideias para ingressar na vida, nos pensamentos, nas condutas, nos costumes

e no universo das conversações de grande número de indivíduos. (MOSCOVICI, 1978, p. 18)

A presença nas *conversações* – expressão colocada em destaque pelo pesquisador francês – foi justamente o foco de nossa análise do material na presente pesquisa. Ante o resultado da pesquisa quantitativa, supúnhamos encontrar algo além da presença difusa, fragmentada e um tanto nebulosa da Psicanálise que apareceu aqui e ali nas falas que recolhemos, como exemplificado na que se segue:

Porque eu fiz toda uma formação. A base da minha formação é psicanalítica e dentro da Psicanálise tem uma ideia de que na alma, vamos dizer assim, na nossa vida mental, não somos nem masculinos nem femininos, mas ocupamos esses lugares dinamicamente, vamos dizer assim. Mas eu não tenho a menor dúvida de que, apesar disso ser verdade, isso não é totalmente verdade, porque, na medida em que temos um corpo, temos uma configuração que é feminina, algumas de nós amamentam, todas quase menstruam, não há a possibilidade de ocuparmos, como os homens, o mesmo lugar, sentadas na nossa função, no exercício da nossa função. Então apesar de nós fazermos esse exercício de nos deslocarmos entre o masculino e o feminino, algumas com mais possibilidades, outras com menos, algumas predominantemente masculinas, inclusive, tem um elemento fundante no nosso ser, que tem a ver com nosso corpo, tanto de homens quanto de mulheres... (Grupo de São Paulo)

A *influência difusa dos princípios psicanalíticos* mencionada por Moscovici permeou muitas outras falas, assim como acontece no âmbito mais amplo da sociedade ocidental. Essa influência se fazia sentir, segundo ele, já na metade do século XX, no uso de “[...] certas palavras – complexo, repressão -, certos aspectos particulares da existência – a infância, a sexualidade – ou da atividade psíquica – o sonho, o ato falho” (Moscovici, 1978, p. 18). No entanto, naquele estudo como no presente, percebe-se que a interpretação daquilo que a Psicanálise trouxe de novo à compreensão da experiência humana não guarda uma relação necessária com a evolução da teoria psicanalítica ou com a ética que orienta a prática da Psicanálise. Moscovici (1978, p. 19) assinalava, por exemplo, que:

Um relance sobre a literatura pedagógica, sobre a mudança nos comportamentos dos pais em face de seus filhos, ciosos, a tal respeito, de evitar os conflitos afetivos e respeitar uma originalidade de desenvolvimento, é testemunho de uma influência difusa dos princípios psicanalíticos. Apesar

das advertências de numerosos psicanalistas, a crença na possibilidade de uma “boa educação”, baseada nesses princípios, ensinando claramente o que é preciso fazer e o que não se deve fazer com os filhos, persiste de forma tenaz.

Aqui o pesquisador alude a certos desdobramentos prescritivos da Psicanálise, por assim dizer, que nela têm suas origens, mas que ignoram que o saber que lhe corresponde é constituído a partir de uma prática, que busca, sobretudo, a partir das descobertas proporcionadas pela escuta do inconsciente, pela escuta do sem-sentido que “fura” a lógica de uma fala, atingir algo da experiência humana que até Freud não havia recebido esse tipo de atenção. Dessa forma, pesquisa, constrói suas teorias, afirma sua ética e opera sua prática, mas não visa definir padrões de comportamento, não pretende ser detentora da verdade, seja na educação infantil, seja em outros campos da atividade humana, pois isso seria incompatível com aquilo que a sustenta, ou seja, a hipótese do inconsciente.

Assim, por exemplo, Freud apontou de forma brilhante o mal-estar na cultura (FREUD, 1929[1930]), situando-o à luz do conflito entre as exigências da civilização e as demandas pulsionais, mas seu texto não prescreve a satisfação pulsional sem barreiras como uma solução para o sofrimento humano, como eventualmente foi (ou ainda é?) interpretado. Da mesma forma, descrever a importância da função paterna na constituição da subjetividade humana não é a mesma coisa que preconizar que essa seria a única via, ou mesmo a melhor, para essa construção. Nunca é demais lembrar, a propósito, que a Psicanálise não reivindica para si um caráter universal ou atemporal.

Em outro trecho de seu comentário, ainda aludindo aos usos da Psicanálise, Moscovici (1978, p. 23) alerta para o fato de que “Na medida em que os princípios de sua terapia são mais bem conhecidos, seus conceitos assimilados e discutidos, muitos indivíduos começaram a praticar uma análise selvagem sobre eles mesmos e sobre os outros”.

Esse autor esclarece que o caráter selvagem dessas intervenções está relacionado à brutalidade de uma prática que, entendemos nós, assim desfigurada, distancia-se em muito da ética da qual é indissociável, e que Lacan trabalhou, sobretudo, em seu seminário A ética da Psicanálise (1959-1960). Além disso, é estranha à prática da Psicanálise, pois essa requer mais que a “assimilação e discussão dos conceitos” e o conhecimento dos “princípios de sua terapia (sic)”

(MOSCOVICI, 1978, p. 23). Requer um analisante que se dirija a um analista, cuja formação consiste na própria análise e no trabalho sob supervisão (ou controle, outro termo utilizado para designá-lo), além do conhecimento da teoria que fundamenta sua prática.

Feminino-mulher, mulher-feminino nas falas das psicólogas

Na pesquisa qualitativa, de uma maneira geral, as psicólogas utilizaram os significantes mulher e feminino de modo praticamente indistinto, contrapondo-os a homem e masculino e, dessa forma, revelando a persistência entre elas da hegemonia da concepção binária da sexualidade humana. Além disso, foi preponderante a visão do feminino-mulher que coincide, em linhas gerais, com a imagem da mãe – da “boa” mãe, ao menos – no senso comum, o que, aliás, chegou a ser explicitado em várias falas: aquela que cuida, que acolhe, que escuta, e que, em relação ao homem, é mais sensível ao sofrimento alheio, tem uma percepção mais aguçada sobre o outro e é mais emotiva, embora saiba lidar melhor com as emoções. Nesse contexto, a associação psicóloga-mãe – e conseqüentemente entre exercício da Psicologia e maternagem – surgiu de forma insistente em diversos grupos.

Diz-se que o feminino, a mulher tem mais sensibilidade. (Grupo de Florianópolis)

O homem é mais racional, e a mulher é mais emocional. (Grupo de Brasília)

Acho que as mulheres lidam melhor com as emoções que os homens. (Grupo de Maceió)

A gente tem satisfação em ver o outro se desenvolver bem, melhorar, cuidar, dar uma atenção, acolher na dor. (Grupo de Brasília)

A gente tem aquele olhar, sempre, sensível, de cuidado, [...] a gente tem um olhar, uma escuta diferenciada. (Grupo de Brasília)

Acho que está muito ligado a isso, à maternagem, ao cuidar. Afinal de contas é isso que a gente quer, o que todo mundo

quer de uma psicóloga, é um cuidado. (Grupo de Porto Alegre)

Acho também que de uma certa maneira os nossos pacientes são nossos filhos, durante um tempo. (Grupo de Porto Alegre)

A constituição do feminino-mulher foi atribuída mais frequentemente a fatores históricos, culturais e sociais, embora a argumentação que sustentasse essa hipótese – assim como as outras – não viesse referenciada em algum autor, teoria ou campo epistemológico específico. A perspectiva mais “biologista”, explicitamente associada à ideia de uma essência feminina radicada na natureza, foi rara, embora não de todo ausente do conjunto das falas.

As mulheres são muito mais educadas para expressar sentimentos. Por isso que a gente tem mais facilidade de lidar com isso, então é um campo melhor, mais fácil de a gente trabalhar.[...] E os homens não porque eles não são educados para isso. (Grupo de Brasília)

Acredito que seja um significado construído sócio histórico, incluído na sociedade, e que a psicóloga mulher, ela talvez estaria mais apta para acolher e cuidar da dor do outro pela sensibilidade, que talvez ocorreria, mas isso também não é algo que eu sei cientificamente provado, eu sei porque é algo que eu ouço falar na universidade, alguns professores traziam isso, que talvez tenham tantas mulheres na profissão por conta disso, que o homem já está mais para a área das exatas e a mulher para a área das humanas, isso também é uma incógnita. (Grupo de Florianópolis)

E tem também essa questão, eu percebo essa sagacidade de perceber o outro, perceber expressões, emoções passadas através de sinais físicos mesmo, a linguagem não verbal, através de expressões, eu até vi uma pesquisa, que ele fez um estudo sobre a diferença constitucional do cérebro masculino e feminino. Então algumas coisas a gente coloca como muito cultural e algumas coisas que estão na constituição, do nosso trabalho, que é uma capacidade feminina à percepção de emoções, através da fala. (Grupo de Recife)

Foi registrada também uma referência ao “arquétipo do

feminino”, em um dos grupos, revelando aí uma hipótese mais próxima do pensamento junguiano a respeito das origens da maternagem.

A questão do arquétipo do feminino, a mulher tem a questão do cuidado, da maternagem, é nacional, é nosso, é cultural, mas existe um arquétipo maior também. Nossa Senhora, aquela que se sacrificou pelo Salvador, a mulher tem esse arquétipo, situações que ela tem que suportar. (Grupo de Recife)

A pesquisa qualitativa não nos proporciona elementos para generalizar os achados que proporcionou, mas certamente ela aponta essa forma de apropriação da Psicanálise descrita nos estudos inaugurados por Moscovici, que podemos identificar, de certa forma, com o senso comum. Então, embora não se possa afirmar de forma categórica a dimensão dessa presença como *influência difusa* no exercício da Psicologia brasileira, há elementos – e não apenas da presente pesquisa – para afirmar que ela existe e, portanto, requer atenção.

A partir desses elementos que encontramos e, principalmente, daquilo que não encontramos na pesquisa – ou seja, referências claras a contribuições importantes da teoria psicanalítica sobre mulher e feminino –, apresentamos, na sequência, nossa leitura quanto ao lugar dado à mulher e ao feminino por Freud e por Jacques Lacan no início de seu ensino, e das possibilidades abertas pelo avanço teórico promovido pelo avanço desse último em momentos posteriores da sua trajetória. Além disso, valemo-nos de leituras atuais do pensamento lacaniano para situar algumas possibilidades que hoje a Psicanálise oferece para a invenção do feminino e da mulher, em particular, e para a análise da questão da diferença sexual, em geral. Nossa visada não se dirige, portanto, para a definição de um “ser mulher” e, sim, para as possibilidades de invenção da mulher que se abrem a partir das elucubrações lacanianas sobre o feminino. Mais do que nos determos sobre a crítica a certas vertentes da apropriação da Psicanálise sobre a Psicologia, procuramos escrever sobre o que a primeira tem a oferecer à reflexão sobre as questões de que aqui tratamos.

Mulher e feminino sob a primazia do falo em Freud e Lacan

As questões referentes ao feminino e à mulher são temas centrais para a Psicanálise desde seu início ao final do século XIX, quando Freud escutou e fez com que as históricas fossem escutadas, e estão entre aqueles que têm gerado muitas discussões que vão além do campo de sua teoria e de sua prática. Em grande parte, porque essa escuta encontrou seu limite na lógica que a orientou, ordenada pelo falo e, portanto, identificada como falocêntrica. A discussão política empreendida por autoras feministas, como indicado no capítulo Freud: pertinências e impertinências sobre a mulher e o feminino, nesta coletânea, apontou essa limitação, mas mostrou também outras possibilidades de desdobramento do pensamento freudiano sobre a sexualidade, a mulher e o feminino.

Cabe assinalar, também, que não encontraremos definições inequívocas e definitivas desses termos – mulher, feminino – na obra freudiana e lacaniana e na literatura psicanalítica. Aliás, são utilizados, por vezes, como equivalentes². Contudo, a temática mulher-feminino se faz presente de forma insistente tanto ao longo da obra de Freud quanto de Lacan. Sendo assim, é possível seguir as várias vias de reflexão que inspiram, entre elas a que desenvolvemos aqui.

Em Freud, é comum encontrarmos o termo “mulher” para designar tanto o sexo biológico como o conceito cultural, assim como a mulher “em seu estado mais verdadeiro” (1925), aquele que diz respeito ao narcisismo e à necessidade de ser amada, maior do que a de amar. Em Lacan, o termo será utilizado quase como conceito, como quando se refere ao ato de uma “verdadeira” mulher (1958) ou quando afirma que “A Mulher não existe” (1974). Igualmente conhecida é a afirmação de Lacan (1975) “a mulher é louca”, em referência à forma desmedida de amar.

O tornar-se mulher é muitas vezes apresentado, no trabalho de Freud, atrelado a duas condições: o da escolha heterossexual seguido da maternidade como a saída para a “feminilidade normal” (1932). No entanto, ele alerta: “a Psicanálise não tenta

2 Inspirado no mito de Édipo-Rei, Freud descreve uma constante triangular vivida positivamente como amor ao progenitor do sexo oposto e rivalidade com aquele do mesmo sexo. Encontramos na mesma estrutura sua forma negativa (invertida), e ambas, em sua manifestação conjunta, representam para a Psicanálise um eixo de compreensão da subjetividade.

descrever o que é a mulher – seria esta uma tarefa difícil de cumprir –, mas se empenha em indagar como é que a mulher se forma, como a mulher se desenvolve desde a criança dotada de disposição bissexual” (FREUD, 1932/1996, p. 144). É somente a partir dessa intenção – e não da pretensão de definir a mulher – que Freud descreve algumas constantes acerca desse desenvolvimento, incluído no plano maior geral de sua teoria sobre a sexualidade. Vejamos algumas dessas articulações.

É possível encontrar em Freud aspectos distintos e paradoxais de um conjunto que poderíamos chamar aqui de “subjetividade feminina”, desembocando numa noção mais abrangente da “feminilidade” que concerne também aos homens. Isso porque ele avança em sua compreensão do complexo de castração e de sua noção de “repúdio à castração”, seus pontos de partida. Segundo Freud, a fantasia de castração figura uma resposta ao enigma da diferença anatômica entre os sexos e é vivida de formas distintas no menino e na menina. Em articulação estreita com o complexo de Édipo, o complexo de castração possui um papel fundamental interditório e normativo.

Especialmente em seus trabalhos posteriores à virada de 1920, que ocorrem a partir da formulação e formalização da noção de pulsão de morte e permitem o avanço para a segunda tópica (Eu, Isso, Supereu), observa-se um alargamento da noção de castração – que, para Freud, vai tomando a forma mais ampla de falta e finitude, como se lê, por exemplo, em *O mal-estar na civilização* (1930[1929]). O autor acabará por identificar os termos – castração e feminilidade – e reconhecerá a expressão “repúdio da feminilidade” (1937), presente tanto no homem como na mulher, como mais apropriada. Assim, identificamos esse repúdio em diferentes momentos de sua obra e de maneira cumulativa: a princípio diretamente reportado à castração e à inveja do pênis, depois às tendências homossexuais – dada a constituição bissexual humana – e, por fim, à falta, à submissão e à fragilidade.

Quanto ao feminino, Freud começa por discuti-lo a partir do conjunto de atributos típicos das mulheres de sua época: fragilidade, passividade, docilidade e os traços maternos. O autor menciona uma disposição constitucional somada às imposições culturais no controle da agressividade feminina (1932), ao mesmo tempo em que descreve o intrincado processo de identificação da menina com a mãe pelo exemplo do brincar de boneca, processo igualmente submetido às

leis dos complexos de Édipo e castração.

Nesse cenário, vai colocar a escolha heterossexual – ou seja, a escolha de um parceiro masculino – e a maternidade como a expressão de uma “feminilidade normal”. Vale lembrar que a construção argumentativa freudiana se sustenta na organização fálica como ordenadora da teoria geral sobre a sexualidade. Em outras palavras, esse “feminino” é oriundo de um referencial permanentemente masculino, leitura que Freud extrai da própria organização da cultura. Em resposta às críticas ao método freudiano bipartido de interpretação, pode-se argumentar que ele ressalta sua utilidade puramente didática, alertando para o fato de que

[...] todos os indivíduos humanos, em resultado de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto. (FREUD, 1925/1996, p. 286)

De qualquer forma, tanto em Freud como no ensino de Lacan anterior ao seminário 18 – De um discurso que não fosse semblante (1971) – a questão da diferença sexual é elaborada a partir do ter (masculino) ou não ter (feminino) o falo, o que despertou severas críticas de diversas autoras (ARÁN, 2001; DAVID-MÉNARD, 1993, 1997, 2000; NERI, 2005; NUNES, 2000; SCHNEIDER, 1979, 1982, 2000; entre outras).

A versão do feminino como esse outro sexo marcado pela incompletude – estranha ao pensamento lacaniano tal como se apresenta a partir da década de 1970 – comporta figuras de mulher aparentemente opostas, mas que, na verdade, têm em comum sua organização em torno de um “sinal de menos”. De alguma forma, essas figuras se presentificaram em muitas das falas das psicólogas, inclusive em uma das poucas que faz referência explícita à Psicanálise, e que destaca, justamente, a incompletude como algo próprio da mulher:

Eu acho que é isso mesmo, a mulher é incompleta, como fala a Adélia Prado, nas poesias dela falando disso, do o que que é ser mulher? É uma possibilidade que a mulher tem, que eu acho que é isso, do cuidado, do “ver o outro”, do escutar... Acho que a escolha das profissões [...] está atrelada à incompletude [...] A gente tem que suportar o incompleto, meu Deus, vou falar uma besteira só porque tem mulher, o pinto não sustenta

tudo, né? Não dá conta, e eu acho que tem que perceber isso e lidar com isso de outra maneira. (Grupo de Belo Horizonte)

A figura de mulher que se pode localizar a partir de Freud, nessa perspectiva da incompletude em relação ao falo, é desenhada em termos de sua relação à castração e à necessidade de ser amada. Assim, a concepção do “verdadeiramente feminino” é identificada nessa versão com os signos da falta e do amor sacrificial: são as mulheres que sofrem porque se “dedicam aos outros”, renunciam, compreendem, escutam, cuidam, cedem, perdoam...

Nos textos freudianos, podemos encontrar, também retratada, aquela mulher que zela pelo que aí está, que se opõe aos imperativos civilizatórios. Em O mal-estar na civilização, ele vai dizer, por exemplo, que

são as mulheres que contrariam a corrente da civilização e exercem sua influência refreadora e retardadora, elas, que no início estabeleceram o fundamento da civilização através das exigências de seu amor. As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual; o trabalho da cultura tornou-se cada vez mais assunto dos homens; coloca-lhes tarefas sempre mais difíceis, obriga-os a sublimações instintuais de que as mulheres não são muito capazes. (FREUD, 1929/2010, p. 67)

Essa versão de mulher vai aparecer também em Lacan, como mantenedora da vida naquilo que ela tem de mais simples, ela é depositária da tradição, da linguagem como suporte do laço social, dos ideais e das instituições que sustentam a vida. Ela é, aqui, aquela que se dedica à manutenção do mesmo, como assinalou Miller (1999, p. 14) no pensamento lacaniano: “É nessa linha que podemos vê-la, ocasionalmente, como sublinha enfaticamente e repetidas vezes Lacan, como a burguesa, se entendemos por isso a guardiã, a banqueira do depósito fiduciário que a atividade do homem alimenta”.

Contudo, assim como em Freud, também no ensino de Lacan, pode-se encontrar o contraponto a essa mulher que não perde o norte: aparece aí também a desnorтеada, a “perdida”, a “louca”, aquela da qual pode se esperar qualquer coisa. Ao contrário do homem, cuja existência é limitada pelas interdições da cultura, reencontramos aqui a dimensão “selvagem” do feminino, desse sujeito que pode, ante essas mesmas proibições, “fazer semblante de

se dobrar, mas que conserva ante si própria uma liberdade soberana, reduzindo-as à condição de semblantes e é sempre capaz de lançar-se ao absoluto – a esse ou aquele absoluto – deixando de lado os acertos, as negociações, os compromissos onde o desejo masculino se atola” (MILLER, 1999, p. 14). Essa é a mulher que representa o excesso, que coloca em cheque os limites, com uma liberdade em relação à ordem simbólica inconcebível do lado masculino.

O real, o imaginário, o simbólico e a sexuação: Lacan além do Édipo

Com a distinção que Lacan promoveu entre os três registros da experiência humana – real, simbólico e imaginário – a concepção freudiana sobre a sexualidade humana adquiriu maior complexidade e se afastou ainda mais da biologia. Na formulação lacaniana, também é considerada a diferença anatômica, que marca o corpo real: ter ou não ter um pênis. Essa diferença, na dimensão imaginária, de um lado ganhou o sentido de completude, unidade, todo – associado ao masculino – e, de outro, de incompletude, falta – associado ao feminino. O falo se insere, então, na ordem simbólica como o ordenador que define a sexualidade humana. Mas a valorização do pênis como falo revela-se – na teorização lacaniana – como uma construção simbólico-imaginária que, por definição, tem caráter contingente, ou seja, poderia ter ocorrido de outra forma; não há um valor inerente ao pênis, da ordem da biologia, que o coloque necessariamente nessa função de ordenador. Em outras palavras, não se trata de afirmar aqui um universal, no sentido de uma relação necessária (“não poderia ser diferente”), mas de reconhecer o lugar que o falo ocupa na cultura.

Além disso, essa atribuição de sentido ao pênis, sua valorização como falo, como Miller (1999, p. 6) esclarece, deve ser reconhecida como um exemplo “dessa ideologia espontânea, que é uma forma de dizer de um menos estigmatizante do ser feminino”. Esse “sinal de menos” é articulado, no plano imaginário, à observação de que a mulher não tem um pênis, ou seja, é um sentido atribuído à diferença anatômica, que diminui o feminino. De um lado, um fato de observação; de outro, sua interpretação. O dado de observação só tem valor, do ponto de vista da constituição da subjetividade humana, a partir do sentido que lhe é atribuído. No entanto, apesar

do caráter ideológico do valor atribuído ao “ter”, não é possível ignorar que essa valorização tem consequências, tanto sobre “os que têm” como sobre “as que não têm”. Portanto, não se trata do fato em si de ter ou não um pênis, mas do valor que isso assume para o sujeito, o que não é independente da cultura, de forma alguma.

Acresce a isso que, apesar de não ignorar a importância da dimensão real do corpo, a Psicanálise, desde Freud, sabe que não há uma relação necessária entre o sexo anatômico – ou o dos parceiros escolhidos – e a posição de gozo do sujeito, ou seja, a . Consequentemente, o “ter” ou “não ter” não servem como critério para estabelecer a diferença sexual masculino/feminino, em tudo aquilo que extrapola a anatomia.

Lacan produziu outro avanço teórico importantíssimo quando inaugurou, a partir do seminário 18 – De um discurso que não fosse semblante (1971) –, uma nova forma de escrever a diferença entre os sexos em relação a Freud e mesmo a seu próprio percurso anterior. Foi nesse momento que começou a desenvolver as fórmulas da sexualização. Essas fórmulas, que ocuparão um lugar central no seminário 20 – mais, ainda (LACAN, 1972-1973), representam a ruptura em relação à exclusividade da perspectiva fálica, na medida em que separam radicalmente duas lógicas que correspondem a duas modalidades de gozo, ou seja, a duas modalidades de satisfação da pulsão. A primeira – e até então a única fórmula – corresponde à ordem fálica e ao modo de gozo masculino, hegemônico na nossa cultura, e da qual, até então, a teoria psicanalítica não conseguira se libertar de todo. A nova estrutura proposta por Lacan, cuja lógica não é ordenada pelo falo, corresponde ao outro gozo, ao gozo dito feminino.

Nesse momento de seu ensino, na década de 1970, ele aponta a especificidade desse gozo dito “feminino”: ele se situa não-todo na ordem fálica e não pode, portanto, ser apreendido pela lógica que corresponde a essa ordem, ou seja, por aquela ordenada pelo falo e identificada, portanto, com o masculino.

Ele distingue, então, duas posições ante o gozo: o desejo e o amor . Jacques-Alain Miller trabalhou sobre essa elucubração de Lacan, para desenvolver a ideia de uma “repartição sexual” , título de uma aula do curso que ministrou em 1997-1998, *Le Partenaire-Symptôme* (MILLER, 1999). Ele abordou, naquela ocasião, um ponto fundamental para a articulação proposta aqui. Trata-se do “verdadeiro sentido do não-todo lacaniano” (MILLER, 1999, p. 5). Miller começou por apresentar o raciocínio que acompanha certas

interpretações desse não-todo, presentes tanto no senso comum, como entre psicólogos e, dirá ele, mesmo entre psicanalistas, pois é uma leitura possível a partir do Édipo, do pensamento freudiano e do próprio Lacan, se não for levado em consideração aquilo que se explicita ao final de seu ensino. Trata-se da interpretação do não-todo como incompletude, como “sinal de menos” do lado feminino, cujo caráter ideológico já mencionamos. Miller (1999, p. 6) aponta aí “um hiato entre o fato da observação e as consequências que o sujeito desenvolve a partir disso”.

As figuras contrastantes de mulher a que nos reportamos anteriormente, encontradas sobretudo em Lacan, mas também em Freud, remetem, de maneira exemplar, aos retratos de mulher ordenados pela lógica fálica com cujas contradições têm se debatido a Psicologia e outros saberes nas tentativas de definir o feminino. A contradição entre elas – afinal qual delas corresponde ao feminino? – somente encontrará uma via de encaminhamento com a transcendência da lógica fálica, que Lacan promoverá com as fórmulas da sexualização. Aqui, não se trata do sexo anatômico, mas da sexualidade ou da sexualização (termo usado por Lacan e os lacanianos), a referência primordial não é a anatomia, o corpo real, nem o sexo inscrito na anatomia do/da parceiro/parceira objeto de desejo.

Revela-se de maneira inegável o caráter contingencial da coincidência entre mulher e feminino – assim como também de homem e masculino. Nessa perspectiva orientada pelas modalidades de gozo, aquelas figuras de mulher mostram que sua contradição é apenas aparente, pois obedecem à mesma lógica feminina, no sentido de, por diferentes vias, não estarem subordinadas aos ditames da cultura, embora possam fazer uso deles. No primeiro caso, a “guardiã do mesmo” mostra sua liberdade ante o imperativo – no sentido de coerção – de “desenvolvimento”, de “progresso”, de “civilização”, escolhendo o caminho daquilo que tem a ver com a preservação da vida. No segundo, a liberdade é exercida na transcendência dos limites – nesse caso poder-se-ia falar de repressão – impostos pela ordem fálica. A potência criativa do segundo modelo não se opõe, necessariamente, ao zelo pelas funções de manutenção da vida que caracterizam o primeiro, pois ambos podem ser explicados por essa liberdade de que goza o sujeito em posição feminina ante a ordem fálica. Pode-se dizer que ela se identifica com a posição visada ao final de uma análise, ou seja, aquela em que é possível “prescindir do Pai, na condição de fazer uso dele” (LACAN, 1975/2007, p. 132). Ou seja, não há, nesse caso, uma limitação de ordem estrutural que impeça o sujeito

de transcender os limites da Lei, dos imperativos postos pela cultura, embora esses imperativos sejam reconhecidos e levados em consideração nas suas escolhas. Alguns desses aspectos são indiretamente tocados na seguinte fala, extraída da pesquisa qualitativa:

A meu ver, de alguma maneira as mulheres sabem do que dão conta, né? E buscam cada vez mais alguma coisa, como se talvez ficar só ali não fosse o suficiente. Então considero que é muito difícil sim, mas por questões de escolha mesmo, sabe? Você que vai ali. É difícil cuidar de casa, é difícil cuidar do marido, é difícil você ir pro trabalho, é difícil ir pra academia, é difícil você ter um encontro no sábado à tarde num chá com as amigas, e ainda tem reunião na escola dos filhos, mas acho que são coisas que você de alguma maneira vai escolhendo e vai sustentando essa escolha. Então eu acredito que... é como se... satisfizesse, satisfizesse de alguma maneira e ainda buscasse um pouquinho mais. (Grupo de Belém)

A originalidade lacaniana decorre de ter apontado para esse outro gozo, que escapa à lógica própria da ordem fálica, que não pode ser apreendido por ela, ou pelo menos, não-todo. Sendo assim, o feminino se abre para o absoluto, o fora de limite, o fora de sentido, que pode assumir uma face de devastação – quando o sujeito se vê à mercê desse gozo pelo qual é tomado – ou de invenção, criação – quando ele se serve da liberdade própria desse sem-limite para fazer-algo-com isso. No primeiro caso, ele serve ao mais-de-gozar, está submetido a esse excesso. No segundo, ele serve-se do gozo, faz uso dele. A originalidade do trânsito nessas contradições aparentes pode ser reconhecida no tom de brincadeira de uma das participantes: “Mas a mulher quando ela quer com jeitinho dela ela consegue tudo do homem. Eles são muito frágeis. (Risos). A gente pode brincar. A ideia também é se divertir”. (Grupo de Aracaju)

Situando o gozo masculino como todo – na medida em que está submetido à ordem do falo –, Lacan dirá que o próprio do gozo feminino, aquilo que o distingue, é justamente o que não está submetido a essa ordem. Portanto, pensar o não-todo lacaniano como incompletude é um erro. Nas palavras de Miller (1999, p. 6), esse “é justamente o erro do macho sobre o não-todo”, da mesma forma que pensar o masculino como completo, todo, uno. A perspectiva do gozo não-todo como incompletude se referencia na lógica masculina, organizada a partir do falo, na dimensão imaginária, e da metáfora paterna, na ordem simbólica.

Em síntese, Lacan, seguindo o caminho aberto por Freud – em

particular pela teoria sobre as pulsões - escutou as mulheres para além da histeria. Ao fazê-lo, deparou-se com esse outro gozo e com sua alteridade radical em relação à perspectiva falocêntrica. Nesse segundo momento de seu ensino, quando vai além da perspectiva do Édipo, deixa claro que não se trata de apreender algo de uma “essência feminina” que seria própria da mulher, vinculada à anatomia, mas de definir uma estrutura que corresponde à modalidade de gozo que não é ordenada pelo falo e, portanto, não está submetida aos limites da ordem que lhe corresponde - a ordem fálica -, e, conseqüentemente, à norma. Assim, ele avança na problematização da diferença sexual, sobretudo no que diz respeito ao caráter contingencial da relação entre o sexo anatômico e a via pela qual o sujeito realiza sua sexualidade, segundo o modo de gozo que lhe é próprio: limitado ou não pela ordem fálica. O primeiro associado – mas não necessariamente vinculado – ao masculino e o segundo, ao feminino.

Dessa forma, a citação de Freud – “a anatomia não é o destino” – ganha potência com a formulação lacaniana que reafirma a disjunção entre o sexo – que tem a ver com a anatomia, ter ou não ter um pênis – e a sexuação – que diz respeito à modalidade de gozo. Conseqüentemente, para a Psicanálise freudo-lacaniana, não é a mesma coisa falar da mulher e de feminino, pois não há uma identidade entre esses dois termos, eles não se superpõem, já que o segundo vai além do primeiro. Nessa lógica, a feminilidade deixa de ser um atributo necessário e exclusivo da mulher. Guarda, portanto, uma relação contingente e não necessária com a anatomia, e o fato de ser mulher não garante o acesso ao outro gozo, assim como ser homem não o exclui.

Constata-se, assim, a reafirmação da distância da Psicanálise em relação a qualquer perspectiva organicista sobre o feminino e o seu reconhecimento como uma construção da cultura. Aliás, uma construção relativamente recente, cujas origens remontam ao século XII. No seminário 7 – A ética da Psicanálise, Lacan (1959/1997, p. 262) diz de como o amor cortês, uma “sublimação historicamente datada”, fez emergir a figura da dama, dando à mulher um estatuto diferenciado daquele em que era apenas mais um objeto entre as posses dos homens. Pode-se situar aí a invenção do feminino, pelo menos no pensamento ocidental.

Um trabalho permanente, além disso, como conseqüência da liberdade da estrutura que lhe corresponde em relação aos limites da ordem fálica. Essa liberdade própria da posição feminina

convoca à invenção – Lacan diz que às mulheres cabe se inventarem uma a uma –, pois, na ausência do ato criativo, a devastação é um risco sempre presente.

Sendo assim, distante da suposição de uma verdade, de uma essência ou de um universal sobre o feminino e a mulher, a Psicanálise lacaniana se ocupa, principalmente, com o movimento que essas questões provocam, na prática clínica e na atividade de pesquisa que orientam a construção teórica, cujo valor se relaciona diretamente às possibilidades que oferece tanto como meio de transmissão da experiência psicanalítica quanto como instrumento de sua prática.

Assim como Freud em seus dois grandes textos *A feminilidade* (1932) e *A sexualidade feminina* (1931), Lacan mantém em aberto o campo da feminilidade e suas invenções permanentes. Também aqui o fazemos, tendo esperado apenas destacar alguns dos principais aspectos do aludido – porém pouco mencionado nas entrevistas – “referencial psicanalítico”. O lugar e a função desse referencial na prática da Psicologia pelas mulheres brasileiras permanecem, ainda, objeto de investigação futura.

REFERÊNCIAS

ARÁN, M. R. O avesso do avesso: feminilidade e novas formas de subjetivação. 2001. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

DAVID-MENARD, M. *L'hystérique entre Freud et Lacan. Corps et langage en psychanalyse*. Paris: Editions Universitaires, 1993.

_____. *Les constructions de l'universel – Psychanalyse, philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

_____. *Tout le plaisir est pour moi*. Paris: Hachete Littératures, 2000.

FREUD, Sigmund. EDIÇÃO standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução, Vol. XIV.

_____. (1925). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos, Vol. XIX.

_____. (1930 [1929]). O mal-estar na civilização, Vol. XXI.

_____. (1931). Sexualidade feminina. Vol. XXI.

_____. (1933[1932]). Conferência XXXIII: Feminilidade, Vol. XXII.

_____. (1937). Análise terminável e interminável, Vol. XXIII.

LACAN, J. Juventude de Gide, ou a letra e o desejo. In: _____. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1958/1998.

_____. O Seminário, livro 7: A ética da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1959-1960/1997.

_____. O seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1971/2009.

_____. (1972-73). O seminário, livro 20: Mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972-73/1995.

_____. Télévision. In: Autres écrits. Paris: Seuil, 1974/2001.

_____. O seminário, livro 23: O Sinthoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975-1976/2007.

LAPLANCHE e PONTALIS. Vocabulário da Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 1982/1998.

LHULLIER, L. A. (Org.). Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

MILLER, J. A. Un répartition sexuelle. La Cause Freudienne, n. 40, jan. 1999.

MOSCOVICI, S. A representação social da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NERI, R. A Psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NUNES, S. A. O corpo do diabo entre a cruz e a calderinha. Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHNEIDER, M. De l'exorcisme à la psychanalyse. Le féminin expurge. Paris: Retz, 1979. (Collection Divergences).

_____. La part de l'ombre. Approche d'un trauma féminin. Paris: Aubier, 1982.

_____. Généalogie du MASCULIN. Paris: Aubier, 2000.

TAVARES, P.H. Versões de Freud. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.

SOBRE AS AUTORAS

Anna Paula Uziel é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenadora do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS/UERJ) e pesquisadora associada do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

Anita Guazzelli Bernardes é formada em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Fez mestrado e doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora e pesquisadora do curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação, mestrado e doutorado da Universidade Católica Dom Bosco.

Bruna Camillo Bonassi é graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é bolsista de Iniciação Científica vinculada ao projeto “Efeitos do feminino no exercício da Psicologia no Brasil”, realizado no NEP/UFSC para o Conselho Federal de Psicologia.

Cláudia Mayorga é doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri - Espanha, com foco em estudo sobre gênero, política e feminismo. É professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Coordena o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes na UFMG.

Daphne Fayad é psicanalista e graduou-se em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, onde também se especializou em Psicanálise e Filosofia. Tem Mestrado em Psicanálise pela Université de Paris VIII. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e integra o grupo de pesquisa “Psicanálise, invenção e arte” - cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq.

Geni Núñez Longhini é graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é bolsista de Iniciação Científica vinculada ao projeto “Efeitos do feminino no

exercício da Psicologia no Brasil”, realizado no NEP/UFSC para o Conselho Federal de Psicologia.

Jimena de Garay Hernández graduou-se em Psicologia pela Universidad Nacional Autónoma de México, onde também fez uma Pós-Graduação Lato Senso em Feminismos na América Latina. Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atualmente trabalha na Fundación Arcoíris por el respeto a la diversidad sexual.

Louise Amaral Lhullier é psicanalista, psicóloga formada pela PUC-RS e Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Atualmente é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora no Brasil do convênio entre o Departamento de Psicologia da UFSC e o Département de Psychanalyse da Université Paris VIII. Coordena, ainda, o grupo de pesquisa “Psicanálise, invenção e arte” - cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq - e os projetos de pesquisa “O estatuto da obra na psicose: sintoma, suplência, sinthoma” e “Efeitos do feminino no exercício da Psicologia no Brasil”, realizado no NEP/UFSC para o Conselho Federal de Psicologia.

Luciana Leila Fontes Vieira é Mestre em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Université de Paris VII e Doutora em Saúde Coletiva pelo IMS - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco e integrante do Grupo de Trabalho “Psicologia, política e sexualidades” da ANPEPP. Pesquisadora nas áreas de sexualidade, gênero, direitos humanos, psicanálise, cultura e filosofia.

Maria Juracy Filgueiras Toneli é doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo e pós-doutora em Psicologia Social (Universidade do Minho e Universidade Federal de Minas Gerais). Atualmente é professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, onde leciona e orienta na graduação e na pós-graduação. Co-coordenadora do Núcleo Margens: modos de vida, família e relações de gênero. Pesquisadora do CNPq.

Maria Lúcia Chaves Lima é doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Atualmente é professora do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, na qual coordena o Grupo Inquietações: Arte, Saúde e Educação.

Rita Flores Müller é Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do grupo de Pesquisa EPOS: violência, subjetivações e juventude, cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq (Instituto de Medicina Social/UERJ). Pesquisadora do projeto “Efeitos do feminino no exercício da Psicologia no Brasil”, realizado no NEP/UFSC para o Conselho Federal de Psicologia.

